

X CONGRESSO
INTERNACIONAL DE LÍNGUAS E LITERATURAS
VI COLOQUIO
DO NÚCLEO DE ESTUDOS HISPÂNICOS DO CCHL - UESPI
V SEMINÁRIO
DE PRÁTICA DOCENTE - CHÃO DA ESCOLA

Tema:

LITERATURA &
LINGUÍSTICA:

Aproximações sobre:
Literatura, História, memória e
articulações docentes

ISBN: 978-65-86901-55-9

ORGANIZADORES

Margareth Torres de Alencar Costa

Anderson Brettas

Laura Torres de Alencar Neta

Omar Mario Albornoz



Apoio



Anglilit

PPCEL

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS



FILO-UBA
Facultad de Filosofía y Letras
Universidad de Buenos Aires

interlit

Org. e Logística

realizeventos
Gráfica e Editora

LITERATURA & LINGUÍSTICA:

Aproximações sobre:
Literatura, História memória
e articulações docentes

ORGANIZADORES

Margareth Torres de Alencar Costa

Anderson Brettas

Laura Torres de Alencar Neta

Omar Mario Albornoz



realizeventos

Científicos & Editora



LITERATURA & LINGUÍSTICA

Aproximações sobre: Literatura, História,
memória e articulações docentes

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

A654 Aproximações sobre: Literatura, História, Memória e articulações docentes / Organizadores, Margareth Torres de Alencar Costa, Anderson Brettas, Laura Torres de Alencar Neta, Omar Mario Albornoz. - Campina Grande: Realize Editora, 2022.
306 p.: il.

ISBN: 978-65-86901-55-9

1. Línguas. 2. Literatura. 3. Memória 4. História. I. Título.

21. ed. CDD 869.01

Elaborada por **Giulianne Monteiro Pereira**

CRB 15/714

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração: *Jefferson Ricardo Lima (jffricardo@gmail.com)*



realizeeventos
Científicos & Editora

REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS & EDITORA LTDA.

Rua: Aristίδes Lobo, 331 - São José - Campina Grande-PB | CEP: 58400-384

E-mail: contato@portalrealize.com.br | Telefone: (83) 3322-3222



COMITÊ EDITORIAL

- Alfredo Cordiviola *UFPE*
- Algemira De Macêdo Mendes *UESPI*
- Anderson Claytom Ferreira Brettas *IFTM*
- André Resende Benatti *UEMS*
- Barbara Olimpia Ramos De Melo *UESPI*
- Beatriz Gama Rodrigues *UFPI*
- Carmen Bastidas Briceño *UNIVERSIDADE MIGUEL DE CERVANTES - CHILE*
- Catarina De Sena Cerqueira *UFPI*
- Clinton Ramirez *Universidad del Magdalena (Colombia)*
- Diógenes Buenos Aires De Carvalho *UESPI*
- Elizabeth Islas *INSTITUTO CERVANTES CAIRO*
- Euridice Figueiredo *UFF*
- Francisca Marta Magalhães De Brito *UFPE*
- Francisco Alves Filho *UFPI*
- Francisco Wellington Borges Gomes *UFPI*
- Giselda Dos Santos Costa *UFPI/UESPI*
- Griselda Cecilia Frontera *E-DUCADORES TRANSMEDIÁTICOS
CONSULTORA EDUCATIVA*
- Herasmo Braga De Oliveira Brito *UESPI*
- Isabel Maria Soares Pinto De Oliveira *INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU - PORTUGAL*
- Janaica Gomes Matos *UESPI*
- Javier Moscarella *Congreso Nacional de Colombia*
- Jorge Enrique Elías-Caro *Universidad del Magdalena (Colombia)*

José Alberto Miranda Poza *UFPE*

José Luis Garcés González *Director de El Túnel (Montería, Colombia)*

José Ribamar Lopes Batista Junior *UFPI*

Juscelino Francisco Do Nascimento *UFPI*

Karine Rocha *UFPE*

Leoné Astride Barsotto *UFGD*

Luis Mario Becerra *Universidad Externado (Bogotá, Colombia)*

Luisa Fernanda Ramirez *Universidad del Atlántico (Barranquilla, Colombia)*

Luizir De Oliveira *UFPI*

Marcela Croce *UBA*

Margareth Torres De Alencar Costa *UESPI*

Maria Angélica *UFPI*

Maria Suely De Oliveira Lopes *UESPI*

Naziozênio Antonio Lacerda *UFPI*

Otaviano José Pereira *Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)*

Raimunda Celestina Mendes Da Silva *UESPI*

Ramon Hernandez Chirinos *SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTO-PIAUI*

Renata Cristina Da Cunha *UESPI*

Ricardo Rios Barreto Filo *UFPE*

Roberto Montes *Revista Magazin del Caribe (Colombia)*

Silvana Maria Pantoja dos Santos *UESPI*

Silvina Liliana Carrizo *UFJF*

Stela Maria Viana Lima Brito *UESPI*

Susana Beatriz Cella *UBA*

Teobaldo A. Noriega *London University (Canadá)*

APRESENTAÇÃO

Realizado pela primeira vez de forma online por conta do cenário decorrente da pandemia do Covid19, a edição de 2021 do X Congresso Internacional de Línguas e Literatura; do VI Colóquio do Núcleo de Estudos do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Piauí (CCHL-UESPI); e do V Seminário de Prática Docente – Chão da Escola; foi tanto uma oportunidade para centenas de professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação de diversos estados e regiões do país e de países da América Latina apresentarem os resultados de suas pesquisas e reflexões, quanto um alento, importante frisar, diante de um cenário obscuro, marcado pelo negacionismo, anti-cientificismo e, sobretudo omissão governamental.

No entanto, importante destacar, os eventos deixaram patente a resistência da academia diante de todas as adversidades e a persistência de seus organizadores.

Repletos de muita satisfação e imbuídos da certeza dos deveres cumpridos, apresentamos aqui um pouco da multiplicidade de abordagens do Congresso neste livro que traz os textos dos pesquisadores doutores que contribuíram com conferências, mesas e simpósios, obra organizada pela Realize Eventos Científicos, empresa sediada em Campina Grande, na Paraíba, com suas dezenas de trabalhadores que competente e pacientemente viabilizou toda a logística e tecnologia para a efetivação e sucesso do evento.

Esta coletânea traz 14 artigos, em português e espanhol, cujos autores/investigadores têm perfis e origens diversas professores públicos tanto do ensino básico quanto superior – de instituições do Brasil e da América, com os mesmos propósitos e engajamentos nas pesquisas e na difusão do conhecimento na produção literária.

O primeiro artigo é de autoria da professora Margareth Torres de Alencar Costa, da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade Federal do Piauí (UFPI/UESPI), “América Negra e outros poemas afro-brasileiros da poética de Elio Ferreira da Silva: Memória e Subjetividade” traz alguns dos resultados das pesquisas de pós-doutoramento da autora realizadas na Universidad de Buenos Aires (UBA). Neste ensaio, Alencar Costa tem como objetivo mostrar como a memória e subjetividade se fazem presentes na poética de Élio Ferreira da Silva, autor negro cuja poesia caracteriza-se pelo orgulho de sua identidade de negro, suas raízes e a resistência negra.

Em muitas de suas poesias se verifica o relato de suas memórias, seu testemunho de vida, sua história, a história de seus ancestrais, com ênfase ao não esquecimento de quem foram seus ancestrais, suas raízes e o orgulho de sua identidade.

Maria Angélica Freire de Carvalho, professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), é autora do segundo texto, "Fenômenos textuais e contextuais no processo de compreensão leitora", trabalho fundamentado na área da linguística, complementadas pelos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, os quais estão relacionados à forma como nos expressamos por meio da linguagem a partir de nossas experiências. O leitor em sua experiência com o texto, argumenta Freire de Carvalho, segue uma via de acesso aos enunciados e a estrutura que funda o texto não é transparente, por isso é necessário que o leitor faça uma perícia textual para compreender as palavras do outro, isto é, comunicar-se com sucesso. Para tal, é essencial considerar intenção comunicativa e situação de enunciação.

O terceiro trabalho, "Contexto e compreensão leitora: um olhar sobre o Livro Didático de Língua Portuguesa", da professora Raimunda Gomes de Carvalho Belini, do Instituto Federal do Piauí (IFPI), analisa os elementos contextuais norteadores do processo de compreensão textual e habilidades de leitura apresentados nos livros didáticos de Língua Portuguesa, no Ensino Médio. Para tanto, Carvalho Belini realizou uma pesquisa descritiva de base documental, com abordagem qualitativa, de um livro didático de Língua Portuguesa, utilizado no Ensino Médio, aprovado no Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2017). Numa abordagem crítica, a autora ressalta a necessidade de um longo caminho a ser percorrido, em se tratando das abordagens do livro didático em relação ao contexto, ao texto e à compreensão leitora, com base nas exigências e nas necessidades de um ensino de leitura que considere o falante/ouvinte e produtor/leitor como sujeitos sociais, circunscritos à história, à cultura, às ideologias e às tecnologias.

O quarto artigo traz reflexões dos desafios da educação diante do cenário pandêmico num contexto latino-americano: "Educación inclusiva em momentos de crisis sanitária: uma mirada desde el lenguaje químico", de autoria de Carmen Elena Bastidas Briceño, professora da Universidad Miguel de Cervantes, do Chile, e Ramón Antonio Hernández Chirinos de Jesús, professor da Secretaria Municipal de Educação do Porto, no Piauí. O trabalho é pautado na preocupação com a necessidade da educação inclusiva nos tempos da pandemia do Covid-19 e propõe o ensino da linguagem química aproveitando o uso de substâncias de proteção nestes

tempos de crise de saúde pública, com a pretensão de alcançar um aprendizado significativo e a inclusão da família no ensino de química a partir dos elementos da vida cotidiana.

Nessa mesma preocupação com os desafios da educação e da inclusão nos difíceis anos de distanciamento social e ensino remoto diante da pandemia, Chirinos de Jesús e Bastidas Briceño, no quinto texto, "Mundo emocional durante da pandemia" abordam as múltiplas dimensões dos impactos da crise decorrente da Covid-19 no campo emocional e da saúde mental. Os autores atentam para o fato de que os os efeitos da pandemia foram mais severos para jovens, mulheres e especialmente as crianças em idade pré-escolar, com danos psicológicos evidentes nas famílias vitimadas pela violência ou naquelas que já apresentavam maior vulnerabilidade em saúde mental antes do contexto pandêmico.

A preocupação com a educação e o ensino na América Latina associada pelo contexto pandêmico é o foco do sexto artigo, "Los retos que enfrenta el sistema educativo mexicano para sentar las bases de las aulas híbridas", produzido pelas professoras Lourdes González Peñã, pesquisadora de Nerkualli, em Cuernavaca, província de Morelos, e Elizabeth León Islas, diretora da mesma instituição.

No México, como em outros países, foram adotadas medidas de prevenção à Covid-19, e as autoras salientam o papel preponderante das universidades públicas, com a divulgação das informações sobre as medidas para evitar o contágio pelo Coronavírus, recomendações às autoridades de saúde no México, orientações para fornecer acompanhamento e apoio emocional, e, por vezes, até recursos para aqueles que sofreram perdas por causa do coronavírus. González Peña e León Islas neste ensaio tecem várias reflexões sobre o aprendizado do alunado durante a pandemia e os desafios da volta às aulas quando terminar o confinamento provocado pela pandemia.

O sétimo trabalho, "*Conversación al Sur*" de Marta Traba: uma escrita de resistência", da professora Maria Suely de Oliveira Lopes, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), traz elementos e reflexões da trajetória e da produção de Marta Traba, escritora argentina que produziu diversas obras no campo da literatura de resistência. Sua escrita está inserida no campo das artes e dos escritores que, guiados pelo engajamento político, utilizam-se do texto literário para denunciar o terrorismo e a repressão ocorrida durante a ditadura militar. Neste livro destacado por Oliveira Lopes, o romance tem como cenário o golpe militar de 1976 na Argentina que resultou na queda do presidente Juan Domingos Perón do poder e foi marcado por

um período no qual a ditadura cruel marcada por perseguições, assassinatos e recorrentes violações dos direitos humanos, e a escrita de Traba constrói-se a partir dos relatos de experiências da ditadura, o que constata um engajamento político, testemunhal e de resistência diante dos acontecimentos históricos.

O mundo literário hispano-americano também é focado no oitavo trabalho, desta vez focando as tradições da cultura afro-cubana: "**Motivos de Son**: el poema-son em clave cubana", de Elvira Aballí Morell, acadêmica da Vanderbilt University, dos Estados Unidos. Nicolás Guillén, em sua coletânea de poemas **Motivos de son** (1930), incorre em uma imitação e apropriação das características do gênero musical cubano chamado son. Neste artigo, Aballí Morel analisa quais são os traços fundamentais do sonero em **Motivos**, a partir de seu diálogo com antecedentes como o Sexteto habanero e o Trío Matamoros e sua ligação com a cultura cubana. Nesse estudo interdisciplinar, ela utiliza tanto os poemas **Motivos** quanto seus arranjos musicais – compilados na quinquagésima edição por Mirta Aguirre.

Numa conexão Cuba – Piauí, o nono texto, "O Ímpeto romântico de Davi Moreira Caldas em **O Amigo do Povo** (1868- 1870), do professor Daniel Castello Branco Ciarlini, professor da Universidade Estadual do Piauí que nesse estudo investigou as raízes do ideal republicano de Davi Moreira Caldas, um dos mais significativos jornalistas piauienses do século XIX. Para tanto, analisou as edições de **O Amigo do Povo**, compreendidas entre os anos de 1868 e 1870 e lançou suas hipóteses acerca das ideias que estavam por trás da atuação desse intelectual no exercício jornalístico e político, cujos princípios e bandeiras o conduziram a posicionamentos para muito além da vinculação partidária, aproximando-o, com o passar dos anos, a uma tomada de consciência social contra os privilégios das elites e suas conseqüentes arbitrariedades na província.

O décimo artigo, "O Cónego, de A.M. Pires Cabral e a Vinha dos Esquecidos, João Clímaco Bezerra: uma leitura intertextual", da professora Mônica Maria Feitosa Braga Gentil, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) analisa, na perspectiva da intertextualidade, dois romances, "O Cónego" (2007), de A.M. Pires Cabral, autor português, e "A Vinha dos Esquecidos" (2005), de João Clímaco Bezerra, autor brasileiro. Braga Gentil demonstra a partir deste diálogo que a intertextualidade é mais um recurso à disposição para compor significados ou para compreender textos. Com isso, salienta que nenhum texto se produz no vazio ou se origina do nada,

pelo contrário, todos se alimentam, explicita ou implicitamente, de outros textos.

O décimo-primeiro trabalho foi produzido pelas professoras Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa e Iveuta de Abreu Lopes, da Universidade Federal do Piauí, "Variação / diversidade linguística e letramentos: interfaces e perspectivas de investigação", apresenta, em linhas gerais, os fundamentos teóricos que orientam as abordagens da linha de pesquisa **Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos**, integrante do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, com destaque para a principal concepção de cada uma delas, seus pressupostos básicos, seu objeto de estudo e principais expoentes. As autoras apresentam, também, os resultados de algumas investigações já desenvolvidas por nossos orientandos, os quais já indicam relevância social e educacional significativas.

Os três últimos artigos desta coletânea têm como escopo a literatura colombiana, mais especificamente da região caribenha, lugar marcado pela **intensidade**, com ricas tradições culturais e que legou um prêmio Nobel à literatura latinoamericana – Gabriel Garcia Márquez, **costeño** de Aracataca. Além dele, autores de quilate como Álvaro Cepeda Samúdio, Zapata Olivella, Germán Espinosa, Ramon Illán Bacca, Hector Rojas Herazo, José Luis Garcés, entre muitos outros

O decimo-segundo texto, "História e Literatura na saga colombiana da United Fruit Company", foi escrito pelo professor Anderson Claytom Ferreira Brettas, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e é um dos trabalhos realizados a partir de seu pós-doutoramento na Universidad del Magdalena, em Santa Marta, na Colômbia. A UFCo foi a primeira multinacional estadunidense do que seria denominado como agronegócio, controlando a produção, transporte e distribuição de frutas tropicais produzidas na América Latina para o mercado internacional, e sua expansão deixou rastros de profunda exploração do trabalho, danos ambientais e ingerências nos destinos nacionais. Ferreira Brettas demonstra o quanto a produção literária hispano-americana contribuiu para a formação de uma consciência histórica, com ênfase no processo colombiano decorrente do chamado "Massacre das Bananeiras" ocorrido em em Ciénaga em 1928, onde tropas do governo reprimiram e assassinaram dezenas de trabalhadores em greve por melhores condições laborais nas atividades da UFCo.

O decimo-terceiro trabalho foi escrito pelo professor, romancista e poeta Clinton Ramirez, "Viaje peregrina a la zona bananeira de Santa Marta", também faz essa incursão pela atividade das bananas no Caribe

colombiano. Ramirez é autor do reconhecido “Manchas del Jaguar”, seu primeiro romance, agraciado com o **Premio de Novela Ciudad de Montería** (1987), foi ambientando em Ciénega, sua cidade natal, que no auge da United Fruit residiam as famílias aristocratas, mas que a partir dos movimentos de 1928, da crise dos anos 1930 e o consequente declínio da atividade bananeira entrou paulatinamente em decadência. Neste texto, misto de ensaio e crônica, Clinton Ramirez revisita a história da Zona Bananeira de Santa Marta, recorrendo às fontes mais antigas e as mais recentes sobre o assunto, a obras literárias icônicas que recriaram a greve e seus efeitos, além do resgate de sua memória familiar e pessoal.

Finalmente, o decimo-quarto artigo, encerrando este livro, “Cienaga: en el Centro del Círculo del Cocodrilo” é de autoria de outro intelectual **cienequero**, Javier Moscarella, professor, escritor e poeta dedicado às causas políticas da região do Caribe colombiano, em especial às questões ambientais. O texto é uma síntese de seu livro “El Círculo del Cocodrillo” (2009), obra que resgata a mítica e o imaginário destes temidos répteis ao longo da história, com ênfase na festa e nas tradições da lenda do jacaré **cienequero**, um dos patrimônios reconhecidos desta cidade de longa tradição cultural, literária e musical. Moscarella resgata e nos oferece poesias, canções e outras manifestações para a compreensão da profundidade deste rico conhecimento popular da memória caribenha.

Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas
Instituto Federal do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

AMÉRICA NEGRA E OUTROS POEMAS AFRO-BRASILEIROS DA POÉTICA DE ELIO FERREIRA DA SILVA: MEMÓRIA E SUJETIVIDADE	14
<i>Margareth Torres de Alencar Costa</i>	
FENÔMENOS TEXTUAIS E CONTEXTUAIS NO PROCESSO DE COMPREENSÃO LEITORA	27
<i>Maria Angélica Freire de Carvalho</i>	
CONTEXTO E COMPREENSÃO LEITORA: UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA	43
<i>Raimunda Gomes de Carvalho Belini</i>	
EDUCACIÓN INCLUSIVA EN MOMENTOS DE CRISIS SANITARIA: UNA MIRADA DESDE EL LENGUAJE QUÍMICO	57
<i>Carmen Elena Bastidas Briceño Ramón Antonio Hernández Chirinos de Jesús</i>	
MUNDO EMOCIONAL DURANTE LA PANDEMIA	62
<i>Ramón Antonio Hernández Chirinos de Jesus Carmen Elena Bastidas Briceño</i>	
LOS RETOS QUE ENFRENTA EL SISTEMA EDUCATIVO MEXICANO PARA SENTAR LAS BASES DE LAS AULAS HÍBRIDAS	69
<i>Lourdes González Peña Elizabeth León Islas</i>	
CONVERSACIÓN AL SUR DE MARTA TRABA: UMA ESCRITA DE RESISTÊNCIA	80
<i>Maria Suely de Oliveira Lopes</i>	
MOTIVOS DE SON: EL POEMA-SON EN CLAVE CUBANA	91
<i>Elvira Aballí Morell</i>	

O ÍMPETO ROMÂNTICO DE DAVI MOREIRA CALDAS EM <i>O AMIGO DO POVO</i> (1868-1870)	112
<i>Daniel Castello Branco Ciarlini</i>	
O CÓNEGO, DE A.M. PIRES CABRAL E A VINHA DOS ESQUECIDOS, JOÃO CLÍMACO BEZERRA: UMA LEITURA INTERTEXTUAL	137
<i>Mônica Maria Feitosa Braga Gentil</i>	
VARIAÇÃO/DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E LETRAMENTOS: INTERFACES E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO	153
<i>Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa Iveuta de Abreu Lopes</i>	
HISTÓRIA E LITERATURA NA SAGA COLOMBIANA DA UNITED FRUIT COMPANY	172
<i>Anderson C. Ferreira Brettas</i>	
VIAJE EN PEREGRINA A LA ZONA BANANERA DE SANTA MARTA	187
<i>Clinton Ramírez C.</i>	
CIENAGA: EN EL CENTRO DEL CÍRCULO DEL COCODRILO	226
<i>Javier Moscarella</i>	

AMÉRICA NEGRA E OUTROS POEMAS AFRO-BRASILEIROS DA POÉTICA DE ELIO FERREIRA DA SILVA: MEMÓRIA E SUJETIVIDADE

MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA¹

¹ (UESPI-UFPI)

INTRODUÇÃO

Agradeço ao África Brasil a participação na mesa redonda que possibilitou um mergulho na vida e obra de Elio Ferreira da Silva, especialmente sua poética que me soava tão familiar, era como se estivéssemos olhando a vida de trabalho duro e honesto, esforço e disciplina que o pai de Élio, ao “acordar com o cantar dos passarinhos” ensinava aos filhos que nada vem sem muito labor, compromisso e honestidade. Assim iniciei a mesa com estas duas perguntas: quem é Élio Ferreira da Silva? Como a memória e subjetividade se apresentam em sua poética?

Elio Ferreira de Souza nasceu em Floriano, foi ferreiro e bombeiro hidráulico até os vinte anos de idade na oficina do pai, enquanto concluiu os ensinamentos fundamental e médio. Licenciado em Letras, Doutor em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco, Técnico em Educação do MEC e Professor de Literatura na Universidade Estadual do Piauí. A subjetividade aflora em toda sua obra poética e é assim definida pelo autor: “Escrever é uma maneira de falar para o mundo, contar a história dos meus antepassados negros e a minha própria história, influenciando e participando na transformação da sociedade através da denúncia contra as violências racial e social” (1997, p.147).

O ato de contar uma história, segundo Benjamim, faz com que esta seja preservada do esquecimento criando possibilidades para ser contada novamente e de outras maneiras. Benjamim (1987) afirma que todos somos historiadores, produzimos histórias e memórias. Visitamos o passado na tentativa de buscar o presente, trazendo a tona, fios que ficaram esquecidos no tempo. O que buscamos ao escrever nossas memórias seja através de textos narrativos ou de textos poéticos? Estimular o despertar dos sentimentos dos efeitos que os atos e fatos despertaram nossa memória na tentativa de produzir sentidos, relações, nexos e não permitir que o esquecimento apague os rastros que marcaram nossa trajetória.

O memorialismo pressupõe sempre dois tempos: o presente em que se narra e o passado que ocorrem os acontecimentos narrados. Todo ato de recordar transfigura as coisas vividas. Na épica como na memória, o passado se constrói através de idas e voltas repentinas, e repetitivas. Le Gof (1990) já afirmava que antes que uma ideia possa ser falada ou escrita ela passa primeiro pela memória- que sempre foi tema de preocupação de todas as civilizações, fato que sempre procuraram meios para preservá-la, seja através de monumentos, desenhos, pinturas, ou através do ensino articulado da oralidade ou da escritura.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006, p. 16)

Elio Ferreira (Elio Ferreira de Souza) o menino de Floriano, um dos municípios do Piauí poeta, ensaísta, professor de literatura, capoeirista, rapper, e técnico em educação, é uma figura múltipla que, como ele próprio afirma, gosta de "viver de acordo com o tipo de poesia q [sic] escreve". A respeito de seu estilo de escrita, o que Conceição Evaristo denomina de "Escrevivência" e de acordo com esta autora: Segundo Evaristo, a Escrevivência é consciência do vivido que faz da escrita compromisso como um lugar de autoafirmação das particularidades e especificidades do escritor. "A nossa escre(vivência) não pode ser lida como histórias para "ninar os da casa grande" e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (EVARISTO, 2005, p. 3).

Publicou os seguintes livros de poesia: *Canto sem viola* (1982), *Poemartelos (o ciclo do ferro)* (1986), *O contra-lei (o ciclo do fogo)* (1994), *O contra-lei e outros poemas* (1997) e *América Negra* (2004). Publicou também, em 2005, o livro *Identidade e solidariedade na literatura do negro brasileiro: de Padre Antônio Vieira a Luiz Gama*, com o qual obteve a primeira colocação no concurso de ensaios Mário Faustino, da Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC. Estudioso da cultura e literatura afro-brasileiras, concluiu, em outubro de 2006, sua tese *Poesia negra das Américas: Solano Trindade e Langston Hughes*, recebendo o título de Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Em uma entrevista dada por ele ao portal de Letras da UFMG segue um trecho que expõe o estilo do poeta/escritor:

"Em 1985, depois de nove anos em Brasília/Campo Grande-MS/Brasília, regressava à minha cidade natal, Floriano/PI. Permaneci ali de 1985/1989. Ali, juntamente com os estudantes da cidade, criamos movimentos literários, culturais, antologia de poemas e um programa de rádio: Quintal aberto, na antiga Rádio Irapuá, de cunho lítero-musical e jornalístico. Em 1990, mudei pra Teresina. Neste ano, comecei de fato a declamar meus poemas com megafone. [...] Fui conquistando o público pouco a pouco. Quando lancei *O contra-lei* (1994), a imprensa, o rádio e a

tv publicaram várias matérias sobre o livro. Quando declamava o poema “Abracadabra”, as pessoas repetiam o coro: “Abracadabra ABRA abracadabra” e ainda: “Bit bit digitando bit”. Era algo contagiante e mágico. (disponível em:<<http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autores/248-elio-ferreira#s-dfootnote2sym>> acesso dia 27/10/2019

Tanto nas entrevistas sobre sua poesia como nas poesias que escreve sobre si, o poeta utiliza sempre a primeira pessoa, poetiza sobre si, sobre seu pai, sua descendência e sua africanidade. Estas são marcas da escrita de si, eivados de memória e subjetividade. Três palavras que definem autobiografia: “O ferro, o martelo e o fogo”. Através destas palavras e imagens é possível verificar o orgulho de suas raízes e a crítica política e social da luta dos afro descendentes.

O ferreiro e o martelo

Ao meu pai Aluizio Ferreira, *im memoriam*.

O meu pai é ferreiro,
Ele acorda de manhã,
Bem cedinho,
Na hora dos passarinhos,
O martelo TEM, TEM TEM...

O meu pai é ferreiro,
Ele acorda a casa,
Acorda a vizinhança,
Acorda a minha rua,
Acorda o bairro inteiro,
O martelo TEM TEM TEM...

O meu pai é ferreiro,
Um menino puxa o fole:
A oficina, a forja, o fogo,
O ferro em brasa, a bigorna,
A tenaz e a geometria do ferro,
O martelo TEM TEM TEM...

O meu pai faz enxada, foice e machado.
O meu pai faz chocalho, brida e cabeçote.
O meu pai faz marca de ferrar e ferradura.
O meu pai faz porca, parafuso, portas e portões.
O martelo TEM TEM TEM...

O meu pai é ferreiro,
Ele conta histórias bonitas para mim.
Ele acorda bem cedinho,
Na hora dos passarinhos.
O martelo TEM TEM TEM.

Teresina, 2014

Neste poema autobiográfico o eu lírico narra sua história, a história de suas raízes, a identidade honesta de seu pai ferreiro, FERREIRA é seu sobrenome, o nome da profissão de seu pai e sua profissão inicial e segundo ele mesmo afirma, em uma entrevista:

No *Poemartelos* queria apenas contar minha história, falar dos meus antepassados e das pessoas com quem convivi. Contar a história das pessoas comuns. É um poema que está mais próximo das narrativas de experiência, autobiográfica, que recupera evoca minhas memórias, a dos meus familiares negros e conseqüentemente a cultura popular da diáspora negra. É uma espécie de narrativa de refundação, pós-escravidão que se articula com a realidade, a cultura, o mito e o imaginário popular numa época em que a tv ainda não havia chegado à minha cidade, no interior do Piauí.

No enaltecimento do trabalho honrado e digno de seu pai, evita o esquecimento, mostra o passado do hoje filho doutor. Do seu começo, do bom começo que seu pai e sua mãe lhe deram. Élio, através de sua poética autobiográfica, afirma que há amnésia na história dos excluídos, dos escravos, de mulheres e crianças negras, da indiferença da sociedade e para evitar este silenciamento à poesia faz seu papel a ferro, a fogo e a pancadas de um martelo...

Memória e subjetivismo são uma frequente na poética de Elio Ferreira, e estas marcas são passíveis de serem verificadas por todos os leitores uma vez que a subjetividade é a ação de externar seus sentimentos, sua

memória afetiva, características do sujeito quando escreve sobre si, seja em textos narrativos ou poéticos.

Haveria então memórias individuais e, se o quisermos, memórias coletivas. Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memórias. De um lado, são no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. (Halbwachs, 2006p. 36)

É a voz adulta do Doutor que recorda o passado do menino estigmatizado, humilhado e que aos doze anos sentiu o peso do preconceito. Como bem nos esclarece Halbwachs (2006, p. 32): "Algumas vezes limitamo-nos a observar que nosso passado compreende duas espécies de elementos: aqueles que nos é possível evocar quando queremos: e aqueles que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo..." A rememoração do passado pelo adulto, quando sentiu na pele o que era ser negro e o peso que esta palavra com toda a carga de negatividade que acompanha o insulto do qual a criança foi vítima, bem expressa. Através da introspecção o ser humano se protege de muitas coisas das quais o cérebro não consegue suportar em determinado tempo, mas ao mesmo tempo é a ressuscitação das lembranças, sejam elas felizes ou tristes ou mesmo insuportáveis que ele consegue seguir adiante. Corroboramos com Candau (2018,p. 29) quando ele afirma que as retóricas holísticas da memória possuem um estatuto científico extremamente frágil, e ao mesmo tempo, postular que são heurísticamente necessárias porque podem nos dizer 'alguma coisa' da realidade. Mas o que é esta 'coisa' a qual pretendem nos remeter as retóricas holísticas?"["...]" Em geral, tratamos essas noções simbolicamente, como termos que remetem mais ou menos a uma realidade, mas sem ter uma ideia precisa do que isso implica."

Os textos poéticos como gênero literário são pouco explorados em sala de aula no ensino básico e é analisando a Escrivência poética de Élio Ferreira que visualizamos o quanto este gênero e a escrita de si podem ser executadas com nossos alunos uma vez que a literatura como manifestação artística e como tal reflete a memória cultural de um povo e a época em que ela foi concebida, porque como afirma Assman (2011, p. 33): "diferentemente do ato de decorar, o ato de lembrar não é deliberado. Ou se recorda ou não se recorda."

UMA VEZ

Uma vez caminhando pelas ruas
Da minha cidade natal,
Com o coração cheio de **sonhos**,
Fui ao Mercado Velho de Floriano,
Ao quiosque de dona Isabel Carneiro,
Uma amiga antiga da minha rua, da minha casa.

Eu era uma criança, tinha doze anos,
E o coração quase a saltar pela boca,
Com a minha aprovação
No exame de admissão ao Ginásio,
No Colégio Industrial São Francisco de Assis,
Dona Isabel me abraçou e disse:
"Este menino vai ser um grande homem, um doutor!"
O homem de bigode vendia joias de ouro,
Num tabuleiro defronte, na esquina.
O homem branco sorriu com desdém,
Ele apontou para mim e disse:
"Doutor, hein"..
Isso aí na minha terra é um rolo de fumo preto"

Eu era uma criança, tinha doze anos
E não me esqueci desse acontecimento.

Quando o ser exprime ou manifesta suas ideias, sentimentos, suas impressões individuais de ser vivente ou sobre o mundo diz-se que está sendo subjetivo. Quando fala sobre si, sobre seu pai, as situações vividas, o sentimento de impotência diante dos comentários racistas de adultos sobre si quando menino, expressa sua visão de sujeito e o mundo real. Como se sentiu o menino? A visão do adulto nos conta através de sua poesia, como se sentiu e hoje o adulto expressa sua subjetividade através da memória afetiva, memória ruim, mas hoje é o doutor que fala, o doutor que venceu o preconceito e construiu sua própria história.

Gagnebin (2006) afirma que elaborar o passado é " preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar tradições de vidas, falas e imagens. (p.1)Esta teórica afirma que é próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento. No poema acima, o poeta

recorda o acontecimento traumático de uma criança aprovada em exame de Admissão, uma vitória, uma conquista difícil. Sua poesia é a forma de tentar dizer o indizível- o trauma do preconceito, da injustiça, do desrespeito a uma criança, da banalização da conquista, do que significa nascer negro e ser discriminado desde criança, o nascimento de sua consciência, do entendimento de seu valor, de sua identidade.

Benveniste (ano) explica que quando o homem se constitui como sujeito pela linguagem ele expressa a consciência de si mesmo através do Eu, Tu, você, ele, eles" revelando assim a subjetividade na linguagem. Essa forma de expressão mostra o lugar social do indivíduo que sente orgulho da sua identidade, mesmo que os outros insistam em excluí-lo, sua ação política lutando por seu lugar, seu pertencimento ou não pertencimento o incluiu no grupo a ferro, afogo e a marteladas.

Elio Ferreira expressa sua identidade de negro, descendente de escravos e seu sentimento de pertencimento a uma classe, a classe de afro descendente que se orgulha de sua raiz? Como expressa seus valores e sua identidade?

Através de sua poesia autobiográfica, Elio escreve sobre si e sobre como sua família se reconstrói, na ação de seu pai, sua ação, evocando de forma permanente uma multiplicidade de símbolos associados à sua memória afetiva, ele mostra a história vivida por ele e por seus descendentes, seu grupo social, responsável por seu sucesso, sua forma de ver o mundo.

O outro com quem dialogo e que me reprime, eu me recuso a reconhecer a imagem que o outro faz de mim, porque me orgulho de ser quem sou mesmo diante de um outro que é racista e não respeita nem mesmo as crianças. Sente-se injustiçado, não há liberdade nem honestidade no mundo? Esta denuncia é constante nos poemas que ilustramos neste estudo, é o eu subjetivo, menino, adolescente e adulto, quem as faz. Onde está o direito e a dignidade do ser humano? O negro e os afro descendentes, submissos, culturalmente considerados inferiores mesmo na inteligência, mostram seu valor, seus conhecimentos e suas práticas de virtude, autores de seu próprio conhecimento, dizendo não a dominação, ao preconceito, organizando seu mundo, seu ambiente, através do trabalho, do respeito, da responsabilidade, da disciplina, renunciando a muita coisa mas não renunciando a sua identidade.

Um olhar atento à poética de Elio Ferreira nos permite verificar para sua relação em recordação e identidade pessoal, recordação e história e recordação e projeto de vida através da poética da resistência e nessa estera corroboramos com Aleida Assman quando ela explique que:

A história deve primeiro estar morta nas mentes, nos corações e nos corpos das pessoas afetadas, para que possa então se erguer como ciência, tal qual uma fênix, a partir das cinzas da experiência. Enquanto houver pessoas afetadas pela lembrança e, com elas, afeições, reivindicações e protestos concretos, a perspectiva científica corre risco de distorção. Portanto, objetividade não é só uma questão de método e de padrões críticos, mas também de mortificação, extinção e desvanecimento da dor e da consternação. (ASSMANN, 2011 p.19)

A poesia de si de Elio Ferreira, mostra os estados de sua alma, seus sentimentos, impressões subjetivas através da memória, é a poesia de seu povo, seu pai lhe inspirou tudo que há de bom e de melhor, lhe ensinou que através do trabalho honesto, do respeito a si mesmo e aos outros, mostra o que há demais elevado em seu íntimo, desnuda seu mundo interior, sua relação com o mundo real e social, compartilhando suas crenças e valores, constituindo sua experiência histórica e coletiva.

Segundo Benjamin (1987) quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, e será assimilada permitindo contá-las um dia. Mas assim como alguns pássaros estão em vias de extinção, a arte de narrar (narrador) também porque essa ação não é mais comum entre as pessoas. É a arte de narrar passada ao poeta Élio Ferreira transmitida a ele por seus parentes também presentes em sua poesia que faz que a mesma, cheia de intertextualidades e onomatopeias seja tão musical, viva e pulsante.

O menino negro e o riacho

Riacho do Cacimbão
é o riacho mais bonito do mundo...
Passa detrás do fundo do quintal da minha casa.
Riacho do Cacimbão são águas doces
de Mãe Oxum.
Correndo manso, vizinho.
Deságua nas histórias encantadas de bichos falantes,
nas cantigas de ninar
que tia Miúda canta para mim,
me embalando na rede de dormir.

A presença constante de sua casa e o entorno que a cerca, é evocada com frequência pelo poeta sonhador de seu mundo de infância que se sente amada e protegida, corroboramos então com Bachelard (2003, p. 33-34) "Mas para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inserida em nós. [...] Mas que um centro de moradia, a casa natal é um centro de sonhos." Reunindo sua indignação, a idealização o autor reúne em sua poesia a subjetividade e objetividade resultando numa perfeita poesia de si ao tempo em que mostra o que observa expõe suas impressões do mundo.

Sabemos que nem tudo pode ser subjetivo, porque dependemos de um repertório que é fruto de uma coletividade, embora as escolhas sejam do sujeito, há a presença da realidade, o espaço e o tempo passado recordado. Parodiando Gagnebin (2006, p.99) a injunção a lembrança assume uma conotação bastante diferente do trabalho de memória tal como se desenvolveu no período da pandemia por COVID -19, porque os sobreviventes, aqueles, aqueles que ficaram e não se afogaram definitivamente, não conseguiremos esquecer nem que o desejássemos, pois é o que acontece na poética de Ferreira da qual nos ocupamos neste estudo.

A contribuição de Seligmann-Silva (2003, p. 49) sobre como a memória do trauma converte-se em narrativa, relatada pelo eu lírico do poeta, comprovando que a narrativa poética é, também, o meio por onde o escritor busca o "compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade". A narrativa estaria, dessa maneira, colaborando na construção da memória coletiva, seja global ou grupal, da qual fala Halbwachs (2006). Para ele, a memória coletiva tem como função essencial fazer com que as pessoas expressem a sensação de pertencimento a um grupo, segmento, instituição. Ela garante um sentimento de identidade ao indivíduo calcado não só no campo histórico, mas também das representações e símbolos.

Partindo da discussão de que a memória individual também é pluralizada de modo coletivo, pertence à identidade de um grupo, Hall (2006, p. 38-39) insere o conceito de identidade para afirmar que: "A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros." A apropriação desses conceitos é demasiadamente importante para possibilitar a compreensão do caráter desta pesquisa. Em virtude disso, ela visa confrontar os diferentes conceitos dos autores e buscar um

consenso na definição do termo “memória coletiva” e suas características presentes nas narrativas que serão analisadas.

Walter Benjamin (2012), por exemplo, defende que a própria literatura reflete um olhar trágico dos acontecimentos da História e que ambas dialogam entre si, numa espécie de paralelo. A figura do “anjo da história”, proposta por ele como um anjo que observa aterrorizado o acúmulo de catástrofes, ruínas e é levado pelo progresso destruidor, é a própria humanidade.

O silêncio é um elemento característico, não só por ser oposto à memória, mas, sobretudo faz parte do complexo processo da construção da memória. Para Seligmann-Silva (2003, p. 53), a memória, assim como a língua, com seus atos falhos e silêncios, não existe sem a resistência. É nessa tensão, entre memória e esquecimento, que a narrativa se constrói: “A memória só existe ao lado do esquecimento: pois um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve”. Portanto, os silêncios e os esquecimentos, provenientes do trauma, são ícones relevantes de manipulação da memória coletiva. A respeito dessa conexão entre experiências pessoais e coletivas, Cândido (2006, p. 57), ao discorrer sobre a criação literária, afirma que ela não pode “ser desligada do contexto, — isto é, da pessoa que as interpreta, do ato de interpretar e, sobretudo, da situação de vida e de convivência”. Seguindo esse mesmo pressuposto, Halbwachs (2006) também afirma que o sujeito é um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando está rememorando sozinho. Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. Dessa forma, para que a lembrança seja reconhecida e reconstruída pelos sujeitos sociais, ele precisa de marcas de proximidade com o grupo a qual pertence. Não se identificando com o coletivo, não ocorreria o processo de rememoração. Ou seja, o indivíduo é uma configuração múltipla, engendrada na intersecção entre diversas forças sociais, e a subjetividade do poeta sai denunciando, explicando, exaltando e lembrando de quem é, de onde vêm, suas raízes.

Brasil,
quero as bonecas negras
da minha irmã, da minha filha,
Rufar os tambores
tum tum tum tum tum tum tum,
retinir os martelos
tem tem tem tem tem tem-tem:
o ferro contra o ferro
na bigorna da oficina de ferreiro do
meu pai Aluizio Ferreira,
o ferro contra o ferro e flandres
na bigorna da oficina de flandreira
da minha tia Aleluia Bento
tem tem tem tem tam-tim-tem

A guisa de conclusão deste trabalho que segue incompleto concordamos com Bachelard (2003, p.45), na certeza de que ainda muito se ouvirá falar deste poeta piauiense: " Mas a casa não treme sob os golpes dos trovões. Não treme conosco e por nós. Em nossas casas grudadas uma á outras, temos menos medo."

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural / tradução: Paulo Soethe. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Teorias do espaço literário**. São Paulo: Perspectiva: FAPEMIG, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 3ª.ed. São Paulo. Editora brasiliense. Obras Escolhidas. Volume 1. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. I. 8. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

COSTA, Margareth Torres de Alencar. **SÓROR JUANA INÊS DE LA CRUZ: COMO ANTÍGONA EU VIM PARA DIZER NÃO E PAGUEI O PREÇO DE MINHA OUSADIA**. Editora Appris. Paraná, 2020

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, 2º sem. 2005, p. 17-31.

FERREIRA, Elio. **O contra-lei & outros poemas**. 1. ed. Teresina: Abracadabra edições, 1997. v. 1. 150 p.

FOUCAULT, Michel. **Outros espaços**. In: _____. **Ditos e escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias** (ed. bilíngue). São Paulo: n-1, 2013.

GANEVIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo, Ed. 34, 2006

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

SILVA, Rosemere F. **Entre o literário e o existencial, a "escrivência" de Conceição Evaristo na criação de um protagonismo feminino negro no romance Ponciá Vicêncio**. Entreletras, Araguaína/TO, v. 8, n. 1, jan./jun. 2017.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

FENÔMENOS TEXTUAIS E CONTEXTUAIS NO PROCESSO DE COMPREENSÃO LEITORA

MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO¹

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, Brasil; Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, Teresina, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-1160-9359>; angelifreire@edu.ufpi.br

INTRODUÇÃO

"...a linguagem sempre nos conduz ao que está por trás de si mesma e da fachada da expressão verbal visível que ela apresenta inicialmente" (Gadamer, 1976, p.8)

A reflexão sobre como se processa o entendimento sobre o mundo e o papel da linguagem nesse processo é complexa, mas sobre esse processamento é possível dizer que ele parte da capacidade de percepção de cada sujeito e das representações que são geradas para um mundo particular no coletivo, compartilhadas pela "fachada da expressão verbal visível". Identificar essa relação percepção-representação é um passo inicial para refletir sobre a compreensão, em que se envolvem conjugação e abstração de significados.

Para a experiência leitora, contam-se conhecimentos sobre o mundo e as relações nele estabelecidas: cognitivas, linguísticas, sociais e culturais. Ainda que estabelecidas as relações, não há garantia de que reconhecer, representar e apresentar definam o processo de compreensão em sua totalidade.

Diante da complexidade do processamento da compreensão leitora, e das diversas perspectivas teóricas que procuram refletir sobre o tema, fez-se necessário o recorte de abordagem no artigo, que é o direcionamento teórico sobre a compreensão do texto escrito, conjugando reflexões dos estudos semânticos e pragmáticos. Estudos que propõem um modelo cognitivo para a compreensão, perpassando uma análise textual e seu processamento integraram o escopo teórico para a argumentação proposta, com base nos autores: Kintsch e Rawson (2013), Van Dijk (1992), Dascal (2006), Marcuschi (2011) e Koch (2006); ainda, uma abordagem dialógica à luz das contribuições de Bakhtin (1997).

A compreensão é resultante da capacidade de o leitor construir uma representação semântica do objeto de leitura, isso significa propor um modelo de leitura que não só ressalte as informações expressas na proposição textual (as quais são identificadas e selecionadas pelo leitor), mas também as inter-relações a partir dessa proposição. As palavras do locutor são "passadas" ao leitor através do texto, é uma conversa, como afirma Bakhtin (1997, p. 294) "o locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão ativa do outro" essa alternância confere ao leitor a posição de locutor. Para construir o modelo da situação comunicativa, o leitor recupera o conhecimento prévio em relação ao assunto do texto e o integra às novas informações expressas pela

materialidade linguística, integrando o novo com o velho, em sua memória, para a organização do conteúdo no texto, produzindo ativamente suas respostas.

Com base em estudos da Psicologia Cognitiva, precisamente a teoria do processamento da informação, que busca explicar o processamento da informação na mente humana, como os sujeitos percebem, aprendem, recordam e processam as informações, afirma-se que para a compreensão de um texto há um processamento complexo de informações. Associa-se tal explicação ao entendimento da leitura como atividade interativa que envolve leitor-texto-contexto. É por meio dessa interação que o leitor constrói ativamente significados, levantando hipóteses coerentes para um texto.

O leitor que na interação com o texto não recupera as informações em sua memória, as quais são importantes para a sua compreensão, e não as integra às novas informações fornecidas pelo texto, não o compreende em maior grau. Não basta formar uma base textual correspondente, a partir da identificação das proposições textuais, é necessário o inter-relacionamento das proposições com base em aspectos pragmáticos. No caso de priorizar o reconhecimento de proposições, o leitor pode até reproduzir o texto mecanicamente, mas isso não significa compreender. A compreensão envolve a reflexão sobre a formação da base textual e a representação da situação descrita pelo texto, que é recuperada via inferencial, o que pode ser entendido como modelo situacional e, ainda, a capacidade de reformulação com ou sem acréscimo de novas informações.

Para os autores Kintsch e Rawson (2013); Van Dijk (1992), a compreensão de um texto envolve a elaboração de uma representação textual, que diz respeito à estrutura linguística e o seu significado, e a abstração a partir dela, o que corresponde a um modelo mental da situação descrita no texto. Esse modelo mental não é só construído com base nas informações expressas na proposição textual, as quais são identificadas e selecionadas pelo leitor, mas também com base na recuperação, via conhecimento prévio, do assunto do texto. Para tal, as inferências são necessárias, e elas envolvem o conhecimento linguístico, textual e enciclopédico do leitor. Além desses aspectos, faz-se necessário observar as condições de produção, o contexto social e o leitor.

O bom leitor, portanto, será aquele capaz de identificar o conteúdo informacional do texto, reformulá-lo e estabelecer relações a partir dele, o que envolve a produção de inferências na conjunção de aspectos de ordem sintático-semântica e pragmática, que são integradas na operacionalização

da significação no texto, a partir da observação de suas 'camadas de significância' (Dascal, 2006): sentença, proposição, fenômenos pragmáticos que, conjuntamente, revelam intenção.

Neste capítulo expõem-se reflexões sobre os processos básicos envolvidos na compreensão do texto escrito. Defende-se que a compreensão é uma atividade cognitiva que envolve não só aspectos linguísticos, mas também se associa a uma rede de fenômenos pragmáticos. O capítulo está organizado em duas seções, acrescidas das considerações finais. Na primeira seção, destacam-se um conceito de texto e aspectos constitutivos do processamento leitor; na segunda, destaca-se a relação texto e leitor.

O TEXTO EM CONSTRUTO E ESPECIFICIDADES PARA A COMPREENSÃO

Para seguir com a explanação, é importante pontuar, em diálogo com as teorias de base da Linguística textual e da Pragmática, disciplinas que se situam no contexto das teorias discursivas, que o texto se constitui em atos comunicativos e, como tal, tem suas feições a partir de intenções, contextos, funções e interlocução.

Pode-se conceber o texto como um construto, um cenário em que se configuram ações languageiras, performáticas (Austin, 1960). Os textos são unidades de sentido que se inscrevem nas interações, são enunciados que se estabelecem na alternância dos sujeitos "falantes" o locutor que se expressa e espera o outro em posição responsiva. Para Bakhtin, (1997, p.302) "aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras isoladas)". Nesse processo de "fala" os interlocutores são mobilizados por uma intenção comunicativa, em que o outro funciona como um "aparente" limite para aquele que fala ou escreve e, na condição de ouvinte ou leitor, cabe uma resposta para o "querer-dizer" do locutor. Assim, todo nosso dizer é constituído na expectativa de resposta. Segundo Bakhtin ([1979]1997):

O primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a possibilidade de responder – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele (por exemplo, executar uma ordem). Esse critério vale tanto para a curta pergunta banal, por exemplo: "Que horas são?" (pode-se respondê-la) ou para o pedido banal ao qual se

pode aceder ou não aceder, quanto para a exposição científica, com a qual se pode concordar ou discordar (total ou parcialmente), e para o romance (no âmbito artístico), sobre o qual se pode formular um juízo de conjunto. É necessário o acabamento para tornar possível uma reação ao enunciado. Não basta que o enunciado seja inteligível no nível da língua. Bakhtin (1997, p. 300)

O autor afirma que a compreensão de uma fala viva é uma atitude responsivo-ativa. Esse entendimento diz respeito aos enunciados em geral, nas distintas modalidades. Na relação de interlocução, a compreensão é a baliza para a constituição do enunciado como prática comunicativa, em que há um “dever de compreender” que se constitui no contexto de comunicação.

Daí Dascal (2006, p. 107) afirmar que toda compreensão é sempre pragmática, não é só compreender apenas as palavras, o significado da sentença em si, mas procurar alcançar as intenções do falante. Para o autor, quem realiza um ato comunicativo tem a expectativa de que “por meio do seu ato comunicativo, seu interlocutor possa ‘entrar em contato’ com o seu estado mental, ou seja, (...) o seu ato gera um dever para o destinatário, o ‘dever de compreender’”. Nem sempre o interlocutor obtém êxito nessa relação porque os atos comunicativos não são transparentes e não é possível alcançar o “estado mental” do locutor. Estabelece-se um jogo que, para o interlocutor, é o de se aproximar de uma intenção tendo por base a elocução, o contexto linguístico.

Em retomada ao tópico sobre a representação textual e o modelo situacional é importante destacar, no que diz respeito à compreensão, que é necessário ampliar o foco para além da “apresentação textual”, em nível lexical, sintático e semântico. No entanto, não se pode ignorar essa representação porque a compreensão se inicia na identificação de palavras, sentenças e no estabelecimento de relações coerentes para a significação no texto, observando o que atravessa a “fachada da expressão verbal”, a informação metalinguística. Para Dascal (2006):

(...) o chamado significado normalmente é confinado ao ‘conteúdo proposicional’ da sentença, a significância da elocução da sentença inclui outros fatores além do conteúdo proposicional: a razão da elocução do falante (que pode envolver ou o ‘ponto’ da elocução ou a sua ‘motivação’, ou ambos), a força ilocucionária da elocução, o grau de compromisso do falante com o que ele disse (...) as mensagens indiretas – tais como as ‘implicaturas conversacionais’ – que a elocução pode ou não transmitir

(intencionalmente), a informação não-intencional sobre o falante e as suas crenças que podem ser apuradas a partir da elocução, etc. Dascal (2006, p. 326)

Entender como se processam informações no texto e identificar os elementos que conduzem a uma significação é a base do processo de compreensão do texto; trata-se de uma relação entre o que há explicitado na materialidade e o que pode ser a ela vinculado, e a partir dela, considerando a situação no texto. É essa relação existente entre a materialidade e o seu contexto situacional que envolve características específicas a qual o texto remete. Nesse caso, o leitor precisa selecionar características situacionais que, embora não estejam mencionadas explicitamente no texto, fazem parte dele.

O leitor, ao entrar em contato com essa materialidade, procurará identificar o que as proposições significam. Ele procurará motivos, sentidos para elas buscando a razão do modo e das escolhas feitas. Nota-se que o leitor, como peça constituinte no ato comunicativo, tem um papel importante, mas não cabe somente a ele a construção do sentido, pois o sentido é estabelecido em negociação: produtor, texto e leitor. Como destacado, trata-se de um "ato comunicativo" o qual é movido por uma intenção, a intenção de alguém para comunicar algo; portanto, o texto comporta a intenção de um locutor, a comunicação, portanto, se estabelece por meio do texto como ponte para os pares locutor e leitor.

Nesse processo de compreensão, portanto, outros elementos precisam ser considerados: a passagem entre o texto e o leitor, quem está na outra ponta do processo de produção. Então, o locutor que elabora e organiza a materialidade estabelece um roteiro para que seu leitor o compreenda, e para tal é necessário considerar o contexto em sua função "completadora", conforme Dascal (2006, p. 43). O autor destaca dois tipos gerais de informação contextual que se interligam ao processamento da compreensão: o contexto metalinguístico e o contexto extralinguístico, ambos possuem subdivisão em níveis específico, intermediário e geral.

O contexto metalinguístico é uma generalização da noção de co-texto. Ele envolve a informação linguística, as convenções e o conhecimento estrutural, já o contexto extralinguístico diz respeito às circunstâncias situacionais no entorno linguístico, envolvendo as circunstâncias sociocomunicativas do leitor. Nas palavras do autor:

[o contexto metalinguístico] inclui o "texto" ou "discurso" no qual a elocução a ser interpretada está inserida, assim como outros tipos de informação linguística, como a língua

e o dialeto do falante, o gênero ao qual pertence esse discurso em particular, o registro que o falante emprega nessa elocução em particular, as normas comunicativas pertinentes à situação específica em que a elocução é proferida, entre outros. (...) O contexto extralinguístico inclui informações sobre o universo de referência ao qual a elocução se refere, o conhecimento de fundo background e de crenças compartilhado entre falante e destinatário, as circunstâncias específicas da situação de elocução, os hábitos e as idiossincrasias do falante e do destinatário” (Dascal, 2006, p. 45).

Como os textos nunca são totalmente explícitos, sempre existem lacunas (como “espaços em branco”) para o leitor, nesse movimento de leitura, ele altera, modela e revê o modo de preenchimento, e isso ocorre de forma instantânea, ou seja, no acontecimento da leitura, independente do tempo de leitura ou nova leitura realizada para o mesmo texto. Para o estabelecimento das inferências necessárias ao texto, para que ocorra uma compreensão em maior grau, exige-se conhecimento para que isso ocorra. Assim, pode-se entender que lacunas e inferências são fenômenos interligados, conforme Dascal (2006):

(...) a expressão verbal em um texto ou discurso está sempre incompleta, no sentido de que existe um ‘significado’ por trás do que é nela explicitamente expresso, não se pode esperar obter uma ‘compreensão’ total ou suficientemente ampla de uma peça do discurso, enfocando somente ela. O(s) significados implícitos só podem ser revelados, descobertos ou conjecturados, apelando-se conjuntamente ao que é linguisticamente expresso e ao ‘contexto’. Dascal (2006, p. 644)

O texto é como “pele” instaurada por palavras, constituidoras de sua materialidade, a qual é “cortada” pelo leitor por meio da identificação de camadas de significação. O leitor busca costurar as palavras, considerando a intenção geradora do enunciado, preenchendo as lacunas por ele reconhecidas. Nesse processo, fatores diversos estão envolvidos.

O dizer expresso no texto precisa ser “costurado” em enlaces coerentes, e necessita contemplar o universo inferível a ser identificado pelo leitor. Para isso, ele realiza um exame minucioso da expressão verbal, agregando suas impressões, experiências, e revela no contato com a materialidade sua perspicácia não só em identificar as particularidades do texto, seja pela identificação de pistas, seja pela identificação de lacunas, mas também em

conversar com esse texto que é constituído por camadas de significância que se inter-relacionam para que a elocução seja compreendida.

Por essa razão, compreender um texto é ultrapassar em grande medida sua materialidade, considerando níveis inferenciais, sem abandoná-la. As inferências, com base na visão de Dascal, surgem a partir de lacunas que, para o seu preenchimento, contam com a ativação automática de conhecimentos do leitor (inferência local), desde que o leitor tenha familiaridade com o que o texto diz, como no exemplo: O aparelho de jantar que eu ganhei não está mais completo, quebrou um prato. O leitor tem conhecimento sobre o que é um aparelho de jantar e de que o prato é umas das peças que o compõem; portanto, aparelho de jantar, alimentação, prato são elementos que estão inter-relacionados. Essa relação se dá pela ativação automática de conhecimento, isto é, a ativação de frames (Fillmore, 2009 [1982]).

Os frames são um tipo de inferência ativada para a interpretação de um enunciado; são esquemas formulados por nossas experiências na memória. Para o autor, o processo de compreensão de um texto envolve recuperar ou perceber os frames evocados pelo conteúdo lexical do texto e combinar esse tipo de conhecimento esquemático [...] a fim de conceber uma determinada 'visualização' do 'mundo' do texto" (Fillmore, 2009 [1982], p.37).

Há inferências que requerem do leitor maior tempo na recuperação de informações, ou seja, na ativação de conhecimentos relevantes e necessários à compreensão, e que exigem um controle consciente para relacionar as estruturas de conhecimento existentes sobre um dado texto. No exemplo: "Além do aparelho de jantar, eu ganhei um jogo de sousplat da Porto Brasil". Para esse enunciado, o leitor precisa saber o que é sousplat, qual a sua relação com aparelho de jantar e o que é Porto Brasil. E a depender do leitor, esse será um conhecimento a ser recuperado, saber que sousplat é o prato com um diâmetro maior em relação ao prato que serve a comida, colocado como base para esse prato de servir a refeição; e ainda, que a Porto Brasil é uma empresa brasileira que comercializa cerâmicas. A depender do leitor, essas informações não são rapidamente recuperáveis. O exemplo é simplista em relação ao todo que envolve o processo de compreensão leitora, os diferentes gêneros e o conteúdo informacional que pode vir a integrar um texto, mas esclarece a distinção que se propõe entre inferências locais e globais.

Em suma, para compreender um texto, o leitor deve levar em consideração os aspectos linguísticos, discursivos e pragmáticos que o envolvem

(i) o reconhecimento da materialidade verbal, nível linguístico; (ii) a relação remissiva ou de retomada entre as proposições de modo coerente, bem como a organização dos tópicos, o nível semântico do texto e os processos inferenciais e (iii) a representação da situação descrita pelo texto na relação com a exterioridade. Uma compreensão que se limite às inter-relações do que é explicitamente expresso na materialidade é superficial, mesmo porque a expressão verbal em si mesma é um apoio para a projeção do que se intenciona dizer, é a “fachada” que dá acesso ao que se pretende comunicar.

ORIENTAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO TEXTUAL PARA A COMPREENSÃO

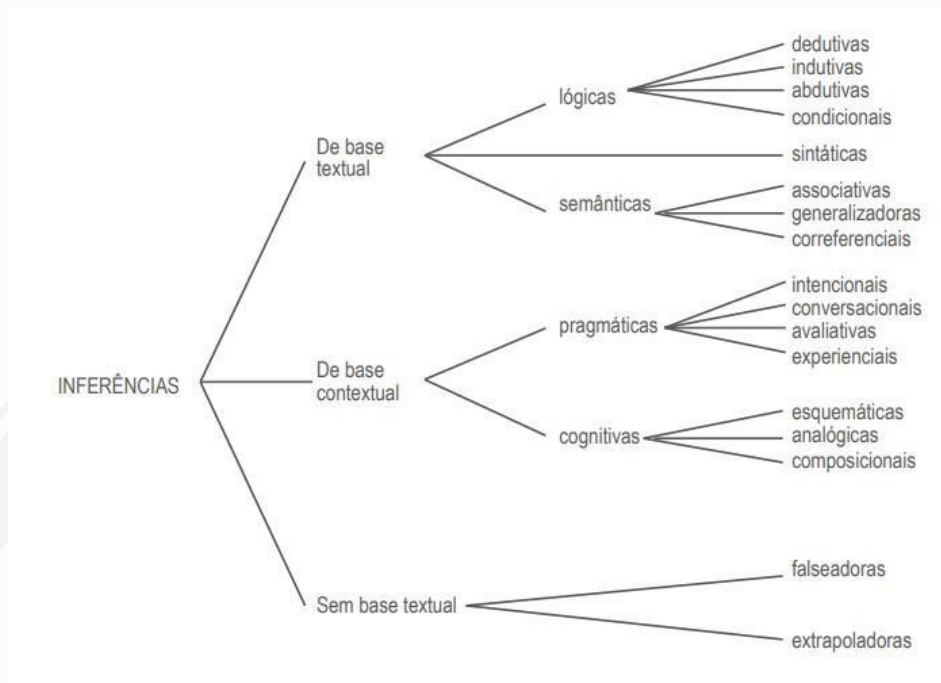
No que tange a essas reflexões para o contexto de ensino, verifica-se que cabe ao aluno identificar as informações relevantes no texto, envolvendo o metalinguístico e o extralinguístico, e relacioná-las com base em seu conhecimento prévio, que é acessado por meio de aspectos cognitivos e sociais, o que está além do texto. E é nesse processo, caso aconteça de modo coerente, em relação ao conteúdo no texto, que o aluno/leitor pode revelar a sua compreensão, a partir do modo como ele elabora a representação semântica do texto, ou seja, como ele responde e expõe o conteúdo global (VAN DIJK, 1992), o que pode ser modificado em outras interações com o mesmo texto.

As inferências produzidas partem de pistas que o leitor identifica no texto, elas são pontes para a significação, dizem respeito a hipóteses que o leitor estabelece para integrar conteúdos no texto, o que envolve também o contexto do texto. Essas inferências podem se destacar na perspectiva sintático-semântica (base textual) e na perspectiva contextual (da qual faz parte o conhecimento do leitor em diálogo com o que está no texto, suas experiências). Em suma, as inferências estabelecidas pelo leitor têm a função de integrar informações no texto, ao passo que o leitor vai integrando as informações, ele estabelece relações de sentido unindo as ideias de modo coerente. Por essa razão, a atividade de compreensão é inferencial, em sua natureza, e é complexa por envolver fenômenos cognitivos, textuais e pragmáticos.

Esse processo revela níveis na relação com o texto, uma apresentação em camadas que são integradas por meio de inferências, suas camadas de significância (Dascal, 2006), são eles: o terreno do material linguístico expresso; o nível intermediário, que conta com as inferências a partir

do conteúdo do texto, o seu contexto situacional; o nível mais profundo, envolve os níveis anteriores, no qual o conhecimento de mundo do leitor, suas crenças, opiniões se sobressaem para o diálogo com o texto; e, ainda, um nível de extrapolação, em que se distancia do núcleo informacional no texto. Nesse entendimento que Marcuschi (2011) propõe tipos de inferências que o leitor usa no contato com o texto. Destacam-se a seguir:

Figure 1 - Retirado de Marcuschi (2011), p.96



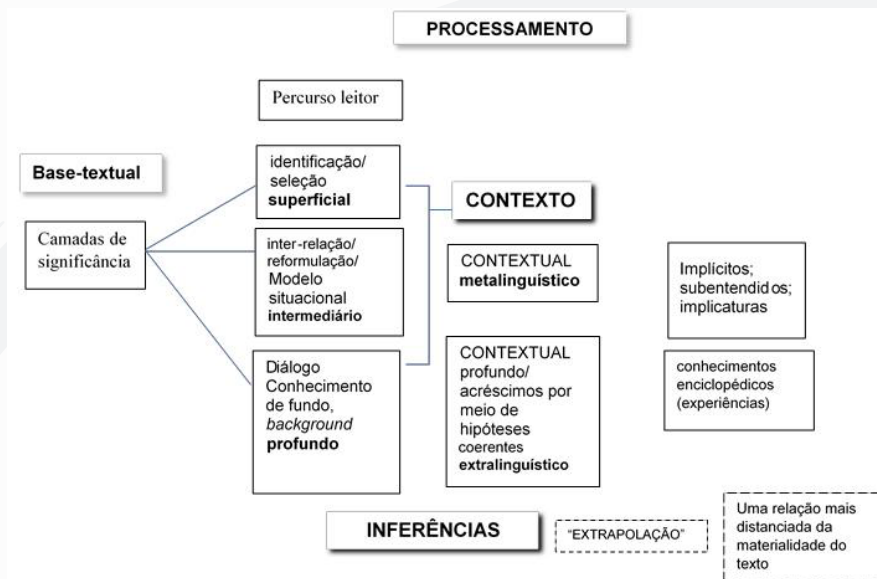
Um olhar inocente do leitor diante de um texto não lhe permitirá enxergar o dizer para além do que se expressa na materialidade, é preciso um olhar atento para identificar como o cultural o atravessa para construir a experiência leitora. A bagagem sociocultural e as experiências do leitor modificam o modo de ver o texto, e isso lhe permite refazer seu percurso inicial de leitura, a partir de uma experiência prévia. Ele reconstrói o conteúdo do texto, produzindo um novo texto que corresponda às condições pragmáticas e contextuais, o que acontece por meio da identificação de proposições relevantes no texto, ou seja, da relação entre estrutura textual e compreensão.

Do ponto de vista do mapeamento a ser feito pelo leitor diante do texto, a afirmação que se estabelece é a de que a atividade de compreensão

envolve a identificação de informações objetivas: **base-textual** (núcleo informacional); **informações contextuais** (inferíveis) e informações no domínio das **extrapolações**. Essas informações inferíveis e, do mesmo modo, as que demonstram o que não tem relação coerente com o texto são detectadas por meio de indícios que podem revelar um percurso leitor.

Propõe-se um esquema que busca resumir a exposição. A proposta parte da confluência de posicionamentos dos autores Van Dijk (1983 – 1992); sobre a relação estrutura e compreensão; Dascal (2006) nos níveis metalinguísticos e extralinguísticos e Marcuschi (2011) sobre a atividade de compreensão como atividade inferencial em sua natureza.

Figure 2: Elaborado pela autora



Entende-se que o texto tem uma base textual que envolve o metalinguístico e o extralinguístico; portanto, uma superfície e sua circunvizinhança em condições situacionais, pragmáticas e socioculturais que são dependentes das experiências e das vivências do leitor. Assim, para a reconstrução da base-textual, o leitor identifica a estrutura e reformula seu conteúdo, não de modo idêntico, por meio de substituição e acréscimos. Esse processo acontece de modo inferencial, envolvendo informações metalinguísticas e extralinguísticas, as inter-relações no texto e a partir dele, o contexto pragmático que envolve as experiências do leitor, podendo ainda haver um contexto profundo que permite, também, extrapolações.

Para ilustrar, em parte, as reflexões expostas, destacamos um exemplo que pode evidenciar como o texto precisa de “completadores” para que a comunicação se estabeleça com sucesso:

Figura 3: <http://www.willtirando.com.br>



Antes do comentário pertinente ao que discorreremos neste artigo, faz-se importante assinalar que o exemplo é um texto multimodal e que são vários os elementos visuais, além do verbal, a serem observados e que importam para a construção de sentidos, mas que não constituem foco de discussão na proposta apresentada, dada a limitação do gênero. Há elementos que caracterizam as personagens da tirinha, do cartunista brasileiro Will Leitch, como mulheres que não são tão jovens e que o fator idade começa a ser mais visado, quando as ações do tempo precisam ser atenuadas. A depender do ponto de vista, tanto da pessoa, quanto da estética e o padrão social imposto, isso se torna um incômodo. Os cuidados, no caso retratado aqui, com a pele do rosto são mais intensificados pela preocupação com marcas que evidenciam a idade.

“Quando falo a minha idade, as pessoas se espantam”. Elas perguntam ‘como assim?’. A resposta “abacate” poderia, a princípio, ser considerada incoerente. Em caso da interação face a face, a explicação em resposta ao “como assim” poderia trazer os elementos esclarecedores, mas a relação inferencial é necessária para que a comunicação seja eficaz. O conhecimento prévio do leitor sobre o poder nutritivo do abacate poderá auxiliar no entendimento da tirinha. O abacate e seus benefícios, inclusive como fonte de vitamina C, podem auxiliar no combate ao envelhecimento da pele. Desse modo, a pele rejuvenescida é consequência de uma dieta rica em abacates ou resultado da aplicação de cremes com tal composição. E essa informação falta, ou precisa ser processada, ao interlocutor no texto da tirinha.

Pode-se dizer que a expressão “como assim” marca a ponte entre o enunciado produzido e o alcance do significado pelo leitor. Essa lacuna deve ser preenchida contextualmente, e isso envolve não só o contexto extralinguístico, mas também cognitivo. O sentido só é recuperado quando o significado literal é transgredido para o acesso à intenção comunicativa, o que é feito por meio de um contexto de ligação. Esse sentido é construído tendo por base conhecimentos compartilhados dos interlocutores.

As informações exteriores ao texto são importantes para que o leitor estabeleça as relações de sentido; sem elas, o leitor terá dificuldades em formular hipóteses coerentes. Isso significa que está em jogo a ativação de elementos pertinentes ao frame cognitivo, conforme Filmore (2009 [1982]), sobre produtos e benefícios para a pele; trata-se de uma inferência em que se integram elementos contextuais para que seja estabelecida uma ponte até o sentido esperado para o texto.

A Pragmática se ocupa dos mecanismos inferenciais empregados pelo leitor/ouvinte no reconhecimento da intenção comunicativa do locutor/falante, que deve ultrapassar o significado literal. Muitas vezes a significação está “velada” no texto, isto é, o leitor precisa operacionalizar estratégias para estabelecer uma ponte para construir a relação de sentido, o que caracteriza, conforme Grice (1967), uma implicatura conversacional. Quando o significado da sentença e da elocução não coincide com o significado aparente, as palavras podem transmitir um conteúdo diferente do que elas significam semanticamente.

Caberá ao leitor, em seu movimento cooperativo para o sentido, buscar variáveis que possam conduzi-lo à compreensão. A rede de implícitos deve ser recuperada pelo leitor para que as camadas de significação, além da estrutura semântica, sejam alcançadas, ainda que de modo parcial, pois não há explicitude total do dizer. Vê-se que nesse processo estão envolvidas informação imediata, a partir das convenções linguísticas, e as circunstâncias de elocução, conhecimentos que fazem parte do modelo mental do leitor em relação à situação descrita (frames) e o conhecimento de fundo que envolve os fatos, o contexto social, a partir do conhecimento ativado pelo leitor.

O leitor deve percorrer diferentes trajetos para o acesso aos sentidos possíveis para um texto; não basta a significação básica do que a expressão verbal mascara, é preciso, para recuperar a intenção comunicativa, atravessar esse material para construir os sentidos por meio dele veiculados, os quais podem ser modificados ao longo das interações. Segundo Dascal, “a compreensão perfeita seria possível quando a mente do outro

fosse inteiramente manipulada por uma pessoa ou quando alguém fosse capaz de 'colocar-se no lugar do outro' totalmente" (grifo nosso) (2006, p. 117), complementa "entrar na cabeça do outro e ver as coisas com seus olhos" (p.122). Assim, compreender é estabelecer um caminho de resposta que tem por base a busca da intenção do falante ou do locutor do texto; para tal, não basta identificar os sentidos que as palavras sustentam, mas o que o falante quer ao dizê-las, que conteúdo por meio delas se pode acessar, em outras palavras, buscar uma razão comunicacional para o texto, pois não há o alcance preciso do dizer do locutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A A leitura envolve a identificação de uma representação textual e sua "transformação" em significado; o reconhecimento, portanto, é a base do processamento leitor, o qual acontece por meio de múltiplos processos interdependentes. Ela é o reflexo de uma interação comunicativa entre as intenções do locutor do texto, o conteúdo do texto, o leitor e o contexto de interação, envolvendo habilidades cognitivas como percepção, memória, monitoramento e inferências.

O processo de compreensão do texto envolverá o modo de organização e a condução das informações apresentadas no texto, o que é responsável pelo conteúdo daquele texto, considerando o termo "informação" referindo-se a nível de visualização e suposição. Como o texto não diz respeito, unicamente, a esse nível informacional pode-se afirmar que compreender é mais do que identificar as informações textuais, é buscar o conteúdo por meio delas expresso a partir das marcações da intenção de um locutor. Essa busca parte do ponto de vista da análise textual e de seu processamento e será estabilizada conforme as experiências dos sujeitos, produzindo hipóteses sempre relacionadas ao contexto situacional e extralinguístico.

Compreender passa pelo estágio de identificar a organização das proposições que constitui a materialidade do texto, o que se denomina contexto ou contexto linguístico (Koch, 2006), estabelecer o encadeamento das proposições, o qual promove a textualidade, o que se refere não só aos elementos explicitados, mas ao entorno que corresponde à semântica no texto, ou seja, à relação sintático-semântica. Todavia, compreensão não envolve apenas esse processo de identificar e associar elementos na superfície de acesso ao conteúdo do texto. É preciso identificar a razão de

tal associação, os sentidos que a permitem e o quanto da exterioridade é necessário para que um sentido seja construído e estabilizado

Com base no que conhece do texto, o leitor estabelecerá relações, o que é feito por meio de inferências, operacionalizando implícitos, subentendidos. São muitas as manobras para a produção de sentidos: identificar o gênero, reconhecer implícitos, as implicaturas, estabelecer inferências; enfim, buscar o que não está na elocução, mas que faz parte dela. É preciso atravessá-la para se aproximar ao querer-dizer do enunciador, e a elocução é um ponto de partida.

O processo de atribuição de sentidos também envolve a opinião do leitor, suas crenças e valores e, a depender do modo como ele os correlaciona ao texto, poderá se distanciar da intenção do locutor. Assim, nesse jogo de sentidos poderá, também, extrapolar o conteúdo do texto, distanciando-se dele.

O lugar dessas reflexões como orientação para o professor e para o seu trabalho na sala de aula, com o ensino da leitura, está em evidenciar para o seu aluno os diferentes fenômenos linguísticos e pragmáticos que devem ser considerados quando em contato com o texto. Esse trabalho deve ser uma espécie de bússola na condução das atividades de perícia textual em que as camadas textuais possam ser identificadas e que a sua participação ativa, enquanto leitor, leve em consideração não só o conhecimento das situações expressas no texto, mas também a sua bagagem que envolve não só as experiências no mundo, mas também a sua sensibilidade em relação a elas e aos contextos que perpassam os textos.

ABSTRACT

The reader, in his experience with the text, follows a way of access to the utterances, this structure that founds the text is not transparent, so it is necessary for the reader to make a textual expertise to understand the words of the other, that is, to communicate successfully. To this end, it is essential to consider communicative intent and enunciation situation. Pragmatics should reflect on the communication between the subjects and the scope of understanding in this process; for this reason, this area of Linguistics bases the reflections proposed in this article, complemented by the theoretical assumptions of Cognitive Linguistics, which are related to the way we express ourselves through language from our experiences. Arguments defended by Van Dijk (1996); Kintsch and Rawson (2013); Marcuschi (2011), Dascal (2006), Bakhtin (1997; 2006), Filmore (2009), Koch (2006) underlie the study. Through this theoretical-conceptual and commentary approach, in an

interpretative perspective, the objective is to discuss the reader's path when in contact with the written text for understanding. It can be concluded that, for this path, the integration of information identified in the text and the reader's previous knowledge are involved in order to form the situational model, which is based on cohesive-coherent hypotheses, plus inferential strategies underlying the whole process of reading comprehension.

Keywords: Text, Inferences, Situational model, Reading comprehension.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**, 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

FILLMORE, C. **Semântica de frames**. In: Cadernos de Tradução, 25, 2009, p. 25-54.

DASCAL, M. **Interpretação e compreensão**. Rio Grande do Sul, Editora Unisinos, 2006
GRICE, H. P. 1967 [1957]. Meaning. Philosophical. Review 66: 337-388, [Reprinted in P.F. Strawson (ed.). Philosophical Logic. Oxford University Press, 39-48; also in Grice, 1989]

KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**, São Paulo, Cortez, 2006.

DIJK, Van. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo, Contexto, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Compreensão textual como trabalho criativo**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 89-103, v. 11.

Walter Kintsch and Katherine A. Rawson. **Compreensão**. In: HULMES, Charles e SNOWLING, Margareth J (orgs.). A ciência da leitura. Porto Alegre, RS, Editora Penso, 2013.

CONTEXTO E COMPREENSÃO LEITORA: UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

RAIMUNDA GOMES DE CARVALHO BELINI¹

RESUMO

Inúmeras pesquisas científicas abordam o livro didático como objeto de estudo, com o propósito de definir bases teóricas sustentáveis, sob diversos enfoques metodológicos e epistemológicos, especialmente, nas áreas das ciências humana e da linguagem. Objetivamos, neste estudo, analisar os elementos contextuais norteadores do processo de compreensão textual e habilidades de leitura apresentados nos livros didáticos de Língua Portuguesa, no Ensino Médio. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa descritiva de base documental, com abordagem qualitativa, de um livro didático de Língua Portuguesa, utilizado no Ensino Médio, aprovado no Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2017). Os resultados descrevem a predominância de comandos simples para leitura, como "leia o painel de textos a seguir", "observe este painel de imagem", "leia os textos", sem maiores explicações contextuais, funcionas, formais, que incitem a curiosidade e conduzam à análise e interpretação do texto com a construção e ampliação dos sentidos iniciais da leitura. É preciso, sobretudo, uma ação de envolvimento e desenvolvimento da leitura, para além de estratégias de localização no texto; de retomada de palavras e de informações; de formulação e verificação de hipóteses; de produção de inferências textuais. Ressaltamos um longo caminho a ser percorrido, em se tratando das abordagens do livro didático em relação ao contexto, ao texto e à compreensão leitora, com base nas exigências e nas necessidades de um ensino de leitura que considere o falante/ouvinte e produtor/leitor como sujeitos sociais, circunscritos à história, à cultura, às ideologias e às tecnologias.

Palavras-chave: Contexto. Leitura. Ensino Médio. Livro Didático.

¹ Doutora em Linguística, pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora de Língua Portuguesa, no Instituto Federal do Piauí – IFPI, e-mail: raimundinhagomes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ainda que atualmente, em muitos casos, os professores possam contar com ferramentas tecnológicas como computador, internet, aplicativos, plataformas digitais, bem como curso de formação continuada e o próprio livro didático (LD), verificamos a recorrência de práticas de ensino de leitura e de escrita, desenvolvidas em sala de aula, aplicadas pelos professores com seus estudantes, nos diferentes níveis de ensino, que ainda são pouco conducentes para formação do leitor crítico. Conduzir os estudantes à apropriação da leitura e da escrita com autonomia, protagonismo e criticidade ainda se caracteriza como um grande desafio permeado pelas dificuldades encontradas no ensino, especialmente, pelo professor de Língua Portuguesa da Educação Básica a quem é atribuído, quase que com exclusividade, o papel de ensinar a ler e a escrever.

Destacamos que essa realidade é recoberta, dentre outros aspectos, pelos baixos indicadores socioeconômicos brasileiros; pela falta de infraestrutura das escolas; pela inexistência de planos de valorização do professor; pela ausência do desejo de prosseguir nos estudos por parte desses estudantes. Ressaltamos, porém, que não são preocupações nossas discutirmos sobre essas adversidades, embora reconheçamos que se trata de causas inseparáveis em relação à ineficiência das práticas de leitura e de escrita desenvolvidas na escola, com consequências que exigem importantes e grandes reflexões dos mais diversos atores sociais sobre os inúmeros processos de formação desse leitor.

Nossa preocupação, nesta investigação, está voltada para a tentativa de articularmos os estudos linguísticos sobre o contexto, considerando a compreensão do texto e das habilidades de leitura, orientada pelo livro didático. Em meio, a tantas fontes de análises, em que o processo de compreensão e habilidades da leitura associada ao contexto pode ser estudado, nosso foco de investigação centra-se no livro didático, importante instrumento utilizado pelo professor e, muitas vezes, única fonte de apoio didático e material exclusivo de consulta do aluno fora da escola.

Inúmeras são as pesquisas científicas voltadas para esse instrumento didático como objeto de análise, com o propósito de definir bases teóricas sustentáveis, sob diversos enfoques metodológicos e epistemológicos, especialmente, nas áreas das ciências humana e da linguagem, como Letras, Linguística, Teoria da Literatura, Comunicação Social, Educação etc. Nesse sentido, enfatizamos que é necessário construirmos um

arcabouço teórico e metodológico que nos possibilite construir respostas e responder às perguntas e aos problemas que a escola nos apresenta, que repercutem em questões sociais. Apesar do grande interesse em se investigar esse objeto de estudo, sob uma gama de abordagens, ainda se faz muito presente nos dias de hoje, em pleno 2021, a premissa de que “não houve praticamente alterações na metodologia de pesquisa e, consequentemente, nas categorias de análise” dos trabalhos envolvendo livros didáticos (BUZEN JÚNIOR, 2005, p. 11).

Na verdade, muitos desses estudos se reservam, em geral, em realizar uma avaliação e uma comparação das abordagens dos conteúdos, em unidades temáticas das obras didáticas de língua materna, propondo novas formas de tratar os diversos conteúdos. O que propomos aqui vai além dessa avaliação e constitui fruto da preocupação em discutirmos os encaminhamentos dados pelas atividades de leitura nos livros didáticos de Língua Portuguesa, considerando as distintas possibilidades de compreensão textual com um olhar disciplinador orientado pelo contexto.

Nessa perspectiva, objetivamos analisar os elementos contextuais norteadores do processo de compreensão textual e de habilidades de leitura, apresentados nos livros didáticos de Língua Portuguesa, no Ensino Médio. O nosso foco concentra-se, pois, na análise entre contexto, compreensão textual e habilidade de leitura, procurando entender essas relações estabelecidas com o objetivo de compreender as contribuições dessas abordagens para a formação do indivíduo leitor e autor de seus dizeres, de seus textos.

Frente à delimitação que exige um trabalho científico dessa natureza, este artigo está estruturado da seguinte forma. Inicialmente apresentamos a contextualização e a problemática envoltas ao tema, às questões norteadoras e aos objetivos definidos. Em seguida, discorreremos sobre os fundamentos teóricos e os estudos que ancoram nossas análises (MARCUSCHI, 2008; 2011; Van DIJK, 2017), procurando situar-se a partir de uma breve sinopse das concepções de contexto e as contribuições para o ensino da leitura e da escrita em relação ao livro didático. Prosseguindo, descrevemos o percurso metodológico e as etapas de desenvolvimento da pesquisa, de modo a situar e demonstrar o processo empreendido. Na seção das análises, procuramos apresentar as discussões que circunscrevem esta investigação, o contexto e a compressão leitora no livro didático de Língua Portuguesa, procurando interpretar e analisar o tratamento dado ao tema. E, por último, tecemos nossas considerações a respeito do que

aqui apresentamos e que certamente servirá para novos olhares sobre o contexto e a habilidades de leitura, com enfoque no livro didático.

CONTEXTO E COMPREENSÃO: UM OLHAR REFLEXIVO DE CRIVO TEÓRICO

Quando diferentes indivíduos leem um mesmo texto e apresentam diferentes compreensões sobre esse texto ou quando leem um texto e informam não compreenderem o que leram, nós nos questionamos: Por que o aluno não compreendeu o texto que leu? O que levou o aluno a desenvolver essa interpretação? O que aconteceu nesse processo da compreensão da leitura? Provavelmente isso acontece porque, segundo Marcuschi (2008), cada leitor carrega consigo uma bagagem de experiências distintas de grande importância para a realização da construção de sentidos dos textos.

Nas palavras de Marcuschi (2011, p. 89), "compreender bem um texto exige habilidade e trabalho", pois devemos considerar que "compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva". Nas palavras do autor "é muito mais uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade". Para compreendermos um texto, precisamos entendê-lo em seus contextos. Desse modo, para o desenvolvimento de possibilidades de leitura de um texto e compreensão textual, é necessário que o produtor/leitor, falante/ouvinte, não apenas leve em consideração a informação textual, mas também o contexto, que pode ser, dentre outras, de ordem linguística, social, cognitiva e cultural.

Como nos mostra Marcuschi (2011, p. 90), "compreender é uma atividade colaborativa que se dá na interação entre leitor-texto-autor ou ouvinte-texto-falante", na qual podem ocorrer desencontros, desentendimentos, desavenças, incompreensões, afinal a "compreensão é também um exercício de convivência sociocultural". Acrescentamos, amparados por Van Dijk (2017, p. 39), que os contextos podem representar "situações sociais ou comunicativas em vários níveis de generalidade ou granularidade", por envolver situações de interações históricas, ampla, totalizadoras como também situações de interações momentâneas, face a face, localizadas.

Com base dos modos de manifestações, devemos considerar os contextos como definições subjetivas dos participantes nas situações interacionais ou comunicativas. E por se tratar de construções subjetivas

dos sujeitos, ressaltamos que são experiências únicas, decorrentes das vivências, que revelam conhecimentos, opiniões, perspectivas, emoções referentes à situação comunicativa em curso. Esses contextos que se recobrem de subjetividade, pessoalidade e unicidade, de acordo com Van Dijk (2017, p. 34). "condicionam maneiras únicas de usar a linguagem, ou seja, discursos únicos".

Nesse sentido, quando falante/ouvinte e produtor/leitor são vistos como sujeitos sociais, que estão circunscritos à história, cultura, às ideologias e, mesmo, às tecnologias, o contexto passa a ter um lugar de destaque nesse processo de construção de sentidos por meio de seus discursos, de seus textos, por envolver um conjunto de elementos como subjetividade, pessoalidade, unicidade que caracterizam os contextos de interação dos sujeitos.

Para analisar, pois, um texto, é necessário olharmos seu significado como representação de algum tipo de processo, acontecimento ou estado do mundo real que se associa também às experiências dos participantes. Certos traços do texto representam o mundo real como apreendido por nossa experiência (BARBISAN, 1995). Isso mostra o sentido experiencial do texto. Mas o texto não é só uma representação da realidade, de acordo com a autora. Compreendemos que o texto é uma manifestação metafórica do mundo experienciado, que vai além da mera ação de decodificação da língua/linguagem em suas modalidades. É, sobretudo, um modo de interação entre os sujeitos por meio do próprio texto. É um modo de agir que define o significado do interpessoal, no processo de interação social.

Dessa forma, precisamos estabelecer que a relação texto-contexto é dialética e se constrói pelo mundo micro e macro dos indivíduos. Segundo Barbisan (1995, p. 55), "o texto cria o contexto assim como o contexto cria o texto". Da relação entre os dois surge o significado, se dá a construção dos sentidos. Nessa relação entre texto e contexto, para a construção dos sentidos, situamos nosso olhar para as atividades de leitura desenvolvidas no livro didático, na tentativa de compreender os contextos instaurados e orientados para a leitura e a compreensão leitora.

Dito isso, na tentativa de nos fazer entender, elaborarmos um quadro ilustrativo demonstrando o entrelaçamento das concepções de língua/linguagem, texto, leitura e sujeito, para compreender as perspectivas de ensino, compreensão leitora e construção de sentidos adotadas no livro didático investigado:

Quadro 01: Esquema de Concepções de língua/linguagem, texto, leitura e sujeito

ENSINO	LÍNGUA	TEXTO	LEITURA	SUJEITO	SENTIDOS
Leitura e escrita	Expressão do pensamento	Produto lógico do pensamento	Pensamento do autor	Sujeito ideal psicológico	nas ideias do autor
Comunicação	Instrumento de comunicação	Produto acabado centrado no código	Decodificação	Sujeito determinado pelo sistema linguístico	no próprio texto, no código
Ação/ interação/ construção	Interação/ação	Processo dialógico e de interação	Interação: autor-texto- leitor contextual	Sujeito social e dialógico	na Interação autor-texto-leitor

Fonte: Elaboração direta da autora

Compreendemos, pois, com base nesse quadro, que as análises da compreensão da leitura com foco no texto e no contexto exigem considerar noções básicas de língua/linguagem, leitura e escrita. Contudo, outros conceitos precisam ser explorados, dentre eles, os de contexto, de sujeito e de ensino, sobre qual lançamos nosso olhar e nos ancoramos com o intuito de contribuirmos com o fundamento de que os textos são expressos e adquirem sentidos dentro de seus contextos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para atingir os objetivos a que nos propusemos, realizamos um estudo documental, descritivo interpretativo, de abordagem qualitativa, em que elegemos como documento e fonte de análise livros didáticos de Língua Portuguesa, do Ensino Médio, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2018. Contudo, neste artigo, apresentamos um recorte desta pesquisa mais ampla, cuja análise recai sobre o Volume 01 da obra *Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de autoria de William Cereja, Carolina Dias Viana e, Cristiane Damien, Editora Saraiva, 2016.

Selecionadas as obras, desenvolvemos um olhar descritivo, com abordagem qualitativa e realizamos o recorte para investigação, em particular. Contudo, é importante destacarmos que essa seleção não se deu de forma aleatória, pois consideramos que, dentre as 11 (onze) coleções resenhadas pelo Guia de Livros Didáticos (doravante GDL), no Ensino Médio, de Língua Portuguesa (BRASIL, 2017), esta obra aqui investigada apresenta excelentes recomendações pelo guia, no que diz respeito aos componentes de leitura e produção textual. Mas além disso, a análise aqui reportada

demonstra que a obra analisada aborda sobre as definições de texto e gêneros textuais, no primeiro capítulo da obra, além de não apresentar a clássica divisão do livro nas três partes: Literatura, Gramática e Produção de Texto.

É importante destacarmos que, em um primeiro passo da pesquisa, principiamos uma leitura prévia do livro, em toda a sua extensão, seguida de uma leitura minuciosa e comparativa com as descrições apresentadas no GDL (BRASIL, 2017), que originou os recortes selecionados, necessários para as análises, com base nos quais identificamos as seções referentes à exploração temática.

Para tanto, desenvolvemos a análise empreendida a partir das unidades temáticas do livro didático do professor, procurando observar também os diálogos, as orientações e as recomendações destinadas aos docentes, em relação à compreensão do texto, às orientações de leitura e aos marcos e micros contextos, na tentativa de alcançarmos os objetivos a que nos propusemos.

Contudo, neste trabalho, não nos limitaremos apresentar imagens de trechos originais da obra, retirados das páginas do livro, por limitação do espaço reservado a este trabalho. Além disso, o nosso olhar foi conduzido por uma análise crítica geral da obra, ancorada nos fundamentos teóricos e no Quadro 01 de concepções previamente demonstrado. Focalizamos, portanto, as seções do livro relacionadas à exploração do tema que pudessem responder aos objetivos propostos para esta pesquisa, conforme demonstramos na seção das análises que segue.

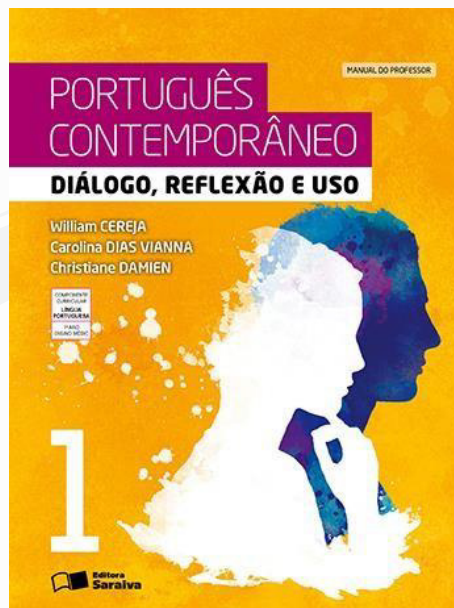
CONTEXTO E COMPREENSÃO: UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE LINGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

Partimos em nossa análise do GDL (BRASIL, 2017, p. 10), quando o documento postula que o livro didático precisa “não só adensar o processo de apropriação de capacidades de leitura e escrita, especialmente as mais sofisticadas, por parte dos estudantes do Ensino Médio” mas é necessário, “sobretudo, transformar as práticas de letramento escolar, aproximando-as dos usos sociais da linguagem”. Entendemos que para ampliar e transformar essas práticas de letramento é importante que consideremos os diversos textos, as suas características de textualização, as múltiplas linguagens e capacidades de manifestação. Como também é importante compreendermos os fundamentos sobre texto, leitura e contexto e como o

contexto está posto nos livros para a compreensão do texto e desenvolvimento das habilidades de leitura.

Com base nesse enfoque, apresentamos as análises do livro *Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de autoria de William Cereja, Carolina Dias Viana e, Cristiane Damien, Editora Saraiva, 2016. A obra, que apresenta três volumes, seriados, destina-se ao Ensino Médio e encontra-se em sua primeira edição.

Figura 01: Capa do livro *Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, Vol 01.



Fonte: Cereja, Vianna e Damien (2016)

Contudo, ressaltamos que nossa análise aqui abordada recobre com exclusividade o Volume 01, voltado para a Primeira do Série do EM e destinado ao professor, considerando a delimitação exigida para este artigo. Destacamos que a obra está organizada em quatro unidades, que se subdividem em três capítulos, perfazendo 12 (doze) capítulos, distribuídos em 336 (trezentos e trinta e seis) páginas, incluindo pré-textuais e pós-textuais. No final do livro destinado ao professor, encontramos as *Orientações Didáticas* que descrevem a estrutura e a metodologia da obra bem como abordam sobre as sugestões e estratégias para o trabalho em sala de aula.

É importante ressaltarmos que o livro não traz aquela clássica divisão disciplinar em três partes: Literatura, Gramática e Redação, como observamos em diversos livros de Língua Portuguesa do EM. A divisão entre as

unidades se dá de forma articulada, com a apresentação de seções fixas capitulares, estruturadas sequencialmente em três eixos: Literatura; Língua e Linguagem; e Produção de texto. Um aspecto importante dessa estruturação diz respeito ao fato de que cada unidade traz um entrelaçamento entre esses eixos, a partir do próprio título e da organização e seleção textual que abre cada unidade: 1. Rumores da Língua e da Literatura; 2. Engenho e Arte; 3. Palavras em Movimento; 4. Palavra e Razão. De acordo com os próprios autores:

Na abertura da unidade, há sempre uma imagem representativa do período que será estudado em literatura, com uma legenda ampliada que comenta a obra. Além dessa imagem, em destaque, há também textos e imagens relacionados aos conteúdos de gramática e de literatura que serão trabalhados, bem como o anúncio do projeto de produção textual que será realizado pelos estudantes ao longo da unidade (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 342).

Cada unidade, que se encontra organizada em capítulos, conforme já explicitamos, direciona as abordagens com foco no texto, o que possibilita a leitura, análise, interpretação e compreensão de uma diversidade de textos contextualizados com os conteúdos trabalhados nos três eixos: literatura, linguagens e produção escrita, além de permitir o trabalho com a oralidade de forma mais expressiva através da seção de projetos, ao final de cada unidade.

Outro aspecto de relevância dessa estruturação diz respeito ao fato de que no final das unidades, identificamos uma seção intitulada *Mundo Plural*, em que se aborda um tema transversal de interesse atual para ser discutido em sala de aula, oportunizando o trabalho com a oralidade, em que os alunos poderão manifestar-se de forma interativa e dialógica, expressando-se sobre o tema, conduzidos pelos questionamentos apresentados no próprio livro e com a intermediação docente. Contudo, destacamos que, nessa seção, são poucas as questões norteadoras da discussão, exigindo uma moderação ativa docente para que de fato ocorram as interlocuções dialógicas em sala.

Ressaltamos que não localizamos a seção *Mundo Plural*, na Unidade 02, o que nos leva a questionar a carência dessa seção, considerando que, poucas são as situações de exploração da oralidade oportunizadas na obra e, conforme os autores, eles se comprometem em levar o aluno a conhecer “nuances da língua na leitura e na produção textual, ao analisar

e elaborar textos escritos e orais que circulam em situações de comunicação variadas” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 03).

Segundo a descrição da resenha do Guia do Livro Didático (BRASIL, 2017, p. 38), no livro, “o eixo da Leitura recebe adequada atenção por parte da coleção, tanto nos aspectos da quantidade, qualidade, diversidade, quanto na fidedignidade dos textos selecionados e estudados”. Contudo, destacamos que não é uma vasta gama de gêneros discursivos presentes na obra que garante a condução adequada de práticas de leitura em sala de aula. Além da diversidade de esferas e gêneros discursivos, textos literários precisam integrar essa diversidade, considerando que a Literatura é conteúdo obrigatório.

Em observância aos objetivos dos autores postulados para a obra, à estruturação, aos conceitos e definições defendidos, identificamos um sobressalto importante, que evidencia uma postura ancorada nas contribuições da Linguística. Contudo, embora os autores definam língua como “um fenômeno indissociavelmente cultural, social e cognitivo construído e compartilhado pelos interlocutores no processo de interação verbal” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 26), percebemos que a maioria dos textos presentes não dizem respeito à cultura jovem, desconsiderando o contexto amplo de percepções, opiniões, perspectivas do faltante, neste caso do estudante.

Evidenciamos que a diversidade de textos literários e não literários no livro didático precisa envolver o estudante jovem e apresentar-se em uma perspectiva também das culturas juvenis. Além de abarcar objetivos de leitura claros, coerentes, formativos para a construção de uma leitura crítica, proficiente e ética. Em relação às atividades de leitura, os objetivos “estão definidos de modo incipiente nas propostas das atividades” ((BRASIL, 2017, p. 38).

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica; os estudantes dessa modalidade de ensino, ao concluírem esse ciclo, precisam atender a demandas e a expectativas próprias de efetiva participação social, seja no âmbito político, econômico e/ou cultural. Desses estudantes, é cobrada uma competência leitora mais sistematizada, desenvolvida, que revele formação crítica, proficiente e ética. A leitura desempenha papel importante na vida das pessoas, pois oportuniza a formação de indivíduos críticos, ativos, autônomos capazes de se perceberem no mundo e perceberem o mundo, em uma relação dialógica de construção e autoconstrução.

Em uma análise geral das atividades de leitura propostas no livro, observamos a predominância de comandos para a simples leitura, sem

maiores explicações contextuais, funcionais, formais, que conduzam à análise e interpretação do texto e ampliação dos sentidos do texto e, claro, à ampliação dessa leitura. Quanto às diferentes estratégias cognitivas envolvidas no processo de leitura, as atividades do livro concentram-se em: ações de localização e retomada de palavras e de informações; formulação e verificação de hipóteses; produção de inferências textuais; dentre outras, sem que sejam considerados também os macros contextos, que dizem respeito aos aspectos sociais totalizadores, mais amplos, que repercutem a partir da cultura, da história, da sociedade, sejam pessoais ou não.

Nesse aspecto, reforçamos que a ação da leitura significa ir além da compreensão das letras, para além do decodificar os signos, significa inferir e construir o que está nas entrelinhas e para além delas. Em uma relação de construção dialógica e contextualizada, entre sujeitos, textos e significados, cabe ao leitor perceber construir sentidos, contextualizando paradigmas próprios da sociedade pós-moderna e altamente tecnológica. A esse sujeito cabe uma formação muito mais ampla, orientada pelo surgimento de uma racionalidade dialógica que implica uma consciência reflexiva das expressões humanas.

Precisamos pensar a leitura no livro didático e em sala de aula a partir de uma interação do leitor com o texto, em uma confluência dos sujeitos com o mundo, com a sociedade, com a história e com percepções e representações de si e dos outros, no mundo com o mundo e para o mundo. Se alicerçarmos o ensino da leitura no pensamento do autor, ou no código, deixaremos de considerar a leitura como processo dialógico de interação, em que os sujeitos precisam ser definidos a partir da ação e interação no mundo, com o mundo e para o mundo.

Dessa forma e partindo dessa concepção, compreendemos que o livro analisado precisa ampliar as atividades de leitura para a construção de sentidos, que não se prendam à decodificação ou às palavras do autor com exclusividade, mas que contextualize paradigmas próprios de nossa sociedade, com a certeza de que o caminhar se dá originário do passado, fincado no presente e vislumbrando o futuro. Ressaltamos, pois, a necessidade de ampliar as leituras de forma contextualizada através de sugestões de leituras de livros, de filmes, de sites, teatros, com o intuito de que o livro possibilite interação com objetos e patrimônios sociais e culturais que nem sempre circulam ou interagem com o universo escolar.

Fazemos coro às palavras de Marcuschi (2008, p. 53) ao afirmar que em relação aos livros didáticos, considerando o processo de avaliação pelo Programa Nacional de Avaliação do Livro Didático (PNLD) "já se cuida mais

da presença de uma maior diversidade de gêneros, de um tratamento mais adequado da oralidade e da variação linguística, bem como de um tratamento mais claro da compreensão". Porém, há ainda um longo caminho a ser percorrido, nem tudo está posto cumprindo as exigências e as necessidades de um ensino de leitura que considere o falante/ouvinte e produtor/leitor como sujeitos sociais, circunscritos à história, cultura e, mesmo, às tecnologias. É necessário, nesse processo de ensino da leitura e compreensão leitura, olhar para o contexto de forma ampliada e dando-lhe um lugar de destaque nesse processo de construção de sentidos por meio da escrita e da leitura.

Compreendemos que a falta de habilidade com a leitura por parte do estudante traz um grande prejuízo para o ensino e para a aprendizagem no que diz respeito ao conhecimento do funcionamento da Língua Portuguesa e à capacidade de escrita como um todo. Além disso, a falta de domínio leitor repercute também em toda a vida escolar, acadêmica, e profissional, considerando que essa competência é requisitada não somente nas disciplinas escolares, mas nas diversas práticas de inserção social e profissional desse estudante, o que poderá refletir no compromisso da melhoria educacional.

Enfatizamos, porém, dando voz a Belini e Sousa (2014, p. 229) "que para haver de fato mudanças nos paradigmas atuais do ensino de Língua Portuguesa, é preciso que o professor, como um dos protagonistas desse processo, também busque conhecimento sobre as novas concepções de língua". Em outras palavras, é necessário compreender as habilidades de leitura e compreensão leitura sem perder de vista o entrelaçar de concepções dos paradigmas de língua/linguagens, sujeitos leitores, texto e contexto com foco no ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises do livro didático, fonte desta investigação, nos possibilitaram descrever um livro baseado em um programa e em uma metodologia que, aos poucos, vem incorporando as contribuições teóricas das Linguística galgada na aplicação do ensino. Contudo, embora tenhamos identificado um programa de ensino voltado para a diversidade de gêneros textuais, espalhados em todo o livro, com conteúdos apresentados em seções intituladas *Foco no Texto*, *Texto e enunciação*, *Reflexões sobre a língua*, há uma clara necessidade de desenvolver atividades de leitura que amplie os conhecimentos dos alunos para além de comandos simples

como “leia o painel de textos a seguir”, “observe este painel de imagem”, “leia os textos”.

É necessário antes incitar, de forma contextualizada, a curiosidade, o interesse; trazer a atenção e atrair o olhar do aluno. É preciso uma ação de envolvimento e desenvolvimento, para além de estratégias de localização e retomada de palavras e de informações, formulação e verificação de hipóteses, produção de inferências textuais. Importa possibilitar e oportunizar as capacidades de interlocução e diálogo entre os estudantes através da ação de contextualização e da interação e ação dos conhecimentos.

ABSTRACT

Numerous scientific researches approach the textbook as an object of study, with the purpose of defining sustainable theoretical bases, under different methodological and epistemological approaches, especially in the areas of human and language sciences. In this study, we aim to analyze the contextual elements that guide the process of text comprehension and reading skills presented in Portuguese language textbooks in high school. Therefore, we developed a descriptive document-based research, with a qualitative approach, of a Portuguese Language textbook, used in high school, approved by the National Textbook Program (BRASIL, 2017). The results of this study describe the predominance of simple commands for reading, such as “read the text panel below”, “observe this image panel”, “read the texts”, without further contextual explanations, it works, formal, that incite the curiosity and lead to the analysis and interpretation of the text with the construction and expansion of the initial meanings of the text. What is needed, above all, is an action of involvement and development of reading, in addition to localization strategies in the text; retrieval of words and information; formulation and verification of hypotheses; production of textual inferences. We emphasize a long way to go, when it comes to textbook approaches in relation to context, text and reading comprehension, considering the requirements and needs of a teaching of reading that considers the speaker/listener and producer/reader as social subjects, limited to history, culture, technologies.

Keywords: Context. Reading. High school. Textbook.

REFERÊNCIAS

BARBISAN, Leci Borges. Texto e contexto. **Organon**. Revista do Instituto de Letras da UFRGS. V. 9, 23 (1995). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29359/18049>. Acesso em: 27 de jun de 2021.

BRASIL. MEC. **PNLD 2018**: língua portuguesa – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017. 109 p.

BELINI, Raimunda Gomes de Carvalho; SOUSA, Maria Margarete Fernandes de. A variação linguística no livro didático: um olhar sob a perspectiva Sociolinguística. **Revista (Con) Textos linguísticos** [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 8, n. 10 (2014).

BUNZEN, Clécio. **Livro Didático de Língua Portuguesa**: um gênero do discurso. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas (Unicamp): Campinas, 2005.

CEREJA, William; VIANNA, Carolina Dias; DAMIEN, Christiane. **Português Contemporâneo**: diálogo, reflexão e uso. Vol. 01. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. (Tradução: Rodolfo Ilari). SP: Editora Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Compreensão textual como trabalho criativo**. In: Caderno de Formação de Professores Didática Geral. Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP. 2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40358/3/01d17t07.pdf>. Acesso em 29 de jul. 2021.

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN MOMENTOS DE CRISIS SANITARIA: UNA MIRADA DESDE EL LENGUAJE QUÍMICO

CARMEN ELENA BASTIDAS BRICEÑO¹
RAMÓN ANTONIO HERNÁNDEZ CHIRINOS DE JESÚS²

1 Universidad Miguel de Cervantes. Chile. carmen.bastidas@profe.umc.cl.

2 Secretaria Municipal de Educación Porto- Piauí. ramon_hernandez2012@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Desde el cierre de los colegios, como medida preventiva, ante la pandemia del COVID19, nos enfrentamos a un escenario de incertidumbre en el que toda la comunidad educativa está tratando de dar las respuestas más adecuadas a su alumnado, obligando a implementar clases a distancia. Para cumplir con el concepto esencial de educación, el cual es un proceso continuo, en el cual, los niños, niñas y jóvenes deben seguir aprendiendo, surge la necesidad de realizar una **educación inclusiva**, en el contexto de **crisis sanitaria**.

Algunos estudiantes han podido acceder a la enseñanza a distancia durante los cierres de las escuelas, pero muchos han tenido dificultades debido a la falta de medios. Según cifras de la UNICEF, al menos un tercio de los escolares del mundo no tiene acceso a la enseñanza a distancia, por lo cual en este corpus reflexivo trataremos de la **educación inclusiva**, la cual según la **UNESCO** citado en Taiba (2018) define la **educación inclusiva** como el «derecho de todos los alumnos a recibir una **educación** de calidad que satisfaga sus necesidades básicas de aprendizaje y enriquezca sus vidas». En este orden de ideas, apuntamos a un tipo de educación que incluya a todos los actores responsables del proceso educativo, por lo tanto, en este contexto de crisis sanitaria, la familia forma parte importante del proceso educativo, ya que a los padres les tocó involucrarse directamente en la enseñanza de sus hijos y aprender junto con ellos, por lo que esta **educación inclusiva** apunta a involucrar a la familia y así fortalecer lazos afectivos y conocimientos de los estudiantes.

En este sentido, vamos a enseñar el **lenguaje químico**, aprovechando el uso de sustancias de protección en tiempos de **crisis sanitaria**, de esta manera, lograr un aprendizaje significativo, por lo cual, se pretende incluir a la familia en la enseñanza de la química con elementos de la vida cotidiana. Por consiguiente, los sistemas educativos han definido que su población estudiantil realice actividades de aprendizaje en casa, mediante una educación a distancia, descrita como un servicio educativo en el que las acciones personales van a decidir la trayectoria del futuro de los aprendizajes, en este contexto, se debe sacar el máximo provecho de socializar un lenguaje claro, sencillo, que incluya y no excluya, ya que el facilitador no estará acompañando permanentemente en el proceso de aprendizaje y es la familia quien suplirá en gran medida el rol docente.

EDUCACIÓN INCLUSIVA DE TODOS LOS ACTORES DEL PROCESO EDUCATIVO

Comencemos por el concepto de **Educación Inclusiva**, (Simón y Echeita, 2013), la definieron como el derecho de niños y niñas, en el que implica el desafío del cambio educativo hacia sistemas de calidad, equitativos y para todos, a lo largo de toda la vida, sin descalificar a las personas por su lugar de origen, sexo, salud, nivel social, etnia o cualquier otra singularidad. De esta manera, se puede sumar perfectamente la familia en el proceso de formación de los hijos, proporcionándole las herramientas que faciliten dicho proceso.

Los docentes tienen el deber y el compromiso de garantizar la educación, por lo tanto, deben velar por un aprendizaje inclusivo. Cuando un estudiante no cuenta con las herramientas tecnológicas para conectarse a las clases debe buscar alternativas para que él no se sienta excluido del proceso de aprendizaje. En este sentido, la educación a distancia durante esta pandemia se ha complementado haciendo uso de la educación en emergencia (EE), analizada como una enseñanza remota de emergencia, responde a un cambio súbito de modelos instructivos a otros alternativos como consecuencia de una situación de crisis (Delgado, 2020). La EE requiere soluciones inmediatas totalmente remotas, pese a que, al remitir la crisis, vuelvan a adoptar el formato inicial, la formación educativa ocurre de manera fragmentada pues existen escenarios donde más de tres personas necesitan ingresar a sus entornos de aprendizaje, sin embargo, la falta de recursos obliga los padres de familia a colocar turnos de ingreso a la plataforma virtual, negando al otro la posibilidad de continuar con normalidad sus estudios, tales condiciones traen consigo afectaciones psicológicas a los padres de familia, a los educandos y a los docentes. A esto se suma, la falta de preparación de los padres de familia en la formación escolarizada de sus hijos de los niveles iniciales y de educación básica, quienes demandan mayor tiempo y dedicación por parte del docente y de los padres de familia (Aguilar, 2020).

Por tal motivo, el docente en el inicio del **lenguaje químico**, en estudiantes que no posean los medios para conectarse a clases virtuales puede utilizar elementos de la vida diaria como el alcohol gel, sustancia usada frecuentemente en tiempos de crisis sanitaria para la limpieza de manos, con ello puede definir la fórmula de un alcohol y sus propiedades anti-sépticas, de esta manera los padres también pueden aprender el uso del lenguaje químico, sin necesidad de torturarse viendo fórmulas desconocidas para ellos. En este sentido, el docente puede lograr un aprendizaje significativo y

a la vez inclusivo en estudiantes que se inician en el estudio de la química, evitando traumas que puedan llegar hasta la deserción estudiantil.

En este mismo orden de ideas, podrá tratar la escala de pH, conociendo los conceptos de ácido – base, usando elementos y sustancias presentes en el hogar en tiempos de pandemia como el limón, el cual puede ser usado para desinfectar las áreas del hogar, al igual que detergentes y limpiadores como el cloro. Es preciso hacer una educación realmente situada en la que se consideren íntegramente a los sujetos y sus contextos. El reto de los docentes es transformar el espacio virtual asimétrico en un espacio simétrico donde cada una de las partes (educando-educador), además, un ambiente de educación a distancia donde prevalezca la igualdad de condiciones en las diversas actividades programadas en el año escolar. De esta forma, es factible generar empatía, confianza, autonomía y capacidad de emprendimiento como elementos necesarios para consensuar sentidos y significados de vida en relación con el mundo y con los otros iguales.

La utilización de esta educación inclusiva, favorece el aprendizaje colaborativo, en concordancia con (Ashwing, 2006) discute que el foco en la tecnología fue demasiado individualista y que, a fin de sostener la participación de los estudiantes en la enseñanza, los docentes necesitan centrarse más sobre los modelos de herramientas pedagógicas que den oportunidad a una enseñanza cooperativa y colaborativa. De esta manera, los estudiantes son capaces de construir significados para ellos mismos, a través del compromiso con los otros, en un ambiente en que haya mayor interacción entre profesores, estudiantes y padres.

Con la pandemia, el concepto general de **educación inclusiva**, pasó a otro plano, ya que en este contexto los excluidos fueron otros los que no tuvieron acceso a la educación en la modalidad remota, es así como desde el discurso de la **educación inclusiva**, se traen a colación ideas y prácticas de inclusión-exclusión, de igualdad-desigualdad, de lo normal-anormal; y la participación urgente que para esto se requiere de la interacción de diversas disciplinas para romper con las barreras que puedan impedir el acceso a la educación. En este contexto, la pandemia se encargó de develar diversas realidades que ya desde hace tiempo estaban ocultas, entre ellas, las brechas sociales, ya que en la presencialidad solo conocíamos la realidad de los estudiantes en el aula de clases, en este escenario donde muchos docentes se trasladaron a los hogares para garantizar el proceso educativo, se colocaron al descubierto el gran porcentaje de vulnerabilidad en que viven los estudiantes, tocó ver realidades del funcionamiento de las familias, al igual que sus disfuncionalidades. En cuanto a los desafíos en el

ámbito educativo, se presentaron inconvenientes con la conectividad, dificultades en adquirir dispositivos para realizar clases virtuales, los docentes también sufrieron esos estragos de la pandemia.

Finalmente, los docentes comprometidos con su profesión, por vocación debieron delastrarse de todas las dificultades presentadas en el proceso educativo en tiempos de pandemia, demostrando en esta instancia la enseñanza del **lenguaje químico** con el uso de elementos de uso común en el contexto de **crisis sanitaria**, logrando un aprendizaje significativo sin exclusión de los actores principales del hecho educativo, como son los estudiantes.

BIBLIOGRAFÍA

Aguilar, F. (2020). Del aprendizaje en escenarios presenciales al aprendizaje virtual en tiempos de pandemia. *Estudios Pedagógicos XLVI*, N° 3: 213-223. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052020000300213>.

Ashwing, P. (2006) *Changing Higher Education: The Development of Learning and Teaching*, 1ª ed., Routledge Pub., Taylor and Francis, New York, USA.

Delgado, K. (2020). La educación inclusiva durante la emergencia: acciones en América Latina. Enero – Junio 2020 <http://dx.doi.org/10.33210/ca.v9i2.302>.

Murillo, J y Duck, C. (2020). El covid-19 y las brechas educativas. *Revista latinoamericana de educación inclusiva Versión impresa* ISSN 0718-5480 *versión On-line* ISSN 0718-7378. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-73782020000100011>.

Simón, C., Echeita, G. (2013). Comprender la educación inclusiva para intentar llevarla a la práctica. En Rodríguez, H., & Torrego, L. (Coords), *Educación inclusiva, equidad y derecho a la diferencia. Transformando la escuela* (pp.33-65). Madrid: Wolters Kluwer España.

Taiba, J. (2018). Apuntes para una educación inclusiva. Recuperado de: <https://escuelainclusiva.cl/definicion-y-caracteristicas-de-la-educacion-inclusiva-segun-la-unesco/>

UNESCO. (2005). *Informe mundial: Hacia las sociedades del conocimiento*. París: UNESCO. Educación inclusiva, crisis sanitaria, lenguaje químico.

MUNDO EMOCIONAL DURANTE LA PANDEMIA

RAMÓN ANTONIO HERNÁNDEZ CHIRINOS DE JESUS¹
CARMEN ELENA BASTIDAS BRICEÑO²

1 Secretaría Municipal de Educación Porto- Piauí. ramon_hernandez2012@hotmail.com.

2 Universidad Miguel de Cervantes. Chile. carmen.bastidas@profe.umc.cl

INTRODUÇÃO

La pandemia del Covid-19, y las medidas de salud pública que fueron adoptadas para contener su propagación, causaron un impacto severo en todo el país, algunos más visibles o, al menos, más discutidos que otros.

Vinculado a este escenario de amenaza a los sistemas de salud pública de los países, la población enfrentó un período de intenso temor, relacionado con la muerte. El 12 de febrero de 2021, la hoja informativa de la OPS / OMS registró dos millones, trescientas sesenta mil doscientas ochenta muertes, estos datos mostraron una alta tasa de incremento diario, sin números del avance de las campañas de vacunación, lo que contribuyó a la persistencia de un terror general al virus. Frente a esta situación de constante incertidumbre y miedo, la pandemia acarreó secuelas en la salud mental, superando incluso las muertes provocadas por enfermedad. (Libros, et al. Apud Ribeiro, et al. 2020).

Sin embargo, este escenario de signos emocionales emergentes provenientes de la población ante la situación pandémica, se pensó en lo importante de identificar las emociones que vivió la sociedad, ya que desde este primer paso no fue posible considerar la construcción de la inteligencia emocional, como afirma Goleman (2011, p.54): "La aptitud del yo, la conciencia de las emociones se presenta como el fundamento central de la inteligencia emocional, considerando que es solo después de la identificación de la emoción que se puede evaluar la mejor manera de lidiar con ella".

En Brasil, el panorama de aflicciones derivado de la pandemia COVID-19, ha llevado a la población a enfrentar diariamente diversas **emociones**, sensaciones y sentimientos como resultado de la intensa cantidad de noticias y nueva información alarmante sobre el virus. El miedo a la incertidumbre, a la muerte pérdida de empleo, cambios drásticos en el estilo de vida, aislamiento, distancia física, separación de familiares y amigos son relacionados con riesgos mentales de alto nivel. El miedo, la ira y la tristeza también son respuestas a la pérdida del sentido de libertad y negación de la preocupante situación que vive el mundo (Jakovljevic, 2020).

Esta situación también provoca insomnio, pesadillas, síntomas de ansiedad generalizada, síntomas depresivos, aparición de síntomas obsesivos (lavarse las manos y los objetos de uso frecuentemente limpios se informan como personales), síntomas de estrés postraumático y un mayor uso de sustancias, especialmente alcohol (Pérez, et al 2020).

El impacto de la pandemia ha sido muy severo para los jóvenes, las mujeres, y especialmente para aquellas con hijos en edad preescolar (Pierce et al 2020). Aunque las féminas usualmente reportan más síntomas de ansiedad y depresión, la pandemia ha ampliado la brecha con los hombres.

Adicionalmente, se evidencia que, el impacto psicológico es mayor en las familias que son víctimas de la violencia, o de quienes ya tenían una mayor vulnerabilidad en la salud mental antes de la pandemia. En general, estas son familias que han vivenciado considerables pérdidas en sus empleos o fuentes de ingresos, que reportan una menor capacidad para aislarse y para cumplir las medidas sanitarias, siendo ellas quienes han debido asumir más riesgos en salud para garantizar su alimentación diaria.

Las razones detrás del aumento en la prevalencia de problemas de **salud mental**, a raíz de la pandemia son obvios. Por ejemplo, el miedo a contagiarse, las pérdidas económicas, la incertidumbre sobre la prolongación de la pandemia, el aislamiento, la soledad y la pérdida de contacto con familiares, amigos y colegas contribuyeron al deterioro de la salud mental.

El nudo crítico que se presenta, es que en la vida moderna no se puede correr ni mucho menos enfrentarse a los diferentes estresores, y menos en este momento frente a la pandemia y sus consecuencias. La pandemia está allí, se siente, afrecta al mundo entero y no se va a ir pronto. Esta situación hace que las hormonas se acumulen y que desborden el sistema de respuesta. Esto es lo que se conoce como el estrés tóxico, el cual tiene consecuencias negativas sobre la salud mental y física, los cuales se pueden convertir en severos si hay una tendencia a desenvolver los problemas de salud mental.

La incertidumbre y la información que se maneja en los medios digitales son responsables del aumento en los problemas de salud mental. Puesto que una parte, el cerebro está programado para predecir lo que va a pasar, logrando definir un plan de acción y responder ante distintas situaciones. La incertidumbre prolongada sobre la de pandemia, los impactos económicos y los aislamientos sociales ha sido los detonantes para desbordar la capacidad para regular las emociones, convirtiendo a la persona en hipervigilantes y susceptibles ante factores que tal vez son insignificantes.

De igual manera, el aislamiento ha arrebatado la posibilidad de apoyo en las interacciones con la red social para mitigar el sistema nervioso, regulando las emociones. Además, se puede evidenciar que, el aislamiento y la soledad no solo causan efectos psicológicos, sino también físicos

que pueden ser más graves que la obesidad, el consumo de el alcohol o cigarrillo.

Lo que se quiere enfatizar, es que detrás de esta situación atípica, no se puede pasar de vista el mundo emocional del actor social durante la pandemia y que las discusiones de política deben tener en cuenta los costos de la pandemia y cuáles serían las medidas de salud pública a ser consideradas. Las consecuencias de los problemas de salud mental son significativas por sí solas, ya que poseen implicaciones sobre la salud física, las decisiones económicas, las dinámicas de pobreza y desigualdad, consecuencias que pueden trascender en el tiempo y en las futuras generaciones.

ACTIVIDADES PARA MANEJAR LAS EMOCIONES ANTE CUALQUIER ADVERSIDADE

Los seres humanos deben tomar conciencia para poderse controlar ante cualquier situación que altere sus emociones, por lo tanto, deben practicar el autocuidado y el autoconocimiento. Puesto que, este tipo de actividades les proporcionan calidad de vida y bienestar psicológico para aliviar el estrés mental.

Por otro lado, la realización de **actividades físicas**, prácticas integradoras y complementarias en salud son estrategias que se han perseguido cada vez más como formas de cuidarse y prestar más atención. En tal caso, entre las prácticas integradoras y complementarias; está la relajación, la cual representa un estado de expansión del organismo en contraste con la tensión, que es el estado de contracción, estar completamente relacionado con la respiración libre y desbloqueada para que se efectúe por completo. De la misma manera que la meditación, que es un medio para silenciar el ruido del mundo exterior y, en consecuencia, el contacto con el mundo interior, a través de la relajación corporal. (Lowen apud Carneiro, et al., 2020.).

Tomando en consideración lo antes mencionado, estas prácticas tienen un gran impacto en lo que respecta al desarrollo de la inteligencia emocional, ya que al permitirse vaciar sus pensamientos y entrar en un estado de relajación, es posible que las emociones sean evidentes o ciertas características de esas emociones aún no sean identificadas. Conocer las emociones e identificar cuando se está experimentando una determinada emoción, es relevante no solo seleccionando la mejor estrategia para

afrontar la situación, sino para conocerse a pro-fundidad y poder identificar cómo estas se pueden manifestar.

En cuanto al manejo de las emociones por parte de los diferentes actores sociales, cabe señalar que, así como existe la preocupación de profesionales de la salud acerca de la información pandémica, la población por lo general busca constantemente nueva información sobre COVID-19. Por lo tanto, es un aspecto importante para gestionar las emociones, limitando el acceso a la información sobre el coronavirus. Es necesario que dichos actores hagan uso consciente de la información, buscando limitar el período de tiempo que solo está expuesto a malas noticias sobre la pandemia, además de indagar buenas noticias e información sobre personas que se han recuperado. (Fiorillo y Gorwood, 2020; Li, et al., 2020).

Otra precaución que se debe tomar, con relación a las noticias, es verificar la fuente y si las mismas son confiables. En esta búsqueda de información, algunas personas acaban confiando en todo tipo de reportaje que se encuentran en sus redes sociales, sin comprobar la veracidad de la información. Así, se difunden Fake News con diferentes contenidos, como recetas milagrosas, noticias falsas sobre el origen de la enfermedad, profecías y medios de prevención que no funcionan.

Este tipo de contenido impresiona a las personas que se encuentran en un momento difícil, confundidas y en ocasiones con un escenario aterrador. Dicha información no solo suministra hechos veraces, sino que acaban perjudicando aún más la vida y la salud de los sujetos, además de provocar caos y desesperación (De Sousa Junior, et al, 2020). Estas informaciones en lugar de ayudar a combatir la pandemia, lo que hacen es crear más factores estresantes y dificultades a quienes la leen.

Es importante destacar que, la población puede realizar trabajos placenteros, como actividades de ocio, prácticas integradoras y actividades físicas, con el fin de buscar momentos de relajación que promuevan el bienestar tanto físico como mental.

En este caso, es vital, la práctica de actividades físicas que fortalecan el sistema inmunológico, siendo positivo para reducir la incidencia de infecciones virales, y también actúen en la regulación emocional, ya que presentan una disminución en estrés y ansiedad, y promueven la expansión de emociones positivas (Raiol, et al., 2020).

La práctica del ejercicio físico puede funcionar de forma preventiva en intervenciones terapéuticas multimodales, promoviendo disminución de los síntomas depresivos y ansiosos, mejorando las funciones cognitivas. (Knochel et al., 2012 apud Odília Y Simões, 2017).

Lo expresado anteriormente, refleja los diversos manejos que se ejemplificaron de diferentes formas al enfrentar las emociones, evidencian la importancia de conocer y reconocer las mismas que se manifiestan, identificando la mejor manera de manejar estas emociones y sentimientos. El período de distanciamiento social impuesto por la pandemia COVID-19, permitió sacar a relucir muchas emociones y sentimientos simultáneamente, pues se presentó como un momento que permitió una mayor autoconciencia de emociones experimentadas. Presentada como un escenario para el desarrollo de la inteligencia emocional.

Por último, es importante que se mantenga la disposición para ver hacia el mundo emocional de las personas y abordar temas de salud mental. Un resquicio de esperanza que no se puede dejar, ya que ahora existe una mayor disposición para abordar estos temas y percibir las reacciones normales ante eventos difíciles y atípicos. Se sabe que hacerlo requiere adoptar una posición informada, respetuosa, responsable para reconocer los límites. La educación en salud mental es algo que debe estar presente en la persona y en la sociedad.

BIBLIOGRAFÍA

Carneiro, J., Caribé, C. & Rego, G. PICS em saúde mental: Oficinas de relaxamento e meditação. REVISE - Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde. 2021; 5, 157-175. <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revise/article/view/1384>.

De Sousa Júnior, J. H, et al. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. Cadernos de Prospecção. 2020; 13 (2), 331. <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v13i2.COVID-19.35978>.

Fiorillo, A. & Gorwood, P. The consequences of the COVID-19 pandemic on mental health and implications for clinical practice. European Psychiatry, Cambridge. 2020; 63(1), e 32. <https://doi.org/10.1192/j.eurpsy.2020.35>.

Goleman, D. Inteligência Emocional. Ed. Objetiva. 2011.

Jakovljevic, M. COVID-19 Crisis as a Collective Hero's Journey to Better Public and Global Mental Health. Psychiatria Da nubina. 2018; 32 (1), 3-5. <https://doi.org/10.24869/psyd.2020.3>.

Odília, A. M. & Simões Dias, I. Exercício Físico, Saúde Mental E Qualidade De Vida Na ESECS/IPL.L. *Psicologia, Saúde e Doenças*. 2017; 18(2),512-526. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180219>.

Pérez, B., et al. Consecuencias psicológicas de la cuarentena y el aislamiento social durante la pandemia de COVID-19. *Revista Cubana de Salud Pública*. 2020; [S.I.], v. 46. Recuperado 3 Out 2021 de: <http://www.revsaludpublica.sld.cu/index.php/spu/article/view/2488>.

Pierce-Williams RAM, Burd J, Felder L, et al. Clinical course of severe and critical COVID-19 in hospitalized pregnancies: a US cohort study [published online ahead of print, 2020 May 8]. *Am J Obstet Gynecol MFM*. 2020; 100134. doi:10.1016/j.ajogmf.2020.100134.

Raiol, R. A. Praticar exercícios físicos é fundamental para a saúde física e mental durante a Pandemia da COVID-19. *Brazilian Journal of health Review*. 2020; 3(2),2804-2813. <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/8463/7298>.

Ribeiro L. M., Vieira, T. de A. & Naka K. S. Síndrome de burnout em profissionais de saúde antes e durante a pandemia da COVID-19. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 2020; 12(11), e 5021. <https://doi.org/10.25248/reas.e5021.2020>.

Relacionado

[Pandemia del Covid-19, emociones, salud mental, actividades físicas.](#)

LOS RETOS QUE ENFRENTA EL SISTEMA EDUCATIVO MEXICANO PARA SENTAR LAS BASES DE LAS AULAS HÍBRIDAS

LOURDES GONZÁLEZ PEÑA¹
ELIZABETH LEÓN ISLAS²

1 Profesora Investigadora en NERKUALI. Directora del proyecto "Análisis educativos". Cuernavaca, Morelos. Correo electrónico. lugmx77@gmail.com.

2 Directora de NERKUALI. México. correo electrónico mtra.elizabeth@lyz-islas.com

En medio de la difícil situación que impera en todo el mundo para detener la escalada de contagios por coronavirus, los países se encuentran en distintas fases sanitarias, en torno a la decisión de cómo y cuándo se deben reabrir las escuelas (Alcántara, 2021; Baeza, 2021; UNICEF, 2021). En México, al igual que en otros países se adoptaron algunas medidas de prevención sugeridas por organismos internacionales, entre las que se cuentan, el evitar el contacto físico, lavarse las manos, estar vacunado y llevar mascarillas u otras coberturas faciales.

También es oportuno mencionar que las Universidades Públicas del país colaboraron para difundir entre la población, la información sobre las medidas para evitar los contagios por Coronavirus, trabajaban en busca de vacunas, brindaban comunicados a la comunidad que incluían las indicaciones de las autoridades de salud en México, líneas para brindarles acompañamiento y apoyo emocional y a veces, incluso hasta recursos para quienes padecían pérdidas por consecuencia del coronavirus, y lo siguen haciendo (Alcántara, 2021; EL FINANCIERO |Redacción, 2021; La Jornada |Redacción, 2021; Maguey & Paz, 2021; López, 2020).

A medida que las escuelas comienzan a abrir en algunas partes del mundo, representantes que colaboran en la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) les está pidiendo a las familias de los estudiantes, a los estudiantes, a la planta docente, a los jefes académicos y a los administrativos que compartan sus experiencias en torno a la reanudación de los planteles.

Así también, parte del personal que labora en el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), en la Organización Mundial de la Salud (OMS), en la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y en el Banco Mundial (BM), trabajan colaborativamente para publicar las nuevas pautas para la reapertura de las escuelas vista desde una modalidad híbrida y ofrecer a los gobiernos información que les facilite la toma de decisiones, la reducción de posiciones de vulnerabilidad y partiendo de obtener respuestas a preguntas como son, ¿Cómo se contempla la vuelta a la escuela cuando acabe el confinamiento por coronavirus? ¿Cómo estás aprendiendo durante la pandemia de coronavirus? Se logren otras propuestas (UNESCO, 2021; UNESCO, UNICEF, BM, & WFP, 2020).

Es así que, uno de los mayores retos educativos en México, será conocer ¿Cuál es la nueva forma que plantea el magisterio para lograr los aprendizajes perdurables en los estudiantes que ahora se encuentran en un modelo híbrido? Y para eso será necesario contestar ¿Qué ha acelerado y/o obstaculizado el proceso de reapertura de los planteles educativos?

¿Cuáles es el plan estratégico que las autoridades educativas plantean para afrontar los retos escolares en México en un regreso híbrido?, Ante las diferentes condiciones para el regreso en México, ¿Cuáles son las dificultades y los retos que expresan el profesorado de las diferentes disciplinas para enfrentarse a los procesos de formación y de evaluación?

La comunicación entre las personas teniendo en cuenta el distanciamiento se realiza con los ordenadores y los teléfonos inteligentes. Y cuando se trata de las declaraciones que realizan las autoridades educativas para notificar a la población sobre las fechas para el regreso por turnos a las aulas, o sobre los cuidados y las acciones que la comunidad educativa sugiere a la población para un retorno precavido, las personas se pronuncian en las redes sociales, casi simultáneamente (Dávalos, 2021; EL FINANCIERO |Redacción, 2021b; SEP, 2021; Zaragoza, 2021).

Y ante, temas tan sensibles como lo son, la salud y la continuidad educativa, las personas en las redes sociales les externan sus preocupaciones a los funcionarios de gobierno para que les informen sobre las condiciones de los planteles educativos, u ofrezcan argumentos válidos que mitiguen el temor al contagio o solicitan explicaciones de cómo afrontarán las pérdidas por contagios, pero también solicitan la revalorización del magisterio, hablan sobre las condiciones laborales y los salarios de los académicos/as, mientras que otras voces ovacionan y apoyan las propuestas que emiten las autoridades educativas (García, 2021; CEAPA, 2020).

Y los cambios además de suscitarse en la comunicación, también ocurrieron en la Secretaría de Educación Pública (SEP) en México, ante el anuncio de que Esteban Moctezuma Barragán se retiraba del cargo y ahora es la titular, Delfina Gómez (EL FINANCIERO |Redacción, 2021c). Lo anterior, fue relevante porque generó nuevas incertidumbres, otros acomodos, pero en relación a las opiniones se observa la misma tendencia, algunas voces son de aceptación, otras de reconocimiento, otras de preocupación, otras exhiben las contradicciones o las confusiones en las declaraciones. Por otra parte, la estrategia que afirman las autoridades educativas que será central para lograr un regreso más seguro a las aulas implica cumplir tres condiciones todos los docentes han sido vacunados, tener el semáforo sanitario de color verde en la entidad, caminar hacia los distanciamientos para evitar la escalada de contagios por coronavirus, seguir los protocolos y el lavado de las manos (SEP & SS, 2021).

El regreso a las aulas en modalidad híbrida ha sido muy distinto a lo que la planta docente y la comunidad educativa estuviese acostumbrada, porque representa tomar precauciones para detectar y frenar una escalada

de contagios, no solo se trata de la salud emocional o del acompañamiento académico. Las medidas implican escalonar el recibimiento de la comunidad escolar y el cierre de la jornada escolar, pensar en crear turnos para las horas de comer, para tomar lecciones, para seguir los procedimientos de limpieza de las instalaciones, entre otras (SEP & SS, 2021). El personal administrativo y la planta académica también deberán prepararse en temas relativos a cómo llevar a cabo el distanciamiento físico y las prácticas de higiene en la escuela.

Lo que no se puede consentir es que la comunidad educativa viva con riesgos innecesarios. También nuestros pensamientos se mueven en la importancia de escuchar a todos y a todas para desmontar problemas. También, hay estudiantes que requieren apoyo o acompañamiento extra para ponerse al día en su aprendizaje. Así que muchas escuelas están haciendo planes para recuperar lecciones. Y quizás empezar el año con cursos de repaso o de recuperación y posiblemente se requiera la promoción de programas de actividades fuera del horario escolar o para realizar tareas complementarias para hacer en casa. Y respecto al tema de la salud emocional ¿De qué modo respaldará la escuela la salud mental de los estudiantes y cómo combatirá el estigma de quienes han estado enfermos?

El objetivo del presente texto es poner en el centro la preparación de los profesionales en formación y los egresados para enfrentar estos retos empleando reflexiones, experiencias formativas, acuerdos en colegiado y compromisos claros para implementarlos en los centros escolares, tomando en cuenta, que los compromisos que se tienen con las y los estudiantes es el prepararlos para que logren aprendizajes perdurables, contribuyan al bienestar de su comunidad e impacten como país al mostrar progresos en la sostenibilidad, en su calidad de vida, en su sensibilidad y con el cuidado de su entorno.

Una de las hipótesis que se tienen en el presente trabajo es que existe un contexto calamitoso que influye para la continuidad de la formación como se concebía en contextos anteriores, por lo tanto, será necesario acordar iniciativas con el profesorado y otras estrategias para el logro de los aprendizajes perdurables con la comunidad educativa y evitar abandonos. Otra de las hipótesis que se tienen es que entre los factores que descolocan al estudiante para atender al aprendizaje se cuentan: el contexto calamitoso, las características individuales, las condiciones institucionales, las políticas de gobierno y de las instituciones, la cultura del cuerpo académico en que se es formado, los procesos didácticos, la salud, la confianza en el retorno, los duelos y la familia. Y esto trae nuevos retos que debe considera el cuerpo docente.

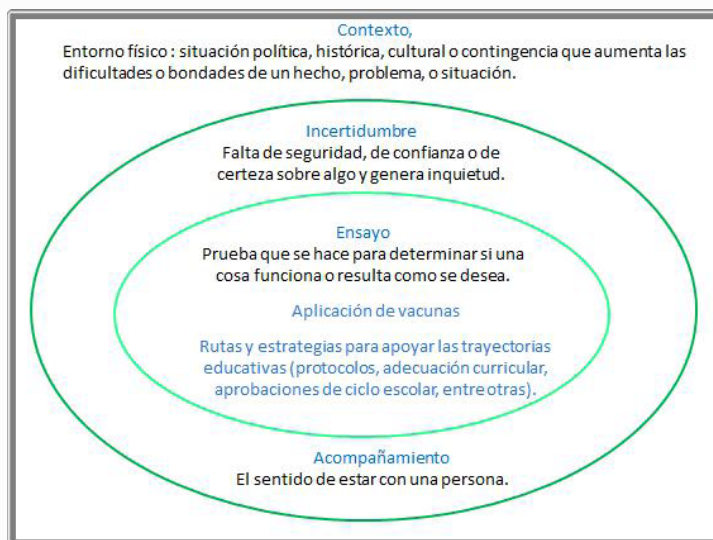
Este trabajo de investigación se justifica debido a que el servicio educativo en el mundo entero se vio obligado a cambiar las formas de brindar educación a los estudiantes y por ende realizar una modificación en los esquemas cotidianos.

DESARROLLO

Ante lo dicho, tenemos la Ley General de Educación (LGE) en México que en el artículo 8 señala que el Estado está obligado a prestar servicios educativos con equidad y excelencia. Sin embargo, se dificulta el alcanzar la meta de excelencia porque atravesamos una realidad de inequidad, la cual se recrudeció con la pandemia (Blanco, Solís, & Robles, 2014; Bourdieu & Champagne, 2013).

De igual manera, es oportuno rescatar que en el Programa sectorial de educación 2020 – 2024 en México, el objetivo prioritario 6, el cual hace referencia a generar entornos favorables para el proceso de enseñanza-aprendizaje en los diferentes tipos, niveles y modalidades del Sistema Educativo Nacional. Y justamente en esta vía, es congruente sistematizar las experiencias formativas que conviene tomar en cuenta para comenzar a sentar las bases de las aulas híbridas, sobre todo por los retos que tenemos como docentes (véase figura 1).

Figura 1. El contexto y su relación con los retos docentes.



Fuente: Elaboración propia

De aquí parten las propuestas, de revisar y de evaluar que existe congruencia metas alcanzables, entre lo que se quiere lograr y lo que se tiene. Un punto importante cuando de elección del tipo de diseño de investigación se trata, tiene que ver con la pregunta de investigación. Y en tal sentido, el diseño y desarrollo de los estudios cualitativos, convienen particularmente me refiero al método biográfico y a las historias de vida, para difundir e implementar iniciativas que han resultado producto de las experiencias formativas de los profesionales y los egresados para enfrentar los retos dentro de las aulas en una modalidad híbrida.

Cabe destacar, que tanto en el método biográfico como en las historias de vida, los investigadore/as no se contentan con que sus hallazgos ofrezcan datos que parten de entrevistas, de cuestionarios, sino que recurren a toda la información o documentos de los que se pueda disponer, por ejemplo: cartas, diarios, reportajes, memorias, para construir el argumento de la investigación con datos sobre la vida de los sujetos, sobre su contexto porque el propósito es la de conocer y analizar la percepción de la realidad social de la persona estudiada para proponer y colaborar activamente para la mejoría.

Y sin duda, agregar, que un investigador que sea más cercano a la posición de Ferrarotti (1988; 1991), se inclinará por dar potencialidad al relato a través del estudio de un caso único. En tanto que, un investigador más próximo a la posición de Bertaux (1997) optará por un diseño polifónico que le permita cruzar referencias y relatos de diferentes personas.

A lo anterior, también suma lo que publicó Creswell (1998), en torno a que el investigador recurre a supuestos teóricos para comprender el relato de la vida del investigado desde su propio punto de vista y además, como constructor del relato, ofrece una interpretación sobre el contexto (p. 50 - 51). Y de igual manera, tomar en cuenta la perspectiva etnosociológica de Bertaux (1997) en el sentido de que considera que "hay relato de vida desde el momento en que un sujeto cuenta a otra persona, investigador o no, un episodio cualquiera de su experiencia de vida" (p. 32).

Se necesitan respuestas centradas en sentar las bases de las aulas híbridas en temas tales, como la recuperación de matrícula, la nivelación del alumnado, el modelo pedagógico, la reestructura curricular por eso la escuela, más que nunca, debe funcionar de manera articulada entre todos los actores sociales y revisar los roles que se tienen para que se encuentren enfocados a proveer respuestas a las nuevas necesidades que se presentan, sean por materiales, por contar con agua y jabón en las instalaciones,

para el diseño de las capacitaciones y hasta en nuevos modos de organizar los reglamentos y expedientes escolares.

CONCLUSIONES

Una primera conclusión tiene que ver con que el cambio, el cual no precisamente es para mejorar (Santos, 1999). El Covid-19 demostró que, de un día para el otro, el mundo podía cambiar, a tal punto de tener que reorganizar todo lo conocido. Una segunda conclusión es que necesitamos planeación, organización y evaluación para la nueva normalidad (González, 2020a).

Una tercera conclusión tiene que ver con revisar la comunicación y las redes sociales para que los planteamientos educativos sean profundos y no meras fotografías del escenario porque se requieren de propuestas que abonen a cerrar brechas entre la comunidad de aprendizaje y entre todos sus actores.

Una cuarta conclusión es que conviene que crezcan las iniciativas para generar semilleros con propuestas educativas propositivas, pero se acuerden tiempos prudentes para que la asistencia a los análisis y a expresar dudas sea posible, así como la implementación de las mejoras (González, 2020b).

Una quinta conclusión tiene relación con la evaluación, en la cual conviene pasar de la concepción técnica a la dimensión crítica (Santos, 1999). Una sexta conclusión es que la que se relaciona con repensar el actual currículum por su relación con los aprendizajes perdurables.

Una séptima conclusión tiene que ver con que hay que saber dos cosas: en qué posición estás en un tema y en qué posición los demás están contigo. Una octava conclusión es que el uso antes opcional de teléfonos inteligentes y los ordenadores conviene que se continúen empleando como herramientas necesarias para las aulas. Una novena y última conclusión es que a fuerza de adaptarse a las situaciones calamitosas de pandemia, se crearon nuevos modos de aprender y sostener lazos entre docentes-estudiantes y así es como me parece que en sus inicios como se perfilan las bases de las aulas híbridas.

BIBLIOGRAFÍA

Alcantará, A. (2021). "Llegó de la nada y está afectando el futuro de todos": la irrupción de la pandemia y sus efectos en las universidades mexicanas.

Universidades, 72(89), 14-32. Recuperado de <http://www.udualerreu.org/index.php/universidades/article/view/564>

Baeza, M. (2021, Noviembre 8). Regresarán al 100% a las aulas y ampliarán aforos en Jalisco. *MILENIO*. Recuperado de <https://www.milenio.com/politica/comunidad/jalisco-regresaran-100-aulas-ampliaran-aforos>.

Bertaux, D. (1997). *Les récits de vie*. París: Nathan Université

Blanco, E., Solís, P. y Robles, H. (2014). *Caminos desiguales. Trayectorias educativas y laborales de los jóvenes en la Ciudad de México*. México: El Colegio de México.

Bourdieu, P. y Champagne, P. (2013). *Los excluidos del interior*. En P. Bourdieu (Ed.), *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Confederación Española de Asociaciones de Padres y Madres de Alunado (CEAPA). (2020, Marzo 30). *Las familias piden a los profesores dosificar las excesivas tareas a distancia*. Recuperado de <https://cutt.ly/fypECs8>

Creswell, J. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design. Choosing among Five Traditions*. California: Sage.

Choe, Y. y Choi, E. (2020). Are We Ready for Coronavirus Disease 2019 Arriving at Schools? *Journal of Korean Medical Science*, 35(11). <http://doi.org/ggq848>

Dávalos, T. (2021, Diciembre 3). Pausan regreso total a las aulas en Aguascalientes. *El Sol del Centro*. Recuperado de <https://www.elsoldelcentro.com.mx/local/pausan-regreso-total-a-las-aulas-en-aguascalientes-7558810.html>

EL FINANCIERO |Redacción (2021a, diciembre 2). ¿No sabes si ir a una posada por el COVID? Especialistas de la UNAM te dicen cómo cuidarte. *EL FINANCIERO*. Recuperado de <https://www.elfinanciero.com.mx/salud/2021/12/02/no-sabes-si-ir-a-una-posada-por-el-covid-especialistas-de-la-unam-te-dicen-como-cuidarte/>

EL FINANCIERO |Redacción (2021b, octubre 9). Ya hay fecha para que todos los estudiantes vuelvan a clases presenciales: SEP, *EL FINANCIERO*. Recuperado de <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/2021/10/09/ya-hay-fecha-para-que-todos-los-estudiantes-vuelvan-a-clases-presenciales-sep/>

EL FINANCIERO |Redacción (2021c, febrero 15). Se formaliza cambio en la SEP: sale Esteban Moctezuma y entra Delfina Gómez, *EL FINANCIERO*. Recuperado de <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/se-formaliza-cambio-en-la-sep-sale-esteban-moctezuma-y-entra-delfina-gomez/>

Ferrarotti, F. (1988). *Biografía y ciencias sociales*. San José, Costa Rica: Flacso Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia [UNICEF México]. (2021, Enero 13). *¿Cómo contribuir a un retorno saludable a las escuelas?* [Archivo de video en YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=acphlBnFmeo>

Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF). (S/F). *¿Cómo contribuir a un retorno saludable a las escuelas? Recomendaciones para las comunidades escolares*. UNICEF. Recuperado de <https://www.unicef.org/mexico/%C2%BFc%C3%B3mo-contribuir-un-retorno-saludable-las-escuelas>

García, C. (2021, noviembre 23). Por desatención educativa ofrece Delfina Gómez "disculpas" a mexicanos.

EXPANSIÓN política. Recuperado de <https://politica.expansion.mx/mexico/2021/11/23/por-desatencion-educativa-ofrece-delfina-gomez-disculpas-a-mexicanos>

González, L. (2020a, Abril 6). Planeación, organización y evaluación claves para la formación virtual en escenarios de pandemia y confinamiento. *Educación Futura*. <http://www.educacionfutura.org/planeacion-organizacion-y-evaluacion-claves-para-la-formacion-virtual-en-escenarios-de-pandemia-y-confinamiento/>

González, L. (2020a, Abril 6). Planeación, organización y evaluación claves para la formación virtual en escenarios de pandemia y confinamiento. *Educación Futura*. <http://www.educacionfutura.org/>

planeacion-organizacion-y-evaluacion-claves-para-la-formacion-virtual-en-escenarios-de-pandemia-y-confinamiento/

González, L. (2020b, Marzo 30). Competencias profesionales, innovación y otras iniciativas que surgen por el coronavirus. *Otras voces en educación*. http://otrasvoceseneducacion.org/archivos/341981?f_bclid=IwAR02Jj3Jz-FPNRxmDKSiWV6GPhpuOxW181fqr6tkVTq8CptoAGzL475HVTo4

La Jornada |Redacción (2021, noviembre 30). UNAM llama a alumnos de 15 a 17 años a vacunarse contra COVID. *La Jornada*. Recuperado de <https://www.jornada.com.mx/notas/2021/11/30/sociedad/unam-llama-a-alumnos-de-15-a-17-anos-a-vacunarse-contra-covid/>

López, P. (2020, Septiembre 17). Campañas de apoyo a alumnos sin recursos. *GACETA UNAM*. Recuperado de <https://www.gaceta.unam.mx/campanas-de-apoyo-a-alumnos-sin-recursos/>

Maguey, H. & Paz, R. (2021, Diciembre 2). Ante la cuarta ola, expertos de la UNAM dan recomendaciones. *GACETA UNAM*. Recuperado de <https://www.gaceta.unam.mx/ante-la-cuarta-ola-expertos-de-la-unam-dan-recomendaciones/>

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). (10 de mayo de 2021). Experiencias de reapertura de escuelas: 13 recomendaciones y lecciones desde diversos países. *UNESCO*. Recuperado de https://es.unesco.org/news/experiencias-reapertura-escuelas-13-recomendaciones?fbclid=IwAR3OC_q3GJIEqZA69Mk4GnvWwfIv-16kfcUub6kR_42MWMHhZeegUulp_49

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), Banco Mundial (BM), & Programa Mundial de Alimentos (WFP) (2020). Marco para la reapertura de las escuelas. Recuperado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000037334_8_spa

Santos, M. (1999). Sentido y finalidad de la evaluación de la Universidad. *Revista Interuniversitaria de formación del profesorado*, (34), 39-59.

Secretaría de Educación Pública (SEP) y Secretaría de Salud (2021). *Guía para el regreso responsable y ordenado a las escuelas. Ciclo escolar 2021 – 2022*. México: Autor. Recuperado de <https://coronavirus.gob.mx/wp-content/uploads/2021/08/GuiaAperturaEscolar-SEP-20agosto202119hrs.pdf>

Zaragoza, D. (2021, Diciembre 2). SEP: Fechas clave para el REGRESO A CLASES presenciales en diciembre. *EL HERALDO DE MÉXICO*. Recuperado de https://heraldodemexico.com.mx/nacional/2021/12/2/_sep-fechas-clave-para-el-regreso-clases-presenciales-en-diciembre-359000.html

CONVERSACIÓN AL SUR DE MARTA TRABA: UMA ESCRITA DE RESISTÊNCIA

MARIA SUELY DE OLIVEIRA LOPES¹

¹ Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) atuando nas áreas de Teoria Literária, Crítica Literária, Literatura Brasileira. Atualmente é professora do Mestrado Acadêmico em Letras(UESPI). É membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Literatura (INTERLIT). Possui Pós - Doutorado pela Universidade Federal do Piauí-UFPI ,tendo atuado como Investigadora Visitante na Universidade de Buenos Aires(UBA) Email: suelopes152@hotmail.com, mariasuely@cchl.uespi.br

INTRODUÇÃO

Pensar a escrita de resistência é envolver, também, obras de autoria feminina. Pois, de acordo com Oliveira e Camargo (2015, p. 331-332) a escrita de autoria feminina, dificilmente, poderia ser diferente do seu meio e do seu público leitor, essencialmente femininos. Daí a característica do tom confessional, tendo como referência seu cotidiano, seus anseios, suas queixas, sua realidade verossímil. A mulher busca, através de escritos de seus relatos, como diários, cartas, crônicas e até receiptuários, uma forma de revelar sua verdade, e sua condição na sociedade na qual está inserida. E por meio de suas obras problematizar a história que muitas vezes ficava à deriva da história oficial. Marta Traba opta escrever para resistir à opressão e ao silenciamento ao que, ainda, é presente na memória.

A PROPÓSITO DE MARTA TRABA

Marta Traba natural de Buenos Aires, Argentina. Foi uma crítica de arte e escritora argentino-colombiana, conhecida por seus importantes contributos no estudo da Arte latino-americana. Durante seus anos como estudante trabalhou na revista *Ver y Estimar*, dirigida pelo crítico de arte Jorge Romero Brest. Foi precursora em seus escritos sobre arte colombiana e latino-americana. Entre 1949 e 1950, estudou História da Arte na Sorbonne, Paris, e depois na Universidade de los Andes e a Universidade Nacional de Colômbia, em Bogotá, onde obteve a cátedra de História da Arte. Seu primeiro esposo foi o jornalista Alberto Zalamea. Também colaborou com programas sobre arte na recém-formada Televisora Nacional e em emissoras culturais como a HJCK. Suas colunas em revistas *Semana* e no jornal *O Tempo* enriqueceram a discussão sobre o devir artístico de Colômbia, participando nas principais polêmicas da década dos sessenta: o realismo socialista contra o expresionismo abstrato, o nacionalismo versus o internacionalismo e a arte figurativo contra a arte abstrata.

Na segunda universidade fundou o Museu de Arte Moderna de Bogotá. Enquanto, ditava classes de Arte na Universidade de ande-los. Em 1968, durante o governo de Carlos Lleras Restrepo, os militares ocuparam a Universidade Nacional de Colômbia e expulsaram a Marta Traba do país. Como exilada, residiu em Montevideo, Caracas, San Juan de Porto Rico, Washington, Princeton, Barcelona e Paris, junto a seu segundo marido, o crítico literário uruguaio Ángel Rama.

Em 1958 publicou *O museu vazio*, um ensaio sobre estética onde analisou o pensamento de Benedetto Croce e de Wilhelm Worringer. Também publicou vários ensaios sobre história e crítica de arte em América Latina: Em 1961 *A pintura nova em Latinoamérica* (1961), *Duas décadas vulneráveis nas artes plásticas latinoamericanas (1950-1970)* (1973), *Arte de América Latina 1900-1980*. Analisou a obra de vários artistas latinoamericanos, entre eles Alejandro Obregón, Fernando Botero, Leopoldo Richter, Guillermo Wiedemann, Eduardo Ramírez, Samuel Montealegre, Edgar Negret, Feliza Bursztyn e Antonio Roda. Também estudou o mundo da Arte Pop e da Arte Conceptual.

Marta Traba é filha de descendentes espanhóis, seus avós vieram da Galícia a Buenos Aires de navio. Como eles, partiu para um mundo desconhecido, para viver livre e sem ser identificada. A partir daí constrói sua identidade e seu próprio domínio de maneira fragmentada, fazendo da experiência do exílio um modo de vida. No exílio não existe mais um sujeito unitário, pois seu mundo é despedaçado. O sujeito em exílio fica reduzido a um agregado de relações psíquicas vendo desagregar-se sua unidade individual.

Atuou como professora de história da arte na Universidad Nacional e na Universidad de los Andes. Fundou a revista *Prisma*, em 1957, que defendia a modernidade estética e a visualidade latino-americana. Em 1958, publicou o ensaio sobre estética *El museovació* e, em 1961, *La pintura nueva en Latinoamérica*, discutindo e denunciando o silêncio sobre a arte da América Latina. Militou também pela criação do Museu de Arte Moderna (MAM) de Bogotá, do qual, em 1962, foi nomeada diretora.²

No ano de 1966, após se separar de Zalamea, recebeu o Prêmio Casa de las Américas, em Cuba, pelo seu romance *Las ceremonias del verano*. A escritora sofreu perseguições por forças militares que invadiram a Universidad Nacional. Em 1969, saiu da Colômbia para viver e trabalhar em Montevideu com seu novo marido, o crítico literário uruguaio Ángel Rama. Em 1974, ambos se exilaram na Venezuela. Até instalar-se em Barcelona, em 1978, trabalhou em diversas cidades, como professora, conferencista ou jurada, sempre criando e participando de polêmicas culturais e políticas. Em 1971, foi publicado no México seu polêmico e influente livro *Dos décadas vulnerables en las artes plásticas latinoamericanas*.

2 <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/t/traba-marta>

1950-1970, que analisava o surgimento e os significados das vanguardas latino-americanas.

Traba publicou no suplemento cultural do Jornal Uruguayo El País, o seguinte:

La notable y y sobresaliente trayectoria de desarrolló entre Colombia[...] y Venezuela, Centro-américa, Puerto Rico, Estados Unidos y Europa puerto finalal que llegó luego de ser expulsada de Estados Unidos junto a su segundo marido, El crítico Ángel Rama. (VERLICHAK, 2007)

O romance *Conversación al sur* (1981), objeto de estudo desse artigo, e seu ensaio *Hipótesis de una escritura diferente*, sobre as especificidades de uma "literatura feminina", levaram-na aos Estados Unidos, onde passou a ensinar e escrever. Por suas posições políticas de esquerda, teve o visto de permanência negado pelo governo norte-americano. Em 1983, ano de sua morte em um desastre de avião em Madri, que vitimou também Ángel Rama, foi-lhe concedida a nacionalidade colombiana.

De acordo com Montañéz (2013) sua obra é composta por um conflito entre a realidade e o desejo, a partir de seu dados biográficos numa mescla de relatos que estão inteiramente relacionados com sua experiência nômade, e com sua capacidade de observação e sua sensibilidade social.

No comprendo cómo los autores pueden escribir sobre lo que no han experimentado personalmente. Em cuanto a mi, nunca podría escribir exclusivamente desde la imaginación, in referências a la realidad (VERLICHACK, 2001, p.19)

A escrita de Traba arrisca a ordem natural das coisas criando outra ordem e dissolvendo o discurso oficial dentro da própria narração da história.

CONVERSACIÓN AL SUR: UMA ESCRITA DE RESISTÊNCIA

A obra *Conversación al Sur* (1981) traz como tema o golpe militar em 1976 na Argentina resultando na queda do poderio do presidente Juan Domingos Perón que foi marcado por um período turbulento pela ditadura, e que através de perseguições e assassinatos, buscava combater o peronismo e as correntes socialistas e comunistas da época. Os setores populares reivindicavam por seus direitos trabalhistas e sociais e, segundo Grandis (1992), o peronismo sempre esteve ligado às demandas

sociais dos âmbitos populares. E para os setores militares este movimento era visto como um fenômeno irracional. Esse período é ressignificado em *Conversación al Sur* (1981), em que as personagens principais, Irene e Dolores, vítimas de opressão e violência, retomam através da memória alguns fatos da história e, por meio destes, mostram um panorama do regime ditatorial e as marcas físicas e psicológicas que guardadas em suas memórias.

Conversación al Sur (1981), na opinião de Montañez (2013, p.154), é um romance que narra a dolorosa e aterradora espera dos desaparecidos às vésperas de sua execução. Em meio a esse terror, nos limites da ficção e a realidade, a literatura surge como uma forma de resistência, causando estranhamento e perplexidade, emerge do horror e parece estar além das palavras, na tensão entre perspectiva política e a subjetiva, ambas elaboradas no nível da linguagem.

El encuentro entre las dos mujeres, Irene y Dolores, es una historia que reúne otras historias que no son más que rupturas o variaciones de una: la de la mujer que enfrenta la dictadura. La historia de Luisa, Elena, Victoria, la nuera de Irene. El texto de Traba invierte el mito de lo femenino eterno, trabajando la relación entre mujeres e historia como una relación agonizante, pero activa donde la existencia se convierte en una pesadilla, donde predomina lo temporal, lo relativo sobre lo espacial, lo absoluto: «vamos en partes, hermana, para ver si somos inventores o testigos» (TRABA, 1981, p. 19).

A intriga transcorre através de uma conversa entre duas personagens, Irene, ex-atriz de 40 anos e, Dolores, uma militante e escritora de 28 anos. Durante a conversa algumas cenas da ditadura são retomadas e vivenciadas pelas personagens, com o auxílio da memória. Entre uma frase dita e outra a ser construída, percebemos os momentos de dor e desespero sentidos pelas vítimas da ditadura. O diálogo proferido pelas duas personagens não deixa de aludir ao sentimento de impotência diante das atrocidades provocadas por esse evento político. Durante a narrativa, Irene e Dolores nos fazem perceber o quanto suas vidas e desejos foram interrompidos, interditados e estilhaçados.

Traba traz o contexto da dor pelos desaparecidos às vésperas de sua execução. Em meio a esse terror, nos limites da ficção e a realidade, a literatura de Traba surge como forma de resistência, causando estranhamento e perplexidade. É nessa linha de pensamento que Cândido

(1995) compreende a literatura como formadora do pensamento crítico dos indivíduos, tornando-os capazes de reconhecer diferentes pontos de vista. Segundo ele, a literatura – confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (CANDIDO, 1995, p. 243). Desta maneira, a literatura continua sendo o meio mais eficaz contra a repressão, contra “a morte social, o esquecimento (UMBACH, 2012, p. 217)”. Ela funciona como um registro da história, que, conforme Assmann (2011) busca reconstruir o que historicamente aconteceu.

A escrita de Traba como resistência se utiliza da memória como reconstrução do passado pois recuperar a memória é uma possibilidade de entender o passado e trazer as discussões em torno do que ocorreu nele para o presente. Essa retomada ao passado, segundo Beatriz Sarlo (2006), tem a tarefa de questionar os destinos da nação e reconstruir as crenças e os valores despedaçados pela violência. Voltar a pensar o futuro depois de anos de silêncio, corresponde a retornar e buscar um sentido para as experiências vividas. O ato de rememorar e de narrar as catástrofes está relacionado com a resistência, pois, “A memória – assim como a linguagem, com seus atos falhos, torneios de estilo, silêncios etc. – não existe sem a sua resistência.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.52). Assim o sobrevivente irá reelaborar os fatos ocorridos e criar a sua linguagem, sua forma de expressar o que é indizível.

Um outro aspecto marcado na escrita de Traba é questão do trauma. Para Selligman-Silva, o trauma é “[...] é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal”. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69). De outro modo, o testemunho tem valor no presente mesmo sendo de um fato do passado. É importante salientar que é complexa essa questão da narração do trauma, pois esses testemunhos são questionados no que tange ao seu compromisso com o real da história. Acontece que muitos historiadores veem as narrativas testemunhais como fontes não fidedignas da realidade, por conta da presença do imaginário nestas obras ficcionais.

Seguindo este raciocínio, os fatos contidos em *Conversación al sur* e em outras narrativas testemunhais podem ser interpelados, mas contrapondo a esta visão devemos considerar que,

a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para

sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70).

Em *Conversación al Sur*, Marta Traba desafia por meio da palavra a "autoridade" do regime. Escrevendo a partir de sua posição marginal de exilada, condena o regime ditatorial por uma narrativa testemunhal escrita na forma de conversação, na qual se projeta toda a violência do sistema militar: desamparo, dor, ago-nia, angústia, horror são sentimentos presentes todo momento no texto.(MONTAÑEZ, 2013, p. 155). A imaginação a qual o escritor recorre não retira a idoneidade e valor do texto literário, pois enxergamos que este é o elemento que permite a narração de uma realidade tão cruel, que para a vítima muitas vezes é impossível descrever. Marta Traba, através de seu engajamento político, propicia-nos, por meio de *Conversación al Sur* o terrorismo da ditadura, a tortura e o sofrimento pelos desaparecidos.

. A presença da garota tira Irene de uma zona de conforto, em que conseguia fugir da memória. Na citação também percebemos as ideias de Seligmann-Silva (2003) quando ele relata que não existe memória sem a sua resistência, representada pelo desejo da personagem em se defender da memória:

Deberá tener mucho cuidado de no hablar de niños, ni menos de embarazo; ni mencionar que la compañera de su hijo está embarazada, casi de cuatro meses, para peor. Le da vértigo pensar en qué sitio de Chile estarán pateándola. ¿No fue a patadas qué? Claramente advierte que la conversación estará erizada de peligros. (TRABA, 1981, p. 9).

As personagens tomadas na obra em estudo legitimam a escrita de Traba, pois, testemunham a morte e desaparecimento dos companheiros. Dolores passou pelo terror de ser perseguida e torturada. Escrevia por prazer e vaidade, depois sua escrita passou a ser um meio de defesa. "Es curioso, pero la poesía me defiende de la vida y me defiende de la muerte. ¿Podés entender eso? Porque las dos cosas son una amenaza para mí" (TRABA, 1981, p. 56)⁵. Irene assegura que entende as razões políticas, o espírito conservador e o fascismo da classe média, mas é impossível compreender a aceitação de que... "Iba a decir "le meta un palo por la vagina a una muchachita hasta que le rompa todos los órganos", porque esa historia real la torturaba, pero se calló y se agarró la cabeza" (TRABA, 1981, p.

167).³ A maneira como Traba escreve e como as personagens expõem suas dores, seus sentimentos e pensamentos, leva-nos a ressaltar a história na perspectiva das da violência, da perseguição e repressão às vítimas da ditadura. Esta ditadura provocou traumas históricos e fraturas na memória, por isso Viñar (1993) considera que silenciar não é prática saudável, pois verbalizar os conflitos e ressentimentos é uma forma de retomamos a memória e seguir para um esquecimento construtivo. Assim, a memória deve atuar de forma que liberte os indivíduos de fatos traumáticos e que são motivos de perturbação.

Portanto, a escrita de Traba, por meio de *Conversación al sur*, impede de esquecer uma tragédia de dimensões amplas, a qual com o passar do tempo tende a desgastar por causa do esquecimento e da indiferença, estratégia de resistência empregadas por muitos membros da sociedade para poder continuar vivendo a tragédia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marta Traba em *Conversación al sur* (1981) narra a catástrofe que foi a ditadura. Por meio de sua escrita de resistência rememora fatos políticos utilizando uma linguagem, contrária ao sistema de repressão dominante. Como sobrevivente de um período conturbado na Argentina, Marta consegue reestruturar fatos ocorridos e recuperar o passado, sendo esse uma marca latente em sua escrita, demonstrado, muitas vezes, pela maneira de expressar o que era difícil se dizer em decorrência dos anos difíceis. Na obra em análise, os fatos ocorridos incentivaram o surgimento de uma escritora combatente que usa sua escrita como uma arma de compromisso com a história. O que não poderia ser dito, Traba nos diz em forma de testemunho, como uma sobrevivente de fato.

Os anos da ditadura Militar na Argentina foram cruéis e sangrento, a estimativa é de que aproximadamente 30 mil argentinos foram sequestrados pelos militares. Os opositores que conseguiam se salvar fugiam do país, o que representa aproximadamente 2,5 milhões de argentinos. Em *Conversación al sur*, Dolores e Irene entre uma lembrança e outra atualizam a conversa. Lembrar e reviver são experiências simultâneas; que possibilitam presumir realidades, curar feridas, trazer à tona sofrimentos, combater

3 Eu ia dizer "enfio uma bengala na vagina de uma garota até ela quebrar todos os seus órgãos", porque essa história verdadeira a torturou, mas ela ficou em silêncio e apertou a cabeça "(TRABA, 1981, p. 167) (TRADUÇÃO NOSSA)

medos e até evocar fantasmas. A ditadura militar agia violentamente contra qualquer pessoa que viesse a se manifestar contra o sistema. Os seus métodos eram agressivos, o que levavam os militares a tomarem uma posição totalmente contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual o Brasil já era signatário nesta época.

Se o ruído externo aprisiona as palavras, imobiliza as palavras; a violência fecha vidas. A única coisa duradoura é escrever como descanso. As instruções do autor para percorrer o texto são o título em que os dois substantivos desenhavam as linhas do itinerário do leitor. Encontramos uma conversa, um diálogo extenso e estranho entre as mulheres. Palavra, linguagem, mulher são associados significativos na convenção social que naturalizou a imagem feminina. E assim nos lembramos das mães da Praça de Maio impedidas de terem seus filhos; avós na Praça de Maio, os familiares desaparecidos, e à humilhação, também se estenderam a amigos e familiares, que até hoje não sabem o paradeiro dos mortos em tortura e guerrilhas. Podemos ressaltar que entre os atos abusivos praticados pelo governo, há um que estilhaça o ser humano: o de terem seus sonhos, seus desejos interrompidos, muitas vezes, sem perspectiva de recomeçarem.

ABSTRACT

Marta Traba, an Argentine writer, has produced several works in the field of resistance literature, among them *In cualquier Lugar*(1984) , *Casa sin fin* (1987) and *Conversación al sur* (1981) in which she exposes the decade of dread not only in Argentina as well as Chile and Uruguay. Her writing is inserted in the field of arts and writers who, guided by political engagement, use literary texts to denounce terrorism and the repression that took place during the military dictatorship. The 1976 military coup in Argentina resulted in the fall of President Juan Domingos Perón from power and was marked by a period in which the dictatorship, through persecution and assassinations, sought to combat Peronism and the socialist and communist currents of the time. The narrative universe of the novel is composed of two chapters: the first, deals with the oldest character, Irene, a 40-year-old Argentine actress who has been living for some time in her beach house in Montevideo, where she waits for news of her son and daughter-in-law. pregnant, leftist militant in Santiago, Chile during Pinochet's coup; the second, we highlight Dolores, whom the military made her abort after being mistreated. This one was active in the left movement of Uruguay and Argentina. Both Irene and Dolores alternate in the story with a third-person narrator in present and past tense. Traba's writing is consolidated as being of resistance because it shows us scenes in which the main characters, Irene and Dolores, victims of oppression

and violence, recall some facts through memory and, through them, show us an overview of the dictatorial regime and the physical and psychological marks they have and that are contained in their memories. We show here that the witness bias helps his writing to denounce the excesses of the dictatorship. That said, Moraña (1995) states that the testimony was considered a literature of resistance, as it distances itself from canonical forms when dealing with controversial issues, at various levels, in the contemporary cultural context. The testimony as a result of the dictatorships "enables the entry into the literate culture of the voices of other identities hitherto silenced [...] from the 'unofficial' interpretation of History" (CALDAS, 2010, p. 4). Given the above, the work intends to prove that Traba's writing, in *Conversación al sur* (1981), is built from the reports of experiences of the dictatorship, which we can see a political, testimonial and resistance engagement to the detriment of the events historical records. As theoretical support we used Selligmann Silva (2000), among others.

Key words: *Conversación al su*. Resistance Writing. Marta Works

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: UNICAMP, 2011.

CANDIDO. Antonio O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

GRANDIS, Rita de. *Lo histórico y lo cotidiano en Operación Masacre de Rodolfo Walsh: del suceso a la guerra popular*. Centro virtual Cervantes. v. XI, AIH Actas, p.306-313, 1992.

MONTAÑEZ, Amanda Perez. Jogos de sedução. In: MONTAÑEZ, Amanda Pérez. *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Londrina: Eduel, p. 109 -176, 2013.

OLIVEIRA, Romair Alves de . CAMARGO, Flávio Pereira. Escrita feminina: uma forma de resistência. In: *Via Litterae • Anápolis • v. 7, n. 2 • p. 329-349 • jul./dez. 2015 • <http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/>*

TRABA, Marta. *Conversación al Sur*. México: Siglo XXI editores, 1981.

SARLO, Beatriz. Una alucinación dispersa en agonía. In: VIDAL, Paloma. Memória em desconstrução: da ditadura à pós-ditadura. Alea - Estudos Neolatinos . Rio de Janeiro, v.8, n.2, 20.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: A literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. História, memória, literatura : O testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 45-58.

UMBACH, Rosani Ketzer. *Violência, memórias da repressão e escrita*. In: SILVA, Seligmann et. al. (org.). Escritas da violência: o testemunho. v.1. Rio de Janeiro : 7Letras, 2012. p. 217-227.

VERLICHAK, Victoria. *Marta Traba una terquedad furibunda*. Buenos Aires: UNTREF-Fundación Proa, 2001.

VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. *Fracturas de memória: crônicas para una memoria por venir*. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 1993.

MOTIVOS DE SON: EL POEMA-SON EN CLAVE CUBANA

ELVIRA ABALLÍ MORELL¹

¹ Académica en la Vanderbilt University. Correo: elvira.aballi.morell@vanderbilt.edu

INTRODUÇÃO

A finales del año 1930 se inscribía la pieza para voz y piano, titulada “Bito Manue”, en la *Pan American Association of New York*, como parte del proyecto del músico remediano Alejandro García Caturla de musicalizar los *Motivos de son* (1930) del poeta camagüeyano Nicolás Guillén. Poco después, en abril de 1931, Amadeo Roldán terminaba su adaptación musical de los ocho *Motivos* en una suite para voz y once instrumentos. Ante semejante suceso, Caturla determinaba interrumpir su proyecto y desistía de la empresa de culminar los restantes poemas y “Bito Manue” quedaba editado junto a “Mulata” como los únicos de los ocho *Motivos* que musicalizara Caturla, quien le escribía más tarde a Guillén: “trabajaremos juntos en cualquier obra tuya suficientemente inédita y expresamente hecha para que esto no vuelva a suceder”.²

La numerosísima adaptación musical de la obra de Nicolás Guillén no es fortuita. En poemarios como *Motivos de son* y *Sóngoro cosongo* (1931), subyacen muchos elementos de un acervo sonoro que coadyuvan a la invocación musical de los poemas-son guillenianos. Esta anécdota de Caturla, Roldán y Guillén no es más que el principio de un largo y continuado proceso de interés, por parte de varios músicos, de tomar como base los textos de los *Motivos* para posteriores producciones discográficas o composiciones. Además de las musicalizaciones de Roldán y de Caturla, sobresalen las de Emilio y Eliseo Grenet, las de Argeliers León, Ana María Salas, Celina González, Félix Guerrero, Electo Silva, Frank Fernández, José María Vitier y Harold Gramatges, como se advierte músicos cultos y populares.³

La pertinencia de una investigación que trace aquellos elementos constitutivos del poema-son guilleniano se sustenta en el superficial acercamiento que ha tenido a lo largo de la extensa crítica a la obra de este poeta. Parto de la base de que el calificativo de poema-son se debe a una declaración del propio Guillén en la entrevista “Ha surgido el poeta del son”, publicada el 7 de mayo del año 1930, en la cual expresa: “He tratado de incorporar a la literatura cubana—no como simple motivo musical, sino

2 Citado por Denia García Ronda en *Motivaciones: Lecturas sobre Motivos de son*. p. 59.

3 En el artículo “Guillén va con la música” de Nilo Rodríguez, se refieren varias de las composiciones musicales inspiradas en los poemas de Nicolás Guillén. Este artículo puede consultarse en la compilación de Nancy Morejón de la Serie Valoración Múltiple. pp. 171–76.

como un elemento de verdadera poesía— lo que pudiera llamarse el poema-son, basado en la técnica de esta clase de baile, tan popular en nuestro país”.⁴ O sea, el propio Guillén acuñó sus poemas como “poema-son”. Samuel Feijóo, por la otra parte, apunta hacia la existencia del poema-son en la obra del compositor cubano H. Rodríguez Silva, mucho antes de la aparición de los *Motivos*, aunque reconoce que el verdadero inicio oficial de esta forma poética se da en la obra de Guillén.⁵ Para el investigador cubano Luis Álvarez Álvarez existen dos niveles principales de contacto entre la poesía guilleniana y el son: en primer lugar, Álvarez reconoce que “la ritmicidad . . . es tan intensa, que remite, por *analogía* a otro discurso artístico cerradamente rítmico, es decir, a la música”; y, en segundo lugar, la capacidad del poema-son guilleniano de evocar, o sea, la presencia de una “filiación afectiva y palpable”, por medio de una “*proyección dialogal* del poeta hacia el estro de la canción popular”.⁶

Considero que los *Motivos* guillenianos reproducen las maneras de hacer el son en dos niveles principales: a un nivel estructural y a un nivel temático-gestual. Con el objetivo de analizar dichos aspectos, tomo como plataforma el poemario *Motivos de son* de Nicolás Guillén y las musicalizaciones de los ocho poemas iniciales por los compositores Eliseo y Emilio Grenet, Roldán y Caturla—compiladas en la edición cincuentenario. He utilizado como criterio para la segregación de las diferentes adaptaciones musicales, en primera instancia, aquellas que no se apegan a la forma son en su manifestación pura, o sea, más popular; y en segunda instancia, se priorizan las versiones reducidas por encima de las concebidas para un formato más amplio, ya que dichas musicalizaciones permiten un acercamiento más sistémico.

LARGO Y ESTRIBILLO, CUARTETA, REDONDILLA Y MOTE. NICOLÁS GUILLÉN ¿POETA O LETRISTA?

En la tradición musical popular, el letrista podía llegar a ser más famoso que el propio músico. Así pasó en la tradición del tango y también en la sonera, aunque esto no impidió el hecho de que algunos compositores crearan tanto la letra como la música de sus canciones. No obstante,

4 Samuel Feijóo. Ob. Cit. p. 302.

5 Samuel Feijóo. Ob. Cit. p. 292–93.

6 Luis, Álvarez Álvarez: *Nicolás Guillén identidad, diálogo, verso*. p. 34.

ser letrista era un oficio complejo, ya que había que lograr que las composiciones fueran una especie de guante para el arreglo musical. De ahí que, el son como otros tantos géneros populares gozara de ciertas formas o estructuras fijas.

Los ocho *Motivos* parecen ser el resultado del ejercicio de un letrista. En la estructura de los poemas, sobresalen cuatro elementos soneros fundamentales: (1) el uso del Largo y del Estribillo (que coincide en algunos poemas con el montuno), (2) el empleo de formas estróficas clásicas del son, como la cuarteta y la redondilla y (3) la inserción del nombrete o apodo, lugar ocupado por el vocativo en los casos en que no se usa el nombrete. En cuanto al primer elemento, todos los *Motivos* poseen una estructura de Largo más Estribillo—aspecto este que se generalizó en la etapa de la urbanización del son, en la década del veinte. En cuanto a la segunda característica, cuatro de los *Motivos* comienzan con una o dos estrofas de cuatro versos de arte menor: en forma de cuarteta (rimando los versos 1– 3 y 2–4) o de redondilla (riman 1–4 y 2–3), como ocurre en las inspiraciones del son cubano. Las cuartetas y las redondillas, asimismo, cobran gran importancia en la clausura de poemas como “Tú no sabe inglés” y “Mulata”, donde se retoman en forma de coda. En cuanto al tercer y último aspecto, poemas como “Negro bembón” son paradigmáticos en el uso del nombrete o apodo.⁷ En este poema, Guillén intercala el mote a manera de estribillo desde la primera cuarteta en cada verso par. La inserción del mote en la tradición sonera se da en esta misma sección y dividido en dos versos, como ocurre en “Negro bembón”:

Te queja todavía
negro bembón;
sin pega y con harina,
negro bembón;
majagua de dri blanco,
negro bembón;
sapato de do tono,
negro bembón.

En la versión musical, que hace de “Negro bembón” Roldán, se conserva íntegramente la estructura del poema, pero en la de Eliseo Grenet

7 El mote de bembón alude a la boca o los labios grandes del sujeto.

no sucede así.⁸ En el caso de la versión de Eliseo se agrega la interjección en forma exclamativa: “¡Ah!”, acompañada del nombre. Grenet introduce, también, una pequeña improvisación—uno de los rasgos constitutivos de la música popular de la época—, que ocupa exactamente ocho compases, a mediados de la segunda sección.⁹ Tras la introducción, meramente instrumental, de diez compases y medio, el compositor plantea la primera cuarteta en el compás once—teniendo en cuenta el valor de la anacrusa en tiempo débil—hasta el primer tiempo del compás número diecinueve. Luego, Grenet presenta el Estribillo (del compás treinta y dos al cuarenta), seguido de una pequeña licencia: “¡Ah! negro bembón”. A continuación, Grenet introduce una improvisación: “¡Ah! ¡Ah! negro bembón, bomboncito de mi vida” y se retoma el Estribillo.¹⁰ Después de la primera casilla de repetición, se vuelve a las dos cuartetas iniciales, hasta “FIN” (en el compás treinta y uno). De lo anterior se deduce que las alteraciones en el original son mínimas y consisten en la ampliación del Estribillo de una frecuencia de cuatro en el original a ocho en la musicalización.

Emilio Grenet, por su parte, comienza “Tú no sabe inglés” con una introducción instrumental de diez compases y medio. Tras esta presentación, comienza la exposición o recitativo, hasta la primera casilla de repetición. Al llegar al compás veinticuatro, se salta inmediatamente a la segunda casilla de repetición, en el compás veintiocho. En el compás treinta, se expone nuevamente la segunda cuarteta y en el segundo terceto, el compositor se toma la licencia de duplicar el último verso trocando el terceto en una cuarteta, por lo que se altera ligeramente la estructura original del poema. Luego en el compás cuarenta y dos, coincide el tiempo fuerte del compás con el acento prosódico del poema en “-glé”. En este caso, como en el anterior, se amplía la extensión del poema original mediante la repetición de los primeros seis versos del recitativo. Los versos cinco y seis: “La mericana te buca, y tú le tiene que huí” se repiten tres veces. La otra mitad de la

8 En este acápite analizo solo tres de las versiones musicales de los hermanos Grenet y de Caturla y de Roldán, pues solo estas tres alteran el poema original. En este análisis pretendo demostrar que, aunque varían del original, todas las alteraciones se dan desde la repetición. Por tanto, los compositores no alteran la estructura radicalmente.

9 Se ha tomado como segunda sección el tramo que parte de la segunda casilla tras la primera barra de repetición, donde se inserta ya el Estribillo hasta el compás sesenta y ocho.

10 En la musicalización de “Quirino” del poemario *Sóngoro cosongo*, en la interpretación de Mercedita Valdés, se repite el Estribillo con la adición del adverbio “sí”: “¡Quirino con su tres!, ¡Quirino con su tres!, ¡Quirino con su tres! ¡Sí!, ¡Quirino con su tres!”, mientras que el poeta solo lo hace una vez.

estrofa (versos siete y ocho: “tu inglés era de etrái guan / etrái guan y guan tu tri”) aparecen una sola vez, como en el poema. El Estribillo se repite en total quince veces.

En el caso de la musicalización de “Tú no sabe inglés”, Caturla se toma la licencia de llamarlo “Bito Manué”. La apertura de la pieza es con el verso “Bito Manué, tú no sabe inglés”, mientras que en el original de Guillén no aparece hasta el verso noveno. Tras esta presentación se introduce la primera cuarteta. En vez de “ye” el compositor emplea “yea” porque una vocal abierta como la “a” permite una mejor colocación de la voz, en notas largas,—en este caso prolongada por la ligadura—para un total de dos compases, cada uno. Caturla vuelve sobre “Bito Manué, tú no sabe inglés”—dos veces—. Caturla retoma seguidamente “Bito Manue ea, ea” para cerrar “Bito Manué, no te enamore ma nunca, Bito Manué si no sabe inglés”, sin repetir este verso final, como hace el poeta en el original. Este es el único motivo que aparece musicalizado en compás de 6/8, intención expresa del compositor de crear un son con una evidente influencia africana mediante el uso del compás ternario. El verso nueve—donde se encuentra el vocativo en el original—se cuadruplica en la musicalización. Igualmente, el verso final de la segunda cuarteta se triplica. En total, el vocativo aparece ocho veces—sin contar el título—en la musicalización y tres veces en el poema.

Las tres adaptaciones anteriormente descritas son las únicas de las versiones musicales de la edición cincuentenario en las que varía la disposición del poema original.¹¹ Los cuatro compositores—Caturla, Roldán y los Grenet—preservan, casi en su totalidad, la estructura del poemason guilleniano y solo lo alteran mediante la repetición—un recurso empleado, en el caso de los arreglos populares, con la finalidad de dilatar la duración de la música para los bailadores y, en el caso de la música de concierto, como necesaria extensión de la duración de la pieza. Tanto en estas versiones, como en otras que no analizamos—pues no hay alteraciones de la estructura del poema original en su adaptación musical—, se mantiene estable la disposición del Largo y del Estribillo. En algunos casos, sobre todo en aquellas versiones destinadas a un público bailador, se insertan secciones breves de improvisación.

En casi todos los poemas de los *Motivos* aparece un vocativo o un mote mediante el cual se apela al receptor: “Mulata”, “Bito Manué”, “negra”,

11 El resto de las musicalizaciones mantienen inmaculadas, prácticamente, las disposiciones textuales del poeta. Solo “Mulata” en versión de García Caturla reitera: “Poque tu boca e bien grande”.

“compadre”, “negro bembón” o “viejo”. Vemos en el análisis precedente cuánto interés manifiesta el compositor en reiterar esta unidad léxica. En la tradición sonera es frecuente el empleo de este tipo de llamamiento, como ocurre, por ejemplo, en “Cuidaíto, Compay Gallo” del *Trío Matamoros*: con el vocativo “Rufina” y con el mote “Compay Gallo”. En los *Motivos* casi siempre se apela a un solo receptor, pero, en el poema “Si tú supiera” se dirige el discurso a la “negra”, en la primera parte, de los versos uno al ocho, mientras que, en la segunda parte, a partir del verso nueve hasta el final, con: “Aé, / **vengan** a bé; / aé, / **bamo** pa bé”; se apela a más de un interlocutor, quebrando la dirección y, en cierto sentido, la unilateralidad de los versos precedentes con el uso de la exhortación colectiva a través de los verbos en plural apocopados.

LA OTRA AFRICANÍA EN LOS MOTIVOS...

El 27 de diciembre de 1932, Caturla afirmaba en la *Academia Municipal de Música de Caibarién*: “El son es la cumbre del periodo folklórico cubano y del periodo nacionalista. El son es la expresión y resumen de todas las tendencias de influencia africana”.¹² Caturla, al igual que Guillén, era consciente de la importancia del son—en su faz africana—en la formación de una cultura nacional. En los *Motivos*, Guillén practicó una especie de *anagnórisis* cultural, que implicó una especial capacidad para la síntesis de varios elementos culturales africanos.

En este acápite quiero llamar la atención sobre el uso del montuno en el poema “Si tú supiera”, debido a su pertinencia en cuanto al elemento africano. Muchos críticos han considerado este montuno como una jitanjáfora o un sinsentido que Guillén emplea con un fin netamente musical. No obstante, el objetivo perseguido por el autor no queda en una simple búsqueda de sonoridad. Guillén se enfrenta a un verdadero reto lingüístico, no solo porque busca una escritura que sea reflejo de una cultura afrocubana, sino también porque trata de crear un poema que funcione como una manifestación de ese ser negro antecedente. Para Roberto González Echevarría en una simple desmembración de este Estribillo, se accede a tres palabras viables: “son”, “songo”, “congo” y el poema alude a la lengua de la cultura *congo* o *bakongo*—uno de los tres núcleos africanos más importantes traídos a Cuba y, por demás, el más representativo en Camagüey.¹³ Esta

12 Citado por Samuel Feijóo en *El son cubano: Poesía general*. p. 42.

13 Roberto González Echevarría, “Nicolás Guillén barroco: el significado en *Motivos de son*”. p. 225.

segunda parte del poema está conscientemente elaborada a nivel estético, en función de representar una imagen lingüística de una lengua que Guillén no domina, pero tampoco desconoce. Considero que la creación de este Estribillo/montuno por Guillén se debe a la influencia del son. Muchos temas soneros usan el léxico afrocubano o de lenguas pertenecientes a etnias africanas. Aunque no es un procedimiento tan común, tampoco es ajeno a las composiciones soneras de la época.¹⁴ Muchos temas emblemáticos de este género gozan de este procedimiento, como “Carmela mía”, “Mayeya, no juegue con lo santo”, “Espabílate”¹⁵ y “Criolla carabalí”¹⁶, interpretados por el *Septeto habanero*, y lo mismo sucede en “A la cuata co y co”, por el *Sexteto Boloña*. De lo anteriormente expresado se deduce que Guillén echa mano a un arsenal entonativo hondamente asentado en su conciencia musical. Por tanto, “sóngoro cosongo” es una recreación de determinados barnices soneros que Guillén posee, emparenta y trata de recrear. No es, precisamente, un son congo, sino una representación ficcional de la lengua en un poema-son. El oyente o el lector de “Si tú supiera”, que casualmente es más conocido por “Sóngoro cosongo”, desea bailar con este Estribillo y, al igual que Guillén, repasa una tradición sonera y acepta incluir esta propuesta en el canon—en lo que él considera que se ajusta al patrón sonero. Guillén apela a un rejuogo estilístico por medio de ciertas combinaciones fónicas en función de recrear una imagen idiomática africana¹⁷ que, casualmente, coincide con determinadas reminiscencias del lenguaje acumuladas en Guillén. En su imitación de las maneras de hacer texto sonero confluyen: (1) la necesidad que tiene el poeta de representar

14 Diez años antes de la salida de los *Motivos*, el que el dúo de María Teresa Vera y Rafael Zequeira habían registrado en LP *Los cantares del abakuá* de Ignacio Piñeiro, siendo este el primer disco donde, con fin comercial y no antropológico se grababan canciones con texto en abakuá. Consultar al respecto discografía de Cristóbal Díaz Ayala.

15 Su autor es Eliseo Grenet. Aquí se ve perfectamente la inclusión de léxico de la misma manera en que lo hace Nicolás Guillén, en el Estribillo.

En el caso de “Mayeya, no juegue con lo santo” ocurre lo mismo, imitándose también la prosodia del habla del negro, por lo que el texto, en su totalidad, se asemeja mucho a “Si tú supiera”. Ambos poseen la misma estructura responsorial en el montuno.

16 En el caso particular de la “Criolla carabalí” se trata de una marcha abakuá musicalizada por Guillermo Castillo, en su lengua original.

17 Particularmente del efik, el yorubá y el kikongo, según conclusiones del investigador cubano Desiderio Navarro en el texto “Sonido y sentido en Nicolás Guillén. Contribuciones fonostilísticas”.

una lengua africana y (2) el anquilosamiento de un complejo sistema lingüístico anterior de carácter oral y tradicional.¹⁸

En su afán africanista/criollista, Guillén no se restringe al plano lingüístico, sino que trata de recrear ese carácter responsorial propio de los cantos y alabanzas africanas, como parte de la apropiación del elemento interactivo-grupal tan asentado en la cultura caribeña.¹⁹ Un ejemplo por antonomasia de ese germen africano en el Caribe lo constituyen las numerosísimas oraciones dialogadas de las reglas afrocubanas. El rezo *congo* llamado de "rompimiento o apertura" es un caso de este tipo:

¿Jura a Dió Mámbe?

¡Dio Nsámbe!

¿Jura a Dió Mámbe?

¡Dio Nsámbe!

¿Jura a Dió Mámbe?

¡Dio Nsámbe!

¿Somo o no somo?

Somo

¿Somo o no somo?

Somo

¿Somo o no somo?

Somo

¡Santo Tomás!

¡Ver y creer!

¡Santo Tomás!

¡Ver y creer!

¡Santo Tomás!

¡Ver y creer!

18 Para Roman Jakobson ("Modelación subliminal en la poesía", *Arte verbal, signo verbal, tiempo verbal*) en "la modelación subliminal [del] texto poético en la poesía oral . . . se deposita un "complejo sistema de interrelaciones 'que se actualizan, se efectúan y se heredan a lo largo de las generaciones sin que nadie conozca las reglas que gobiernan esta red intrincada'" . p. 98.

19 La mezcla sonera que estableció la forma africana de alternancia de coro y solista—presente en los poemas—se dio durante el contacto en el Caribe por el intenso comercio entre Cartagena de Indias y Yucatán y entre los puertos del sur de Cuba y la Isla de Pinos, con La Española y Puerto Rico. De este contacto a principios del siglo XX derivaron varias modalidades del son cubano para ser bailadas, como es el caso del songuaguancó y el pregónson.

Es por eso que textos como "Mulata" o "Negro Bembón" poseen un perfecto esquema en el que alternan el coro y el solista, mediante un diálogo responsorial, cuando rompe el montuno en el cual el solista comenta y el coro presenta el mote a manera de respuesta:

Solista: *Te queja todavía*
Coro: *negro bembón;*
Solista: *sin pega y con harina,*
Coro: *negro bembón;*
Solista: *majagua de dri blanco,*
Coro: *negro bembón;*
Solista: *sapato de do tono,*
Coro: *negro bembón;*

En "Mulata" sucede lo mismo cuando el coro reafirma cuán envanecida está la mujer de su cuerpo y el solista menciona cada uno de los atributos físicos de los que la mulata se jacta—de lo general a lo particular, del cuerpo, como un todo, a la boca y a los ojos, como la parte:

Solista: *Tanto tren con tu cuerpo,*
Coro: *Tanto tren;*
Solista: *Tanto tren con tu boca,*
Coro: *Tanto tren;*
Solista: *Tanto tren con tu sojo,*
Coro: *Tanto tren;*

En el caso de "Mayeya, no juegue con lo santo" de Ignacio Piñeiro, ocurre una idéntica sucesión a la de "Mulata" y "Negro bembón". En dicho son, el Estribillo: "entra, Ori babá" (en yoruba "Padre de las cabezas"), alterna con las intervenciones del solista:

Coro: *Entra, Ori babá,*
Solista: *velando a lo santo no venga a jugá.*
Coro: *Entra, Ori babá,*
Solista: *Conuca, Mayeya, no vale ná*
Coro: *Entra, Ori babá,*
Solista: *Ori babá, Ori babá.*
Coro: *Entra, Ori babá,*
Solista: *empínate, negra, si tu va encamá.*
Coro: *Entra, Ori babá. . . .*

Existe, igualmente, un elemento adicional: el propio ritmo versal de estos poemas permite el empleo de dos de los patrones fundamentales de la matriz bantú-dahomeyana: el tresillo y el cinquillo, visibles en los arreglos musicales de los cuatro compositores seleccionados.²⁰

PRINCIPIOS FESTIVOS Y POPULARES DEL SON. LA PARÁBOLA DE LO COTIDIANO

Los *Motivos* están asentados en la tradición del teatro bufo cubano, en la cual se encuentran los tipos del negro y de la mulata o negra de la accesoria. Esta manifestación teatral participó en el diseño del universo sonero y contribuyó significativamente al despegue del género. En la construcción de los sujetos de *Motivos* ocurre la sedimentación tanto de los temas del teatro bufo como de otros elementos entre los que sobresale el disfraz, el humor, el drama, el código social y la movilidad escénica—legado que comparte también el son. De ahí la importancia que Guillén concede al poema-son como “cuadros de costumbres hechos con dos pinceladas y tipos del pueblo tal como ellos se agitan a nuestro lado. Tal como hablan. Tal como piensan...”²¹

Los personajes más recurrentes en los *Motivos* son la mulata y la negra de la accesoria o la casa de vecindad. En el poema “Si tú supiera”, por ejemplo, la negra se ha “corrido de bachata” y su marido sufre por el abandono. No son otras las proposiciones de “Amor fingido” del *Trío Matamoros*, en el cual el marido la llama “cumbanchera” y la acusa de mentirosa, fingiéndose “otro naufragado del mar de su ambición”— heredadas del diálogo teatral entre la mulata, el español y el negrito del bufo. Lo mismo ocurre en “Hojas para baño”, un pregónson en el cual el hombre dice: “mi mujer válgame Dio, / la bañé con yerba buena / que se me puso tan buena / que con otro se corrió”.²² La pícaro del solar es uno de los esbozos más socorridos en el son y en el teatro bufo: una mujer fecunda en ardidés y maestra en la manipulación; un tipo de fémína que

20 Para Danilo Orozco existen cuatro patrones fundamentales, de raíz bantú-dahomeyana: el tresillo, el cinquillo, el tanguillo y el habaneroso. p. 34–35.

21 Citado por Ángel Augier en “Raíz cubana de Nicolás Guillén”. p. 6

22 Todas estas citas se corresponden a transcripciones hechas por el autor de este texto a partir de las grabaciones. Se consigna al final, en la Bibliografía, la discografía empleada a tales efectos.

Guillén tampoco desconoce. Así, en el poema "Sigue", por ejemplo, el personaje es una especie de *femme fatale*, de la que hay que cuidarse y hasta huir porque ella juguetea con el hombre, hasta hacerlo sucumbir. A pesar de que el amante es consciente de la desgracia que conlleva la unión con ella, no la puede sacar de su mente y alerta al "caminante" de la amenaza femenil. En este sentido, poemas como "Búcate plata" y "Si tú supiera" parecen enlazados a nivel argumental: un primer movimiento ("Búcate plata") en el que se introduce a una mujer quejándose por la miseria a la que está sometida y un segundo ("Si tú supiera") en el cual la mujer ha abandonado a su pareja ante la precariedad económica y ha buscado el amparo en otro hombre. La negra de los *Motivos* es esa mujer del bufo que "baila bien" y es consciente de ello, por lo que explota al máximo esta capacidad. En el poemario, la danza deviene un rasgo distintivo de la seducción femenina. Accedemos al estereotipo de la mujer solariega bailadora y llena de gracejo como la de "Comentario en el solar"—la guajira—son de *Matamoros*: esa "Caridá" que mueve su cinturita al ritmo de la música y que nos recuerda el "tanto tren" de la mulata guilleniana. En "Si tú supiera", la locución del sujeto lírico no está dirigida solo a la mulata como hábil bailadora. En la primera sección del poema, puede que se apunte a un sujeto solitario: el amante desplazado y luego al triángulo amoroso entre la negra, el nuevo amante y el marido:

sóngoro, la negra,
baila bien;
sóngoro de uno,
sóngoro de tre.

Es un "sóngoro de uno", pero también un "sóngoro de a tre" y luego se incrementa, como si fuera un espectáculo teatral o un baile al que se van sumando espectadores. Fundamento este criterio sobre la base del empleo que hace Guillén de la expresión: "Aé" de conjunto con los verbos en plural. "Aé" es una forma interjectiva que es usada en los cantos populares a manera de convocatoria, como ocurre, por ejemplo, en la conguita "La Chambelona": "Aé, / Aé, / Aé la chambelona" con la cual se convida a las multitudes a arroyar. Dicha forma interjectiva es empleada también por Carlos Godínez en su son "Alza los pies congo": "Aé, / alza los pies, congo, aé". En la segunda parte de "Si tú supiera", se trasciende la tríada: marido suplantado-negra-nuevo amante, en función de la invitación de otro(s):

Aé,
bengan a bé;
aé,
bamo pa bé;
bengan, sóngoro cosongo,
sóngoro cosongo de mamey.

En este poema el exmarido se esconde y no sabemos dónde, como si fuera parte del público y se quebrara la cuarta pared. El sujeto, antes expectante, ahora participa y sostiene un monólogo que culmina con la orquestación del Estribillo.

En el poema "Sigue...", el disfraz viene de la misma manera que en el poema anterior: un sujeto que se esconde, pero que a diferencia del anterior, apela al *caminante*. El examante de estos poemas no ha podido superar la ruptura y secretamente espía a la exmujer, como ocurre en los sones "Maruja" y "Olvido", de *Matamoros* donde el hombre se aferra a la mujer que ya no está con él. La máscara es primordial en los relatos de los *Motivos*, no solo por el ocultamiento del amante, sino en el propio énfasis de la mulata que se transfigura en su gracia corporal. Asimismo, la mascarada en los *Motivos* se manifiesta en los estereotipos del chulampín—el figurín, el vividor o el mantenido—(en "Hay que tené boluntá", "Búcate plata", "Negro bombón" y "Tú no sabe inglés"). Los personajes del poema-son devienen tanto víctimas de su apariencia, como manipuladores: "buche y pluma na má". En "Negro bombón" y en "Hay que tené boluntá" se evidencia esto: en el primero, *Caridá* le facilita al negro el sustento y los lujos—"majagua de dri blanco, sapato de do tono" y la amante no está indispuesta por el hecho de que su marido sea un mantenido o que sea fenotípicamente negro, por el contrario:

Bembón así como ere
tiene de to;
Caridá te mantiene,
te lo da to.

En "Hay que tené boluntá", por la otra parte, el negrito quiere sacar del empeño su "flú" a costa de la venta de la plancha eléctrica de la mujer. En este poema, es mucho más complejo el correlato social por cuanto el hombre exige a la mujer que busque el sustento:

Empeña la plancha eléctrica,
pa podé sacá mi flú;
buca un reá,
buca un reá,
cómprate un paquete' vela
poqqe a la noche no hay lu.

La mujer de “Búcate plata” se revela, advirtiéndole de la inminencia del abandono por la miseria en la que se encuentran. Le recrimina que estén pasando hambre mientras él tiene: “sapato nuevo, reló, tanto lujo”. Ella le advierte al marido de que se “va a correr”, ¿acaso de bachata? como la hembra de “Si tú supiera”. En el son “El pagaré”, ocurre algo similar: el sujeto asegura a su mujer que cuando él cobre la “letra” va a satisfacer sus gustos y suplica a la Virgen de Regla que se compadezca de él. En este son, el abandono de la mujer es el destino seguro, si este él no consigue el dinero.

En “Tú no sabe inglés” se encuentra la mascarada desde la arista del chulampín y también desde el fingimiento lingüístico—el personaje finge dominar el inglés. La sorna del enunciador ante la incapacidad del personaje de hablar inglés se basa en el “dime direte” cotidiano del solar—común en sones como “Mama Iné” y “Comentario en el solar”. No estamos frente al español enamorado de la mulata, del contexto colonial y del teatro bufo, sino ante el chulo, el “pisabonito”, que seduce a la americana. “Tú no sabe inglés” parte de la construcción moderna, de la representación de un momento de crisis y de cambio de sistema político, donde el negro necesita aprender inglés.

Existe, también, en los poemas-son guillenianos, de este y de poemas posteriores, una tendencia a la movilidad en los personajes. En los ocho *Motivos*, los personajes están en constante movimiento. Está, por ejemplo, el negro de “Si tu supiera”, que espía a la mujer que pasa; en “Sigue”, cuando el enunciador le dice al amigo que eluda a la mujer y se repite el verbo “camina”; y en “Tú no sabe inglés”, en virtud de similar concepto, el pobre negro huye de la americana. Los personajes nunca aparecen estáticos. De ahí el intenso sentido de agitación, que en otras ocasiones viene en los textos, asociado al baile. Al final de “Hay que tené boluntá”, por ejemplo, el diálogo se intensifica dramáticamente. Una violencia que hasta el momento nos ha sido ligeramente velada se quiebra en pos de una teatralidad pasmosa. La representación se torna absolutamente coreográfica. Es casi un baile donde la mujer negra funciona como una marioneta guiada por el hombre:

Camina, negra, y no yore,
be p' ayá;
camina, y no yore, negra,
ben p' acá;
camina, negra, camina,
¡que hay que tené boluntá!

El humor se torna, en ocasiones, un tanto “negro” en esa puesta en escena de la realidad, como reconoce el músico Pancho Amat: “los sones son una suerte de tragedia sonriente”.²³ No son otra cosa los personajes de “Bito Manué”, donde el negrito inmiscuido amorosamente con la americana se esconde. El determinismo social signa al individuo; su condición y su código no le permiten más. La transgresión de estos límites conlleva al fracaso como le ocurre al “negro bembón”, quien, marcado por un determinismo biológico al distar su fenotipo negro del ideal ario—asentado en el imaginario popular del momento como el patrón de belleza—se ofende por su boca grande. En “Mulata”, por la otra parte, el sujeto quiere disimular su complejo de inferioridad acusando a la mulata de su falta de pureza racial y arremete contra ella, primeramente, mediante el escarnio y, luego, por la preferencia de su negra, quien es, además, una muestra de todos aquellos rasgos fenotípicos, que este critica en la Mulata: “la boca”, “la pasa”.

Casi todos los poemas, al igual que en los textos soneros, resuelven el conflicto sarcásticamente en el Estribillo. En la exposición se nos plantea un acontecimiento en toda la extensión de su crudeza, para luego mediante el uso de la ironía subvertirlo.

Tanto en el son, como en los *Motivos*, vemos esa propensión del sujeto lírico al empleo de un discurso atenido al poder de la crónica, que intenta aprehender los códigos, en este caso, tanto de la poca sofisticación espacial y material, como de la propia complejidad de tipos y situaciones inherentes al solar. Guillén elige esta locación como espacio narrativo para sus sones y presenta las mismas coyunturas temáticas que se recrean en el son, que, a fin de cuentas, constituyen problemáticas del cubano de la época.

23 En documental para la televisión, *La leyenda del son*, Mundo Latino, Dir. Carlos A. García Airado.

A MANERA DE CODA

Hay escritores que pasan por la vida sin ser notados. Lo más fácil para uno es morir en el desconocimiento, porque no produce bienes indispensables para la sociedad: no es el médico que cura o el ingeniero que proyecta y concreta. En el caso de Nicolás Guillén, el poeta nacional, no sucede así. Con los *Motivos* se inaugura una poética anclada en una estética de lo popular, cuya savia es todo un imaginario del son tanto a nivel temático como rítmico-musical. Se pueden mencionar momentos fundamentales en la creación literaria cubana, que preceden a los *Motivos*, que pueden inclusive ser muestras de una mayor madurez literaria como son el Modernismo de José Martí con su *Ismaelillo* o el Romanticismo de la Gertrudis Gómez de Avellaneda con *Sab*, o la presencia poética de un José María Heredia en “Niágara” o “En el Teocalli de Cholula”, pero ¿en qué medida estos han implicado, al menos tan claramente, una relación dialogal de todas las integrantes de la identidad cubana? Aunque entre los escritores que menciono se encuentran los otros dos poetas nacionales: Martí y Heredia, en Guillén ocurre algo totalmente diferente y es en lo que estriba su valor fundamental: se nos remite conscientemente por semejanza a un discurso popular, desde uno literario. Es en los *Motivos* donde el lenguaje poético se pliega a un lenguaje musical popular. Ese otro lenguaje que encuentra sus manifestaciones más concretas y a la vez naturales e ingenuas en el imaginario sonero: esa alfombra tejida con cientos de hilos, conectados con el único fin de mostrar el mapa cultural de un pueblo. Ese afán guilleniano de recreación lingüística y de preciosismo sociológico, no es accidental o imprevisto. Guillén intenta cartografiar a la Cuba de los años 1930. Compositores como Ignacio Piñeiro, los hermanos Grenet o Miguel Matamoros, aportan las mismas maneras de tratamiento de la lengua. El son registra para la posteridad una realidad.

Al intentar descubrir y describir los códigos soneros, desde el examen de los ocho poemas iniciales de Guillén, me enfrenté a la necesaria incursión sobre las musicalizaciones de los textos, dado que estas constituyen el reflejo de la gran capacidad musical que encierran los *Motivos*. Como enuncié en los acápites precedentes: en Guillén hay una propensión a crear letras para sones. El poema-son tiene una posibilidad natural (tanto formal, como de contenido) para ser musicalizado. Por eso, he visto en Guillén la potencialidad y el oficio de un letrista, sin reducirlo o acuñarlo con tal proposición. En las actas de uno de los *Seminarios del son*, en los Archivos del Centro de Investigación y Desarrollo de la Música Cubana, se discute

precisamente acerca de la necesidad de desarrollar el oficio de letrista. Pancho Amat plantea la inminencia de encontrar letristas ante “la imposibilidad de lograr una letra apropiada” por los músicos. La letra para un son no es un juego infantil, se debe tener una intuición literaria independiente del dominio de las estructuras y los esquemas musicales. En las versiones musicales de los cuatro compositores, me percaté de que las variaciones sobre los textos guillenianos eran ínfimas y que esto no se debía a afán alguno de conservadurismo, sino que los *Motivos*, afortunadamente, eran como un guante de perfectas dimensiones sonoras, entonces valía la pena referir esto en mi análisis, de ahí la interrogante ¿poeta o letrista? que a fin de cuentas es una cuestión retórica.

En el caso particular de los *Motivos* ocurre que el poeta, íntimamente vinculado con el son, no desdeña sus influencias, sino que las manipula conscientemente, en función de crear un correlato social, asentado en la base de este tipo de música tradicional y sustancialmente cubana: esa doble tradición africana y española—visible en poemas como la “Balada de los dos abuelos”. Las aspiraciones creativas de compositores como Caturra, Roldán y los Grenet, son similares a las del poeta camagüeyano, ya que se empeñaron en recoger, en erigir y combinar las particulares manifestaciones sonoras para refrendar un nacionalismo y un folklorismo musical en Cuba.

Existen géneros cardinales en Cuba, por los cuales se conoce y destaca nuestra organología y musicología, como la rumba, esencialmente negra, o el punto guajiro, casi español²⁴, pero ¿dónde queda el son? que no tiene todo el reconocimiento que tiene la rumba, por ejemplo. El son es verdaderamente mestizo, híbrido, no ahora, sino desde 1910, desde las grabaciones comerciales de la primera treintena del siglo XX. Por eso, Guillén lo selecciona. No es cuestión de un *hit-parade* de los años 1930 o de índices de venta y consumo. Estamos hablando del alcance del son como el más desarrollado y complejo género cubano y el más innegable vehículo identitario. En *Motivos de son* se expresan los rasgos fundamentales sonoros a partir de: (1) la posibilidad de la musicalización sin alterar las disposiciones y estructura misma de los poemas; (2) el tratamiento de los personajes y los temas; y (3) la posibilidad del poema-son guilleniano de permitir el empleo de diferentes esquemas de origen africano.

24 Al menos en esta época ya que se puede hablar a la altura del presente siglo de “fusión” y de una desmembración o difuminación genérica.

El uso de algunas claves o tratamientos propios de las letras soneras en los *Motivos* los convierten en el vehículo idóneo para el desarrollo de un poema nacional, sin perder el aliento de renovación y la pureza poética. El negro es usado por Guillén, no desde una intención de validación social o de anulación de las condiciones de menoscabo en las que se encuentra sumido, sino desde toda su riqueza, amplitud y brillantez cultural. Es ese personaje del bufo y del solar, ese donde se da una sedimentación de los valores rítmicos y cadenciales de una tradición musical ancestral. La extraordinaria libertad expresiva de la poesía guilleniana parte de un realismo social bien aceptado en el contexto vanguardista. No es solamente la muestra una gran carga lúdica y festiva, sino que presenta a un sujeto en todas sus relaciones de preeminencia cultural y de desventaja social. Guillén usa al negro del solar porque es aquel que, como dijera la Toledano, baila en La Frita de Marianao, pero también es el de "Oye el cha chá" y el de "Mamá Ine". Los *Motivos* exponen a ese sujeto de la tradición teatral y musical cubana. En *Motivos de son* es donde hace su entrada el talento, donde se atisba al bardo. Más allá hay un camino ilimitado. *Motivos de son* se inserta de manera armónica en el contexto cultural cubano de su época. Existe una clara correspondencia entre los *Motivos* y las formas del texto sonero a partir de la apropiación del imaginario cultural de nuestro pueblo, lo que se evidencia en, para decirlo con sus propias palabras: la recreación de "cuadros de costumbre hechos con dos pinceladas" y de "tipos del pueblo tal como ellos se agitan a nuestro lado, tal como hablan, tal como piensan".

BIBLIOGRAFIA

Aguirre, Mirta. *Estudios literarios*. Letras Cubanas, La Habana, 1981.

Alén Rodríguez, Olavo. *De lo afro cubano a la salsa. Géneros musicales de Cuba*. Artex, La Habana, 1994.

_____. "Algunos apuntes sobre el son", en *Seminario del son*, CIDMUC, La Habana, 1974.

Álvarez Álvarez, Luis. *Nicolás Guillén: Identidad, diálogo, verso*. Oriente, Santiago de Cuba, 1997.

Antología integral del son, Familia Valera Miranda, bases históricas, (vol.I), compilación discográfica *in situ* de Danilo Orozco González, LD 286 y 287, Siboney-EGREM, Santiago de Cuba, (s.a.).

Atlas etnográfico de Cuba (Cultura popular tradicional), CD-ROM, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, La Habana, 1999.

Augier, Ángel. "Raíz cubana de Nicolás Guillén", *La Última Hora*, no. 23, jul., 1952, p. 6.

Balmaseda Maestu, Enrique: "La huella africana en el español caribeño a través de Mojana, Drume Negrita y Saludo a Changó". *Actas del XXXVII Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística (SEL)*, editadas por Inés Olza Moreno, Manuel Casado Velarde y Ramón González Ruiz, Departamento de Lingüística Hispánica y Lenguas Modernas. Pamplona, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra. <http://www.unav.es/linguis/simposiosel/actas/>.

Blanco, Jesús. *80 años de son y soneros en el Caribe*, Tropykos, Caracas, 1992.

Calero Martín, José. *Cuba musical*, Imprenta Molina y Cía., La Habana, 1929.

Córdova de la Paz, María de los Ángeles: *Música y memoria histórica. Fernando Ortiz in memoriam*. Cúpulas, ISA, La Habana, 2011.

Díaz Ayala, Cristóbal. *Cuba canta y baila. Discografía de la música cubana, vol. I, 1898-1925*. Fundación Musicalia, Puerto Rico, 1994.

_____. *Los contrapuntos de la música cubana*. Callejón, San Juan, 2006, pp. 324.

_____. *Música cubana. Del areyto a la nueva trova*. Ediciones Universal, Miami, 1978.

_____. *Cuando salí de La Habana: Cien años de música cubana por el mundo*. Fundación Musicalia, San Juan, 1999.

Diccionario enciclopédico de la música española e hispanoa-mericana, 10 t., compilado por Emilio Casares, Sociedad General de Autores de España (SGAE), ICCMU, Madrid, 1999.

Ezquenazi Pérez, Martha. *El areíto y otros sonos*, Letras Cubanas, La Habana, 2001.

Feijóo, Samuel. *El son cubano: Poesía general*. Letras Cubanas, La Habana, 1976.

Fernández Retamar, Roberto. *El son de vuelo popular*. Letras Cubanas, La Habana, 1979.

Galán, Natalio. *Cuba y sus sonos*. Pról. de Guillermo Cabrera Infante. Pre-Textos, Métrica-Artegraf, Madrid, 1997.

García Ronda, Denia, compilador. *Motivaciones: Lecturas sobre Motivos de son*. José Martí, La Habana, 2008.

González Echevarría, Roberto. *La prole de Celestina: Continuidades del barroco en las literaturas española e hispanoamericana*. "Nicolás Guillén Barroco: El significado de *Motivos de son*". Colibrí, Chihuahua. pp. 225-44.

Guillén, Nicolás. *Obra Poética*, (1^{ra} 1972), vol. I y II. Letras Cubanas, La Habana, 2011.

_____. *Prosa de prisa*, (t. I, II, III) Arte y Literatura. La Habana, 1976.

_____. *Epistolario*. Selección, pról. y notas de Alexander Pérez Heredia. Letras Cubanas, La Habana, 2002.

Jakobson, Roman. *Arte verbal, signo verbal, tiempo verbal*. Fondo de Cultura Económica, Madrid, 2004.

López de Jesús, Lara Ivette. *Encuentros sincopados. El Caribe contemporáneo a través de sus prácticas musicales*. Siglo XXI, México, 2003.

López Lemus, Virgilio. *Métrica, verso libre y poesía experimental de la lengua española*. José Martí, La Habana, 2008.

Motivos de son. Edición Especial por el 50 aniversario. Música de Amadeo Roldán, de García Caturla, de Eliseo y de Emilio Grenet. Pról. Mirta Aguirre. Letras Cubanas, La Habana, 1980.

Muguerca Muguerca, Alberto: "Estribillo, copla y poesía en el son cubano", en *Seminario del son*, CID-MUC, La Habana, 1980.

_____. "Teodora Ginés ¿Mito o realidad histórica?", *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, Instituto Cubano del Libro, sept.-dic., 3, Año 62, 1971, 53-84.

Navarro, Desiderio: "Sonido y sentido en Nicolás Guillén. Contribuciones fonostilísticas", *Ejercicios del criterio*, Unión, La Habana, 1988.

Orozco, Danilo: "El son: ¿ritmo, baile o reflejo de la personalidad cubana?". *Seminario del son*, CIDMUC, La Habana, 1980.

_____. *Nexos globales desde la música cubana con rejugos de Son y No son*, (ejemplar mecanografiado). CID-MUC, La Habana, 2001.

O ÍMPETO ROMÂNTICO DE DAVI MOREIRA CALDAS EM O AMIGO DO POVO (1868-1870)¹

DANIEL CASTELLO BRANCO CIARLINI²

RESUMO

Este estudo investiga as raízes do ideal republicano de Davi Moreira Caldas, um dos mais significativos jornalistas piauienses do século XIX. Para tanto, analisam-se as edições de *O Amigo do Povo*, compreendidas entre os anos de 1868 e 1870, constantes no acervo Memória do Jornalismo Piauiense, plataforma virtual mantida pelo Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação, da Universidade Federal do Piauí. Lançam-se hipóteses acerca das ideias que estavam por trás da atuação desse intelectual no exercício jornalístico e político, cujos princípios e bandeiras o conduziram a posicionamentos para muito além da vinculação partidária, aproximando-o, com o passar dos anos, a uma tomada de consciência social contra os privilégios das elites e suas consequentes arbitrariedades na província. Apesar de o *corpus* principal ser as edições do referido periódico, deu-se atenção ainda a outros veículos de imprensa do mesmo recorte histórico, tanto do Piauí como de outras partes do Brasil, a fim de visualizar a rede de relações estabelecida pelo jornalista no período. As interpretações e os dados são iluminados por estudos do campo historiográfico, sociológico, político e filosófico, que permitiram entender as transformações operadas nos discursos, sobretudo liberais, entre a conduta antimonárquica e republicana a uma sensivelmente social.

Palavras-chave: Século XIX, Jornalismo Piauiense, Política, Romantismo.

1 Este ensaio sintetiza tópicos de um estudo mais extenso em desenvolvimento há pelo menos dois anos.

2 Professor Adjunto I do Centro de Ciências Humanas e Letras (UESPI) e professor permanente do PPGL/UESPI, danielciarlini@frn.uespi.br.

Se Pernambuco ao longo do século XIX sediou levantes de ordem ideológico-liberal pelas vias da política, da ciência, da filosofia e da literatura, a estender braços às esferas-macro do poder³, intelectuais de várias províncias no período oitocentista, com auxílio da imprensa, também impuseram algumas dessas bandeiras de transformação. No caso piauiense, tais campanhas surtiram impacto indireto no próprio espaço e, a observar os vínculos ideológicos, suas atuações eram, em grande medida, solitárias. Isso, porém, não diminuía o valor empreendido, ainda quando escritores e jornalistas dessa conjuntura reformadora faziam parte de um circuito mais abrangente de questões republicanas e respondiam como porta-vozes em suas regiões de atos inscritos em uma postura liberal-romântica e, porque progressivamente radical, de vieses humanitário e igualitário.

É o caso de Davi Moreira Caldas, um dos homens de imprensa que traduziu parte desses problemas ao Piauí, ora na política ora no jornalismo, em luta contra a monarquia e as elites oligárquicas defendidas ou representadas por estruturas partidárias. Tais bandeiras devem ser entendidas como frutos de um processo de transformações de credo político. Uma rápida sondagem em fontes primárias demonstra que Davi, quando jovem, era comumente associado ao Partido Conservador, mas essa vinculação ocorria de maneira indireta, pela via paterna – não existem dados, fatos ou menções que o demonstrem envolvido de forma direta a essa agremiação política. O mesmo não se pode dizer da etapa seguinte, advinda depois de sua rápida incursão por Pernambuco, onde cursou cadeiras de Ciências Jurídicas – ao retornar ao Piauí, esse intelectual já demonstra afinidade às ideias liberais, de modo que, nos anos de 1860, encontra-se ligado ou, pelo

3 Depoimento de Hígino Cunha, que vivenciou parte do período em Recife, informa esta mesma perspectiva no âmbito da filosofia e da literatura: “no decênio de 1870 a 1880 foi que se deu no Brasil a reação contra o romantismo, partindo do Recife o movimento renovador, tendo à frente os dois campeões – Tobias Barreto de Menezes e Sílvio Romero, iniciando o primeiro a propaganda das ideias filosóficas contra o espiritualismo eclético de Cousin e consócios, e insurgindo-se o outro contra a literatura romântica e inaugurando o período das novas ideias em crítica. Foi a fase crítico-filosófica do modernismo ou pensamento moderno, fase de preparo e demolição. O movimento partiu do Recife e se alastrou por todo o país, passando primeiro pelo Ceará e Maranhão” (CUNHA, 1920, p. 17). Este artigo, ao aproveitar o entendimento de Löwy e Sayre (2015), toma como baliza o romantismo como movimento mais amplo, que perpassa modulações distintas e muitas vezes contraditórias, como a passadista e a reformista ou mesmo a revolucionária. Por essa razão, contempla parte do que Hígino Cunha entendia como *reação* ao romantismo, algo que só ocorre, *in fatu*, e de maneira incisiva, nos anos de 1880 em diante.

menos, simpático ao Partido Liberal Progressista. Daí por que, com a dissolução deste agrupamento partidário em 16 de julho de 1868 pelo Poder Moderador de D. Pedro II, o jornalista a interprete como uma hecatombe política, a partir do “imperial Vesúvio [...] sobre a cidade constitucional” – em outras palavras, uma “revolução monárquica; dessas que o gênio do mal patrocina sempre”⁴.

Dominado por um espírito inquieto, Davi, ao não se identificar com os ditames do Partido Liberal de ala refratária, envolve-se, pouco tempo depois daquela dissolução, com uma nova ala de liberais que se reorganiza no Brasil Império sob a denominação de Partido Liberal Radical⁵. Este grupo, por meio de várias ações e veículos, e desde os primeiros momentos de sua fundação, era promotor de ideias que visavam destituir poderes centralizadores, inclusive o Moderador e sua Guarda Nacional, cujo mando de polícia patrocinava, no entendimento do piauiense, a censura, inclusive de iniciativas com fins libertadores como a instrução do “homem do povo”. Em 29 de setembro de 1868, por exemplo, reclamava em *O Amigo do Povo* da dificuldade que se tinha em criar escolas noturnas para proporcionar ao trabalhador um tempo para sua educação formal, posto o “zelo monárquico da polícia” interpretar o empreendimento como uma “conjunção tenebrosa”⁶.

Para além dessas questões, que levantam pontos específicos de incômodo a um dado *status quo*, operava-se em Davi outro gradiente de suma importância, por ligá-lo a problemas de ordem liberal e política: o dos modos de relação com a escravidão. Da prática naturalizada em uma sociedade afeita às mais distintas formas de violência contra os negros escravizados, esta condição fundamentará os princípios de uma postura antiescravista. Circunstância que, *a posteriori*, fará com que Davi se insira, por identificação, em uma rede interprovincial que envolvia imprensa,

4 Erupção vulcânica. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n; 3, 26 ago. 1868, p. 2.

5 Desde o ano de 1868, Davi Caldas vinha demonstrando simpatia às ideias radicais (quando estas ainda estavam em seu nascedouro político no Brasil). Foi nesse ano que *O Amigo do Povo* reproduziu alguns textos originalmente divulgados no jornal carioca *Opinião Liberal*, porta-voz desse novo agrupamento político de viés radical, diferente das vertentes histórica e progressista pelas bandeiras que defendiam bem como no modo de operacionalização destas. Válido ainda destacar que em abril de 1869, o jornalista piauiense, de forma mais direta, usou pela primeira vez no seu jornal, e em caixa alta, a expressão “REFORMAS RADICAIS”, em resposta a uma polêmica que travara com o conservador *O Piauí*.

6 *O Amigo do Povo* (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 5, 30 set. 1868, p. 1.

políticos e membros de sociedades filantrópicas, algumas das quais secretas, responsável por viabilizar um fato político: a abolição. O atual andamento das pesquisas não pode responder se Davi, em dado contexto, agira *in fatu* como um abolicionista radical, mas seu envolvimento com a causa⁷, enquanto liberal e simpático aos radicais paulistas e cariocas, é, sem dúvida, de grande relevância, sobretudo por vinculá-lo às ideias republicana e igualitária – esta, várias vezes aludida nas páginas de imprensa. Por essa razão, sem o entendimento deste percurso não é possível definir a sua tomada de consciência como republicano.

Apesar de operar ideias reformadoras em uma província atrasada e predominantemente conservadora, isolada do centro de debates políticos do Brasil, não é errada a afirmação de que tal cerramento não o impediria de efetivar os necessários vínculos e intercâmbios políticos e intelectuais com grupos de outras províncias brasileiras. Na realidade, seus periódicos estavam inseridos em uma rede comunicativa com intensa troca de correspondências e jornais entre Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro, parte deles ligada ao Partido Liberal, e mesmo à ala radical deste. A compreensão dessas relações ajuda a explicar certos argumentos levantados por Davi Caldas no Oitocentos e a luta empreendida com insistência em questões ainda frágeis nos anos de 1860 e 1870, como a escravidão e as arbitrarias violências praticadas por seus agentes.

Esta sensibilidade e atenção podem também ter sido construídas da instrução intelectual e cultural dos jornais e livros franceses e ingleses que Davi recebia de importantes casas editoriais, tanto do Rio de Janeiro como do Maranhão, dentre as quais as especializadas em literatura. Entre as obras possíveis de sondagem estavam as de autores românticos como Victor Hugo, um dos romancistas liberais mais apreciados pelo jornalista⁸

7 Não foram poucas as alusões ao movimento, sobretudo nos anos de 1870. Um dos textos mais ilustrativos desse progressivo envolvimento com a causa se encontra na edição de 19 de março desse ano, quando Davi republica o artigo "A emancipação", de *O Jequitinhonha*, jornal mineiro ligado à abolição. O jornalista piauiense também foi entusiasta do abolicionismo em nível internacional, pelo menos é o que se deduz do editorial publicado na edição de 14 de março de 1869, de *O Amigo do Povo*, onde expressa admiração e elogia o oitavo presidente dos Estados Unidos, Martin Van Buren (1782-1862), líder do movimento abolicionista em solo norte-americano.

8 Davi Caldas costumava introduzir poemas com trechos franceses, em epígrafe, de produções poéticas do referido escritor. Raízes profundas parecem ligar Davi a Hugo, sobretudo quando este também experimentara um processo de transformação política correlata e de grande impacto nas próprias letras e ideias: em 1822, quando tinha apenas 20 anos

– notas ao longo de *O Amigo do Povo* informam trabalhos do escritor francês que chegavam ao Brasil, e mesmo aqueles que estavam sendo traduzidos para o português. A predileção e sua divulgação nas páginas de imprensa eram estratégicas e não escondiam uma profunda identificação ideológica, afinal “Hugo liderou a transformação do romantismo francês de monarquismo a liberalismo de vanguarda” (MERQUIOR, 1991, p. 61), bem como empreendeu, por meio da literatura, denúncias que marcaram convicta posição em favor dos direitos humanos.

É o que ocorre em *O homem que ri*, romance histórico em parte focalizado no período seiscentista, cujo enredo problematiza o tráfico de crianças protagonizado pelos comprachicos (derivação do termo espanhol *comprapequeños*, ou seja, compra-crianças, que, no entendimento de Hugo, deviam ser associados à escravidão⁹) e denuncia os maus-tratos diretos e indiretos da monarquia inglesa contra o povo, inclusive no que se refere à convivência com a prática da mutilação infantil e à exploração. Ademais, a obra é um libelo da liberdade – ao tratar da relação amistosa entre Ursus e Homo, há trechos em que o narrador provoca: “o lobo ensinara ao homem o que sabia – viver sem teto, viver sem pão, viver sem fogo, preferir a fome em um bosque à escravidão em um palácio” (HUGO, 2017, p. 27, grifo nosso). Publicado na França em 1869, neste mesmo ano o livro estava sendo traduzido no Maranhão pela tipografia Belarmino de Matos e comercializado em Teresina pela tipografia do jornal *A Imprensa*¹⁰, a mesma responsável pela confecção de *O Amigo do Povo*.

O que interessa aqui, no entanto, são os constructos ideológicos que estão por trás da atuação pública de Davi Caldas. Em análise preliminar,

de idade, ainda da publicação de *Odes*, Hugo estava na crista da onda da Restauração e, portanto, simpático à monarquia, ligado a outros tantos nomes significativos da literatura francesa, como Chateaubriand (que só se converte ao credo liberal em 1830), Lamartine e Vigny – fase esta definida por Löwy e Sayre (2015, p. 89) como própria de um romantismo restitutionista de viés contrarrevolucionário, e que antecede, da parte deste grupo, “posições politicamente mais ‘liberais’ ou democráticas”. Não era o caso, porém, dos anos de 1860, quando o autor de *Os trabalhadores do mar*, *O último dia de um condenado*, *O homem que ri* ou mesmo *Os miseráveis* já estava convertido ao credo reformista, entregue à luta antimonárquica e a favor dos direitos humanos, não por acaso, “definira sua posição política após 1830 como liberal, socialista e democrática” (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 100).

9 Providencial, nesse sentido, a passagem que Hugo demonstra repulsa da prática: “Os compachicos mercadejavam crianças. Compravam-nas e vendiam-nas. Não as roubavam. O roubo de crianças é outra indústria. E no que transformavam essas crianças? Em monstros. Por que monstros? Para fazer rir” e mais adiante, em ataque à monarquia, “o povo tem necessidade de rir; os reis também” (HUGO, 2017, p. 40-41).

10 Cf. *O homem que ri*. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 24, 11 set. 1869, p. 4.

observam-se os vínculos e os ideais associarem-se às aberturas conquistadas ao longo de todo o processo reformista e revolucionário que assolou a Europa, tanto a Revolução Francesa como aquelas inspiradas pela Carbonária italiana, cujas incursões resultaram na deposição de monarquias. O mesmo pode ser dito dos levantes ocorridos no México, um dos primeiros estados da América Latina a conquistar a independência, de modo que Benito Pablo Juárez García, estadista que, em favor da restauração republicana, depôs o império mexicano de Maximiliano de Habsburgo-Lorena, era descrito pelo jornalista piauiense como uma espécie de herói liberal-republicano. Essa simpatia, estampada nas páginas de *O Amigo do Povo*, era uma afronta ao império brasileiro e atacava pelo menos dois poderes: o da Igreja e o do próprio imperador. Afinal, ao restaurar a república do México em 1867, Benito assim o fizera ao fuzilar Maximiliano, primo de D. Pedro II, e expulsar do território o clero, que, com os conservadores mexicanos, endossara em 1864 o poder monárquico. Portanto, ao atacar o regime imperial brasileiro a partir de exemplos como os do México, Davi Caldas também provocava um mal-estar com os membros da Igreja Católica, que em represália o interpretavam como herege – situação que se agravava quando o piauiense parecia operar uma perspectiva deísta e não fideísta, bem como enxergava a relação Igreja e Império no Brasil como simoníaca.

Outro forte indicativo do jornalista com as ideias reformadoras encontra-se no título do jornal aqui analisado, *O Amigo do Povo*, quinzenário teresinense cuja edição saía pela primeira vez em 28 de julho de 1868 e parece remeter ao *L'Ami du Pueblo* (1789), de Jean Paul Marat, um dos jornalistas panfletários mais radicais da França no período revolucionário, autor de *Cadeias da escravidão* (1774). Segundo Gérard Walter (1968), esta obra rendeu àquele intelectual revolucionário a reputação de primeiro teorista da insurreição¹¹, cujo argumento voltava-se contra os centralismos monárquico e religioso.

11 Quanto ao impacto sincrônico ou mesmo diacrônico das ideias reformadoras ou revolucionárias de *Cadeias da escravidão*, o referido historiador ainda comenta: “Quiseram, com efeito, ver nele uma espécie de tratado prático para uso dos revolucionários futuros, em que se acham reunidos, analisados e comentados os diferentes problemas da estratégia insurrecional. Decerto, Karl Marx deve ter consultado muitas vezes esse livro, pois que possuía um exemplar cuidadosamente anotado. Sabe-se igualmente que, nos nossos dias, os historiadores soviéticos estão de acordo em considerar a obra de Marat como o primeiro ensaio para a criação, no correr do século XVIII, de uma verdadeira teoria da revolução” (WALTER, 1968, p. 20).

Como Marat, Davi tece, ao longo das edições de *O Amigo do Povo*, várias críticas, diretas e indiretas, à Igreja e constrói uma cadeia de argumentos que definem a base de algumas denúncias que deviam ser levadas em consideração em um “século que se diz das luzes”¹². Para tanto, dedica-se de forma detalhada a descrever, a explicar e, conseguinte, a desmontar os princípios que norteiam e justificam, para prejuízo da maioria, os poderes centralizadores que operavam no Brasil, sobretudo o da casa imperial: a hereditariedade, a sagração, a etiqueta, a onipotência e a magnificência real; vistos como absurdidades que não deviam ser toleradas no século XIX.

De forma crítica e contundente, a análise percebia na magnificência real, por exemplo, a origem das desigualdades econômicas brasileiras, sobretudo quando legitimava uma “partilha *leonina*, segundo a qual o chefe do estado *monárquico* apodera-se da melhor parte da riqueza pública”¹³, daí por que o imperador era uma espécie de “parasita coroadado, que ganha milhões – não tem dinheiro que chegue senão para ele só – sendo ainda preciso que seus filhos sejam sustentados à custa do estado!”¹⁴. O reclame deixava nas entrelinhas que, diante de um sistema vicioso, uma nação não podia prosperar sem antes tomar as rédeas de seu próprio destino (digasse, o povo¹⁵), e isso implicava a distribuição de sua riqueza, então retida pelo estado monárquico, cujo “luxo estúpido [...] é indício de miséria nas choupanas dos súditos [...] mantido ilicitamente, embora se aponte para uma intitulada lei que o autorize”¹⁶, e de forma mais radical, “é preciso roubar a muitos para se poder sustentar a magnificência de um só – que não tem sólida riqueza, legitimamente adquirida – nem tampouco um direito incontestável donde possa auferi-la”¹⁷. Esse ponto está conectado ao argumento acerca da hereditariedade, que só era “admitida entre povos habituados a se considerarem como um rebanho de ovelhas”¹⁸

12 O Amigo do Povo (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 6, 14 out. 1868, p. 1.

13 Idem.

14 Idem.

15 “O governo torna-se um centauro, quando o povo se deixa cavalgar” (Parte sintética: máximas e pensamentos. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 14 out. 1868, p. 2); “Os reis parecem ser *monumentos vivos*; mas, é porque os povos lhes servem de pedestal: desapeados, nem sempre valem a pena de ser contemplados” (Parte sintética: máximas e pensamentos. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 7, 28 out. 1868, p. 3).

16 O Amigo do Povo (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 6, 14 out. 1868, p. 1

17 .Idem.

18 O Amigo do Povo (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 8, 12 nov. 1868, p. 1.

Quanto aos vínculos ideológicos de origem italiana, eles podem ser sondados a partir da figura setecentista de Vittorio Amadeo Alfieri (1749-1803), dramaturgo e poeta revolucionário ligado inicialmente ao credo liberal e teorista contra a tirania, sobretudo em sua fase radical, quando escreveu peças contra a opressão. Seu nome aparece em algumas edições de *O Amigo do Povo*, quando Davi Caldas transcreve excertos dos ensaios políticos do escritor, em especial extraídos de *De la Tyrannie* (1802).

O contexto internacional de agitações políticas do primeiro ano do referido jornal ainda assistiu à deposição, na Espanha, da rainha Isabel II. O fato, que envolveu democratas, republicanos, liberais e membros do partido progressista espanhol, ficou conhecido como *La Gloriosa* e criou a abertura política que resultaria mais tarde em uma efêmera República.

Esse acontecimento foi também reverenciado pelo jornalista piauiense em pelo menos quatro edições de *O Amigo do Povo*, uma das quais com a transcrição da proclamação-sentença revolucionária distribuída pelos liberais da Espanha contra a monarca, extraída do *Diário de Pernambuco* – nela, observa-se, como motivação e em tom de ameaça, certo revide às ações da rainha: “Pensas talvez que os liberais foram assassinados e tu escapaste sã e salva? Ah! não, Isabel de Bourbon, a terra está mais próxima do céu ou o céu mais próximo da terra. Isabel de Bourbon, a lei humana chega mais abaixo e mais acima”, e de forma incisiva, “tu que assinaste a sentença de morte do filho da mãe espanhola, firmaste a tua sentença e a dos teus. [...] o primeiro enforcado não é o enforcado, mas sim o que enforca. [...] O primeiro enforcado na forca dos liberais espanhóis, és tu”¹⁹. O documento repete o ataque ao clero, como ocorrera no México: os revolucionários liberais denunciam o conluio entre a monarquia e a Igreja, centrando fogo no convento, cujas “infâmias [escandalizavam] até os libertinos, convento que é um *bordel*, do que não pode dizer-se; convento que é a Pentápole maldita da Espanha, onde reinam todos os vícios até a torpeza de Sodoma”²⁰.

Ao comunicar esse ocorrido à província piauiense, Davi também não economizou palavras contra Isabel II, taxada como “demônio disfarçado em figura de mulher”²¹. E preconiza, sempre em provocação ao Império, que “a revolução que rebentou em todos os ângulos da formosa Espanha;

19 Proclamação sentença, distribuída em Cadix contra S. M. A rainha D. Isabel II. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 10, 25 nov. 1968, p. 2-4.

20 Idem.

21 *O Amigo do Povo* (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 9, 18 nov, 1868, p. 1.

possa dali propagar-se por outras regiões da terra, como um furacão medonho, destinado a quebrar os mais rijos cetros e a derrubar as mais bem assentadas coroas"²². Nesse sentido, Davi se coadunava aos discursos inflamados e radicais dos jornais *Opinião Nacional* e *Democrata Pernambucano*, cujos textos muitas vezes eram transcritos em *O Amigo do Povo*. O primeiro, carioca, defendia ideias como as que "as revoluções despertam as nações, chamando-as a realizar as condições da dignidade do cidadão"²³; e o segundo, de que um povo que se levanta, "assume a consciência da sua soberania"²⁴.

Defensor da instrução livre e da institucionalização de bibliotecas, atos por si mesmos reformistas e ligados à ala mais radical do Partido Liberal, Davi Caldas também atuou na imprensa favorável à República no Brasil, tanto em *O Amigo do Povo* como em *A Imprensa* e em *Oitenta e Nove* ("Monitor Republicano do Piauí"), este nos anos de 1870, uma década antes do advento da Proclamação de 1889 – o que rendeu ao jornalista o apressado título de "Profeta da República". Quanto aos extemporâneos ideais republicanos, também comenta Ana Regina Rêgo: "Acredita-se que *O Amigo do Povo* já nasce republicano. Apenas não possui essa denominação, uma vez que não existe uma doutrina e um partido constituídos, no Brasil, na data de sua fundação" (RÊGO, 2004, p. 13), todavia, "a consolidação, tanto do jornal como do seu redator como republicanos, só acontece, em 1871, após muitas adesões às novas ideias que se propagam pelo Brasil" (RÊGO, 2004, p. 14) – com marco em 14 de fevereiro desse mesmo ano, quando o referido jornal "transcreve, na íntegra, o Manifesto Republicano, de 1870. A partir desse número, assume, oficialmente, a função de órgão republicano"²⁵ (RÊGO, 2004, p. 14).

De fato, pelo menos desde o ano de 1869, Davi Caldas tinha convicção dessa postura e credo políticos, o que explica, ao longo de inúmeras edições de *O Amigo do Povo*, o empenho em expressar a bandeira republicana. Em 20 de agosto deste ano, ao fazer reverência à luta empreendida contra os conservadores do Império, comenta: "muitas vezes acontece que o altivo republicano, o homem verdadeiramente cioso de sua independência

22 Idem.

23 Transcrições. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 9, 18 nov. 1868, p. 2.

24 Viva a Espanha!. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 9, 18 nov. 1868, p. 2.

25 A citada edição de *O Amigo do Povo* infelizmente não foi localizada nos dois sítios virtuais consultados para este estudo: Memória do Jornalismo Piauiense e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional brasileira.

e liberdade, é tido inconsideradamente como um ente perigoso – inimigo da paz e da ordem”²⁶. E no ano seguinte, dedica editorial a esclarecer as razões por trás da instituição República, diferenciando-a da instituição Império: “se no *império* ouve-se a voz singular e arrogante do *imperante*; na REPÚBLICA, ao contrário, escuta-se o prolongado sussurro de aprovação, ou desaprovação – a tudo que é de utilidade geral, ou a tudo que é prejudicial à comunhão federativa”, daí por que “o ‘modo republicano’ é diametralmente oposto ao ‘modo *imperativo*. Ali há igualdade, e fraternidade; em vez das imposições desdenhosas e aviltantes: ali não se diz com gesto atrevido ‘faze!’, mas – por mútuo acordo – ‘façamos’”²⁷. Importante salientar no trecho as palavras *fraternidade* e *igualdade*, que completam com o sentido de *liberdade* (também muito forte no discurso jornalístico de Davi Caldas), a estrutura do credo da Revolução Francesa, vastamente aludida no jornal.

Se as inúmeras referências históricas aos atos de deposição de monarquias europeias e americanas, bem como o título *O Amigo do Povo* não bastassem para demonstrar os vínculos ideológicos do piauiense com os ideais seculares revolucionários, o mesmo não se pode dizer de outros tantos textos, que claramente intertextualizam o lema *liberté, égalité, fraternité*:

Salve, Liberdade, cheia de força; o povo contigo; bendito é o teu fruto, a igualdade!

És mãe do direito – compadece-te de nós! resgata-nos.

Ouve, atende e acolhe as nossas rogativas, as nossas orações e as nossas súplicas!

[...]

O direito, o dever, a coragem, a força e a honra – anima e alenta aos que combatem em prol da Liberdade; aos que erguem-se contra os devoradores de homens – reis e príncipes – que têm por iguarias os povos, que distribuem entre si, e as nações que trinçam!

Liberdade, virgem de valor! Livra-nos dos reis, dos aristocratas, dos soldados, dos juízes instrumentos da vontade de um só, das alianças, das excelências, dos espíões, do orçamento, do senado, da guerra, da fome, da peste, e do

26 *O Amigo do Povo* (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 23, 21 ago. 1869, p. 1.

27 A palavra República (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 34, 19 mar. 1870, p. 1. Destaque de caixa alta da palavra “República” conforme o original.

império – tudo obra do imperador, que dirige a todos e a tudo como quer²⁸.

O tom desse discurso afina-se com o ideal que vinha sendo incorporado tanto no debate político como nas lides da literatura, sobretudo francesa, como demonstrado em *O homem que ri*.

Ao defender bandeiras como igualdade e a queda de uma estrutura que atuava em favor de privilégios, o jornalista piauiense se enquadra entre os revolucionários sociais²⁹ e, dentro deste grupo, ao questionar a centralidade, demonstra alguma postura proudhoniana, em especial quando, ao longo do credo político, rompe com alguns dos principais líderes do Partido Liberal, dentre os quais Simplício de Sousa Mendes e Teotônio de Sousa Mendes (sobrinho e tio, respectivamente), e inicia no Piauí uma cruzada em defesa de ideais descentralizadores – o que explica a crença de que na República “não deve haver *unidades privilegiadas*”; porque “Na *res publica* as abelhas trabalham muito, mas gozam do que é seu”, diferente do que ocorre “no *imperium* [onde] o zangão é um preguiçoso carregado de privilégios extorquidos – e assim desfruta muito mais do que toda a colmeia devastada ou espoliada”; e de maneira mais direta, conclui: “na *res publica*, o pólen das flores converte-se em riqueza do estado; no *imperium* os favos de mel não chegam para um só estômago, de homem glotão”³⁰.

As contradições do Partido Liberal e os incômodos delas advindas também podem ser observados dentro de uma perspectiva em gradiente, cujo ponto de partida está nos correligionários do Partido Liberal histórico, ligados diretamente, no caso brasileiro (e em grande medida o sul-americano), aos movimentos independentistas; perpassa os progressistas e chega às tomadas de posição dos radicais. É esse aspecto que permite visualizar a razão de Davi Caldas ter investido na publicação de textos que

28 Oração Democrática. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 18, 24 abr. 1869, p. 2.

29 A distinção aqui apresentada, entre revolucionários nacionais e revolucionários sociais, segue o esquema de James H. Billington, em *A fé revolucionária*, para quem os primeiros a revolução era um meio de instituir uma nação individual – sua bandeira romântica era a liberdade, daí as lutas contra as estruturas centralizadoras como monárquica; enquanto os segundos viam o processo revolucionário como extensão do universalismo científico – sua bandeira racional era a igualdade, daí a luta contra as injustiças sociais e a criação de uma “*comunidade socioeconômica não hierárquica*” (BILLINGTON, 2020, p. 98). Em escalada, esse entendimento, que no fundo parte do lema iluminista, leva aos seus consequentes desdobramentos: do credo nacional pela liberdade surge o ideal republicano; do social, advindo da igualdade, a visão de comunidade; e da fraternidade, o conceito de nação.

30 A palavra República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 34, 19 mar. 1870, p. 1.

problematizavam tais questões, levantadas por periódicos de viés radical, como o paulista *O Ipiranga*, dirigido por Salvador de Mendonça³¹, um dos idealizadores no Brasil do movimento republicano, e José Ferreira de Menezes, que, ao lado de Luiz Gama, foi um convicto abolicionista radical. Dedicado a apontar as contradições dos liberais históricos e, em alguma medida, dos refratários, *O Ipiranga*, coadunado por vários outros periódicos de províncias como a do Piauí, com *O Amigo do Povo*, e a do Espírito Santo, com *Jornal de Vitória*, publica em cadeia textos como "O Rei e o partido liberal", dirigido *Ao povo*, cujo argumento inferia interpretações como esta:

o partido liberal, o partido da independência, o partido americano, o das ideias generosas, foi vítima de um grave erro desde que, procurando constituir a antiga possessão portuguesa, na América do Sul, em nação independente, esquecera que a liberdade da nação que começava dependia unicamente da forma de governo a adotar. [...] Em vez de um chefe brasileiro, tivemos pois, um rei estrangeiro; em vez de um cidadão criado e desenvolvido ao puro ar da liberdade, um homem já formado nas práticas absolutistas, e nas falsas ideias de nobreza artificial, desigualdade entre os homens, divisão da sociedade em servos e senhores³².

Muito mais que um artigo de fundo, "O Rei e o partido liberal" pode ser interpretado como uma súmula, em manifesto, das diferenças que a ala radical tinha para com a ala histórica do Partido Liberal, razão pela qual operacionalizavam bandeiras distintas.

A análise das defesas e tomadas de posição de Davi Caldas, em sua atuação como tribuno de imprensa, ainda nos anos de 1860, demonstra que ele foi um liberal com uma embrionária alma progressista (em sentido mais ou menos moderno): não entendia o jornalismo como uma empresa focada no lucro, investia na transformação social (e nesse ponto, simpático à abolição da escravatura), na queda do *status quo* político monárquico e conservador, e acreditava no poder da educação não centralizada, desvinculada das estruturas de poder.

31 O carisma de Davi a este editor e político foi assim manifestado: "quando vimos Salvador de Mendonça declarar-se republicano, foi tal a comoção que sentimos que, digamo-lo sem reticências, digamo-lo com franqueza –chegamos a chorar de prazer!" (*O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 32, 14 fev. 1870, p. 1).

32 Transcrição: O Rei e o partido liberal. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 25, 4 out. 1869, p. 2-3.

Como toda investigação que se concentra em um tipo de postura político-reformista-revolucionária, compreender a complexa teia por trás dessas tomadas ideológicas é localizar o fundamento de suas estruturas. O discurso historiográfico é uma teia complexa que antepõe várias interpretações sobre o mesmo fato. Nesse sentido, e a pôr em debate uma polêmica antiga, se Davi Caldas, como liberal, não pode ser entendido como revolucionário, não se pode questionar que tenha sido, pelo menos, um romântico reformista, para usar aqui a tipologia de Michael Löwy e Robert Sayre, que, ao lançarem olhar para aquele credo político e ideológico, retomam seu sentido no início do século XIX, ao que parece reverberar nos decênios seguintes:

O termo "liberal" é notoriamente ambíguo e, no início do século XIX, admitia pelo menos dois sentidos: por um lado, uma corrente política ligada a um partido cuja ideologia e prática traduziam os interesses da burguesia em ascensão contra a reação aristocrática e eclesiástica e, por outro, um movimento de ideias consideravelmente mais vasto, que hoje chamaríamos "progressista", no sentido mais amplo de orientação para a mudança e o futuro (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 100).

A razão dos referidos pesquisadores insistirem no entendimento de que o espírito das Luzes, dentro de sua contextualização, representou uma tomada de consciência progressista indicia um ponto comum entre a crítica marxista, por eles representada, e a crítica conservadora feita por Raymond Aron (2016), que compreendeu como "esquerda burguesa" o movimento essencialmente iluminista desempenhado pelos revolucionários franceses de 1789. É o que também aponta Norberto Bobbio ao comentar *Destra e sinistra* (1981), do historiador político italiano Dino Cofrancesco, que renuncia a sobrecarga de valores reciprocamente excludentes dos opostos políticos e ideológicos por entender "que direita e esquerda não são conceitos absolutos, mas *historicamente relativos*" (BOBBIO, 2011, p. 97, grifo nosso).

Quanto ao referido estudo, um parêntese é necessário a fim de se lançar um olhar mais profundo para o período histórico e às operações ideológicas a que estava inscrito Davi Caldas: Cofrancesco compreende que da Revolução Francesa emergiram seis ideologias que deram o tom da direita e da esquerda, divididas em dois grupos – as clássicas e as românticas. As primeiras seriam o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo científico; e as segundas seriam o anarco-liberalismo, o fascismo e o

tradicionalismo. Tal organização é fundamental para a leitura dos pontos de encontro e de troca ocorridos entre esses opostos ao longo do processo histórico. E como observa Bobbio,

são de direita duas ideologias românticas, o tradicionalismo e o fascismo, e uma clássica, o conservadorismo; são de esquerda uma ideologia romântica, o anarco-liberalismo, e uma clássica, o socialismo científico; quanto à clássica restante, *o liberalismo, é de direita e de esquerda conforme os contextos* (BOBBIO, 2011, p. 99, grifo nosso).

Essa organização ajuda a explicar a chave interpretativa de Merquior que lê Hugo como um liberal *de vanguarda*, ou ainda o John Stuart Mill do início dos anos de 1850, próximo de um liberalismo de esquerda militante, quando engajado em questões práticas³³. O termo, como lembra Ricupero ao estudar o surgimento das ideias românticas, sofre uma virada significativa durante a Restauração francesa: “se antes o passado fora o terreno dos conservadores, a partir de 1818 ele passa a ser o espaço privilegiado dos liberais” (RICUPERO, 2004, p. 58).

Estaria no liberalismo, portanto, a chave de compreensão da mudança de postura de Davi Caldas, que, em termos tanto geopolítico quanto histórico, o coloca em uma transição ou em uma postura polêmica e de questionamento na província piauiense. Não por acaso, é patente que tenha se distanciado do Partido Liberal, embora mantivesse ligações com periódicos e chefes liberais de outros espaços do Império – o que não significava alinhamento pleno a essa estrutura partidária como um todo representativo, mas a algumas bandeiras políticas por ela defendidas e seus consequentes desdobramentos; em outras palavras, volta-se contra um liberalismo refratário em favor de um reformista, de viés radical. Mais ainda: a entender os paralelos e as reverberações das bandeiras reformistas ou revolucionárias no ímpeto romântico do escritor piauiense, compreender-se-ia com menos embaraço a razão de Löwy e Sayre (2015, p. 82) avaliarem que o “romantismo apresenta-se muitas vezes como *uma radicalização, uma transformação-continuação da crítica social das Luzes* [...] contra a aristocracia, os privilégios, a arbitrariedade do poder”.

A acompanhar as transformações intelectuais operadas pelo jornalista piauiense (e a voltar para a questão polêmica do debate), observa-se certa gradação de ideias que tem como ponto de chegada uma postura, sim,

33 Cf. MERQUIOR, 1991.

revolucionária, mais ou menos utópica, sendo a postura reformista uma etapa necessária à escalada radical – o que basta para desfazer o caráter moderado daquela em favor de rupturas profundas no sistema e estrutura sociais, algo que soaria contraditório se se mantivesse aliado aos liberais refratários³⁴ de sua província, que muito bem se enquadrariam entre os “hipócritas da generosidade [...] no cinismo, hipócritas do vício petulante: julgam fazer agradável impressão, dando mais do que têm”³⁵.

De maneira geral, os liberais piauienses, assim como os conservadores, eram membros da elite e, como tais, igualmente afeitos aos privilégios, detentores de negros escravizados³⁶ e explicitamente com as “ideias fora do lugar”, para aproveitar aqui a tese expressa no ensaio de Roberto Schwarz: o “escravismo desmente as ideias liberais [...] atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio” (SCHWARZ, 2012, p. 17; 19), daí por que a raiz dessa equação estava resumida no dilema a que se encontravam os escravistas, tanto de um partido quanto de outro: “compelidos pela conjuntura a justificar a situação escravista, sem defender a instituição em si, que, reconheciam, civilização e moral condenavam naquela altura do século” (ALONSO, 2015, p. 59).

Esse entendimento leva ao estudo empreendido por Miriam Dolhnikoff acerca dos desdobramentos políticos de 1831: “o fato de [os políticos brasileiros] se autodenominarem liberais não significa que se alinhassem de forma coesa em torno de uma das várias vertentes do liberalismo europeu, pelo menos não de forma integral”, afinal, “o termo liberal nomeava grupos heterogêneos, e entre os vários temas que os dividia estava a proposta de modelos diversos em termos de organização do aparato político-institucional” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 26). A respeito dos diferentes projetos

34 Há nessa estrutura alguma reverberação do debate entre os conservadores e os liberais na França do tempo de Tocqueville, Constant e Guizot, a partir dos anos 1840. Como lembra Guilherme Merquior (1991, p. 94): “em geral, os conservadores franceses eram reacionários que queriam extirpar completamente a obra da Revolução. Os liberais, por outro lado, queriam pôr termo à Revolução sem acabar com ela – isto é, sem prejudicar suas conquistas sociais”. Nesse sentido, o liberalismo radical seria, pelo menos para o contexto brasileiro, o lado da moeda em favor de certo ímpeto revolucionário.

35 Parte sintética: máximas e pensamentos. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 9, 18 nov. 1868, p. 1.

36 Para tornar o fato ainda mais embaraçoso, podiam-se localizar entre os correligionários do Partido Liberal e do Partido Conservador aqueles que se empenhavam pela abolição da escravatura. A forma como operavam essa questão era distinta e estava ligada ao método utilizado e ao tempo que acreditavam necessários para tal transformação.

políticos dentro da estrutura liberal brasileira, a referida historiadora levanta pelo menos quatro tendências, diluídas em discursos de época: federalistas monárquicos, constitucionalistas, republicanos e restauradores.

Ainda a respeito da estrutura ideária do Partido Liberal, não custa lembrar que “historicamente, o liberais apelaram ao *nós* para assegurar direitos iguais, querem que *nós* tenhamos um sentimento de solidariedade para com os desafortunados e os ajudemos. *Nós* é onde tudo começa” (LILLA, 2018, p. 96), logo, ao não enxergar isso dentro de seu próprio partido no Piauí (lembrar o termo *façamos* empregado por Davi Caldas para diferenciar o espírito republicano do imperialista, em “A palavra República”³⁷), era consequente o afastamento do referido jornalista, integrado que parecia estar à ala radical da mesma estrutura partidária, responsável por preparar as bases de uma reforma mais.

Localizar o ponto exato de Davi neste debate, sobretudo no espaço brasileiro, exige fôlego que o ensaio não comporta, ainda quando as transformações liberais percorrem um caminho longo. No entendimento do sociólogo Marco Revelli³⁸, por exemplo, esquerda e liberalismo eram partes de um processo iniciado no século XIX, com “a passagem que a esquerda oitocentista do movimento liberal fez para o movimento democrático, e deste para o movimento socialista” (BOBBIO, 2011, p. 108).

De volta ao empreendimento discursivo por trás de *O Amigo do Povo*, uma análise detida de sua atuação reforça a hipótese de um viés radical do tipo reformador e igualitário – aliás, olhar mais acurado da estrutura discursivo-jornalística do periódico revela os termos “radical” e “republicano” comuns e sinônimos a um mesmo universo semântico. A esse respeito, Davi Caldas foi entusiasta e divulgador das Conferências Radicais que ganharam publicidade no Rio de Janeiro e tinha palestrantes como Luís Gama e José Leandro de Godoy, fervoroso republicano pernambucano do Oitocentos. Como afronta direta ao Império, as conferências versavam temas de interesse transcendente a diversos setores do campo social, a citar a extinção do Poder Moderador e o ensino livre.

O entusiasmo com esse tipo de temática leva Davi Caldas a adotar estratégias de divulgação distintas, do texto autoral e o comentário crítico à reprodução de trabalhos alheios – como o que fez ao publicar as conferências de Godoy, cujos finais de parágrafos eram seguidos de pequenas

37 *Op. cit.*

38 Ref. *Destra e sinistra: l'identità introvabile*, 1990.

interjeições afirmativas e concordantes. Desta feita, não estranha que, ao abrir espaço para tais ideias e ao confrontar o Império, o periódico demonstrasse anseio de corte abrupto e transformação de uma estrutura impositiva em apologia a valores comuns. *Pari passu* a dado momento o jornalista seria, ainda na categorização sociológica de Michael Löwy e Robert Sayre, um romântico revolucionário, sim, porém herdeiro direto do viés jacobino-democrático, cuja essência é constituída por "uma crítica radical contra a opressão das forças do passado – a monarquia, a aristocracia e a Igreja – e *ao mesmo tempo* contra as novas opressões burguesas" (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 102). É claro que as duas tipologias parecem flutuar ora para um lado como para outro, afinal, há momentos que o escritor se expressa moderado, todavia, a virulência nos jornais, sobretudo contra os adversários políticos, o imperador e sua família, acentua a diferença, posto refletir um ímpeto de rupturas e de reviravoltas profundas no tecido social.

O PIAUÍ EM REDE DE COMUNICAÇÃO INTERPROVINCIAL

Dentre os muitos periódicos que formavam a rede de comunicação interprovincial que estava inserido o jornalista piauiense, encontravam-se o *Radical Paulistano*, órgão do Clube Radical Paulistano, cujo quadro de colaboradores tinha nomes como o líder abolicionista, Luís Gama, filho de português com uma ex-escrava; e, no Rio de Janeiro, *A Reforma*, órgão da facção radical do Partido Liberal, que entre fins de 1860 e início de 1870, época de intercâmbio de informações com *O Amigo do Povo*, tinha como revisor a figura de José do Patrocínio.

Reforça-se que não se quer defender aqui que Davi Caldas tenha pertencido a essa facção, mas que suas bandeiras estão, de alguma forma e de princípio, ligadas aos credos gestados nesses grupos essencialmente liberais, sobretudo os de viés reformista e antiescravista. É bem possível que o piauiense tenha absorvido esse tipo de ideia por inculcação, posto ter sido um homem de seu tempo – intelectual que demonstra vasto repertório histórico, filosófico e literário e se mantinha atualizado das ocorrências políticas e científicas hodiernas. Sua atividade intelectual traz uma gama de elementos que leva a essa tese, a começar pela referência a nomes e movimentos reformistas ou revolucionários, a citação de obras e autores que denunciavam as injustiças sociais e as misérias humanas.

A partir dessa perspectiva, é ainda importante destacar que o jornalista não surfou na onda do separatismo. As raízes de suas posturas políticas e ideológicas estavam fincadas em outro solo, podendo ser sintetizadas,

salvo o prejuízo da redução, em pelo menos três correntes: uma franco-italiana, do enfrentamento dos poderes centralizadores e monárquicos; uma norte-americana, que inspira as ideias liberais; e uma germano-russa, com atenção a uma revolução de ordem social. E se elas não estão explícitas, não deixam de participar de maneira implícita dos debates. Por exemplo, ao demonstrar atenção aos direitos humanos (não nestes termos), ao apostar para o constitucionalismo³⁹ e apostar na descentralização do poder, a começar pelo exercício educacional (reflexo, sem dúvida, de uma economia liberal), Davi Caldas parece flertar com o "liberalismo clássico" de ala americana, sobretudo ao apostar em um pleito provincial próprio como elemento necessário à autonomia das províncias – algo que mais tarde seria interpretado como mecanismo de ampliação dos poderes de elite frente ao poder central – e ensaia um dos princípios-chave desse credo entre os liberais americanos, o da igualdade de oportunidades (RAWLS, 1993).

Essa perspectiva, por si, poderia lançar um olhar equivocado para a atuação política do jornalista piauiense, desfeito quando observadas as várias campanhas empreendidas contra essas mesmas elites que atuavam em nome de bandeiras liberais, mas que agiam contra os preceitos destas a partir de comportamentos díspares e arbitrários. O debate, porém, não fica nisso e conforme é analisado se torna complexo. A tomar a defesa da descentralização, vê-se que ela é posta por estar na base do liberalismo, que "nasceu como um protesto contra os abusos do poder estatal", razão pela qual "procurou instituir tanto uma *limitação* da autoridade quanto uma *divisão* da autoridade" (MERQUIOR, 1991, p. 17).

Além dessas raízes ideológicas, e a se olhar para a superfície onde se encontram os frutos da expressão política, o próprio uso de veículos de imprensa como tribuna é o mais claro índice do novo caráter persuasivo e estratégico de inculcação de valores, veículo ideológico assim compreendido pelos revolucionários europeus (ou mesmo os liberais radicais) a que Davi Caldas deve parte de sua postura. Não só, compreendia o piauiense que o periodismo representava uma "revolução moral, que operou transformação profunda nos hábitos de todos os povos"⁴⁰. A transferência do debate público da tribuna política ou do altar para as páginas de imprensa,

39 Neste ponto, era admirador de Benjamim Franklin, chegando a defini-lo como "um grande cidadão americano" (*O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 3, 26 ago. 1868, p. 4).

40 "O poder da imprensa e um governo moralizado". *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 37, 15 jun. 1870, p. 2 – texto transcrito do *Jornal da Fortaleza* (Editorial. Ano 2, n. 88, 27 abr. 1870, p. 1).

portanto, foi uma conquista desse tipo de intelectual e movimento, e não deixou de sofrer com a resistência daqueles que não estavam acostumados com a teia de relações que pouco a pouco a empresa jornalística conquistava no campo da publicidade ideológica.

Isso aproximaria Davi das campanhas abolicionistas, sobretudo ao dar publicidade tanto a políticas públicas de libertação de negros escravizados como a denunciar maus-tratos. No primeiro caso, divulga nota de elogio à criação de verba anual de 3:000\$000 pela Assembleia Provincial do Piauí para custear a libertação de crianças escravas, "nascidas nos ferros do bárbaro cativoiro"⁴¹. Tal iniciativa foi celebrada no jornal com muito entusiasmo, posto colocar o Piauí em consonância a uma tendência internacional, daí a nota do periódico carioca *Opinião Liberal*, reproduzida em *O Amigo do Povo*: "nessa nobre resolução, a assembleia não se limitou a dar ao resto do império lições de humanidade, não; ela fez mais do que isso — resolveu, com verdadeira sabedoria, o difícil problema da emancipação dos escravos"⁴². Sucinto, o texto não deixa claro o destino destas crianças após a libertação, mas tudo indica que o processo resultaria em adoção, já que as 30 crianças seriam "recebidas anualmente pela sociedade e educadas nos princípios da civilização e da liberdade"⁴³.

O que chama atenção não é o ato político em si, que sozinho não revela a sociedade piauiense dos anos de 1860 desperta para o abolicionismo, afinal, como lembra Olivier Pétré-Grenouilleau (2009, p. 118), "o sistema escravagista sempre admitiu uma certa 'folga', especialmente por meio da alforria. Que ela tenha sido amplamente praticada mais em certos períodos ou em certas regiões, é algo discutível"; o que está em jogo, na realidade, é a celebração, a divulgação ou mesmo a simpatia exaltada do periódico piauiense com o estatuto legal, embora por trás desse discurso haja convivência com a ideia de propriedade, afinal, em contrapartida à libertação, os senhores donos das crianças escravizadas precisavam ser indenizados pelo erário⁴⁴. Nisso, a nota lança luz sobre Davi e mesmo a do grupo de intelectuais que operava neste período uma postura antiescravista: do gradiente de ideias e engajamentos políticos que se tem comentado,

41 Elemento servil. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 9, 18 nov. 1868, p. 3.

42 Idem.

43 Idem.

44 Devo esta fina observação ao Prof. Dr. Erivaldo Costa de Oliveira, que gentilmente se dispôs a ler e a comentar a primeira versão deste ensaio.

e a observar certa cumplicidade com a ideia de propriedade, esse agrupamento ainda não havia escalado para uma posição radical dentro do debate escravidão.

Das relações políticas com a escravidão, no que se refere à postura antiescravista, depreendem-se duas etapas, assim definidas pelo referido historiador: a primeira estaria forjada por certa conivência à prática escravista, daí conceitos, ideias e ações como a emancipação, a alforria e a melhoria da vida do escravo; já a segunda, de viés mais transformador, resultaria de um empenho ou mesmo luta pela erradicação de todo o sistema escravocrata. Daí o entendimento dessa ala de interpretação histórica que o projeto abolicionista foi tanto radical quanto reformista: "Radical pelo próprio fato de ser uma novidade [...] e pelo objetivo que tinha de acabar definitivamente com um sistema escravagista condenado em sua própria essência. Reformista pelo método escolhido, isto é, não uma abolição imediata, mas um processo ordenado" (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 123).

Em posse dessa chave dual de leitura, e a atentar para o corte sincrônico de análise do período histórico empreendido, é possível entender a tomada de posição nuançada de Davi Caldas no debate político. Ao tempo em que ele se mostra conivente com o sentido de propriedade, conclama o fim da escravidão no Brasil, sobretudo ao confrontar nas páginas de seu jornal os credos e as intrigas do Partido Conservador piauiense. Nesse sentido, em 3 de abril de 1869, e já identificado ideologicamente com a ala radical do partido, dedica um editorial para dissertar sobre a importância e a necessidade de mudanças políticas no Brasil. Ao final, resgata a polêmica: "acabemos de uma vez com a escravidão; esse horroroso mal caduco, que é a fonte principal da nossa irreligiosidade"⁴⁵.

Quanto às denúncias empreendidas, elas se ocupam com os maus-tratos de uma sociedade extremamente violenta com as crianças em regime escolar e com mulheres, vítimas de abusos e de espancamento⁴⁶. Tais vítimas eram, em grande medida, pessoas do povo, pobres e desacreditados

45 O Amigo do Povo (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 17, 3 abr. 1869, p. 1.

46 Como súmula das tantas constatações específicas, Davi às vezes realizava uma espécie de descrição dos ocorridos de maneira genérica em seus editoriais. É o caso do que publica em 21 de agosto de 1869, em denúncia ao recrutamento compulsório à Guerra do Paraguai e aos abusos sofridos pelas mulheres: "Os filhos do povo são agarrados violentamente, espancados, algemados e levados a um matadouro certo, em inóspitas plagas – bem longe da pátria! As filhas do povo são desrespeitadas, sem a menor cerimônia, mesmo no mais íntimo do santuário doméstico – levantando para elas mãos polutas os alguazis do rei..." (*O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 23, 21 ago. 1869, p. 1).

pelos agentes políticos ou membros de elite. Há várias descrições de crimes contra os negros escravizados, alguns dos quais praticados à luz do dia e em espaços públicos. Entre os intentos, sobressaía-se o reclame às autoridades policiais contra as arbitrariedades cometidas. Sua voz, nesse ponto, unia-se ao coro de fatos históricos e intelectuais que punha o resistente sistema político brasileiro em xeque. Assim foi que em 20 de outubro de 1869, na seção "Parte Noticiosa" de *O Amigo do Povo*, tratou como "cena bárbara" a seguinte que ocorrera na Praça Saraiva, da capital piauiense: "um homem montado e conduzindo um outro homem amarrado à cauda do animal. A vítima ia quase de rastos, e levava algemas, com as quais, em seu desespero, procurava quebrar a cabeça, para destarte acabar com a vida que se lhe tornara insuportável"⁴⁷. O homem amarrado era um negro escravizado que, diante de uma população indiferente, sofria a humilhação e a troça pública: "os curiosos aglomeraram-se na praça, para presenciar a cena. Houve riso alvar da maior parte, estupidez ou criminosa indiferença; rara indignação; ... o choro de uma menina de cor... preta, nimamente sensibilizada e tomada de horror", ao que conclui, "a polícia devera... Mas não! As leis, as *sábias leis* deste império bragantino admitem horrores daquela natureza!"⁴⁸.

Ao ler com atenção os textos de *O Amigo do Povo*, fica patente que, pelo menos entre alguns liberais do tipo de Davi Caldas, havia reverberação de pautas de Thomas Paine quanto aos direitos do homem, conclamados, entre outros, em *Senso comum*, de 1776. Mais: ao conjugar a ideia de tirania à imagem de D. Pedro II, bem como a prevalência de sua vontade sobre a do povo, o jornalista piauiense parece recompor, de maneira mais direta, o argumento deste autor, para quem na Inglaterra o Parlamento era apenas uma expressão régia, "it is handed to the people under the more formidable shape of an act of parliament"⁴⁹, daí por que "for the fate of Charles the first, hath only made kings more subtle-not more just"⁵⁰ (PAINE, 2005, p. 9).

A relação que aqui se esboça entre Paine e Davi Caldas é ainda mais evidente quando o primeiro, um radical igualitário, tinha a coroa turca

47 Cena bárbara. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 28, 20 out. 1869, p. 4.

48 Idem. Tamanho foi o empenho de Davi Caldas em denunciar a arbitrariedade do crime, denúncias estas reproduzidas insistentemente em periódicos pertencentes à rede comunicativa interprovincial já referida, que grande parte dos denunciados no Piauí era punida de formas diversas: da demissão de cargos públicos à multa ou reclusão.

49 Tradução livre: "passada ao povo sob a forma mais terrível de uma lei".

50 Tradução livre: "o destino de Carlos I tornou os reis apenas mais sutis, não mais justos".

como ponto de mensuração máxima a um regime de opressão, algo sempre presente nos discursos do segundo, até mesmo quando metaforizava em sátira o caso brasileiro⁵¹: ao responder seus leitores sobre o emprego metafórico de termos turcos para explicar situações brasileiras e seus dirigentes, o jornalista é enfático: “Estamos na *Turquia!* convençam-se desta verdade os nossos infelizes compatriotas”⁵²; e em outro momento, com a mesma ironia, reitera o Brasil como a “Turquia tropical”⁵³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a complexidade de ideias que estavam por trás da abolição em seu processo histórico e político, o historiador francês Olivier Pétré-Grenouilleau expressou uma inquietação geral que acomete estudiosos que operam nas ciências humanas: diferente das ciências ditas “naturais”, aquelas “tratam de fatos e de comportamentos complexos que raramente podem ser decompostos em fatores elementares” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 112). A análise do perfil intelectual e combativo de Davi Moreira Caldas ilustra essa asserção, posto resultar de um processo de ideias que, em um primeiro momento, o colocam contra as estruturas monárquicas e, *a posteriori*, chefes de agrupamentos políticos, inclusive do Partido Liberal de sua província, de onde emergira politicamente. A analisar os fatos, essa última transformação talvez tenha sua gênese na insatisfação com o *modus operandi* de seus antigos correligionários, que em muito pareciam operar “ideias fora do lugar”, para retomar a reflexão de Roberto Schwarz, circunstância que as teses defendidas não estavam expressas nas atitudes, traço característico de um romantismo reformista, como quer Löwy e Sayre (2015 p. 100), em que, no que se refere às bandeiras liberais, encontrava-se “com frequência um contraste nítido entre o radicalismo da

51 P. ex.: “Para relatar fatos ocorridos no interior da Província, na Corte ou nos demais estados, *O Amigo do Povo* recorre a um estilo diferente, que desperta a curiosidade do povo. (...) o Brasil é colocado como o reino da Turquia; as províncias, como pachalatos; as cidades, sandjakats ou livahs; o Imperador, sultão ou padichah; os presidentes das províncias, pachás; e os prefeitos, sandjaks ou pachás de uma só cauda” (RÊGO, 2004, p. 12). É bom lembrar que esse expediente não era uma ocorrência isolada. Já por esse tempo, e até por volta dos anos de 1870 e 1880, era prática dos órgãos de imprensa vinculados a sociedades secretas como a Maçonaria, sobretudo aqueles que corriam a publicidade pernambucana, o referido modo substitutivo de tratamento para as autoridades nos mais diversos campos da sociedade brasileira.

52 *O Amigo do Povo* (editorial). *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 5, 30 set. 1868, p. 1.

53 Parte noticiosa: Bibianopolis. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 7, 28 out. 1868, p. 4.

crítica e a timidez das soluções preconizadas” – ou mais propriamente, timidez para fazer valer as soluções e/ou reivindicações preconizadas. Algo, aliás, reclamado por Davi Caldas ao apresentar, em transcrição, um artigo publicado originalmente no jornal carioca *Opinião Liberal*⁵⁴ sob o título “O que são e o que serão os liberais”. O texto versava justamente sobre as divisões ocorridas dentro desse credo político, parte das quais motivada pela “divergência mais ou menos profundas em pontos de doutrina, ódios e ressentimentos pessoais; a *desarmonia das ideias e dos interesses*”⁵⁵.

Republicano com forte sensibilidade para o social, esse jornalista, a começar com seu *O Amigo do Povo*, afrontou as elites políticas, militares e econômicas da província piauiense, essencialmente escravocratas, fazendo ecoar denúncias para além dos limites regionais. Pretendeu-se aqui demonstrar que o ponto de apoio desse desvio de curso, operado no espaço intelectual do Piauí, estava alicerçado em fundamentação de base externa, advinda de obras e periódicos com os quais Davi se identificava e que acabou por fortalecer o seu credo político e social.

Figura multifacetada, o jornalista aqui estudado foi um intelectual (a levar o contexto histórico), com uma embrionária alma progressista, cuja atuação política expressava credos de ordem variada. Este ensaio tentou demonstrar algumas dessas posturas, em gradiente, entre o romântico reformista a um republicano com tendência ora ao liberalismo clássico ora ao radical, mas sempre contra a centralização e as arbitrariedades do poder, o autoritarismo, a estrutura escravocrata e a monarquia. Tais tomadas de posição eram perpassadas por palavras de ordem iluminista, tais como liberdade, fraternidade e igualdade, de onde advinha a teia discursiva e caleidoscópica de suas críticas e disposições, muitas vezes e em alguma medida suprapartidárias. Se isso o aproxima a um exercício autônomo da intelectualidade na província piauiense é algo que merece aprofundamento, todavia, é possível afirmar que suas relações políticas e intelectuais estavam muito além das fronteiras piauienses e admitiam atenção a leituras e fundamentos políticos, filosóficos e literários de ordem transcendente, alguns já arrefecidos, outros em pleno processo, resultantes de um momento histórico de grandes transformações nos continentes europeu e americano.

54 Ref. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 59, 9 mai. 1868, p. 1-3.

55 Transcrição: O que são e o que serão os liberais. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 2, 13 ago. 1868, p. 2, grifo nosso.

ABSTRACT

This study investigates the roots of the republican ideal of Davi Moreira Caldas, one of the most significant journalists of Piauí in the 19th century. Therefore, we analyze the editions of *O Amigo do Povo*, edited between the years of 1868 and 1870, which are included in the archive collection named Memory of Piauí's Journalism, a virtual platform maintained by the Center for Research in Journalism and Communication, at the Federal University of Piauí. Hypotheses are launched about the ideas that were behind the performance of this intellectual man in the journalistic and political exercise, whose principles and positions have led him to far beyond party ties, bringing him, over the years, to a social awareness against the privileges of elites and their consequent arbitrariness in the province of Piauí. Although the main corpus is the editions of the aforementioned periodical, attention was also given to other press vehicles of the same historical profile, both from Piauí and other parts of Brazil, in order to visualize the network of relationships established by the journalist in the period. Interpretations and data are enlightened by studies in the historiographic, sociological, political and philosophical fields, which allowed us to understand the transformations made in the speeches, especially liberal ones, between the antimonarchical and republican conduct to a sensibly social one.

Keywords: 19th century. Journalism of Piauí. Politics, Romanticism.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

BILLINGTON, James H. *A fé revolucionária: sua origem*. Tradução de Ronald Robson. Campinas: Vide Editorial, 2020.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CUNHA, Higino. *Anísio de Abreu (sua obra, sua vida, sua morte)*. Teresina: Papalaria Piauiense, 1920.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

HUGO, Victor. *O homem que ri*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar e Maria José Perillo Isaac. Barueri: Amarilys, 2017.

LILLA, Mark. *O progressista de ontem e o do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. Tradução de Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2015.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

PAINE, Thomas. *Common sense*. San Diego: Icon Classics, 2005.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense e os ideais republicanos: a atuação do jornalista David Moreira Caldas no Piauí. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO CARVALHO, 2, 2004, Florianópolis. *Anais do GT História do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Rede Alcar, 2004. p. 2-22.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

WALTER, Gérard. *Marat, o amigo do povo*. 2. ed. Tradução de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi, 1968.

O CÓNEGO, DE A.M. PIRES CABRAL E A VINHA DOS ESQUECIDOS, JOÃO CLÍMACO BEZERRA: UMA LEITURA INTERTEXTUAL

MÔNICA MARIA FEITOSA BRAGA GENTIL¹

¹ Professora Efetiva - DE da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Doutora em Estudos Literários, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD/PT; Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda do Programa de Pós – Graduação em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP.

INTRODUÇÃO

Tratar de intertextualidade exige a priori uma visita obrigatória a Bakhtin (1992, p. 69) cuja obra tem por princípio unificador a concepção dialógica da linguagem. Aquele que usa a língua não é o primeiro falante que rompeu pela primeira vez o silêncio de um mundo mudo. Ele pode contar não apenas com o sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores, pois cada enunciado é um elo na cadeia complexa e organizada de outros enunciados. Essa concepção dialógica não se circunscreve ao quadro restrito do diálogo face a face. Existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente a palavra do outro. Isso nos permite afirmar que para constituir um discurso o enunciador leva em conta o discurso de outrem que está sempre presente no seu.

Baseada nos princípios bakhtinianos, a Análise do Discurso de linha francesa propões o princípio da heterogeneidade: o discurso é tecido a partir do discurso do outro. O conceito de heterogeneidade, portanto, é uma maneira de precisar teoricamente o conceito bakhtiniano de dialogismo. No oportuno, discorreremos um pouco sobre o conceito de intertextualidade.

Vários são os teóricos que se ocuparam e se ocupam da intertextualidade. Dentre eles recortamos alguns, por julgarmos mais claras e objetivas as suas definições. Kisteva (2004), Barthes (2007), Maingueneau (1997), Fávero & Koch (2002), Sant'Anna (1985) e Genette (1982).

Baseada nos conceitos bakhtinianos de dialogismo e polifonia, a crítica literária francesa Julia Kristeva introduz, em 1969, a noção de intertextualidade para o estudo da literatura, chamando a atenção para o fato de que "a produtividade" da escritura literária redistribui, dissemina textos anteriores em um texto, levando-nos a entender que todo texto se constrói como mosaico de citações, que todo texto é absorção e transformação de outro texto. Isso nos autoriza a pensar todo texto como intertexto.

Essa concepção foi ampliada por Barthes, para quem "todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes neles, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis. A concepção de Barthes nos permite concluir que ele entende a intertextualidade, preponderantemente, como relações implícitas, não marcadas no texto.

Ao extrapolar os limites da literatura, o conceito de intertextualidade se estendeu à análise linguística dos textos em geral, partindo da ideia de que um texto não existe nem pode ser avaliado de maneira adequada

isoladamente; ao contrário, o pleno conhecimento de suas origens, de seus objetivos e de sua forma pode depender de outros textos.

Para Laurent Jenny (2004), por exemplo, "a intertextualidade designa não uma soma confusa e misteriosa de influências, mas o trabalho de transformação e de assimilação de vários textos, operando por um texto centralizador, que detém o comando do sentido". Para ele, portanto, a intertextualidade está mais relacionada com as relações explícitas entre textos, formando uma rede intertextual em contínua expansão.

Sant'Anna (1988) refere-se à chamada *intertextualidade de semeanças*, que ocorre quando um texto faz referências a outros textos como exemplos. É assim que os textos reafirmam os intertextos retomados. Reafirmam os seus conteúdos proposicionais e ainda orientam o leitor para concluir de forma semelhante àquela do texto-fonte. A *intertextualidade das diferenças* de Sant'Anna consiste em representar o que foi dito para propor uma leitura diferente e/ou contrária.

Com a frase secular **Navegar é preciso, viver não é preciso**, Fernando Pessoa retoma-a, em alguns poemas do livro Mensagem, ao seguir uma temática saudosista, na tentativa de recuperar Portugal que se perdera na época das grandes conquistas marítimas, com a morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir.

Na história da literatura podemos observar vários fatos que demonstram temas de uma época sendo retomados por outra. A questão da intertextualidade, ou seja, a comunicação entre obras e a recorrente volta e retomada dos fatos, que se repetem no transcorrer do tempo, é mais antigo do que imaginamos. Se fizermos um passeio pela história da literatura veremos que ele nos dará base para justificar as diversas relações existentes entre a literatura e as outras áreas artísticas. Portanto, retroceder no tempo, até a Grécia Antiga, berço cultural de nossa civilização ocidental, é fundamental para entendermos essa relação. Como exemplo disso citamos a poesia e a música, duas artes que nesse período eram praticamente inseparáveis reforçando a afirmação de que a poesia tinha sido feita para ser cantada.

Nessa perspectiva pretendemos analisar, sob um diálogo intertextual, dois romances, *O Cónego* (2007), de A. M. Pires Cabral, autor português, e *A Vinha dos Esquecidos* (2005), de João Clímaco Bezerra, autor brasileiro.

Entendemos por intertextualidade a presença de um texto o outro. Esta concepção abre-se a uma dupla determinação intertextual da obra: a que se prende com relação com seus arquétipos que codificam a linguagem literária.

Apresentaremos, a seguir, a intertextualidade como característica proeminente e enriquecedora da literatura e, em especial, da obra dos autores em estudo. Em seguida, nos deteremos aos autores e análise do *corpus* literário.

DESENVOLVIMENTO

A intertextualidade ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva dos interlocutores. É necessário que o texto remeta a outros textos ou fragmentos de textos, com os quais estabelece algum tipo de relação.

Importante, contudo, é frisar, que toda e qualquer retextualização de um texto prévio implica uma mudança de chave, uma alteração em sua força ilusionária e em seu efeito perlocucionário, ou seja, no que ele vale e no que ele faz.

Diversos tipos de intertextualidade têm sido relacionados, cada qual com características próprias: intertextualidade temática, intertextualidade estilística, intertextualidade implícita, autotextualidade, intertextualidade com textos de outros enunciadores, inclusive um enunciador genérico.

A intertextualidade temática é encontrada, por exemplo, entre textos pertencentes a uma mesma área do saber ou a mesma corrente de pensamento, que partilham temas e se servem de conceitos e terminologia próprios, já definidos no interior dessa área ou corrente teórica; entre matérias de jornais e da mídia em geral, entre revistas e matérias jornalísticas; entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero, como acontece nas epopeias, ou mesmo entre gêneros literários de gêneros e estilo diferentes, conforme ocorre com o tema da *Medéia*, de Eurípedes, da *Medéia*, de Sêneca e de *A gota d'água*, de Chico Buarque, entre diversos contos de fadas tradicionais e lendas que fazem parte do folclore de várias culturas, como é o caso do *dilúvio* e da *caixa de pandora*, que são encontrados em muitas mitologias, embora em versões diferentes; histórias em quadrinhos de uma mesmo autor; diversas canções de um mesmo compositor ou de compositores diferentes; um livro e o filme que o encenam; as várias encenações de uma mesma peça de teatro, as novas versões de um filme, e assim por diante.

O romance é uma forma literária relativamente moderna e transformou-se, no decorrer dos últimos séculos, sobretudo a partir do século XIX, na mais importante e mais complexa forma de expressão literária dos

tempos modernos. Trata-se de um texto em prosa, normalmente longo, que desenvolve vários núcleos narrativos, organizados em torno de um núcleo central, que narra fatos relacionados a personagens numa sequência de tempo relativamente ampla e em determinado lugar ou lugares.

Ao longo do tempo aconteceram vários movimentos literários. Cada um com seu estilo, suas especificidades, temáticas diversas e características. Renovam-se os temas, exploram-se novos domínios do indivíduo e da sociedade, modificam-se profundamente as técnicas de narrar, de construir intrigas, de apresentar as personagens. O romance não cessa, enfim, de revestir novas formas e de expandir novos conteúdos, numa singular manifestação da perene inquietude estética e espiritual do homem.

Nos autores em estudo, há uma constante na ficção, como bem disse Jorge Amado: "a fidelidade aos temas de sua terra, à verdade do homem, o sentimento profundo do seu drama e da sua tragédia. Redescobrimo essa raiz amarga um veio largo e vigoroso de solidariedade, expressão de fé do escritor em sua gente". Os estilos de A.M. Pires Cabral e João Clímaco, bem à estética barroca, nos lembram *Os Sermões*, de Padre Antônio Vieira. Nos romances *O Cónego* (2007) e *A Vinha dos Esquecidos* (2005), desenvolve-se a temática religiosa mesclada por ideologias sociais quando discorre sobre a justiça divina e a dos homens, sobre as desigualdades sociais, conforme nos fragmentos abaixo:

Por que tantas leis neste mundo? De que servem as leis se os homens continuam uns cada vez mais ricos e outros cada vez mais pobres. Quando o rico mata, vai para casa da Câmara, com rede de varanda armada no meio do salão. E o pobre fica no chão batido, úmido, tremendo de frio, sujeito à sezão, à febre. Mundo velho ingrato para quem não tem dinheiro. (BEZERRA, 2005, p.197).

Devo confessar que me desiludiu um pouco. Contava encontrar mais livros, e de mais polpa. A biblioteca não era afinal mais do que uma estante com uns três metros de frente, dividida em cinco prateleiras. Quinze metros lineares de livros. Era pouco. Sempre estávamos em casa de um padre erudito e pregador. Também é certo que estávamos numa pequena aldeia transmontana, onde as dúvidas e exigências do rebanho são diminutas...Fosse como fosse, esperava uma biblioteca mais bem fornecida. (CABRAL, 2007, p. 31-32).

João Clímaco Bezerra e A. M. Pires Cabral exploram de forma singular temas essencialmente humanos e universais como a relação entre o eu e

o outro, a falsidade das relações humanas e a sondagem psicológicas das personagens, a exemplo de Mário de Andrade e Graciliano Ramos.

Os autores trazem para os romances a dura realidade do povo humilde habitante do interior desprovido de tudo. Abordam ainda temas como latifúndio e resquícios do coronelismo. Destacam-se também poderosos, respeitados pela correção e pela força moral. E outros temas como o bem e o mal, a morte natural, bela e sem dor, a avareza, o preconceito, a mobilidade social, o dualismo e o celibato.

A.M. Pires Cabral é um dos maiores poetas portugueses vivos. De um reconhecimento progressivo desapontado pelas sucessivas recolhas de poesia que tem vindo à luz. O autor também tem publicado obra em prosa, bem menos comentada e assumida como patrimônio a reter. Na poesia, o lugar, a terra e os montes são presenças marcantes. Em *O Cónego* (2007), percebe-se uma realidade muito rural portuguesa e transmontana, um binômio entre um pároco e outra figura da freguesia.

A obra ficcional de A.M. Pires Cabral, principalmente esta, implica um reajustamento, uma readaptação e um redimensionamento das expectativas e das técnicas habituais de leitura. Em concomitância com o exercício do prosaísmo lingüístico, o romance apresenta uma enorme preocupação com a categoria tempo. Essa preocupação não é apenas relativa ao fato de o tempo nos romances sofrer sucessivos alargamentos, tais dilatações pressupõem o exercício de desvios e de irradiações diversas, podendo confundir o leitor habituado a romances lineares. O que não impede que se reconheça que aqueles procedimentos consubstanciam um dos mais fascinantes atrativos da ficção pós-modernista de A.M. Pires Cabral.

Não menos sedutor e sugestivo são ainda os desafios lançados pelas ramificações polifônicas, pela forma indefinida como as personagens se configuram ou como a mão criadora seleciona e (des)organiza essa mesma linguagem simples ou banal.

O romance, *A Vinha dos Esquecidos*, está dividido em trinta e cinco capítulos, nos quais é narrado em 3ª pessoa, a história de duas personagens alternadamente: Padre Anselmo e o negro Zacarias. Os dois protagonistas não têm características físicas bem delineadas, porém são psicologicamente aprofundadas. Ambos vivem dramas existenciais que aos poucos e através de *flashback* o leitor toma conhecimento e, inevitavelmente, se envolve nestes. Percebemos a presença de várias vozes no texto: o autor faz uso dos três discursos: direto, indireto e indireto livre. É através deste último, que predomina na narrativa, que se percebe as diferenças vozes que se fazem presentes no percurso do texto, algumas vezes,

misturando-se de tal modo com a do produtor que não se percebe com nitidez os seus limites. Esse recurso utilizado pelo autor dá verossimilhança ao texto que pretende manifestar pensamentos, desejos, enfim a vida interior das personagens.

Em *O Cónego*, nota-se a escrita em primeira pessoa e o exercício da metaficção. Com efeito, o processo de (re)inovação pós modernista parece servir de mote às ousadias da escrita de A.M. Pires Cabral. Referimo-nos, entre outros, à prática metaficcional, como já mencionamos, à fragmentação da narrativa, facultada não apenas em vários blocos, mas também através da colagem de várias vozes de proveniência diversa. Se tivermos em mente, como já registramos em outro momento, que à estética pós-modernista correspondem dois modos ou dois impulsos essenciais, um moderado e outro mais celebrativo, parece não restar dúvida sobre o fato de o romance de A.M. Pires Cabral caminhar no sentido de afinidades com o segundo, conforme os fragmentos abaixo:

O MEU NOME É Salviano Taveira. Salviano de Jesus Pinto Taveira, para ser mais preciso e completo. Tenho vinte e seis anos. Sou sacerdote. Realizei há menos de um ano esse sonho de meus pais – ter um filho padre, sonho que provavelmente os acompanhou desde o dia em que se casaram com o piedoso intuito de contribuírem para a multiplicação da espécie determinada por Deus no sexto dia da Criação, ou talvez antes ainda, e se fortaleceu no momento em que, no dia 13 de Fevereiro de 1923, pelas sete horas da manhã, a velha entendida que fazia as vezes de parteira de quanta criança nascia na nossa aldeia me aparou e, após um sumaríssimo exame, disse ‘é um rapaz’ (CABRAL, 2007, p. 07).

Para encurtar razões – Porque a história que me ponho a contar não é a minha própria história -, direi apenas que realizei o sonho após ter frequentado com o entusiasmo e aproveitamento correspondentes ao meu fervor religioso, primeiro o Seminário Menor de Vinhais, em seguida o Seminário Maior de Bragança (Idem, *Ibidem*, p.11).

Em *A Vinha dos Esquecidos*, Anselmo é ordenado Padre e designado a pequena “aldeia” onde nascera e crescera para alegria e orgulho de sua mãe. Homem bom, considerado um santo pelos seus paroquianos e amigos. Conservador, resiste às mudanças sofridas na igreja. Prefere a missa rezada em latim. Sofre com a visita do Padre Pierre, enviado pelo Bispo para ministrar curso de educação sexual aos casais do seu povoado. Escandaliza-se com a linguagem nova e os modos do padre

francês. Dedicado às suas “ovelhas”, vida simples, quase miserável, vive atormentado com pesadelos que refletem seu drama de consciência em relação às crueldades cometidas no passado com pequenos animais que estrangulava pelo simples fato de sentir prazer em vê-los agonizando até a morte. “Era seu pecado secreto, sua fraqueza”. Confessara-o no seminário ao seu professor e este o consolara dizendo ser tentações do demônio, criancices. Orientava-o a rezar, que passaria quando penetrasse na vida do celibato, na prática, no dever e nos problemas diários de seus paroquianos. Porém os pesadelos perseguiram-no, sofria de insônia, chegara a flagiciar-se às escondidas, fazia sacrifícios, penitências, jejuns. Nada o consolava. Relembrava as cenas perversas da infância, achava a morte bela. “A mais bela de todas as criações de Deus”. (BEZERRA, 2005:08). Demonstrando um desvio comportamental, uma espécie de sadismo, deleitava-se com a agonia da morte como podemos observar nesses trechos do romance:

Uma nuvem passava pela sua vida. Insistente, medonha. Por que meu Deus, por quê? Era menino, recordava-se muito bem. O garoto passara com o carneiro, amarrara-o à beira do barranco. Não sabe de onde lhe viera a tentação. Empurrou o bichinho e contemplou o seu sofrimento. Quis alçá-lo. Impossível. A força não dava. E o bicho com a língua de fora, debatendo, morrendo. Saiu correndo, chorando. (BEZERRA, 2005, p. 37-38).

Uma alma doente (...) a sofrer nos sonhos malditos, cheios de visões do inferno, os bichinhos debatendo-se nas ascas da morte, estrangulados, feridos. De onde lhe veio o fascínio do sangue? Criança, fugia de casa, ia ao matadouro, ficava olhando os magarefes cortando a carne ou o bicho estrebuchando, os cabras gritando ao redor. Em casa, nada contava a mãe, tinha medo. Mas não era só medo. Aquelas fugas, aquelas mortes de gatos, de pássaros, constituem o seu segredo, o seu mistério. Agora, velho, os animais voltavam, em legião, como demônio nos sonhos agoniados, terrificantes. (BEZERRA, 2005, p. 75).

O mesmo conflito pode ser percebido em *O Cônego*, conforme ocorre nos trechos seguintes do romance de A.M. Pires Cabral:

O Cônego tinha sido grande perseguidor de pássaros, na infância e ainda no vigor da idade. Na infância, como qualquer pessoa nada e criada no campo sabe, não há garoto nenhum que na Primavera não ande pelos bosques e bouças à cata de ninhos ou que em Setembro não arme a sua pescoceira aos tralhões, tanjasnos e papa-moscas.

Este impulso predador está escrito no sangue da espécie humana desde a noite dos tempos (CABRAL, 2007, p.41).

Essas lembranças se repetem ao longo dos capítulos numa espécie de martírio, de perseguição e remetemos, imediatamente, ao estilo Barroco que, fazendo uso de temas como o amor a Deus, a culpa, o arrependimento, o pecado e o perdão, além de constantes referências bíblicas distribuídas ao longo da narrativa, comprovam a aproximação e influência dessa escola literária do século XVII na escrita de João Clímaco Bezerra. Os temas explorados no romance refletem um estado de tensão da alma humana. O padre Anselmo vive um conflito constante, não conhecia a paz. Leia-se a seguinte passagem do romance que reforça o martírio do Padre em relação ao seu estranho comportamento:

Mais de vinte anos se haviam passado e a cena chegava muitas vezes a lhe despertar aquela sensação do prazer da carne a que fugia sempre. Estava dormindo, quando o gato se foi aproximando. E miando, subiu na cama. E ele o acariciou devagarzinho, com mansidão. E o pelo macio, sedoso, dava uma sensação boa às suas mãos ásperas. E o gato enroscando-se, alisando-se no peito, descendo em rumo do seu sexo. Ele, então, num ímpeto, começou a esganá-lo. Mirava o gato, ele apertando-lhe o pescoço, até que sentiu nas mãos aquela massa inerte, sem vida. Um grito varou a noite. (...) Então o padre Anselmo, num assombro, sentiu a calça do pijama molhada. Havia ejaculado. Sinais de prazer se misturavam ao pavor que o dominava. (...) Chegara ao cúmulo de queimar a carne com o cigarro aceso. Maltratara-se. Mortificara-se. Não se conformava (BEZERRA, 2005, p. 138-139).

O conflito do cônego Francisco Ochoa tende a mesma proporção de padre Anselmo, entretanto, o desejo se concretiza, configurando, assim uma transgressão no que tange à ação da personagem no romance.

Dá-se o caso que um dia, a caminho da igreja de São Vicente, por uma manhã gelada de Fevereiro, o cônego Francisco Ochoa passa por um vulto de uma mulher na rua ainda deserta. (...) A mulher passara por ele, ele por ela, nada mais. Dois transeuntes desconhecidos que se cruzam casualmente. O gesto de se olharem foi puramente maquinal. E faziam um lanho daqueles na alma virginal e incauta de Francisco, os olhos feiticeiros! (CABRAL, 2007, p. 52-53).

Os trechos dos romances lembram-nos do homem barroco que se sentindo culpado e arrependido de seus pecados busca o sofrimento como forma de purificação. A linguagem barroca geralmente buscava transmitir estados de conflito espiritual. Por isso fazia uso de certas figuras de linguagem, de sugestão de cor e som e de imagens fortes, violentas, com finalidade de traduzir o sentimento trágico da vida. Outra figura de linguagem frequentemente empregada nos textos barrocos que também é explorada abundantemente nesta narrativa é a antítese como condenar/perdoar; prazer/sofrimento; céu/inferno, entre outras figuras.

Padre Anselmo, sempre às voltas com suas ovelhas desgarradas, a confissão de um crime bárbaro ocorrido na sua pequena cidade onde uma garota fora estuprada e estrangulada por um comerciante, Inácio, que fazia parte da restrita "elite" do lugarejo. "Vivia a jogar gamão com o juiz, o delegado, com as autoridades que deviam trancafiá-lo". E o inocente Pedrinho pagava pelo crime na cadeia. Padre Anselmo sentia-se deprimido, arrasado e impotente por estar preso ao segredo de confissão. O dilema se estabeleceu na sua consciência. Questionava-se: como preservar o segredo da confissão, o mais sagrado de todos os deveres de um sacerdote? Mas como deixar um inocente, pai de família, homem bom, pagando por um crime que não cometeu? Angustiava-se e tentava convencer o verdadeiro criminoso, num apelo inútil, a confessar seu crime. Martirizava-se.

Padre Anselmo, apesar de depois de adulto, dedicar sua vida àquela gente simples, ter retidão em suas ações, viver de forma simples, quase miserável, pois sua paróquia era extremamente pobre e desassistida, continuava com seus desvios de personalidade. Não largara o vício do cigarro e permanecia a tração pela morte. Uma das obrigações de que mais sentia prazer em fazer socorrer humildes moribundos na hora da agonia da morte, do último suspiro. Observe esse trecho do primeiro capítulo, no qual o Padre, ao ser chamado no meio da noite por Zacarias para ir dar a extrema unção à velha Isaura, sua mãe que estava se finando, pensa:

Como explicar àquele negro simplório a atração que a morte lhe despertava? Desde criança que a morte o fascinava. Curiosidade? No início, talvez. Mas com o correr do tempo, o problema foi se agravando, tornando-se, em certos momentos, quase uma obsessão. A ânsia, a agonia, os olhos esbugalhados à busca de um pouco de ar, como que o magnetizavam. Não havia outro termo, era um fascínio (BEZERRA, 2005, p. 7-8).

Essa passagem do romance expressa a personalidade contraditória do padre Anselmo. O seu conflito espiritual interior. Ao mesmo tempo em que é um homem bom, dedicado à igreja e aos fiéis católicos, considerado “um santo” pela maioria das beatas, esconde seu lado sombrio, seus pecados da alma, seu desvio comportamental. Mais uma vez, estes temas aludem à estética barroca. Por diversas vezes a personagem lê trechos bíblicos em busca de amparo espiritual para seus tormentos na palavra de deus e faz alusão a Padre Antônio Vieira, que é barroco, como se observa no fragmento abaixo:

Se tivesse a inteligência e o vigor de um padre Antônio Vieira, argumentaria com o próprio Deus, porque não pedia favor senão justiça. Justiça para que a liberdade fosse devolvida ao pobre Pedrinho recolhido na enxovia. Justiça para que Inácio, inundando-se na prosperidade, pagasse o preço do seu crime. A razão, no entanto, estava com frei Leôncio: Quem era ele para questionar com Deus? Um pecador, um pobre padre sem letras, sem cultura, sem saber? (BEZERRA, 2005, p.75).

Esse trecho se refere à angústia do padre em querer resolver um problema de injustiça em relação ao assassinato ocorrido na sua pequena cidade. Questionava os dogmas da igreja por não poder reparar o erro. Sentia-se impotente diante da situação: conhecia o verdadeiro criminoso, mas não podia delatar. Estava preso ao segredo de confissão. Restava-lhe rezar fervorosamente e pedir a Deus uma solução. Acreditava na justiça divina. Também o incomodavam as inovações da Igreja, as ordens da Capital. “Rebelava-se com as circulares recebidas do bispado, tudo em nome do concílio. Verbos estranhos como enfatizar, conscientizar, enfocar, uma linguagem nova que nem ele entendia. Homem simples, ele mesmo corava com certas explicações usadas para o curso das noivas” (BEZERRA, 2005, p. 83). Estava velho, cansado e refletia sempre sobre o que fizera de sua vida:

Menino pobre, filho de viúva, se fez padre. E padre, veio servir na sua própria terra, entre irmãos, no seio acolhedor da gente humilde que o queria e respeitava. Que poderia desejar mais? (BEZERRA, 2005:75). (...) Ficara na sua terra cuidando das suas ovelhas. As gerações se iam sucedendo. Já batizara pais, filhos, netos. E o tempo correndo lá fora, os colegas, alguns com Deus, outros em grandes cidades. Até bispo já dera a sua turma. E ele, Anselmo, sem esperança, a não ser a de contemplar a face de Deus. Sem

um níquel, um pão, um pedaço de terra. Nada. Só as suas roseiras, a graça de Deus, o desvelo da negra Joana, os mexericos das beatas. E seu livrinho (*Imitação de Cristo*) que lhe dera o padre-mestre, logo que se iniciara o curso. (Idem: 19). (...) E assim se passaram os anos, ele cuidando dos seus paroquianos, gente humilde, pobre, desvalida. Vez por outra recebia uma circular do bispado, uma ordem geral, uma providência. E a cumpria com rigor, com desvelo, com cuidado. (Idem, *Ibidem*, p. 211).

Seguindo a alternância, o segundo capítulo é dedicado a conhecermos o segundo protagonista, Zacarias. Logo ficamos sabendo da sua infância sofrida, a frustração com a escola, suas virtudes, o enterro da mãe e as reminiscências que o incomodavam na vida adulta. A cada capítulo são acrescentadas gradativamente informações sobre a personagem: sua vida simples, suas angústias e traumas. A mãe havia sido, na juventude, "mulher da vida". Isso o martirizava. "jurara com convicção firme: quando crescer, a mãe não vai precisar de fazer a vida". (BEZERRA, 2005, p. 18). Tentara estudar. a pedido da mãe, padre Anselmo conseguiu levá-lo à escola, mas fora discriminado: "O professor era ranzinza, grosseiro, bruto mesmo. E Zacarias não tinha jeito para a leitura. Entediava-se. A escrita se tornara um suplício. (...) – Também quem inventou esse negócio de negro em escola! Bom era o tempo do cativo: negro era na senzala". (idem:13). Cresceu, conseguiu um emprego na única fábrica da cidade e tirou a mãe daquela "vida de pecado". Embora entendesse os motivos que a levaram a este expediente, martirizava-se sempre com lembranças do passado:

E doíam-lhe os pensamentos. Recordava, num passado muito distante, a mãe moça, fazendo-o dormir cedo. (...) Às vezes, ainda acordado, ouvia a voz da mãe que falava com algum homem. Moleque de rua, aprendeu cedo. E tapava os ouvidos com o lençol velho para não escutar o rangido da cama de varas (...) Muitas vezes, teve de rezar às pressas engolando as sílabas, pois a mãe tinha freguês. E mal fazia o nome do padre, deitava-se no fundo do cubículo, ouvia a cama de varas ranger, o ofego do homem fungando, pigarreando, tossindo (BEZERRA, 2005, p. 27).

Essas lembranças vão persegui-lo, na ficção, por toda a personagem. Era seu martírio. Lembranças que gostaria de apagá-las, mas não consegue. Tenta levar sua vida naturalmente após a morte da mãe, seguindo sua rotina árdua de trabalho. Reflete e percebe que não progrediu na fábrica. Sempre fora caldeireiro. Desde moleque, quando iniciou, alimentava a

caldeira, o fogo para o funcionamento das máquinas. Não valorizou os estudos, não sabia ler. E justificava-se: teve que trabalhar desde criança para ajudar a mãe. A verdade é que não teve empatia pelas letras e amargava, na vida adulta, a falta de saber. Com a morte da mãe, vê a rotina desestruturada, a vida perde sentido, pois trabalhava para sustentá-la e se orgulhava disso. Agora sente falta de uma mulher para cuidar dele e da casa. Não costumava ter namoradas, mas teve um rápido “caso” com uma prostituta, Alice. Porém, conhece Maria, “moça direita” e apaixona-se pela primeira vez. Namoram e após algum tempo ele a pede em casamento. “Zacarias” parece tão real: um tipo comum, desses que temos a impressão de já ter visto ou ter conhecido. Como afirma o mestre Antônio Cândido: “a personagem é um ser fictício, uma criação da fantasia que comunica a impressão da mais lídima verdade existencial”.

Em *O Cónego*, um jovem padre começa a sua vida como pároco de uma pequena aldeia no nordeste transmontano, onde ainda está muito viva na memória de um certo Cónego- espécie de figura tutelar e personagem controversa, que logo atrai a sua curiosidade: anjo ou demônio? Apostado em reconstituir a figura do Cónego, recolhe, na busca da verdade, os testemunhos mais desencontrados, entre os quais procura pensosamente abrir caminhos. Observemos o seguinte trecho:

O Cónego, esta minha obsessão que cada dia se torna maior como um fosso que começamos a cavar por brincadeira e vamos alargando incessantemente com a inquieta pá do pensamento e, quando verdadeiramente damos por nós, já o alargamos o bastante para que ele, como um abismo, nos atraia para si. O Cónego. Anjo ou demônio, mar ou navio, carne ou faca. O Cónego, esse precipício, essa vertigem, esse desvario. Quem era o Cónego afinal? (CABRAL, 2007:126).

O Cónego é um romance composto, por vezes com aspectos policiais, outras de picaresco, ora comovente, ora divertido. A.M. Pires Cabral pretende, sobretudo nesta obra, contar uma história de forma desenvolta e ao mesmo tempo recriar o ambiente rural nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçando um paralelo entre as duas principais personagens dos romances, padre Anselmo/Zacarias e padre Salviano, percebe-se que em comum os dois vivem um eterno conflito na relação com o mundo. Ambos

se martirizam com lembranças do passado. Os romances são marcados por um moderno antropocentrismo, aspecto gerado no produto literário por uma profunda angústia existencial.

A *Vinha dos Esquecidos* e *O Cónego* exprimem o confronto do eu com a existência, a insensata luta entre o indivíduo e o mundo. Tema esse expresso numa linguagem forte, muitas vezes ásperas e agressiva ganhando certo tom de denúncia social, que busca uma reflexão constante acerca dos conflitos íntimos que a lucidez provoca no ser humano. Fazendo uso frequente de metáforas do Evangelho, comparações e alegorias numa escrita ao estilo barroco, João Clímaco Bezerra e A.M. Pires Cabral constroem correspondências alegóricas aos problemas existenciais humanos e critica, numa linguagem sutil, a classe dominante, os comportamentos marcados pela desonestidade e pelo oportunismo e desconcerto do mundo (lembrando diretamente Camões) e as frustrações humanas diante da realidade.

Com este trabalho acreditamos ter contribuído para a compreensão de que a intertextualidade é mais um recurso de que dispomos para compor significados ou para compreender textos que o utilizamos também. Isso nos permite afirmar que nenhum texto se produz no vazio ou se origina do nada, pelo contrário, todo texto se alimenta, explicita ou implicitamente, de outros textos.

Neste sentido, a intertextualidade tem um campo de atuação tão amplo e profundo que é possível dizer que ela atinge todos os produtores de textos. É evidente, portanto, que a produção e compreensão de certas intertextualidades exigem o conhecimento de alguns mecanismos e a apropriação consciente dos diversos gêneros e tipos de textos que circulam na sociedade. O que equivale a dizer que o estudo dos gêneros textuais e do conceito de intertextualidade é um poderoso instrumento no trabalho de produzir e ler textos de modo competente.

ABSTRACT

In the history of literature we can observe several facts that demonstrate themes from one era being taken up by another. There are several theorists who have and are concerned with intertextuality. Among them, we cut some, as we believe their definitions are clearer and more objective. Kristeva (2004), Barthes (2007), Maingueneau (1997), Fávero & Koch (2002), Sant'Anna (1985) and Genette (1982). The issue of intertextuality, that is, the communication

between works and the recurring return and resumption of facts, which are repeated over time, is older than we imagine. In this perspective, we intend to analyze, under an intertextual dialogue, two novels, *O Cónego* (2007), by A.M. Pires Cabral, Portuguese author, and *A Vinha dos Esquecidos* (2005), by João Clímaco Bezerra, Brazilian author. Intertextuality is understood as the presence of one text over another. This conception opens up to a double intertextual determination of the work: the one related to its archetypes that encode the literary language. It is believed to contribute to the understanding that intertextuality is one more resource we have to compose meanings or to understand texts. This allows us to say that no text is produced in a vacuum or originates from nothing, on the contrary, every text is fed, explicitly or implicitly, from other texts.

KEYWORDS: Comparative Literature. Intertextuality. Brazilian literature. Portuguese Literature.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. 4. ed. Tradução de Yara Frateschi. Brasília: EDUNB; São Paulo: HUCITEC, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Org.) **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

BEZERRA, João Clímaco. **A Vinha dos Esquecidos**. Fortaleza: UFC, 2005.

CABRAL, A.M. Pires. **O Cónego**. Lisboa: Cotovia, 2007.

CALVINO, Ítalo. **Seis Propostas para o Próximo Milénio**. Lisboa: Teorema, 1990.

CÂNDIDO, Antônio. "A personagem do romance". In: **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

CARVALHAL, T. F. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 1986.

GENETTE, G. **Palimpsestes**. Paris: Seuil, 1982.

KRISTEVA, J. **Introdução a semánlise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KRISTEVA, J. (1967). A palavra, o diálogo e o romance. In: . (1969). **Introdução à semánlise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MANGUENEU, Dominique. **Termos chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, Paráfrase e Cia**. São Paulo: Ática, 1988.

ZANI, Ricardo. **Intertextualidade**: considerações em torno do dialogismo. Porto Alegre: Em Questão, v. 9, p. 121-132, 2003.

VARIAÇÃO/DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E LETRAMENTOS: INTERFACES E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

CATARINA DE SENA SIRQUEIRA MENDES DA COSTA¹
IVEUTA DE ABREU LOPES²

1 Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

2 Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

INTRODUÇÃO

As investigações acerca da linguagem, até meados do século XX, privilegiaram abordagens de natureza sistêmico-descritivista, voltadas para uma concepção homogênea de língua. No entanto, em meio aos anos rebeldes de 1960, os estudiosos da linguagem insurgem-se contra o conformismo de um paradigma pressuposto que não condiz com a realidade humana - a uniformidade linguística e a comunidade homogênea. Desse modo, surgem, nos estudos da linguagem, novos olhares epistemológicos que vão revolucionar objetos e teorias vigentes e dar lugar a novos espaços linguísticos a exemplo do que aconteceu com a Sociolinguística. Nessa mesma década de 1960, surge essa área de estudos a qual se formaliza a partir de resultados de pesquisas realizadas, segundo uma visão interdisciplinar, vindo mostrar ao mundo o caráter social da língua/fala/linguagem por meio de diferentes perspectivas que vão dar origem a diversas abordagens com destaque aqui, para a Variacionista, a da Etnografia da fala/comunicação e a Sociolinguística Educacional, dentre outras.

No contexto desses novos olhares assiste-se tanto ao surgimento da Sociolinguística quanto de diversas outras abordagens que não percebem a língua como um fenômeno de natureza homogênea. Uma dessas abordagens interessa-se especialmente para investigações que envolvem os usos da escrita – campos de estudos dos letramentos.

Seguindo essa perspectiva de conceber a linguagem como um fenômeno essencialmente heterogêneo, o nosso propósito neste capítulo é apresentar, em linhas gerais, os fundamentos teóricos que orientam cada uma dessas abordagens nas quais se inscreve a linha de pesquisa Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos, com destaque para a principal concepção de cada uma delas, seus pressupostos básicos, seu objeto de estudo e principais expoentes. Em seguida, apresentaremos resultados de investigações, desenvolvidas por nossos orientandos, nessa linha de pesquisa, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI.

QUESTÕES CENTRAIS DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA, ETNOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO E SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

A abordagem Variacionista surgiu no começo da década de 1960, tendo como principal expoente Willam LABOV, ligado atualmente à Universidade

de Pensilvânia nos Estados Unidos. À época, Labov comungou das ideias de seu orientador, Uriel Weinreich, na Universidade de Columbia, que defendia a mudança linguística como uma realidade inerente às línguas, e não como desvio ou fenômeno marginal, visão que dominava à época, nos estudos linguísticos. Labov (2008), então demonstrou que toda mudança é antecedida pela variação e nem toda variação leva à mudança, logo, para se estudar a mudança, teria que estudar necessariamente a variação.

A fim de investigar a variação e as mudanças que se realizam em uma língua, Labov (2008) propôs um modelo teórico-metodológico. Para isso foi preciso preterir a homogeneidade linguística, em razão da heterogeneidade (a língua como uma realidade inerentemente variável), para o que buscou caminhos formais, a fim de compatibilizar os fatos da heterogeneidade, como uma realidade inerente e ordenada (FARACO, 2006). Ficando assim consolidado que a variação linguística é inerente à língua, e como tal é natural e necessária para o funcionamento da língua. O pressuposto básico de Labov (2008, p.21) "... é que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre.

No sentido de comprovar as conjecturas da Sociolinguística realiza, então, duas grandes pesquisas. A primeira na ilha de Martha's Vineard em Massachusetts e a segunda nas lojas de departamentos em Nova York. Na primeira, destaca a centralização dos ditongos /aw/ e /ay/ na fala dos habitantes da ilha, servindo como marcador identitário de grupos étnicos da ilha na presença invasora dos turistas. Ou seja, a centralização dos referidos ditongos surge para marcar a identidade dos nativos como membros verdadeiros da ilha, logo pertencentes à ilha. Depois, investiga a presença/ausência do /r/ em lojas de Departamento de Nova York e mostra esse importante marcador de estratos sociais e étnicos.

A abordagem da Sociolinguística Variacionista constitui-se como interdisciplinar por resultar de um olhar linguístico e social sobre o fenômeno da fala. Desse olhar surge um novo objeto de estudo para a Sociolinguística Variacionista, a variação linguística, que é variável e heterogênea, diferente do objeto da Linguística, no caso, a língua, até então considerada uniforme e homogênea. Trata-se de uma heterogeneidade ordenada, não aleatória mas segue regras. Apesar de apresentar um objeto diferente em relação à língua, não chega a romper com o paradigma da Linguística Estrutural, embora reconsidere diversos aspectos desta abordagem.

Contemporânea dessa visão sobre a língua, surge também nos Estados Unidos, ligada a Universidade de Pensilvânia, a abordagem Sociolinguística

da Etnografia da Fala que posteriormente foi ampliada para Etnografia da Comunicação. A Etnografia da Comunicação foi instituída por Dell Hymes (1974), um antropólogo ligado também a Universidade de Pensilvânia-USA e teve como motivação o preenchimento de lacunas acerca da função e do valor da fala e da comunicação na vida de comunidades de fala, que segundo Hymes (1974) era uma lacuna deixada tanto pelos linguistas quanto pelos antropólogos. A fim de construir esse conhecimento linguístico e cultural sugeriu a realização de etnografias enquanto uma metodologia eficaz e segura a exemplo da Antropologia. A Etnografia aqui teria uma concepção holística e particular no sentido de dar conta da organização social mais ampla da comunidade e particular da fala dos seus usuários como forma de compreender o significado e valor de seus comportamentos de fala. A fala seria um dado social como qualquer outro dado social e sua função e valor estariam na dependência dessa organização.

A fala ou atividades comunicativas/interativas constituem-se em importantes instrumentos comunicativos reveladores de significados linguísticos e culturais no processo de interação humana, com relação a posições de sujeitos dentro da hierarquia social. Neste sentido, tem-se um consenso segundo o qual a fala e/ou suas atividades comunicativas reproduzem e constituem posições sociais, inclusive, podendo subvertê-las.

Vale acrescentar ainda que a etnografia, enquanto pesquisa qualitativa, se difere dos outros tipos, pela forma holística como trata o fenômeno, ou seja, examina o fenômeno em relação à cultura e ao comportamento dos participantes no contexto social como um todo (HYMES, 1974). Tendo como base a Antropologia e a Linguística, a Etnografia da comunicação busca a compreensão de aspectos culturais de uma certa comunidade, em um processo de interação verbal entre os indivíduos de um determinado grupo. Nesse sentido, procura dar conta do comportamento comunicativo no contexto social de uma comunidade. (HYMES, 1974).

Estudos na área da Educação e de outras áreas como a Sociolinguística, feitos nos últimos anos, vêm mostrando a inadequação das atividades escolares, em geral, especialmente as da linguagem, em relação às atividades desenvolvidas na comunidade em que as escolas se inserem (LABOV, 2008; BORTONI-RICARDO, 2005, 2008, COSTA, 2011, 2014). Na realidade, são atividades, em geral, sem sentido para a realidade e interesses dos alunos e não atendem as suas reais necessidades comunicativas, seja na comunidade ou fora dela. Contudo, cabe observar que “[...] a atitude isenta de preconceitos da Sociolinguística em relação aos dialetos padrão e não padrão e a conseqüente revisão do erro linguístico [...]” (ALMEIDA, 1989,

p.94) é, sem dúvida nenhuma, "reconhecidamente, uma das maiores contribuições dos estudos linguísticos para a Educação", apesar de algumas críticas feitas inclusive por sociolinguistas (RICARDO-BORTONI, 2005, p.127), observa "que tendem a subestimar a importância das diferenças dialetais no aprendizado da língua."

Destaque-se ainda que " O professor nas suas atividades didáticas geralmente não adota nenhum procedimento ou postura de reconhecimento e respeito às diferenças linguísticas dos alunos, embora o recrimine a todo momento por suas diferenças linguísticas manifestas" (COSTA, 2000, p.56). Na sociedade, essas diferenças linguísticas, de um modo geral, justificam desprestígio e discriminação social por quem manifesta variação linguística que não seja compatível com os preceitos da norma culta (FARACO, 2008). Esses fatos e evidências só destacam a importância dos estudos sociolinguísticos para a Educação, mesmo com os inúmeros questionamentos provenientes quer de Sociólogos, principalmente fundamentados na teoria da Reprodução e/ou também Capital linguístico ou de outras áreas externas.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 127) reconhece a importância dos estudos Sociolinguísticos para a Educação mas chama a atenção para a revisão do seu papel , até então, considerado "relevante e específico" e propõe uma subárea da

Sociolinguística que denomina de Sociolinguística Educacional que inclui "... todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área do ensino de língua materna." (BORTONI-RICARDO,2005, p.128).

É corroborando com a proposta da Sociolinguística Educacional apresentada acima que consideramos a escola, como uma instância social, e como tal, deve-se voltar para a vida da comunidade, a começar pelo meio básico dessa vivência que é a linguagem, seja na sua atividade de falar, seja de escrever (SAVILLE-TROIKE, 1982, ERICKSON, 1988). Nesse sentido, temos direcionadas nossas atividade de pesquisa sobre o falar, o escrever e o ler no PPGEL, de acordo com esses pressupostos acima, cuja preocupação maior volta-se para atividades do falar, do ler e do escrever como práticas sociais, segundo as diversas condições sociais da população de Educação Básica e respectivas comunidades sociais, e também comunidades sociais com alguma especificidade linguística e social.

Além dos aspectos em correlação da variação linguística presentes nas variedades de fala ou língua dos falantes em sala de aula, considerados

importantes para identificação de diferenças dialetais, estudos etnográficos de fala e/ou de comunicação podem subsidiar o processo de ensino-aprendizagem de língua nas diversas atividades e situações sociais.

“Antes de tudo, por demonstrarem a principal função da língua ou fala, no processo comunicativo e interacional, depois, por evidenciarem os padrões culturais da fala utilizados nas diversas situações de que participam seus usuários, além de mostrar as regras de interação e interpretação efetivos e possíveis em cada evento de fala ou de comunicação. (COSTA, 2014, p..39).

É oportuno mencionar ainda os trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva do postulado desenvolvido por Frederick Erickson (1988), “ de uma pedagogia culturalmente sensível” (conforme tradução de Bortoni-Ricardo), cujo objetivo é

“...criar em sala de aula ambientes de aprendizagem, onde se desenvolvem padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes nas culturas dos alunos.”(BORTONI-RICARDO, 2005, p. 128),

A propósito, defendemos que, politicamente, a visão sociolinguística representa uma conquista humana sem precedentes, por reconhecer, considerar e incluir línguas, falas, dialetos padrão e não padrão, por conseguinte, seus usuários como detentores de condições linguísticas iguais, diferindo só nas manifestações e nas expressões de valores culturais (COSTA, 2011). Toda essa conquista da Sociolinguística tem se revestido em contribuição para a Educação, o que justifica a preocupação desde sua gênese com o desempenho escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais ou grupos étnicos, principalmente, crianças de classe baixa.

A seguir, apresentaremos, resumidamente, alguns resultados de pesquisas realizadas no PPGEL, conforme apresentadas por nossos orientandos em suas dissertações de mestrados:

(1) A competência comunicativa no ensino de língua portuguesa: um estudo etnográfico numa escola pública (de Darkyana Francisca Ibiapiana)

RESUMO: Neste trabalho, o objetivo consistiu em analisar, através da etnografia, a relação entre a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa em sala de aula e a ampliação da competência

comunicativa dos alunos do ensino fundamental (nível II) de uma escola pública. O método de investigação etnográfico permitiu descrever e analisar o que acontece no espaço da sala de aula. À luz dos conceitos de Hymes (1972a), sobre competência comunicativa; dos estudos de Erickson (1988) sobre *a culturally responsive pedagogy* e etnografia; dos conceitos desenvolvidos por Cazden (1988) e Bortoni-Ricardo (2005) sobre as ações de *scaffolding* e dos estudos sociolinguísticos de Bortoni-Ricardo (2005; 2008), descrevemos a comunidade, o perfil sociocultural dos alunos, dos professores, e as relações estabelecidas entre os membros da escola e destes com a comunidade, além de ações do cotidiano da escola e da sala de aula, observando sua influência na ampliação das habilidades comunicativas dos alunos. Há diferenças significativas no processo de interação que se estabelece em salas de aula distintas, ainda que numa mesma escola. As estratégias positivas utilizadas pela professora do 6º ano podem favorecer a ampliação da competência comunicativa de que fala Hymes (1972a). Através da leitura e interpretação oral e escrita de um texto do gênero "carta de solicitação", a professora proporciona o conhecimento das características de um gênero textual, o conhecimento de quando é adequado falar ou não, sobre o que falar, com quem, quando, onde e como, ou seja, vai aos poucos enriquecendo as experiências comunicativas dos alunos. Permite que os alunos falem, ratificando-os como falantes legítimos. Já os alunos do 9º ano, em decorrência de fatores relacionados à própria história escolar, demonstram que estão se tornando resistentes à cultura da escola, corroborando para isso a postura e as estratégias adotadas pela professora que não propiciam a instalação de um ambiente participativo. Constatamos também ocorrências de discriminação da variedade linguística entre os alunos, sem a intervenção da professora para abordar o tema em sala de aula, diminuindo assim a disseminação do preconceito e da cultura do erro, claramente presente entre eles.

(2) Um estudo Sociolinguístico de contato dialetal: a interferência/alternância entre o tepe e a fricativa velar na fala de gaúchos e bonjesuenses no sul do Piauí (de Gessielma Aparecida de Sousa Santos)

RESUMO: Este trabalho teve como finalidade investigar a interferência/alternância entre o tepe e a fricativa velar em situações de fala de gaúchos e bonjesuenses que mantêm contato entre si. A proposta metodológica caracterizou-se por uma abordagem quantitativa e qualitativa sobre o corpus selecionado, constituído de uma amostra de fala de 20 informantes. Do ponto de vista estatístico, esse estudo

revelou que a variável social naturalidade foi a que mais condicionou a alternância entre o tepe e a fricativa velar. Do ponto de vista interacional, a pesquisa demonstrou que, de um modo geral, o emprego dessa alternância ocorre de maneira espontânea na fala dos informantes. Os resultados apontam para uma possível consolidação da variante fricativa velar na fala dos gaúchos e uma indicação da presença do tepe na fala dos bonjesuenses na comunidade, comprovando que a interferência/alternância entre o tepe e a fricativa velar está ocorrendo na fala dos informantes gaúchos como na dos bonjesuenses não só nas interações monitoradas como também em contextos espontâneos, cotidianos de fala. Ao finalizar todas as análises, obteve-se um dado interessante que foi o fato de que os falantes gaúchos estão mais propícios a utilizar a variante fonética típica da fala bonjesuense do que estes a utilizar a variante de origem gaúcha. Isso não era esperado, pois o que se aventava de início que era o falante bonjesuense que estivesse sendo influenciado pelo falante gaúcho.

(3) Acomodação da vogal média pretônica na fala de gaúchos em situação de contato dialetal com teresinenses. (de *Thiago de Sousa Amorim*)

RESUMO: O presente estudo visou a investigar o processo de acomodação da abertura das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ na fala de gaúchos em contato dialetal com teresinenses, a fim de descrever as atitudes linguísticas dos interagentes com relação ao novo dialeto de contato e analisar fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a implementação da acomodação da abertura das vogais médias pretônicas, bem como os eventos de fala entre o gaúcho e o teresinense. Como aporte teórico-metodológico utilizou-se das contribuições da Teoria da Acomodação da Comunicação, de Giles e Ogay (2007), em consonância com a Sociolinguística Variacionista Labov (2008, [1972]) e com a Etnografia da Fala, de Hymes (1976). O tratamento das vogais tem como base os trabalhos de Camara Jr. (2007), Noll (2008), Battisti; Vieira (2010) e Bisol (2014). A investigação é pautada em uma pesquisa de campo, com orientação etnográfica, cujo corpus é constituído de entrevistas realizadas com 6 (seis) informantes gaúchos, que residem em Teresina, há no mínimo 2 (dois) anos. A técnica e o procedimento de análise utilizados foram uma adaptação de Marques (2006). Por conseguinte, usou-se a abordagem quantitativa, com o auxílio do Goldvarb X, para mensurar dados e a abordagem qualitativa, para interpretá-los, em que se consideram, dentro do viés da acomodação, as atitudes linguísticas que os falantes gaúchos dispõem à nova situação de contato dialetal e os eventos decorrentes

do contato em situação comunicativa. Os resultados da pesquisa revelam que os falantes gaúchos não acomodaram a pronúncia das vogais médias pretônicas faladas por teresinenses, na situação de contato dialetal.

LETRAMENTOS: CONSOLIDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Os estudos dos letramentos como parte integrante de linha de pesquisa Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos, do PPGEL, foram propostos de maneira a atender a uma crescente demanda de investigação no nosso contexto acadêmico de pesquisas relativo à escrita, observando os rumos de discussões e reflexões acerca do conhecimento sobre os impactos da escrita na sociedade.

Os Letramentos, do ponto de vista teórico, constituem um campo de estudos sobre a escrita, plenamente consolidado e em expansão. A escrita, sob a ótica desse campo de conhecimento, ratifica a compreensão de que as mudanças histórico-sociais ocorrem em virtude das demandas que emergem na/da própria sociedade, nas diversas áreas em que o homem se insere e se posiciona como agente social, opera transformações e a elas adapta-se. Essas demandas, segundo Gnerre (1998), determinam, impulsionam e motivam os estudiosos à investigação de novos fenômenos ou a rever suas posições quanto à maneira de encarar fenômenos já descobertos e, assim, vão-se construindo novas teorias ou reconstruindo-se modelos teóricos existentes, na busca de compreender e explicar o conjunto da ampla e diversificada gama de componentes que integram a natureza humana, evidenciados na sua forma de pensar, de agir e de interagir com o outro no complexo universo que é a sociedade. Dentre esses componentes, a linguagem destaca-se para reflexão, dada a sua natureza social e o seu papel em todas as esferas de atividades em que se envolvem as pessoas no seu dia a dia.

No campo dos estudos da linguagem em sua modalidade escrita, inscreve-se o campo de estudos dos letramentos, constituído pela convergência de interesses e ideias de pesquisadores que concebem a escrita não a partir das suas propriedades formais, nem percebendo nela qualidades intrínsecas, mas observando os seus usos reais, configurados em práticas sociais ou atividades interativas às quais estão expostas as pessoas, especialmente das modernas sociedades urbanas. Essa área consolida-se como *Novos Estudos do Letramento* ou estudos dos *Letramentos Sociais*

(Street, 1993, 1995), modelo que adotamos para nortear os estudos e pesquisas que integram a linha de pesquisa referida, no PPGEL.

Esse campo de investigação sobre a escrita, constitui-se a partir de reflexões, análises e debates sobre posturas acadêmicas e convicções cristalizadas em relação ao universo do conhecimento da escrita, até bem pouco tempo intocadas, como, por exemplo, os estudos linguísticos que evidenciam a ideia de conhecimento estrito do código da língua, atualizado em um sistema gráfico, e a escrita, tida como uma tecnologia que, em si mesma, favoreceria o desenvolvimento de capacidades cognitivas.

Os estudos da escrita ou do letramento, então, vinculado a uma dimensão erudita de domínio da língua escrita ou à aquisição da língua escrita, passou a ser ressignificado e, assim, compreendido enquanto uma prática social que se processa segundo especificidades requeridas pelos contextos onde se efetiva a comunicação linguística por meio da escrita. Sobre essa forma de se conceber a escrita e seus usos, Street (1984, p.1), assim se posiciona: "Eu utilizarei o termo letramento para referir as práticas sociais e concepções de leitura e escrita." Por sua vez, Cook-Gumperz (1986, p. 1), considera que "Letramento não é apenas a simples habilidade de ler e escrever é um fenômeno socialmente construído".

Essa forma de observar os usos e significados da escrita e seus impactos sociais parte, inicialmente, de estudos desenvolvidos Scribner e Cole (1981), Heath (1983), Cook-Gumperz (1986), Barton (1994) e Barton e Hamilton (1998) e outros, além dos estudos do próprio Street, especialmente (1984, 1993, 1995). Seguindo sua linha de investigação, Street (1984) propõe que, conforme o pensamento adotado, os estudos relacionados à escrita sejam desmembrados em dois modelos distintos: modelo autônomo de letramento e modelo ideológico de letramento. O primeiro postula a vinculação entre letramento e progresso, civilização e liberdade individual e social, admite e ressalta o valor de prestígio da tecnologia da escrita, vista como uma forma autônoma de comunicação (Goody, 1986, p. 40). Não leva em conta o contexto sociocultural no qual a escrita é usada, nem as funções particulares às quais se destinam seus usos.

Olhares críticos, insatisfeitos com essa maneira de encarar as consequências do letramento, foram a motivação para que se propusesse o modelo *ideológico de letramento* (Street, 1984) cujas bases ofereceram uma nova orientação dos estudos da escrita. define-se, esse modelo, a partir da proposição básica de que "o que as práticas particulares e as concepções de leitura e escrita são para uma dada sociedade depende do contexto; elas estão já embutidas em uma ideologia e dela não podem ser

desvinculadas ou tratadas como neutras ou meramente técnicas." (Street, 1984, p. 1). Propondo o seu *modelo ideológico de letramento*, Street (op. cit.) nomeia formalmente e, de certa maneira, estabelece a sistematização teórica de uma tendência que se esboça com vistas a redirecionar os estudos do letramento para uma perspectiva que leva em conta, sobretudo, o contexto sociocultural no qual ocorrem as interações linguísticas que são intermediadas pela palavra escrita.

Estudos basilares que se inscrevem neste contexto partem de investigações sistemáticas realizadas no âmbito de diferentes disciplinas, mostradas em publicações como as de Scribner e Cole (1981), Heath (1983), Cook-Gumperz (1986), Barton (1994) e Barton e Hamilton (1998) e outros, além dos estudos do próprio Street, especialmente (1984, 1993, 1995).

Street, assim, lança uma crítica ao posicionamento já cristalizado no universo acadêmico, também predominante na instituição escolar e na sociedade como um todo, de que a escrita deveria ser concebida como um recurso tecnológico que, em si mesmo, reuniria qualidades capazes de tornar superiores aqueles que dele tivessem o domínio formal. Além disso, os seus usos seriam universalmente uniformes e livres de qualquer interferência do meio sociocultural em que se processassem.

Nestes termos, a natureza do letramento define-se em função da maneira como, em um dado contexto social, as atividades de leitura e escrita são concebidas e praticadas. O letramento deve ser compreendido como um conjunto de práticas sociais, inferidas dos eventos que são mediados por textos escritos e que há diferentes letramentos associados a diferentes domínios da vida, além de se considerar que o letramento é historicamente situado. (Barton e Hamilton, 1998, p. 7). Esse campo de estudos do letramento constitui-se em torno de princípios e pressupostos que estabelecem os limites entre a sua própria linha de atuação – *letramentos sociais* –, e aquela em que predominam os critérios pedagógicos eleitos pela instituição escolar, que, nas palavras de Kleiman (1995, p. 20) é "a agência oficial de letramento", ratificada consensualmente pelas sociedades que fazem uso da escrita – *letramento escolar*.

Os *Novos Estudos de Letramento* propõem não apenas novos pressupostos teóricos, mas também os instrumentais necessários ao processo de investigação: *eventos de letramento* – "qualquer ocasião em que uma peça escrita integra a natureza das interações dos participantes e seus processos interpretativo" (Heath, 1982, p. 93); e *práticas de letramento* - unidades abstratas de análise que viabilizam a interpretação daquilo que

é observável no evento e diz respeito à maneira culturalmente adotada por um grupo social ao fazer usos da língua escrita. O comportamento adotado mediante esses usos é que vai revelar as concepções, valores e crenças constituídas em uma cultura frente à escrita e, assim, os sentidos que faz esse recurso comunicativo num dado contexto.

O construto teórico desenhado a partir desse direcionamento admite que às práticas que envolvem atividades de leitura e de escrita estão subjacentes as manifestações de caráter ideológico, configuradas a partir das relações de poder estabelecidas pela estrutura social de uma dada cultura e sociedade, tendo em vista que, nos usos que se fazem da escrita, encontram-se arraigados padrões socioculturais particulares.

A seguir, apresentaremos, resumidamente, alguns resultados de pesquisas desenvolvidas por nossos orientandos em suas dissertações, no contexto da linha de pesquisa Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos, do PPGEL, especialmente aqueles que elegem o campo teórico dos Letramentos, perspectiva em que temos presenciado de maneira gratificante a execução de pesquisas, por nossos orientandos de Mestrado e de Doutorado, quer a partir do letramento em sua abordagem social, quer em sua abordagem escolar, de forma que ambas privilegiam um objeto de estudo comum: a escrita em seus usos, funções e significados, portanto, no contexto de práticas sociais.

Um ponto importante no desenvolvimento desses estudos diz respeito ao processo metodológico. Indistintamente, todas têm-se utilizado de recursos da etnografia, ainda que não se tenham constituído em etnografias propriamente ditas. Levamos, assim, em consideração o pensamento de Geertz ao sugerir que "aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. (...) as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros". (Geertz, 1997, p. 11). Essas ideias harmonizam-se com as orientações dos *Novos Estudos do Letramento* no que se refere à importância de os estudos sobre letramento não serem dissociados da cultura, já que os valores conferidos à escrita são sociocultural e historicamente constituídos.

As pesquisas aqui arroladas, são todas caracterizadas como pesquisas de campo. Algumas desenvolvidas em contextos de comunidades mais amplas, outras em contextos institucionais gerais e outras, especificamente, em contextos escolares.

A primeira pesquisa aqui arrolada intitula-se: *Letramento e identidade(s) no(s) discurso(s) do grupo "mulheres perseverantes"*. Esse estudo,

desenvolvido pela então mestranda Leila Patrícia Alves Dantas, defendido em 2010, objetivou “investigar, numa perspectiva etnográfica, a partir das práticas de letramento, como os sujeitos do grupo “Mulheres Perseverantes” se autoidentificam discursivamente.” A autora pretendeu verificar a construção dessa autoidentidade por meio da observação da atuação dessas mulheres no contexto dos seus grupos de trabalho, uma cooperativa, e para além dele.

Os resultados do estudo evidenciaram que a maioria dos sujeitos que compõem o grupo das “Mulheres Perseverantes” se autoidentifica como mulheres que ora se mostram inseguras e cansadas, ora demonstram-se batalhadoras e dispostas a lutar por seus objetivos e pelos objetivos de sua comunidade do bairro, onde residiam e atuavam. A escrita, para elas, funcionava não apenas como um recurso de interação entre pessoas do grupo ou da comunidade, mas ainda como uma espécie de contrato (documento), pelo qual se tem a garantia das ações.

O segundo estudo aqui apresentado traz como título: *A atuação de pessoas pouco escolarizadas em práticas sociais que envolvem leitura e escrita: uma abordagem etnográfica* e como objetivo, “Analisar a atuação de pessoas não alfabetizadas ou com baixa escolaridade, em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.” Desenvolvida pela mestranda Lucinete Maria da Silva e defendida a dissertação em 2014. A pesquisa foi realizada em uma comunidade ampla, um bairro da cidade de Altos-Pi, e de forma relevante trouxe resultados significativos para os estudos dos letramentos.

Segundo a pesquisadora, há evidências marcantes de letramentos sociais, objetivados em atividades de leitura e de escrita até mesmo nas tarefas corriqueiras do dia a dia. A pesquisadora ressalta a persistência e criatividade dos seus colaboradores na busca de alternativas para resolver situações reais, práticas, funcionais indicando, ainda, que, dentre os colaboradores da pesquisa, poucos tiveram acesso à educação formal e aqueles que conseguiram estudar, cursaram somente as séries iniciais do nível básico de ensino. Isso, no entanto, não os impede de participar efetivamente de práticas de letramentos por meio de estratégias as mais diversas como forma de suprir a ausência da escrita; para que isso fosse possível, receberam muitos estímulos dos ambientes que frequentam e das funções que desempenham na família e na comunidade; isso pode ser percebido em seu comportamento e nível de conhecimentos, que variam de acordo com seu envolvimento em atividades sociais; ou seja, quanto

mais o sujeito participa de eventos de letramento maior será a sua desenvoltura em práticas sociais letradas, segundo registros da pesquisadora.

O terceiro estudo desenvolvido a partir da teoria dos Letramentos trouxe como título "Corpos dóceis, mentes livres: as práticas de letramento na penitenciária feminina de Teresina – PI". Foi desenvolvido por Lígia Alencar Pacífico Barreto com o objetivo, segundo a autora, de "investigar o impacto das práticas de letramento no processo de remição de pena pela leitura e reeducação das mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina de Teresina – PI." (Barreto, 2021, p.11).

A pesquisa em questão fundamenta-se na ideia de que a prática da leitura e da escrita no contexto carcerário é importante para a eficiência do processo de reeducação do preso e que, nas atividades de leitura e de escrita realizadas no contexto carcerário, na modalidade de projetos ou na escrita e leitura avulsas, significam alternativas eficazes para a ressocialização dessas mulheres, considerando-se que, através da "escrita as pessoas organizam sua vida pessoal e a casa onde vivem, cultivam laços afetivos e sociais, interagem com as instituições e participam de ações sociais e democráticas na comunidade em que vivem". (LOPES, 2006).

Apesar das limitações de acesso à leitura, para a pesquisadora essa atividade tem benefícios que vão além da remição penal ou de um mero escape para passar tempo. Ler para o indivíduo preso é uma possibilidade de libertar-se do aprisionamento mental, de reinventar-se enquanto pessoa. É sua *autopoiesis*, no sentido em que o leitor se abre para o conhecimento, como um processo de recriação e reinvenção de si mesmo, abrindo seus horizontes e os direcionando para novos rumos. As vozes femininas acreditam e defendem a leitura na prisão. Foi especialmente lá, onde elas vivenciaram suas principais experiências de letramento, onde leram seus primeiros livros por completo, onde recontaram as histórias e descobriram o mundo da leitura. Suas falas denotam uma postura dócil, com mentes libertas pela leitura.

O quarto trabalho aqui apresentado, desenvolvido pela então mestrande Maria Cândida de Lima Bento, foi defendido em 2021. Traz como título *Eventos de letramento em contexto escolar de aulas remotas na educação de jovens e adultos com o uso da ferramenta whatsapp*. A proposta do estudo, nos termos da autora, é "investigar os eventos de letramento em aulas de língua portuguesa desenvolvidas no modo remoto em salas de Educação de Jovens e Adultos por meio da plataforma WhatsApp." (BENTO, 2021, p. 12).

As análises revelam, ainda, que os eventos de letramento realizados com os alunos do III Ciclo da EJA, com o uso do *WhatsApp* não foram satisfatoriamente apreendidos pelos sujeitos colaboradores. A rotina escolar revela que eles estão imersos na cultura letrada, mas ainda à margem de participação efetiva no contexto de aulas no modo remoto de ensino, considerando-se que a interação entre eles e a professora não era realizada de forma satisfatória, pela própria precariedade dos recursos materiais e das circunstâncias gerais de realização. A maioria dos alunos não interagiam com a professora, ficavam calados, apáticos, mas conectados, sendo que a plataforma em que estavam participando colaborava com esse tipo de atitude. (Bento, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece indiscutível a importância da articulação teórica dos estudos sociolinguísticos da Variação Linguística, da Etnografia da Comunicação, da Sociolinguística Educacional e dos estudos dos Letramentos, para a compreensão da nossa realidade social e Educacional. Não podemos negar que o componente social para o qual se voltam essas abordagens teóricas constitui o ponto determinante que atravessa as realidades sociais e, por conseguinte, educacionais, no Estado e na Região, para a obtenção de um entendimento da situação e dos dados coletados. No 1º. estudo, a abordagem Etnográfica e da Sociolinguística Educacional explica a competência linguística dos alunos. O segundo estudo foi da Variação Linguística em que se investigou o contato entre falantes de duas comunidades de fala, gaúchos e bonjesuenses, em um mesmo universo, em Bom Jesus (PI). E o 3º estudo baseou-se na teoria da Acomodação, da Variação Linguística e foi também Etnográfico. Trabalhou com dados de fala e atitudes linguísticas dos falantes acerca dos falares dos interagentes.

As pesquisas norteadas teoricamente pelos *Novos Estudos dos Letramentos*, acima mencionadas, apresentam objetos de estudo permeados pelos usos e significados da escrita, assim caracterizados, do ponto de vista do contexto no qual se situaram as coletas de dados: as duas primeiras pesquisas apresentadas foram realizadas em comunidades amplas, entre colaboradores com pouco domínio formal da escrita; o terceiro trabalho em uma instituição penal destinada a mulheres; e a quarta pesquisa foi executada em contexto escolar.

Todos esses ambientes são permeados, segundo as pesquisadoras, por práticas sociais que envolvem a escrita, mesmo que os indivíduos que

integram esses contextos não tenham um pleno domínio formal da escrita, como é o caso das duas primeiras pesquisas arroladas.

ABSTRACT

The place of language among the phenomena that integrate human nature is no longer questioned. Likewise, it is not possible to ignore the existing relationship between language and society and, as such, fail to recognize its heterogeneous character nor the impacts of writing on that same society. Following this understanding and paying attention to the academic and social demands of our time, the Languages Graduate Program, from the Federal University of Piauí, integrates the research line on Linguistic Variation/ Diversity, Orality and Literacy into the list of possibilities for scientific investigation. to provide its students with the necessary guidance to the universe of research in these areas. In this sense, the objective of this chapter is to present, in general terms, the theoretical foundations that guide each of these approaches in which this research line is inscribed, with emphasis on the main conception of each of them, their basic assumptions, their object of study and main exponents, such as, for example, Labov (1972[2008]) and Street (1984, 1993, 1995), as well as presenting results of some investigations already developed by our advisees, which already indicate social and educational relevance significant.

Keywords: Language, Linguistic variation, Literacies.

REFERÊNCIAS

AMORIM, T.S. **Acomodação da vogal média pretônica na fala de gaúchos em situação de contato dialetal com teresinenses.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.(110 p).

BARRETO, L. A. P. **Corpos doces, mentes livres:** as práticas de letramento na penitenciária feminina de Teresina – PI. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGEL/UFPI. Dissertação de Mestrado, 2021.

BARTON, David. The social nature of writing. In: BARTON, D. e ROZ, I. (eds.). **Writing in the community.** Newbury Park: Sage Publications, 1991.

_____. **Literacy:** an introduction to the ecology of written language. Massachusetts: Blackwell, 1994.

BARTON, D. e HAMILTON, M. **Local literacies: reading and writing in one community**. London and New York: Routledge, 1998.

BENTO, M. C. de L. "**Eventos de letramento em contexto escolar de aulas remotas na educação de jovens e adultos com o uso da ferramenta whatsapp**". Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGEL/UFPI. Dissertação de Mestrado, 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella M. **Nós chegemu na escola e agora?:** socio-lingüística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **O professor Pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

COOK-GUMPERZ. **The social construction of literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

COSTA, C. S. S. M. **Olhares sociolinguísticos:** variação e interação. Teresina: EDUFPI, 2011.

_____. **Varição/diversidade linguística, Oralidade e Letramento:** escola e comunidade (Org.). Teresina, EDUFPI, 2014

DANTAS, Leila Patrícia Alves. **Letramento e identidade(s) no(s) discurso(s) do grupo "mulheres perseverantes"**. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGEL/UFPI. Dissertação de Mestrado, 2010.

FARACO, C. A. Apresentação de um clássico In WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos linguísticos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008

ERICKSON, F. **Sociolinguistics**. Berlim; N. York: Walter de Gruyter, 1988.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HYMES, D. **Foundations in Sociolinguistics**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974

HEATH, Shirley B. **Protean shapes in literacy events**: ever-shifting oral and literate traditions. In: TANNEN, D. (ed.). **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood, N. J.: Ablex, 1982.

IBIAPINA, D. F. **A competência comunicativa no ensino de Língua Portuguesa**: um estudo etnográfico numa escola pública. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Piauí – UFPI, Programa de Pós-graduação em Letras, Teresina – PI, 2011.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos** Tradução Marcos Bagno; Maria Marta Scherre; Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANTOS, G.A. de S. **Um estudo Sociolinguístico de Contato Dialeto**: a interferência/alternância entre a vibrante simples com a fricativa velar na fala de gaúchos e bom-jesuenses, no Piauí. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí – UFPI. Programa de pós-Graduação em Letras, Teresina-PI, 2016.(149 p.)

SCRIBNER, S. e COLE, M. *The psychology of literacy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.

SILVA, Lucinete Maria da. **A atuação de pessoas pouco escolarizadas em práticas sociais que envolvem leitura e escrita**: uma abordagem etnográfica. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGEL/UFPI. Dissertação de Mestrado, 2021.

STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Introduction: the new literacy studies. In: STREET, B. (ed.). **Cross-cultural approaches to literact**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. **Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education**. Londres: Longman, 1995.

HISTÓRIA E LITERATURA NA SAGA COLOMBIANA DA UNITED FRUIT COMPANY

ANDERSON C. FERREIRA BRETTAS¹

¹ Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Correio: brettas.professor@gmail.com

INTRODUÇÃO

No processo de consolidação dos estados nacionais da América Latina liberta das antigas metrópoles coloniais, a presença dos interesses políticos e comerciais dos Estados Unidos moldou a configuração do continente desde o final do século XIX. Indubitavelmente, dentre todos os produtos e serviços do império emergente, o cultivo e a exportação da banana melhor simbolizou a exploração e a submissão latinoamericana ao grande capital.

A United Fruit Company (UFCo) foi a empresa que mais se destacou na produção, distribuição e comercialização de frutas tropicais, sendo o melhor paradigma de uma corporação poderosa, esmagadora e insensível às questões sociais e políticas, estando vinculada diretamente na conspiração e derrubada de governos contrários aos seus interesses. Em sua época de esplendor, não por acaso, foi apelidada de “El Pupo” (o polvo) por suas conexões extensas e abraços letais.

Configurando-se como uma das primeiras empresas transnacionais nos Estados Unidos, a UFCo foi fundada na Costa Rica expandindo suas operações por grande parte da América Central e Caribe, com negócios no Panamá, Honduras, Cuba, Colômbia, Guatemala e Equador, exercendo também grande influência política em alguns desses países, com o financiamento de golpes de estado, especialmente em Honduras e Guatemala.

De fato, durante grande parte do século 20 a empresa, também conhecida como “La Frutera”, dominou porções de quase uma dúzia de países do Hemisfério Ocidental. Peter Chapman (2007) destacou em “Bananas” que a empresa era “mais poderosa do que muitos estados-nação... uma lei própria e costumeira sobre as repúblicas como seu feudo privado”.

Por outra parte, as mobilizações dos trabalhadores e as reações intelectuais contrárias ao domínio da multinacional e as influências do emergente imperialismo estadunidense foram intensas e contundentes. O presente artigo traz em destaque a rica produção literária, escrita tanto por autores engajados no ativismo político quanto escritores consagrados, nas denúncias de espoliação, massacres e interferências da UFCo, com destaque nos confrontos ocorridos na Colômbia, onde a reação laboral foi mais articulada, com uma dura reação do governo central com a mobilização do Exército para a repressão dos trabalhadores – desaguando no episódio conhecido como “La masacre de las bananeras”, onde dezenas de trabalhadores foram assassinados.

A UNITED FRUIT COMPANY

Fundada em 1899 por dois empresários norte-americanos, Minor Cooper Keith e Andrew Preston, a UFCo surgiu com a fusão de suas respectivas empresas – a Tropical Trading and Transport Company e a Boston Fruit Company.

O primeiro foi quem inaugurou, em 1890, na Costa Rica uma ferrovia para o Caribe, o que permitiu a esse país a exportação de seu café para a Europa por via direta, sem ter que bordejar a América do Sul, como se fazia até então. Conforme avançava a construção da ferrovia e graças a grandes concessões de terras próximas ao litoral atlântico obtidas junto ao governo costarriquenho, Cooper Keith começou a produzir bananas e a exportá-las para os Estados Unidos, e pouco a pouco fez dela seu principal negócio, ampliando para terras do Panamá e Colômbia com novas companhias.

Preston, por sua vez, com a *Boston Fruit Company* empreendeu as exportações de frutas da Jamaica. Posteriormente, em 1929 com a United Fruit comprou a *Cuyamel Fruit Company*, de Samuel Zemurray, outra grande empresa bananeira, sua concorrente em Honduras (Buchelli, 2005). Dessa maneira, em um processo que cobriu mais de quatro décadas, ou seja, desde antes da fundação da UFCo até a véspera da crise econômica mundial, essa empresa teve um movimento contínuo de expansão de seus negócios fruteiros e ferroviários.

DENÚNCIAS, RESISTÊNCIAS E MOBILIZAÇÕES

A Rigor, a United Fruit foi a multinacional mais literária do mundo. Muita tinta foi vertida na denúncia das explorações e parte da melhor literatura hispanoamericana foram produzidas. Nada menos do que três prêmios Nobel se levantaram contra ela – o guatemalteco Miguel Ángel Asturias, o colombiano Gabriel Garcia Marques e o chileno Pablo Neruda.

A própria definição de “Repúblicas das Bananas”, conceito que explicita a baixa institucionalidade dos estados latinoamericanos, surgiu na literatura: o termo foi cunhado pelo escritor americano William Sydney Porter, conhecido como O. Henry, no conto *O Almirante*, de 1904 (Herrscher, 2012). A história se passa em Anchuria, país fictício descrito pelo autor como “uma pequena república das bananas”. Acredita-se que Porter tenha se inspirado em Honduras, onde morava quando escreveu a história, um país explorado pela UFCo.

A construção de ferrovias empreendidas por Cooper Keith provocou a morte de milhares de trabalhadores, fato que levou muitos autores latinoamericanos a produzirem textos contundentes, como o costarricense Luís Carlos Fallas. Em seu romance "Mamita Yunai: el infierno de las banderas", de 1941 (2008), narra a tragédia de homens e mulheres que sofreram profundas injustiças causadas pela multinacional na costa atlântica do país. Como Mamita Yunai, a UFCo seria assim chamada por atuar como uma mãe que fornece bens, mas ao mesmo tempo é ciumenta e implacável. Neste livro, o autor denunciou a exploração que os empregados e funcionários da companhia (costarriquenhos e norte-americanos) faziam com os trabalhadores bananeiros. Uma das denúncias mais fortes se relaciona com o tratamento que os capatazes da companhia davam aos trabalhadores que faleciam durante o trabalho: em vez de enterrar os corpos no cemitério onde morriam, obrigavam os demais a enterrar os corpos lá mesmo na plantação, para que "servisse de adubo para a bananeira". Mamita Yunai não foi publicado comercialmente, mas circulou entre os grupos de trabalhadores das plantações bananeiras através de edições caseiras financiadas pelo próprio autor.

Oito anos depois, o poeta chileno Pablo Neruda leu o romance de Luis Carlos Fallas e destacou sua importância histórica e literária para a humanidade. Mamita Yunai, que até então passara despercebida, foi republicada no Chile em 1949. Em seguida, Neruda, que seria agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1971, produziu um poema para a multinacional intitulado "La United Fruit Co." Em um de seus apartes, seu poema canta assim:

Bautizó de nuevo sus tierras/como 'Repúblicas Bananas', /
y sobre los muertos dormidos, / sobre los héroes inquietos /
que conquistaron la grandeza, / la libertad y las banderas, /
estableció la ópera bufa:
enajenó los albedríos /regaló coronas de César, / desen-
vainó la envidia, atrajo / la dictadora de las moscas, /
moscas Trujillos, moscas Tachos, / moscas Carías, moscas
Martínez, / moscas Ubico, moscas húmedas / de sangre
humilde y mermelada, / moscas borrachas que zumban /
sobre las tumbas populares, moscas de circo, sabias mos-
cas / entendidas en tiranía. (NERUDA, 1976, 237-9)

Pablo Neruda foi além de poeta e escritor um homem ativo na política e no ativismo de esquerda, notadamente do Partido Comunista. Não é estranho que seu poema contra a multinacional bananeira seja repleto de denúncias e pela defesa dos oprimidos.

Ainda sobre a obra *Mamita Yunai* de Carlos Luís Fallas, o texto também foi importante para que outros funcionários da United Fruit escrevessem obras literárias, como é o caso de *Bananos* (1942) do escritor nicaraguense Emilio Quintana, e *Prisión Verde* (1950) do hondurenho Ramón Amaya Amador. Vale também destacar o costarriquenho Joaquín Gutiérrez, com obras importantes como *En Puerto Limón* (1950), e *Murámonos, Federico* (1973).

Na Guatemala, Miguel Ángel Asturias, escritor laureado com o Nobel em 1967, nasceu paradoxalmente no ano de fundação do UFC, 1899. Ele escreveu três romances sobre a influência mortal da empresa em seu país: *Viento fuerte*, romance de 1950 (2014); *El Papa verde*, de 1954; e *Los ojos de los enterrados*², de 1960 (1979), livros que seriam denominados como “a Trilogia Bananeira”.

O cenário latinoamericano, intensamente explorado e dominado pelas companhias estadunidenses que mantinham seu julgo operando tiranetes fantoches, é o palco onde Asturias faz desfilar o dilema da dominação e a opressão tanto econômica, quanto cultural e física. Os interesses econômicos das elites eram contemplados pela exploração e facilidades da dominação estadunidense, o que perpetrava um ciclo de sufocamento de avanço democrático e de criação de obstáculos de ordem política.

A Guatemala de Asturias é um dos exemplos mais notórios das imbricações da UFCo com os setores políticos reacionários das sociedades locais: uma extensa literatura aponta o financiamento pela empresa para a derrubada do governo de Jacobo Arbenz em 1954, presidente nacionalista que expropriou um enorme pedaço de terra que a empresa tinha adquirido através de meios questionáveis (May, 1999).

“LA FRUTERA” NA COLÔMBIA

Em 1881, um grupo da elite do Departamento de Santa Marta (costa caribenha da Colômbia) obteve autorização para a construção de uma ferrovia de Santa Marta ao rio Magdalena e, em 1887, iniciaram um plano para a melhoria do porto. Na mesma época, foi fundada a primeira Sociedade de Agricultores e seus membros começaram a experimentar um novo produto, a banana *Gros Michel*, uma variedade desconhecida até por volta de 1885, quando José Manuel González importou as sementes do Panamá.

2 Dos livros que compõem a “Trilogia Bananeira”, o único que não foi traduzido e publicado no Brasil

Don José Manuel e um grupo de empresários samários estabeleceram a primeira plantação de banana na Colômbia, em Ciénaga (Elias-Caro, 2010; Bermudez, 2012; Buchelli, 2005).

Em 'Cem Anos de Solidão', o colombiano Gabriel García Márquez descreveu, imbuído em seu *realismo mágico*, passagens da atividade bananeira no Caribe colombiano e a saga de explorações e interferências da UFCo, em meio a uma visão trágica e pessimista do país.

Todo comenzó cuando Aureliano Segundo se encontró por causalidad con míster Herbert en el Hotel de Jacob. Como era su costumbre llevar forasteros a casa, lo invitó a comer con su familia: los Buendía. Fue cuando míster Herbert, un gringo rechoncho y bonachón, probó por primera vez un banano. Después de un banano fue un racimo y después otro. La exótica fruta fue tan reveladora que míster Herbert con la incrédula atención de un comprador de diamantes examinó meticulosamente un banano seccionando sus partes con un estilete especial, pesándolas en un granatorio de farmacéutico y calculando su envergadura con un calibrador de armero. (2012, p.94).

Embora a iniciativa fosse colombiana, os empresários locais não conseguiram desenvolver plenamente a indústria da banana. A produção em grande escala para os mercados internacionais exigia enormes quantidades de capital, além da capacidade de qualquer indivíduo ou empresa na Colômbia no final do século XIX. Era preciso construir ferrovias para levar as bananas ao porto, melhorar as instalações portuárias, chegar pontualmente aos navios e era necessária uma rede de distribuição bem coordenada no país importador. Além disso, na região árida de Santa Marta os canais de irrigação eram uma necessidade (Vilória, 2015; Elias-Caro, 2011).

Além dos altos requisitos de capital, o negócio da banana era arriscado: qualquer plantação poderia ser facilmente destruída pela exaustão do solo, doença da banana ou furacões. Esses fatores favoreceram o desenvolvimento da banana por uma grande empresa baseada em efluentes industriais dos Estados Unidos e com grandes investimentos em muitas regiões.

Minor Cooper Keith, chegou na Colômbia ainda em 1890 (nove anos antes da fundação da United Fruit), no mesmo ano em que inaugurou sua ferrovia na Costa Rica. Posteriormente, ele estendeu suas operações de banana para Santa Marta e também Bocas del Toro, no Panamá. Em 1892 adquiriu 6.100 hectares de terra em Riofrío (também na região do Caribe),

com os quais fundou a “Colombian Land Company”; e, ao mesmo tempo, comprou a concessão da nova ferrovia que se tornou a “Companhia do Ferrocarril de Santa Marta” (Bonet, 2002).

O desenvolvimento do enclave colombiano foi apenas uma pequena parte dessa rápida expansão. Na Colômbia, como em outros lugares, as plantações de banana seguiram a ferrovia. Em 1911 a ferrovia chegou a Aracataca (cidade natal de Gabriel Garcia Márquez), e, em 1920, com cento e trinta quilômetros, a Fundación. Junto à ferrovia, foram criadas novas plantações de banana, chegando a onze quilômetros de cada lado da via. Alguns ramais ligavam cada plantação à linha principal, e daí ao cais de Santa Marta (capital do Departamento) e ao mar.

Na década de 1920, a zona bananeira cobria grande parte dos municípios de Santa Marta, Ciénaga, Aracataca, Fundación e Pivijay. As exportações de banana de Santa Marta cresceram de 275.000 cachos em 1900 para 6,5 milhões em 1915, e daí para 10,3 milhões em 1929. Neste ano, a Colômbia era o terceiro maior fornecedor mundial de bananas, e esse produto representava sete por cento das exportações colombianas (Bonet, 2012).

A GREVE DE 1928 E O “MASSACRE DAS BANANEIRAS”

Tal como ocorreu nos diversos países em que a United Fruit Company operou, as condições laborais na zona bananeira colombiana eram precárias e a exploração intensa.

Um ano depois de um furacão que destruiu Sevilla (centro da UFCo na Colômbia), os bananeiros prepararam uma lista de reivindicações composta por nove itens. Em 6 de outubro de 1928, uma assembleia do Sindicato dos Trabalhadores de Magdalena, em Ciénaga, aprovou por unanimidade a declaração (Archila, 1986; Elias-Caro, 2011).

Em síntese, eles reivindicavam à multinacional e aos produtores nacionais:

1. Seguro de grupo obrigatório;
2. reparação de acidentes de trabalho;
3. quartos higiênicos e descanso dominical;
4. aumento de 50% nos salários dos empregados que ganhassem menos de 100 pesos por mês;
5. supressão dos comissariados;
6. cessação de empréstimos por meio de vouchers;
7. pagamento semanal;

8. abolição do sistema de contratantes; e
9. melhor serviço hospitalar.

A United Fruit Company foi rígida nas negociações. A historiadora Judith White (1978) enfatizou o aspecto global da economia. No final da década de 1920, o domínio da United Fruit Company no mercado internacional de bananas estava sendo desafiado por algumas empresas iniciantes. Para manter sua participação de mercado, a United Fruit Company sentiu-se pressionada a reduzir os custos de produção. Ao mesmo tempo, ficou claro que a zona bananeira de Santa Marta não era mais economicamente competitiva: as bananas colombianas pesavam menos que as da América Central e as taxas de frete da Colômbia para os Estados Unidos eram mais altas. A United Fruit Company considerou as demandas desses trabalhadores uma ameaça à sua operação na Colômbia. Se os trabalhadores as impusessem, a empresa teria que aumentar salários e o preço de compra aos produtores colombianos. Portanto, a United Fruit Company se recusou a negociar. A empresa argumentou que a greve não poderia ser vista como uma paralisação legítima do trabalho, mas como uma rebelião contra a autoridade estabelecida, fomentada por agitadores de fora do conflito.

A greve de 1928 foi uma grande mobilização social, a primeira em toda Colômbia. Os historiadores concordam que quase todos os trabalhadores e carregadores da região aderiram à greve, embora as estimativas do número exato de grevistas variem de 16.000 a 32.000. Os trabalhadores entraram em greve por quase um mês, de 12 de novembro a 5 de dezembro. Durante este tempo não foram embarcadas bananas de Santa Marta. Enquanto isso, os grevistas permaneceram pacíficos, na espera que a UFCo cedesse e concordasse em negociar (Elias-Caro, 2011).

No entanto, os trabalhadores tiveram grande dificuldade em formar a mesa de negociações com a empresa diante de um fato preponderante – a posição do governo central.

Tal como no Brasil da década de 1920, e em quase toda a América Latina, as questões sociais eram como “caso de polícia”: na Colômbia, dirigida pelos chamados “governos conservadores”, as mobilizações e esforços de sindicalização eram vistos como casos preocupantes, e temiam a organização de camponeses e trabalhadores assalariados que estava se formando em todo o país. As classes mais baixas exigiam maior participação na vida econômica e política, e os conservadores consideravam estes anseios como conspiração comunista influenciada por agitadores estrangeiros.

Quando grupos de grevistas começaram a se reunir em Ciénaga (segunda cidade mais importante da região e sede dos escritórios da empresa) na tarde de 5 de dezembro, o general Cortés Vargas e 300 soldados já estavam lá. O general descreveu a cena nos seguintes termos: "A cidade inteira era patrulhada por grupos amotinados que espalhavam o terror entre os população. A cidade estava praticamente nas mãos de um 'soviete' de irresponsáveis".

Tanto o general quanto seus superiores interpretaram claramente a reunião em Ciénaga como um movimento de grevistas armados para atacar o exército. Durante a tarde de 5 de dezembro, Cortés Vargas não conseguiu abastecer suas tropas nem manter os trens funcionando. A greve cresceu até se transformar em um trágico confronto entre o exército colombiano e os grevistas, tanto em Ciénaga como em Sevilha, em 6 de dezembro de 1928, desencadeando o episódio que seria conhecido como "La Masacre de las Bananeras", onde centenas de trabalhadores foram assassinados pelas tropas do governo. (Archila, 1986).

Curiosamente, a maioria dos historiadores atribuem de algumas dezenas até centenas de trabalhadores mortos, porém, as crenças populares colombianas seguem o imaginário construído por Gabriel García Márquez, em "Cem Anos de Solidão" (2012), onde, exageradamente (como ele admitiria) ele mencionou um número de 3.000 mortos em seu livro.

Marcelo Bucheli, em "Después de la hojarasca", enfatizou a importância de Márquez na historiografía contemporânea:

La influencia que la obra de García Márquez ha tenido sobre los académicos interesados en la historia de United Fruit es enorme. No se puede negar que si Garcia Márquez no hubiea escrito su obra, la historia de United Fruit en Colombia habría sido de interés para pocos investigadores. Ningún libro o artículo sobre United Fruit en el Magdalena deja de mencionar a Garcia Márquez y todos se toman en serio su versión sobre la masacre de 1928. La manera como la imagen que la novela da de estos eventos ha sido aceptada como real ha sobrepasado lo que Garcia Márquez habría podido imaginar (2013, p.3).

Na mesma linha de raciocínio de Bucheli, o historiador Nicolás Pernet salientou em seu artigo "García Márquez y la historia de Colombia" (2014) que o livro *Cem anos de Solidão* teve uma notável influência nas pesquisas da historiografía colombiana, permitindo com que os episódios saíssem

do esquecimento e passassem a ser mais pesquisados pelos profissionais da História.

LITERATURA CARIBENHA-COLOMBIANA

Devido à greve das bananeiras em 1928, muito antes dos historiadores se debruçarem sobre o problema, muitas re-reflexões e textos foram produzidos no país. A rigor, o primeiro curso de História do país surgiu somente em 1967, na Universidad Nacional de Colombia, porém, desde cedo, surgiu uma produção literária robusta, extensa e com qualidade, que denunciou e consubstanciou a memória sufocada das lutas sociais colombianas.

Aqui a pretensão não é resgatar e esgotar toda a produção de textos literários ou teatrais sobre o Massacre, a opressão e as consequências da atividade bananeira, mas destacar alguns dos textos mais significativos³:

Apenas oito dias após o fatídico massacre dos trabalhadores bananeiros, o samário Francisco Gnecco Mozo, médico e jornalista, escreveu o conto 'Lenine en las bananeras' (2019), episódio que cobriu como correspondente do jornal La Prensa, de Barranquilha, e, em seguida publicado na revista Cromos, de Bogotá, em 15 de dezembro

Em seguida, numa escrita testemunhal, o poeta e jornalista Gregório Castañeda Aragón publicou 'Papeles de la Huelga del Magdalena', em Barcelona em 1931 (Aragón, 1931).

Antonio Prada, alguns anos depois publicou o conto "El Trapo Rojo" em 1938, uma história em que o autor recriou as condições de exploração em que viviam os trabalhadores nas fazendas bananeiras e as relações conflituosas com os patrões, publicado na Revista literária "Pan", em Bogotá (Manjarrés, 2018).

O médico, psicanalista e educador José Francisco Socarrás, foi um destacado e profícuo intelectual nascido no Departamento de Valledupar – também no Caribe colombiano. Em seu livro "Viento de Tropicó" (1961), Socarrás trouxe o cotidiano das fazendas e da sociedade no tempo das bananeiras, nas várias cidades do Magdalena, com relatos permeados por histórias de religiosidade, cultura local, sexo, bebidas, entre outros aspectos nos contos como "Al tercer día del carnaval" (1944), "La uña de la gran bestia" (1961) e "El cielo se guardó el agua" (1961), que compõem seu "Viento de Tropicó" (1961).

3 Ver Ramirez, Manjarrés,

O grande nome da literatura colombiana e hispano-americana Gabriel García Márquez, consagrado mundialmente a partir de seu “Cem anos de Solidão”⁴ (1996; 2012) – cuja primeira edição foi publicada em Buenos Aires em 1967. Contudo, doze anos antes, em 1955 – quando tinha apenas 28 anos – Márquez publicou ‘La Hojarasca’ (2011), romance em que abordou pela primeira vez os impactos das atividades da United Fruit na região do Caribe.

O escritor barranquillero Álvaro Cepeda Samudio – amigo íntimo de Gabriel García Márquez e integrante do chamando “Grupo de Barranquilla”⁵, publicou três anos depois, em 1958, “Soldados”, o primeiro capítulo de ‘La casa grande’ (1974), clássico da literatura colombiana publicado em 1962. O texto é quase na totalidade em forma de diálogo, narrando a chegada dos soldados em Ciénega vindos de Barranquilla, militares encarregados de por fim ao movimento grevista.

Clinton Ramirez escreveu em 1987 seu primeiro romance, “Las Manchas del Jaguar” (2005), vencedor do “Premio Ciudad de Monteria”. Economista, escritor e professor, Ramirez (1962/), nasceu e viveu em Ciénega, cidade que foi uma importante área estratégica da atividade bananeira – localizada entre as fazendas produtoras e o porto marítimo da capital do Magdalena, Santa Marta – onde vivia a maior parte da aristocracia local beneficiada pelo cultivo da banana. Se a atividade bananeira deixou um rastro de pobreza, exploração e opressão, por outra parte também ofereceu opulência para uma camadada sociedade, composta especialmente por descendentes de famílias espanholas, proprietários de terras e comerciantes. O período do boom da banana, conhecido como “belle époque” ou “idade de ouro”, boom que correspondeu do início do Século, até o final dos anos 1920 – decadência advinda após o massacre das bananeiras em 1928 e a Quebra da Bolsa de 1929 e a conseqüente crise internacional do sistema capitalista.

4 Durante o IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, realizado em Cartagena, no Caribe colombiano, em 2007, *Cien Años de Soledad* foi considerada a segunda obra mais importante de toda a literatura hispânica, ficando apenas atrás de *Dom Quixote de la Mancha*.

5 O “Grupo de Barranquilla” foi um profícuo círculo intelectual formado entre as décadas de 1940 e 1950 e foi integrado por destacados escritores e personalidades da cultura de Barranquilla. Além de Cepeda Samudio e García Márquez, compunham o grupo, entre outros, Germán Vargas, Alfonso Fuenmayor, Ramón Vinyes, Alejandro Obregón e Orlando Rivera.

A obra de Clinton Ramirez passou pela sociedade Ciéneguera justamente no período do declínio local, da desintegração social e o gradual desmantelamento das atividades da United Fruit Company.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da United Fruit Company não se limita a contar a saga do crescimento e declínio de uma multinacional norteamericana na América Latina; faz parte do drama dos contínuos confrontos entre os Estados Unidos e a América Latina. As formas de atuação e intervenção da companhia variaram conforme as especificidades do local, no entanto era constante a aproximação e a convivência com os governos locais e a obtenção de condições vantajosas de exploração econômica.

No caso colombiano, a UFCo não chegou a financiar a quebra da normalidade institucional ou intervenções no governo central. A Colômbia, porém, é um país cuja trajetória é permeada por guerras, confrontos pelo poder entre as elites e a violência política. Quando o movimento sindical se organizou e avançou nas reivindicações por melhores condições laborais, a repressão foi implacável, desencadeando no fatídico “Massacre das Bananeiras”.

A literatura não é somente um fenômeno estético, mas também manifestação cultural e política, com potencial de registrar os movimentos humanos em suas historicidades. Se o discurso oficial e hegemônico busca silenciar a memória, ofuscando e marginalizando a atuação de personagens históricos ou grupos sociais organizados, a Literatura, assim como a História, pode preservar, resgatar ou reinterpretar as leituras do passado.

Se por um lado a United Fruit Company foi importante para a expansão estadunidense, sobretudo econômica e até cultural, pelo pioneirismo na articulação das atividades de produção, transporte e comércio internacional de frutas tropicais, por outra parte a vinculação de sua marca à exploração laboral e a associação com os ditadores e golpes de estado é indissociável, e os intelectuais e toda a Literatura bananeira produzida foram fundamentais para a construção dessa consciência histórica.

No caso colombiano, país marcado pela égide das guerras oligárquicas e da violência política, a profícua produção literária contribuiu sobremaneira para o resgate da memória silenciada e esquecida da repressão e a história das lutas dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÓN, Gregorio Castañeda. *Papeles de la Huelga del Magdalena en 1928*. Barcelona, Tipografía Imperio, 1931.

ARCHILA, Mauricio. Las guerras civiles desde 1830 y su proyección en el siglo XX. In: ARCHILA, Mauricio; TORRES, Leidy (Orgs.). *Bananas huelga y masacre 80 años*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1986.

ASTÚRIAS, Miguel Ángel. *Los Ojos de los enterrados*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1979.

_____. *Viento Fuerte*. La Habana, Cuba: Editorial Arte y Literatura, 2014.

BACCA, Ramón Linares. *Entre lo barraco y lo chévere*. Santa Marta, Colección Dorada de Autores del Magdalena, 2014.

BERMÚDEZ, Venancio. *Migrantes y blacamanes en la Zona Bananera del Magdalena*. Bogotá, Colección Dorada de Autores del Magdalena, Gobernación de Magdalena, 2012

BONET, Jaime. Las exportaciones colombianas de banano, 1950-2000". En: *Experiencias exportadoras del Caribe Colombiano*. Cartagena, Banco de la República, 2002 (pp. 72-101).

BUHELLI, Marcelo. *Bananas and Business: The United Fruit Company in Colombia, 1899-2000*. New York: New York University Press, 2005.

_____. *Después de la hojarasca*. Editorial Uandes, 2013

BUSHBELL. *Colombia: Una nación a pesar de sí misma*. Bogotá: Planeta Colombiana, 1996.

CHAPMAN, Peter. *Bananas: How the United Fruit Company Shaped the World*. Edimburgo: Canongate Us, 2007.

ELIAS-CARO, Jorge Enrique. La masacre obrera de 1928 en la zona bananera del Magdalena-Colombia, una historia inconclusa. In: *Andes*, vol.22, n.1, Salta, ene./jun., 2011.

_____. El puerto de Santa Marta: determinantes de crecimiento y desarrollo de una ciudad caribeña (1810-1860). In: *Ciudades portuarias en la Gran Cuenca del Caribe. Una visión histórica*. Barranquilla, Colombia: Ediciones UninorteFondo Editorial Universidad del Magdalena, 2010. pp. 329-354.

FALLAS, Carlos Luis. Mamita Yunai. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2008

GILARD, Jacques. Zone Bananière de Santa Marta : les planteurs de l'or vert. In: *Caravelle*, n°85, 2005. Grandes plantations d'Amérique latine. pp. 95-114

HERRSCHER, Roberto. Historia de la literature bananera. In: <https://nabaralde.eus/historia-de-la-literatura-bananera/>. 2012.

MAY, Rachel. Surviving All Changes is Your Destiny: Violence and Popular Movements in Guatemala. *Latin American Perspectives*. 26 (2,: 68–91, March 1999).

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cien años de soledad*. Bogotá, Colombia: Grupo Editorial Norma, 2012.

Cem Anos de Solidão. 44.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

_____. *La hojarasca*. Bogotá, Grupo Editorial Norma, 2011

MANJARRÉS, F. Annabell. La bruselitis y la dulce vita de la élite bananera, en *Vía alterna, 2+3 años de periodismo cultural*. Editorial Unimagdalena: 2018

MOZO, Francisco Gnecco. Lenine en las bananeras. In: *Magazín del Caribe*, 72. Bogotá, abril de 2019 (pp.7-8).

NERUDA, Pablo. La United Fruit Co. In: *Cantos Generales*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacuho, 1976. (p.237-9)

PAYARES, G. Carlos *Memorias de una epopeya*. Alcaldía municipal de Ciénaga: 2008.

PERNETT, Nicolás. García Márquez y la historia de Colombia. In: *El Malpensante*, n.152, mayo de 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

RAMIREZ, Clinton, *Las Manchas del Jaguar*. Santa Marta, Colombia: Litoguia, 2005

SAMUDIO, Álvaro Cepeda (1974). *La casa grande*. Barcelona. Plaza y Janés, 1974.

SOCARRAS, José Francisco. *Viento de Tropicó – Cuentos*. Bogotá: Ediciones Zulia, 1961.

VILORIA, Joaquín. *Empresarios del Caribe colombiano: Historia económica y empresarial del Magdalena Grande y del Bajo Magdalena, 1870-1930*. Banco de la República Luis Ángel Arango: 2015

WHITE, Judith. *Historia de una ignominia: la United Fruit Co. en Colombia*. Bogotá: Editorial Presencia, 1978.

VIAJE EN PEREGRINA A LA ZONA BANANERA DE SANTA MARTA

CLINTON RAMÍREZ C.¹

¹ Editor del Programa Editorial de la Universidad del Magdalena (Santa Marta, Colombia).
Correo: clinal14@hotmail.com

ISBN: 978-65-86901-55-9

187

INTRODUÇÃO²

Este artículo, suerte de ensayo y crónica, tiene el propósito elemental de visitar la historia de la llamada Zona Bananera de Santa Marta: una subregión inquietante, localizada, como indican los mapas y los vientos, al norte del departamento del Magdalena, en Colombia. Es un territorio muy conocido, entre muchas otras disculpas, porque ella fue escenario de la famosa Masacre de las Bananeras de 1928 y porque en un pueblo suyo, Aracataca, nació Gabriel García Márquez (1927), autor de la mítica novela *Cien años de soledad* (1967).

Es una visita de vuelta al pasado y de regreso al presente en víspera de los 90 años de la masacre de obreros. Visita, conviene precisar, a la manera en que los niños saltan los cuadros de la peregrina, juego muy practicado en esta conflictiva porción de tierra y cultura del Caribe colombiano. Comparte la simpleza y la complejidad de la peregrina en la medida en que avanzamos y volvemos a orear aspectos polémicos, ideologizados, como la conducción de la huelga, el papel del Estado y las elites bananeras en el desenlace fatal y las contribuciones reales de la United Fruit Company a la región.

Para el viaje en peregrina acudo a fuentes conocidas y recientes. Unas centradas en la historia de la subregión antes de que fuera la Zona Bananera. Otras interesadas en explicar el origen y desarrollo del conflicto bananero que concluyó en la masacre de diciembre de 1928. Otro grupo de textos dados a examinar los avatares de la región durante la Segunda Guerra Mundial y con el retiro posterior de la Compañía a mediados de la década de los sesenta del siglo anterior. El recorrido, a saltos, de casilla en

2 Este texto lo preparé en diciembre de 2016, en víspera de los 90 años de la huelga y masacre de las bananeras. La idea original era la de presentarlo en un acto académico en Ciénaga, en diciembre de 2018, además de publicarlo en un libro. El proyecto quedó en veremos, como decimos entre nosotros, sin que las razones vengan a cuento. Cinco años después me tomo el respiro de revisitarlo, de escribirle una especie de introducción y de eliminarle algunas líneas, todo esto sin la fuerza y el entusiasmo con que lo escribí y visité varios pueblos del municipio de Zona Bananera: Guacamayal, Sevilla, Orihueca, Guamachito, Tucurín y Río Frio, todos cercanos a mis afectos vitales. Espero conserve la frescura, la despreocupación con que me propuse escribirlo. Igual confío en que sea útil y le diga mucho, pero mucho a quienes poco o nada saben de la historia polémica de la vida bananera, en concreto de la unidad territorial y cultural donde esta palpita entre jardines, como imaginó un viejo poeta de Ciénaga: la Zona Bananera de Santa Marta: un territorio que pertenece por igual a los sueños de la imaginación y a las pesadillas de la historia. Ojalá guarde la sencilla complejidad de la peregrina: juego que todos saltamos y disfrutamos en la niñez.

casilla, de apartado en apartado, concluye con una mirada rápida a la historia inmediata de la alguna vez conocida Zona Bananera de Santa Marta: una existencia marcada por los signos de las más actuales violencias del país. Incluye esta visita – intelectual, física y lúdica – una revisión de fuentes literarias difíciles de eludir, pero igual interroga la memoria familiar y personal, como quiera que pasé mi infancia en fincas de la Zona Bananera y el andar de mi familia está vinculada a su historia.

El viaje, en víspera de un aniversario más de la huelga y masacre del 28, tiene un propósito menos explícito y circunstancial al de ser compartido en un acto académico en 2018. Lo anima el deseo de servir de posible mapa a quienes, alejados física, temporal y culturalmente de la historia y vida de la Zona Bananera, quieran entrar a ella, saltar al desgaire las muchas casillas de su eterna peregrina de tierra.

Quiera que este plan, oculto, pero no secreto, rinda beneficios cuando, algunos inquietos muchachos y muchachas, oriundos o no de la región, armados de mejores ánimos, intenten su propio viaje en peregrina y regresen de la indagación con otras visiones del tiempo de una parcela de la historia acaso inabarcable, que nunca se cansa de ser contada.

EL BANANO EN RÍO FRÍO

El banano es introducido en el Magdalena en la década de 1880, en Río Frío, un corregimiento de Ciénaga. Río Frío había sido un pequeño centro productor de tabaco y cacao, bienes que la *Compagnie Immobilière et Agricole de Colombie* exportaba a Europa. La producción y exportación de tabaco vivía, para entonces, un periodo de franco declive en un país sacudido por las eternas revueltas civiles.

La región poseía, antes de la instalación de esta firma, una cierta tradición agropecuaria, producto de varios proyectos de inmigración y poblamiento, fallidos la mayoría, algunos de ellos adelantados por las autoridades de la Colonia en el siglo XVIII. Estas, en el último tercio del siglo XVIII, lograron con cierto éxito poblar las selvas existentes entre Río Frío y la Fundación de San Carlos, plan de penetración que respondía a una política más amplia que pretendió conectar Ciénaga con Valledupar a través del “camino de la montaña”, la futura Zona Bananera. La resistencia y los ataques de los chimilas impidieron redondearlo en los tiempos previstos.

En la República, los gobiernos del país y la región practicaron, sobre todo en la segunda mitad del siglo XIX, la misma política de inmigración y poblamiento a fin de impulsar la agricultura y el comercio de exportación.

El comercio de Santa Marta, durante las primeras tres décadas de vida republicana, había cifrado su dinámica en la importación. Pero el movimiento del puerto y del comercio, si bien generaron fortunas particulares, poco aportaron al desarrollo de la ciudad (Elías, 2010, p 351). La pobreza en las calles era la nota dominante, como anotan varios viajeros. La alternativa en consecuencia, dada la escasez de agricultores y artesanos hábiles, fue la importación de extranjeros.

El empresario alemán Charles Hauer Simmonds, procedente de las Antillas, obtuvo, en 1857, una autorización para importar un centenar de alemanes de Hamburgo, que fueron distribuidos en distintas ocupaciones en Santa Marta y la villa de Ciénaga (Bermúdez, 2012, p. 144). Algunos de estos desertaron o decidieron volverse colonos por cuenta propia, según anotaciones de viajeros de este período. Todavía en 1870, debido al fracaso rotundo de varios de estos proyectos poblacionales, el Estado Soberano del Magdalena crea, en diciembre 21, la Sociedad de Inmigración y Fomento, en la que figuraron Manuel Julián de Mier, Manuel Vengoechea y el mismo C. H. Simmonds.

Ciénaga contaba, en víspera de la Independencia, con una población mayoritariamente indígena, de afectos realistas, que sería sacrificada el 10 de noviembre de 1820 en una batalla que selló la libertad de esta parte del litoral Caribe. Esta población vivía de la práctica del comercio con pueblos vecinos de la Ciénaga Grande y el río Magdalena. Su localización, además, la convirtió, ya en la República, en un sitio de obligado tránsito del comercio entre Honda, el río Magdalena y Santa Marta, siempre a través de las redes de caños de la Ciénaga

Grande (Bermúdez, p.150). En 1834, en respuesta a sus avances materiales y comerciales, el gobierno del general Santander la elevó a cabecera de cantón.

Elisée Reclus, que la visitó en 1855, camino a la Sierra Nevada de Santa Marta, subrayó el progreso percibido en Ciénaga y en la Fundación de San Carlos. Sin vacilación atribuyó la dinámica observada a la existencia de una economía agrícola en manos de una significativa presencia de colonos italianos. Estos, antiguos compañeros de luchas de José Garibaldi en el sur del continente, habían llegado a Santa Marta en 1848. Los genoveses Archile Sirtori, Blas Pezzotti y Gerónimo Costa, por ejemplo, operaron en Orihueca, Río Frío y en inmediaciones del río Cataca, respectivamente. En estas zonas cultivaron cacao, tabaco, caña y explotaron madera. Giacomo Costa Colón, hijo de Gerónimo Costa, adquirió parcelas y fundó la hacienda Cangrejal en 1857, en terrenos en los se formaría, décadas más tarde, la

población de Aracataca (Bermúdez, pp. 142-143). A estos pioneros habría que sumar, por estos años, a Jacobo Henríquez de Pool, la firma Symond Edwards y a Pedro Fergusson, asociados para sembrar tabaco en Orihueca y Cañabobal. Este tabaco, procesado en Ciénaga, tenía como destino Alemania (Henríquez, 2006, p. 189). Santa Cruz de Papare, para la misma época, producía caña de azúcar, miel, ron, además de cacao y tabaco, productos que exportaba, legal o ilegalmente, a las Antillas, expresamente a Curazao. La hacienda, a cinco kilómetros de Ciénaga, contaba con un pequeño puerto.

La élite samaria, enriquecida en el comercio exterior - legal e ilegal-, insiste, en la década de los ochenta, en el proyecto de llevar el ferrocarril hasta el río Magdalena y mejorar el puerto, infraestructuras esenciales en sus proyectos de expansión. Funda además una sociedad de agricultores. Los asociados han hecho cuentas y tienen contactos en el exterior. Quieren experimentar con un producto nuevo: el banano *Gros Michel*, cuyas semillas José Manuel González importa de Panamá, de Boca del Toro. Nace así la Lucía, en Rio Frío (Herrera Soto y Romero Castañeda, 1979), en tierras adquirida por González Bermúdez a Estanislao Silva (A. Correa, 1996, p.136), primera hacienda bananera de la región.

La élite samaria no solo quiere mantener una buena participación en el comercio exterior, liderado ahora por el puerto de Barranquilla, sino que le apuesta a un nuevo producto de exportación que gana terreno en los mercados de Estados Unidos. Las inversiones requeridas, sin embargo, superan las reales posibilidades de una élite sin mayores capitales, como quiera que parte de ella había migrado a Barranquilla, atraída por el liderazgo de su puerto.

EL ASOMO DE LA UNITED FRUIT COMPANY

La de Bermúdez y socios fue una empresa con visos heroicos. La sociedad, en medio de las dificultades de transporte y logística predecibles, de la incipiente organización, de la falta de redes de distribución en los Estados Unidos, logra contratar un vapor y exportar varios miles de racimos de bananos, aunque no con la frecuencia y el éxito esperados.

Esta aventura probó, sin embargo, que el Magdalena, en Ciénaga y sus corregimientos –en el valle del viejo camino de la montaña–, tenía un enorme potencial exportador para un nuevo producto con mercado seguro en los Estados Unidos.

Había tierra apta, agua disponible y un mercado en crecimiento, y tales condiciones pronto atrajeron a nuevos inversionistas, tantos nacionales como extranjeros. J. Sander, asentado en Nueva Orleans, adquirió en Río Fío cerca de 3500 hectáreas, incluyendo los predios de la Lucía. Sander, a su vez, según A. Correa, cedió sus tierras y el negocio, en 1892, a la Colombia Land Company, antecedente inmediato de la United Fruit Company (p.136). Minor Keith, interesado en expandir el negocio a Suramérica, manejaba los hilos detrás. Se hizo a la concesión del ferrocarril y se fundó la Compañía del Ferrocarril de Santa Marta. Serían los primeros pasos en grande del capital extranjero para ampliar la producción y las exportaciones de la fruta en la región de Santa Marta. Los envíos al exterior, sin embargo, apenas sí superaron los 500 mil racimos a mediados de la última década del siglo XIX (Meisel, 2004, p. 14). El negocio solo despegaría una vez concluyó la Guerra de los Mil Días.

Son fáciles de imaginar, puestas todas las fichas en el tablero, los palos y ruedas con los que tropezó el negocio en esta fase de actos heroicos. Los embarques eran lentos y corrían semanas entre uno y otro. Súmese, a esta dificultad logística, el ciclón de 1894, que destruyó la línea férrea y varios puentes. Estos hechos obligaron a exportar por el intratable mar de Ciénaga. Los vapores debían fondear lejos de la orilla por la bravura y llaneza del mar (Del Corral, 1992, pp. 55-56). La fruta sufría mucho al ser transportada en canoas y bongos hasta los vapores, anclados frente a las playas de la actual Costa Verde. El negocio, en una época de experimentos en la producción y exportación de una fruta perecedera, resintió además los efectos de las guerras de 1895 y los Mil Días (1889-1902). Esta última confrontación sería la más desastrosa para la imberbe economía bananera, ya que la Zona Bananera fue escenario de intensos combates en el último año del conflicto. Recuérdese que, en Neerlandia, finca bananera de Ciénaga, se firmó, el 24 de octubre de 1902, el tratado que puso fin a este conflicto entre liberales y conservadores.

En este ambiente de renovación, liderado por una élite emprendedora, pero sin el suficiente capital para desarrollar un negocio a gran escala, aparece la UFCO, empresa que el ubicuo Minor Keith fundó en Boston, en 1899, al asociarse con su competidor Andrew W. Preston y el transportador y comercializador de la fruta Lorenzo Dow Baker, quien había iniciado su negocio en Jamaica. Las tierras de Ciénaga ofrecían inmejorables condiciones. El puerto de Santa Marta, de aguas profundas y seguro, garantizaba atraque de barcos de gran tonelaje cerca del pequeño muelle: una infraestructura que la compañía del ferrocarril intervino. Solo a la llegada de la

UFCO, Santa Marta rompió con el aislamiento del mundo y la pobreza que caracterizaba a su sociedad desde el terremoto de 1834. Los cambios en su cuadrícula y su infraestructura serían inusitados y significativos en las primeras tres décadas del siglo XX.

LOS ESFUERZOS DE LA ÉLITE

Colombia, en víspera del arribo de la UFCO a Santa Marta, estaba dominada por una aristocracia de abogados, magistrados, preladados y filólogos. Las mujeres apenas sí podían heredar. En Santa Marta, la capital del Magdalena, el panorama tendía a reproducirse, sin filólogos, pero sí con buenos músicos.

Una élite de origen colonial vivía de la política, el comercio de tránsito, el contrabando y la navegación. Una porción de extranjeros audaces explotaba, asociados con nacionales o solos, los cultivos de caña de azúcar, cacao, café y tabaco. Los De Mier, con más de un siglo de residencia en Santa Marta, poseían cerca de veinte mil hectáreas de tierras, algunos miles de ellas dedicadas a la producción de caña, miel, ron y cacao, como sucedía en las haciendas San Pedro Alejandrino, en inmediaciones de Mamatoco, y Santa Cruz de Papare, entre los ríos Córdoba y Toribio, en Ciénaga.

El poder de la élite samaria estaba cimentado en la costumbre de los apellidos, la influencia política, las excelentes relaciones con la Iglesia y la posesión, legal o ilegal, de grandes extensiones de tierra. La mayoría de estas tierras, silvestres aún, las vendieron o arrendaron a la UFCO con títulos de última hora, producto de disputas legales eternas. Se trataba, como reseñan algunos viajeros extranjeros del siglo XIX, de una sociedad amable, de mujeres de grandes ojos negros y adictas a los bailes de salón (valeses y polcas), pertenecientes a familias con muchas tierras, pero arruinadas.

Casi dos décadas antes del primer embarque de banano, varios empresarios oriundos de Santa Marta (Abello, Obregón, Ujueta, entre otros), con capital para invertir, migraron a Barranquilla. Esta ciudad monopolizaba, desde la construcción del ferrocarril Barranquilla-Sabanilla, una parte sustancial del comercio exterior. El mismo Charles Simmonds, quien en 1872 instaló en Pueblo Viejo un aserradero a vapor en el que procesó maderas provenientes de la Fundación de San Carlos y acopiadas en Bocas de Cataca, migró a Barranquilla, luego a Perú y más tarde se estableció en Cali, donde fue asesinado en 1895 (Bermúdez, p.145). Poseía, en 1862 (Viloria, p. 25), la segunda fortuna de Santa Marta. En Ciénaga, eje de sus negocios

de siembra y exportación, poseía una factoría destinada al procesamiento de tabaco, en una edificación construida al norte de la futura Plaza del Centenario, inmueble que aún se conserva en ruinas.

Solo unas pocas familias –la todopoderosa De Mier, Alzamora, Echeverría, Vengoechea, González, Bermúdez, Munive, Salcedo- se mantuvieron en Santa Marta y la región. Algunas contaban con capitales para constituir nuevas empresas. Los extranjeros pudientes apenas pasaban de un dígito en la ciudad. Estos, sin embargo, como sucedía en el resto del país, influían en la vida económica y social de las regiones en donde residían. La influencia de los ingleses aún era notoria en este período, según han anotado los estudiosos (Deas, 1989, p. 162). Vivía aún el inglés Robert Joy, quien seguía, a sus sesenta y dos años, anotándose en las empresas de transportes y navegación promovidas en Santa Marta. Miembros de estas familias samarias unieron esfuerzos, todavía en 1881, para asociarse con el Estado Soberano del Magdalena. Crearon la

Compañía Colombiana de Vapores para cubrir el trayecto Santa Marta-Barranquilla a través de los caños de la Ciénaga Grande y del puerto de Ciénaga, población que se conectaba con Santa Marta por una vía concluida en 1846, aunque en regular estado. La empresa pretendió, sin ninguna dura, mantener vivo el comercio de tránsito entre el puerto marítimo de Santa Marta y el río Magdalena. Joy, por supuesto, figura en la lista de los socios de la empresa de navegación (Viloria, 2014, pp.36-37).

LA INFLUENCIA DEL BANANO

El banano, una vez establecida la UFCO en la región, pasó a ser uno de los principales productos de exportación del país después del café. Las exportaciones crecieron a tasas impresionantes a la vuelta de pocos años. Entre 1903 y 1911 crecieron en promedio cerca del 28.5%, según cálculos de Meisel (p.14).

La empresa, ciertamente, podía exportar más, pero con distintas estrategias mantenía el control de los volúmenes exportables y evitaba así caídas de los precios de la fruta en el mercado americano. Una de ellas consistía en adquirir más tierra de la necesaria y mantenerla ociosa, accionar que produjo un exceso de capacidad. Hacia 1930, la UFO explotaba una quinta parte de ellas, es decir, 12 mil de las 60 mil hectáreas adquiridas desde su instalación. En 1926, antes de la huelga mayor, exportó la cifra record de 10.9 millones de racimos.

El puerto de Santa Marta alcanzó en pocos años un dinamismo que pocos llegaron a presentir. La ciudad fue otra. Del marasmo la sacó "el atigrado racimo de banano que se comió míster Herbert en *Cien años de soledad*", subraya el samario Ramón Bacca en una graciosa crónica suya (2014, p.24).

"Jacarandosa silbaba 'La Papindó', la más vieja de las locomotoras, bautizada así en honor de las 'chicas' francesas que también habían llegado con el auge del banano" (p. 24). El embarque de banano en el puerto y el arribo o salida del tren le imponían un nuevo ritmo a la adormilada atmósfera samaria. Este silbido jacarandoso solo se vería cortado por la Segunda Guerra Mundial: un período de penurias y preocupaciones para la aristocracia bananera, como puede leerse en algunos cuentos del mismo Bacca, entre ellos "En la guerra no hay manzanas". La guerra impuso otro paisaje. Estados Unidos requirió los barcos de la Flota Blanca. En ellos remitía hombres y pertrechos a los frentes de guerra en Europa. Las familias pudientes sufrieron, a partir de 1942, una crisis doble, de efectivo y existencial. Los cheques, que la compañía giraba por el arrendamiento de las fincas o por el pago de la fruta, cesaron. Los contratos firmados con la empresa quedaron sin efectos debido a la guerra. Muchas familias, al intensificarse las hostilidades en Europa, abandonaron las casas de Bruselas, Londres, Bristol y París para regresar a Santa Marta y Ciénaga. Algunas fueron a vivir a Barranquilla, donde las razas le imponían al mundo otro orden, más abierto, menos conventual.

EL ESPLENDOR DE LOS VEINTE

El impacto del negocio verde se hizo sentir en el paisaje, la arquitectura, la infraestructura de Santa Marta, Ciénaga y Aracataca en las primeras décadas.

Santa Marta, en los veinte, construyó los teatros Universal, Variedades y Rex (Ospino, 2014, pp. 21-22) para presentar obras de teatro, operetas y proyectar películas de cine mudo. En 1915, en la calle de la Acequia con la actual Campo Serrano, se levantó el edificio Lacouture Zúñiga, cuya fachada está construida con ladrillos romanos importados de Noruega. Santa Marta, que cinco años antes de instalarse la UFCO, carecía de acueducto en la mayor parte de sus casas históricas, construyó acueducto y alcantarillado que pronto quedarían desbordados al crecer la ciudad debido al movimiento del puerto y el ferrocarril. Hacia el sur del casco urbano, en inmediaciones del río Manzanares, la compañía levantó una especie de

ciudadela alambrada para sus directivos: un modelo de arquitectura replicada, en menor escala, en Prado-Sevilla y San José de Aracataca, aún supervivientes. Son los famosos “gallineros electrificados” de los que se burla el narrador de *Cien años de soledad*.

La necesidad de albergar a los obreros del puerto y el ferrocarril y las exigencias locativas de un comercio creciente corrieron varias veces el borde urbano en menos de dos décadas.

La ciudad creció en tres direcciones. Los directivos de la UFCO construyeron la ciudadela El Prado fuera del perímetro, a dos kilómetros de la Avenida Colón, hoy Santa Rita. Hacia el norte, en inmediaciones del puerto, fue planeado y construido el barrio Norte, para atender las necesidades de habitación de los obreros. Finalmente, en los alrededores del viejo Camino de Mamatoco y San Pedro Alejandrino (Avenida Libertador), los potentados del banano edificaron lujosas casas quintas, estilo victoriano. La economía del banano impuso de esta manera a la capital del departamento tres ejes de crecimiento con lenguajes arquitectónicos diferenciados, a decir de Ospino Valiente. Viviendas funcionales para los obreros, quintas confortables para los productores locales y ciudadelas o barrios cerrados para los directivos de la UFCO y sus familias (2016, p.136).

Los problemas de hacinamiento y de salud pública, asociados a la fuerte migración producida por el banano, persistieron, pese al esfuerzo de los gobiernos seccional, municipal y nacional. La antigua Avenida Colón empezó igualmente a urbanizarse con hermosas casas quintas, muchas de las cuales se conservan en medio del comercio creciente. Alrededor de la Plaza de San Francisco fueron levantadas hermosas casas de dos pisos. Hacia el norte, entre la Iglesia San Francisco y las calles Cangrejales y Cangrejalesito, la ciudad se pobló de comercios, hoteles y bares de soporte a las actividades del puerto y el ferrocarril, como documenta Ospino.

Ciénaga no solo construyó en una década las mansiones y edificios de su centro histórico –El Teatro Barcelona, la Casa Morelli, el Palacio Azul, el Palacio de Gobierno, entre otros– (Henríquez, 2016, pp. 44-45). Su perímetro creció hacia el sur, sobre los playones de pelusa de salitre al otro lado de los patios de la estación del ferrocarril, como puede leer quien quiera en *La casa grande* (Cepeda, 1974, p. 83), una novela-estación indispensable para asomarse por dentro a la cotidianidad y los conflictos de la vida bananera de las grandes familias.

Aracataca creció hasta convertirse en municipio en 1912. Fue tanta la irrupción de obreros que, alrededor de la plaza del pueblo, las casas servían al mismo tiempo de albergue, comedor, cantina y tienda.

El agente comercial y político colombiano Pedro Peña, de visita en Aracataca en 1912, dejó un vivo testimonio sobre la presión demográfica de las peonadas que arribaban para ganar dinero y jugarse la vida al azar. “Por eso, todas las habitaciones son licorerías y fondas, o combinaciones de aquello y almacenes de diversos efectos de comercio”, escribió Peña (1913). Según su testimonio, en estos improvisados establecimientos quedaban, de sábado a lunes, de doce a quince mil dólares, producto del pago de jornales a los centenares de peones que trabajaban en las bananeras de Aracataca. Peña pasó una noche sin pegar los ojos al no encontrar un cuarto en donde descansar. Este hecho le permitió observar, en uno de los patios vecinos de la plaza, el desarrollo de una noche de cumbiamba interminable y pendenciera.

Este ambiente será recogido, años más tarde, por Gabriel García Márquez en *La hojarasca* (1955) en los siguientes términos:

En medio de aquel ventisquero, de aquella tempestad de caras desconocidas, de toldos en la vía pública, de hombres cambiándose de ropa en la calle, de mujeres sentadas en los baúles con los paraguas abiertos, y de mulas abandonadas, muriéndose de hambre en la cuadra del hotel, los primeros éramos los últimos; nosotros éramos los forasteros; los advenedizos (2011, p. 10).

El tren – la columna del negocio – , con la inyección de capital de la UFCO, adquirió después de treinta años de aplazamientos, de perezosas locomotoras, un desarrollo a la medida de las exigencias del negocio verde. En 1906, llegó a Fundación, un antiguo territorio agrícola y ganadero, el límite sur más extremo de la región bananera del Magdalena, ya que la UFCO se negó a extenderlo hasta el río Magdalena. Los apeaderos y case-ríos fueron apareciendo a lado y lado de la carrilera y los ramales. De 5 locomotoras, 6 vagones de pasajeros y 61 carros para transportar la fruta en 1900, el ferrocarril pasó a contar, en 1920, con 20 locomotoras, 17 vagones de pasajeros y 281 para carga.

El banano fue en realidad una peste, como dice el narrador de *Cien años de soledad*, y todo mundo quería ir y arribó a los pueblos de la Zona en busca de una oportunidad. Todo el mundo se sintió con derecho de tentar a la suerte en los viejos dominios del camino a la montaña.

La llegada del tren, en la famosa novela, Gabo la recrea de la siguiente manera: “Ahí viene –alcanzó a explicar (la lavandera del río)- un asunto espantoso como una cocina arrastrando un pueblo” (p. 225). Es el tan renombrado tren amarillo de Macondo, aparato que llevó al mítico pueblo

graciamarqueano, trasunto afectivo y dramático de la Zona Bananera, incertidumbres y evidencias, halagos y desventuras, cambios, calamidades y nostalgias.

EL PODER DEL ENCLAVE

La UFCO desarrolló su enclave bananero en la región de Santa Marta en menos de veinte años. El gobierno de Rafael Reyes le adjudicó miles de hectáreas de tierra baldía y amplió la concesión del ferrocarril. Las grandes inversiones requeridas por el negocio corrían por su cuenta. La UFCO controlaba el puerto, el transporte marítimo, el telégrafo, el ferrocarril, el riego, el crédito y el 50% de la producción y su mercadeo en distintas ciudades de los Estados Unidos. Todo este control fue desarrollado en cumplimiento de una cuidadosa, exitosa y consentida estrategia de integración vertical, iniciada por Minor Keith cuando adquirió tierras, la concesión del ferrocarril y el puerto. Esta estrategia evitaba o reducía el riesgo de producir y comercializar una fruta altamente perecedera (Bucheli, 2013, p. 10). Su organizada red de comisariatos en Santa Marta, Ciénaga, Sevilla, Aracataca y Fundación constituía otra forma de controlar los precios en la región bananera. Mediante la oferta de productos baratos, sobre todo en tiempo de inflación, evitaba presiones sobre los salarios, los costos de producción, el precio de pago de la fruta a los productores locales y el precio final en el mercado internacional. El efecto de los comisariatos sobre el comercio de la región, incluida la plaza de Barranquilla, proveedora del comercio de Ciénaga y la Zona, fue causa de un incubado malestar que obligó a los comerciantes a apoyar la huelga. Los productores de Santa Marta, Ciénaga y Aracataca, mediante la modalidad de contratos, estaban sujetos a sus inflexibles condiciones de negociación. Abogados y miembros de la aristocracia del Magdalena Grande trabajaban en las oficinas e intendencias de la UFCO. Aseguraba así, mediante este entramado de relaciones sociales y políticas, el acceso a los favores de los poderes político y judicial, siguiendo un modelo ensayado con éxito en Centroamérica. Su poder total y absoluto le valió el calificativo de la *Mamita Yunai*. Nada se movía sin su mirada celosa y a ello contribuyó la anuencia de los gobiernos conservadores de la Regeneración. A los productores independientes y rebeldes, como el general liberal Benjamín Herrera (Luna, 1960), le rechazaban la fruta en los ramales y en los alrededores del puerto de Santa Marta, bien porque no pasaba el control de calidad de sus inspectores o para no saturar el mercado en los Estados Unidos. Los productores nacionales

para acceder a créditos, riego y mercado debían atarse a férreos contratos de compra de la fruta. Aunque siempre se quejaron, personalmente o través de la Sociedad de Agricultores del Magdalena, nunca lograron mejoras en el precio de compra ni en las condiciones de negociación durante esta época. Ninguna empresa rival podía operar. Ni siquiera la Cuyamel penetró el mercado de la Zona, por mucho que algunos productores locales de Santa Marta y Ciénaga intentaron aliarse con ella, entre ellos el infatigable Juan B. Calderón, un influyente miembro del Partido Liberal.

La compañía acudía a los tribunales amigos para sacar a estas empresas de competencia. Alegó, en todo momento, la existencia de contratos de suministro firmados a su favor por los productores que buscaban vender la fruta a empresas rivales. Los más perjudicados eran, en una disputa asimétrica, los propietarios medianos y pequeños de Ciénaga y Aracataca, de orígenes sociales humildes y liberales en política, a diferencia de los grandes cultivadores samarios de apellidos españoles y conservadores, aliados incondicionales de la UFCO (LeGrand, 1989, pp. 194-195). Sus propiedades y dominios se extendían en todo Centro América y el Caribe. En la Zona Bananera del Magdalena llegó a tener bajo su propiedad miles de hectáreas improductivas para controlar el volumen de exportación y los precios al consumidor. La política de sostener bajos e invariables los precios finales le permitía llegar a las mesas de cientos de miles de familias urbanas de los Estados Unidos, país que vivió, a principios de la primera década del siglo XX, un intenso proceso de industrialización que atraía a miles de habitantes rurales y de inmigrantes europeos. Las campañas publicitarias, en el creciente mercado americano, fueron enfocadas hacia las familias obreras y urbanas con niños pequeños. Sobre las estrategias publicitarias de la UFCO en los Estados Unidos, anota Bucheli:

Las compañías importadoras intentaron aumentar aún más la demanda mediante la distribución de libros y panfletos que resaltaban los beneficios del banano. Su objetivo principal eran las amas de casa, a quienes les enseñaban recetas con banano, el valor nutricional de la fruta y las ventajas de utilizarlo como alimento para bebés, gracias a su textura (p. 29).

La UFCO generó en la región bananera una ola de inversiones impredecibles. Se produjo una inmigración sin precedentes en una zona de la región Caribe caracterizada por su aislamiento colonial. Semejante invasión de razas y lenguas, García Márquez la llamó "la hojarasca" en su novela homónima de 1955. La influencia de la UFCO creó, sin duda, oportunidades

de negocios y ensanchó notablemente un mercado pequeño, pero significó para los pequeños agricultores independientes, por ejemplo, la pérdida de espacios, la ruina o la sumisión. Solo los más grandes y previsivos pudieron rehacerse cuando, concluida la Segunda Guerra Mundial, fundaron compañías propias para comercializar lejos de la influencia de la UFCO.

Sobre el todopoder de la UFCO, LeGrand anota:

El capital que la United Fruit Company invirtió en la zona bananera y las conexiones de mercado que estableció, abrieron nuevas oportunidades para algunos colombianos. La zona fue inundada por trabajadores del puerto, del ferrocarril y del campo, por pequeños agricultores, comerciantes, tenderos y agricultores ansiosos de producir banano. En alguna forma esta gente se benefició de la presencia de la United Fruit Company por la valorización del terreno, por el crecimiento de una economía monetaria, y por nuevas posibilidades de empleo y mercado. Al mismo tiempo, el dominio de la United Fruit Company en la economía regional y su control de la vida política local frustró las ambiciones de muchos grupos (pp. 186-187).

TENSIONES Y CONFLICTOS

Estas transformaciones, ciertamente, trajeron también, debido al poder la UFCO, tensiones y huelgas que involucraron a obreros, sindicalistas, comerciantes, productores, colonos, políticos y periodistas, víctimas y adversarios de la poderosa empresa americana al estallar la huelga grande de 1928. Los campesinos y colonos, que no encontraban trabajo en las fincas, civilizaban en tierra de nadie. Venían civilizando la montaña desde antes de la llegada de la UFCO y el establecimiento de la agricultura comercial en la Zona. Este grupo fue de los primeros en sentir el poder de la UFCO. Sucedió igual con los productores locales en la medida en que estos ampliaban sus cultivos y construían canales de riegos. Su batallar contra la UFCO comenzó antes de 1910. En 1919, por ejemplo, los campesinos de Sevilla, comandados por Desiderio Daza, denunciaron ante el Ministerio de Industrias las presiones sobre sus parcelas realizadas por la UFCO y los productores locales. Estos alegaban, una vez los colonos civilizaban selvas y bosques, derechos sobre tales tierras. Los colonos finalmente eran expulsados sin recibir ningún tipo de compensación (Botero y Guzmán, 197, pp. 311-389). Sin tierras que cultivar, tomaban el camino de la proletarización o se marchaban a sitios más retirados de la montaña. Entre 1920 y 1929, la

UFCO expulsó de sus parcelas a 35 colonos, empleando incluso la fuerza de agentes a su servicio (LeGrand, 1983). La UFCO y los productores locales, a pesar de la vigilancia y las acciones de la Comisión de Baldíos, creada para la Zona Bananera en 1923, continuaron despojando a los colonos de tierras públicas en Orihueca, La Tal, Sevilla y Tucurinca, ignorando los derechos que sobre las mismas les otorgaban las leyes de colonización 161 de 1874 y 48 de 1882, instrumentos que la Nación diseñó e implementó para favorecer la colonización de baldíos en amplias zonas del país. Los comerciantes locales a su vez, primero los de Ciénaga y Zona Bananera y luego los de Barranquilla, sintieron el peso de la competencia comercial desde cuando la UFCO estableció su red de comisariatos, hacia 1916. Algunos productos básicos, como el arroz y el aceite, podían adquirirse a precios significativamente más bajos que los ofrecidos en el comercio local. En 1927, la Sociedad de Comercio de Ciénaga, encabezada por Sebastián Carbonó³ y Aristides Facholas, le solicitaron a la Superintendencia de la UFCO en Boston pago semanal para los obreros, la suspensión de los vales y la eliminación de los comisariatos. Boston remitió el asunto a Santa Marta con Thomas Bradshaw, quien ignoró la petición. Las diferencias de precios eran del 20% a favor de los productos de los comisariatos, según LeGrand. Antes de la Segunda Guerra Mundial, en Ciénaga, un kilo de arroz podía costar en un comisariato 30% menos. A finales de los cincuenta, camisas alemanas y artículos de aseo para hombres costaban 15% menos que artículos similares en los almacenes de Ciénaga. Los comisariatos vendían de manera preferencial a sus empleados, contratistas, obreros y productores locales. Sucedió igual en el comisariato de Prado Sevilla. Los vales constituían, sin ninguna duda, una limitación del efectivo y una restricción del comercio, como alegaban los comerciantes de Ciénaga.

La UFCO trajo crecimiento de la producción exportable, valorizó tierras y fomentó la aparición de pueblos al pie de la carrilera del tren. Las aristocracias de Ciénaga y Santa Marta vivieron, durante las primeras décadas del negocio, momentos de esplendor y derroche – la famosa bruselitis o brucelosis –. Sin embargo, el campesinado, los colonos y la masa de obreros y sus familias, al comenzar la década del veinte, vivían en condiciones difíciles. Había una población flotante de obreros, cerca de 10 mil, que apenas lograba engancharse una o dos veces a la semana los días de corte y

3 Carbonó, durante la huelga del 28, recaudó en persona entre los comerciantes amigos de Ciénaga el óbolo de apoyo para los huelguistas, como observa Carlos Payares (2008, p. p. 87-88)

embarque de la fruta. Los obreros seguían esperando el cumplimiento de las normas sobre salubridad, seguro colectivo, seguro de accidente y descanso dominical remunerado. El incumplimiento reiterado de estas normas corría no solo por cuenta de la UFCO, que producía directamente menos del 50% de la fruta en los años veinte, sino por parte de los productores nacionales que le vendían a aquélla. También los productores locales acudían a terceros para enganchar a los obreros y campesinos de la zona. Tales exigencias de los trabajadores, que venían figurando en las reclamaciones de los comités de obreros desde 1918, hicieron parte del pliego de peticiones presentado a la UFCO en octubre de 1928 y que la empresa desestimó al no reconocer personería jurídica a los delegados.

Los argumentos para rechazar el pliego y a los delegados eran muy simples. Ni los delegados ni a quienes representaban eran sus empleados. Esto sucedía porque, como se ha repetido sin cansancio, la UFCO contrataba a los obreros través de intermediarios o capataces. Así que, ante la ley, los obreros no eran sus obreros y, por ello, los abogados de la empresa rechazaron el pliego petitorio. Los abogados de la empresa – los decrepitos abogados de negros, los ilusionistas del derecho, como los denomina García Márquez en *Cien años de soledad* se encargaron de establecer que los obreros ni siquiera existían. “Las reclamaciones – se lee en la novela carecían de validez, simplemente porque la compañía bananera no tenía, ni había tenido nunca ni tendría jamás trabajadores a su servicio, sino que los reclutaba ocasionalmente y con carácter temporal” (2012, p. 299).

LA HUELGA

Las principales huelgas de la década del veinte fueron en su orden la de los trabajadores de la Tropical Oil Company en 1924, la de los trabajadores del Ferrocarril del Pacífico en 1926 y la de los trabajadores de la Tropical Oil Company en Barrancabermeja en 1927, orientada y dirigida esta última por Raúl Eduardo Mahecha, María Cano e Ignacio Torres Giraldo. Esta huelga, duramente reprimida, concluyó con el asesinato de media decena de huelguistas. La huelga de los trabajadores de la Zona Bananera del Magdalena fue, sin duda, la más importante debido a la masacre en la que desembocó y por sus repercusiones políticas.

La huelga estalló cuando la empresa se negó a negociar el pliego petitorio. Este había sido votado por la asamblea de los comités de obreros de la Zona Bananera agrupados en la Unión Sindical de Trabajadores del Magdalena (USTM). Los encargados de negociar con la UFCO fueron

los directivos Pedro M del Río, Erasmo Coronel y Nicanor Serrano. Habían sido escogidos en asamblea y ratificados por el comité ejecutivo de la USTM, fundada un año antes, en 1927, por José Russo: un cienaguero de ascendencia italiana y de claras trazas anarcosindicalistas. Detrás de los comisionados operaban Alberto Castrillón, Ignacio Torres Giraldo y Raúl Eduardo Mahecha, reconocidos dirigentes del Partido Socialista.

La influencia de estos reconocidos dirigentes políticos y sindicales jugaría un papel trascendental en la huelga. Su orientación movilizó a los obreros de la Zona, pero su notoriedad sirvió para que los enemigos de la huelga en el Magdalena le hicieran ver al gobierno de Abadía Méndez, en Bogotá, que detrás del movimiento había una conspiración bolchevique – comunista – que quería tomarse el poder. ¿Rumores, chismes, manipulación? Este argumento, repetido hasta la saciedad, condenó al parecer cualquier posible negociación. Se creó un clima tenso que condujo a la militarización de la Zona una vez el general Carlos Cortés Vargas fue nombrado primero como Jefe Civil y semanas más tarde Jefe Civil y Militar, investido de plenos poderes. Para testigos de la huelga y su desenlace, como el escritor y periodista liberal Gregorio Castañeda Aragón, mediante esta estratagema de manipulación, las reivindicaciones legales de los obreros fueron transformadas en un ataque contra el régimen. El asunto, debido a la participación de los dirigentes sindicales y miembros del naciente Partido Socialista en la huelga de Barrancabermeja, era muy sensible al interior de un gobierno desafecto a las protestas y reclamos laborales. En las movilizaciones de los trabajadores veían y quisieron hacer ver una conspiración contra el sistema y el modelo económico.

Había cerca de 25 mil obreros en los distintos pueblos y fincas de la Zona al estallar la Huelga, incluyendo Aracataca y Fundación. En la Plaza de la Estación de Ciénaga, donde hoy se erige un monumento en honor a los mártires, se concentraron, una vez la huelga fue votada, los obreros, sus familias y sus dirigentes en espera de una posible negociación con la gerencia de la UFC. Más o menos el 60% de estos 25 mil obreros y campesinos participaron del paro decretado el 12 de noviembre. Muchos obreros, los del distrito bananero de Río Frío, por ejemplo, fueron contrarios a la huelga. La entraron a apoyar, con el paso de los días, un tanto a regañadientes. En realidad, como se supo más tarde, los obreros no compartían todos los puntos del pliego. Estaban en contra de la eliminación de los vales y de los comisariatos, incluidos en el pliego por petición de los comerciantes de Barranquilla y Ciénaga, que veían en estas figuras una competencia desleal. ¿Por qué se concentraron en Ciénaga? ¿Estaba en los planes de los

dirigentes sindicales y políticos de la huelga marchar hacia Santa Marta? Se llegó a hablar, en los días de mayor radicalización del movimiento en los pueblos de la Zona, que Mahecha preparaba un ejército de 3 a 4 mil hombres, armados de machetes y fusiles, que marcharían a Santa Marta contra los dirigentes de la UFCO y los grandes productores, reacios a todo arreglo. Mito o realidad, manipulación o rumores, la huelga, nacida en las fincas de Aracataca, Guacamayal y Sevilla, para los primeros días de diciembre, trasladó las escenas de sus últimos actos a Ciénaga, a los playones de la Estación del Ferrocarril. Los cálculos más ecuanímenes indican que el 5 de diciembre, al momento del Gobierno declarar el Estado de Sitio en la provincia de Santa Marta y nombrar a Cortés Vargas Jefe Civil y Militar, había en la Estación de Ciénaga cerca de 4000 obreros, muchos de ellos acompañados por mujeres e hijos.

Esta huelga no fue el primer conflicto laboral serio en la Zona. En 1918 hubo un cese de trabajo en el que participaron obreros ferroviarios y portuarios dependientes de la compañía bostoniana. En 1924, igualmente, hubo otra huelga general en la que la empresa fue requerida a cumplir las leyes laborales, reconocer a los obreros y mejorar las condiciones de salubridad e higiene en los campamentos. En 1927, con el liderazgo de la USTM, y la asesoría de Ignacio Torres Girarlo y María Cano, los trabajadores estuvieron a punto de ir a paro. El famoso huracán de ese año, que en Sevilla tiró varios miles de hectáreas al suelo, evitó el paro.

El pliego de peticiones presentado en 1928 contaba de 9 puntos. Tres puntos exigían el cumplimiento de las leyes colombianas sobre el seguro colectivo y obligatorio, accidentes de trabajo y habitaciones higiénicas. Se exigía, además, aumento salarial del 50 por ciento, cesación de los comisariatos y de préstamos por vales, pago semanal, contratación colectiva y establecimiento de más hospitales.

César Riascos Cifuentes, productor de Ciénaga que asistió a dos reuniones con los delegados y la UFCO en Santa Marta, consideró, como consideraron muchos productores locales, que el alza de salario solicitada era insostenible. Los salarios pagados en las distintas áreas de la Zona – Río Frío, Orihueca, Sevilla, Aracataca, Fundación – eran diferenciales. Iban de 1,20 pesos en Río Frío a 2.00 en Fundación. Para estudiosos del tema, y críticos de la UFCO, como Catherine LeGrand, los salarios eran altos en comparación con los vigentes para otros trabajadores de la época. Riascos Cifuentes fue inflexible frente al punto del alza. Según el empresario bananero Armando Riascos Labarcés (Ciénaga, 1926 – Ciénaga, 2015), en entrevista concedida a Carlos Payares González (pp.275-309), su padre

fue quien promovió, en la primera reunión sostenida con los delegados, el salario diferencial por zonas de producción, pero estimó un desatino el alza del 50%.

Una de las reuniones de acercamiento entre delegados de los obreros, algunos productores bananeros y comisionados de la compañía tuvo lugar, el 19 de noviembre, en la sede de la gobernación de Magdalena. La reunión no condujo a ningún resultado conciliatorio. La reunión cumplió con el ritual de "llenarse de razones" para que a nadie sorprendieran las acciones militares en marcha. "Esta clase de reclamos no tienen otra solución que las bayonetas y la cárcel", expresó, según Castañeda Aragón, uno de los productores (1931, p. 20).

La estrategia dilatoria estaba en marcha. Se aceptaron, aparentemente, algunos puntos del pliego, pero no los más significativos para los huelguistas, que rechazaron los posibles avances al conocerlos en Ciénaga, y motivó, el 21 del mismo mes, el envío de un telegrama al Gobierno pidiéndole "autorizar concepto acerca de si los trabajadores de la United tenemos o no derecho a que las leyes de seguro colectivo, accidentes de trabajo y descanso dominical, nos cobijen (p.21).

El gobernador Núñez Roca, enterado del contenido el telegrama, apoyo con otro la petición de los huelguistas. "Creo que cualquier que sea la respuesta de su Excelencia, clara y precisa, determinará la normalidad. Urge que el gobierno diga la última palabra" (p.21). El gobierno guardó silencio. Dos días más tarde, el 23, en vista de que sus órdenes de garantizar el orden en la Zona, y el derecho a los obreros que desearan volver al trabajo, no eran cumplidas por el Jefe Militar Carlos Cortés Vargas, el gobernador puso otro telegrama al presidente, en el que advierte que la solución violenta de este asunto traería consecuencias dolorosas y provocaría un escándalo en todo el país" (p.22). Todavía el 26, el gobernador escribe otra vez a Abadía Méndez, poniéndole en conocimiento del nulo avance que el Jefe de la Oficina General del Ministerio de Industria en "su inteligencia" de promover un acuerdo entre patronos y obreros (p.22). El gobernador volvió a conferenciar con el gerente de la compañía. Todo intento de un arreglo de último momento chocó con una silenciosa barrera, ideada por los consultores de la empresa y los productores locales enemigos de la huelga. Estos últimos, según Castañeda Aragón, enviaban al Gobierno telegramas alarmantes. En Ciénaga, decían, donde se concentraba gran parte del movimiento, "se pronunciaban discursos a los obreros aconsejándoles el pillaje a los comisariatos yanquis..., en la Zona no se podía transitar sin pasaportes expedidos por los huelguistas, por lo que las autoridades de

Aracataca habían abandonado la población, etc." (p.22). El efecto no tardó en producirse. El 29 de noviembre el ministro de Gobierno le advierte al gobernador Núñez Roca de "la necesidad de que la huelga se denominará movimiento comunista (p.23). El 2 de diciembre, en un telegrama, el Jefe Militar declaraba incitador comunista a Pedro Barrios Bosch, redactor del *Diario del Córdoba*, de Ciénaga, propiedad de Julio Charris, comerciante y bananero amigo de la huelga (p.23). Todo, según la argumentación de Castañeda Aragón, estaba consumado. Cortés Vargas se cruzó de brazos, ajeno a las peticiones del gobernador, a la espera de ser investido como Jefe Militar, y así poder adelantar una acción de armas. Se aprestó, con sus hombres, a batir por el fuego a los amotinados (p.24). Su designación como Jefe Civil y Militar en la Zona tardó menos de tres días en ser oficializada.

El alcalde Fuentes Jiménez, al tanto de las maniobras de Cortés Vargas, percibió pronto la negativa de este de despejar a las multitudes congregadas en la Plaza de la Estación del Ferrocarril. La medida pretendía evitar posibles perjuicios contra ciudadanos por parte de los huelguistas. Había cerca de 4000 obreros, según el alcalde, atentos a las arengas de los dirigentes sindicales. La situación se tornaba delicadísima. Los obreros, reconoce, estaban dispuestos a todo con tal de hacer sentir sus exigencias y reivindicaciones. El 5 de diciembre, muy temprano, impidieron el servicio de expendio de carne en el mercado y controlaron toda entrada y salida del casco urbano de Ciénaga. Estas actuaciones seguían el curso esperado por Cortés Vargas. La conspiración, como observa Payares González siguiendo a Castañeda Aragón, estaba cumplida (2016, p.p. 31-32). En pocas horas sería el único poder en la región bananera de Santa Marta.

César Riascos, en la noche del 5 de diciembre, en Ciénaga, en la compañía de su cuñado Enrique González Guerrero, otro rico productor local, atestiguó la posesión de Carlos Cortés Vargas como Jefe Civil y Militar. Para Armando Riascos, quien al momento de la huelga contaba con dos años, los dirigentes obreros declararon enemigo del movimiento a su padre y luego procedieron a acusarlo del trágico final. Inventaron que envió un emisario a Pozos Colorados a detener el tren en el que venían a negociar con los obreros el gobernador Núñez Roca y el gerente de la UFCO, Thomas Bradshaw. "Eso es una calumnia, la mentira más grande... La línea férrea estaba en poder de los huelguistas... Era difícil moverse" (p. 283). Riascos Labarcés desmiente en concreto a Alberto Castrillón, quien, en la Estación del Ferrocarril, el 5 de diciembre en horas de la tarde, denunció

que Riascos Cifuentes envió un emisario a detener el tren. Gabriel Fonnegra (1980) estuvo en Ciénaga y la Zona en los años setenta en plan de recoger testimonios sobre la huelga. En su libro escribió que Riascos Cifuentes, Camilo Barreneche y algunos soldados interceptaron, a eso de la una de la tarde, el tren en el que Núñez Roca se dirigía a Ciénaga. Riascos le informó al gobernador que los obreros, amotinados en Ciénaga y armados con fusiles, esperaban su arribo para matarlo. Según le dijeron a Fonnegra – “según dicen” –, Núñez Roca decide abortar el viaje.

La familia Riascos viajó a Bruselas en 1929. La de González Guerrero se radicó en Santa Marta, en donde este hizo una exitosa vida pública y empresarial. La vida de estos hombres y familias, como la de otros productores cienagueros – Atilio Correa, Ramón García, Francisco Elías, Eduardo Noguera–, no fue fácil por estos meses críticos de la historia de Ciénaga. Las amenazas de los obreros fueron constantes durante la huelga y los meses siguientes. Los consejos de guerra seguidos a los dirigentes y simpatizantes del reprimido movimiento aumentaban las fricciones. En las esquinas del centro de Ciénaga se vivían momentos de silenciosa tensión. Los bananeros locales solo quisieron, en opinión de Riascos Labarcés, un arreglo rápido. Dependían de las exportaciones para mantener las fincas y pagar a los contratistas que engancharon al personal. Los productores defendían sus intereses económicos. A ellos los arruinaba el prolongado cese de actividades. Las exportaciones de ese año alcanzaron, pese a la huelga y la masacre, 10.2 millones de racimos, 1.6 millones de racimos más que 1927, año del huracán que tumbó varios millones de matas de guineo en Sevilla.

CORTÉS VARGAS Y LA MASACRE

Carlos Cortés Vargas, trasladado a la Zona como jefe militar el 13 de noviembre, un día después de votada la huelga, mostró, según sus críticos, una conducta de intransigencia frente al movimiento y sus líderes.

Aunque en su libro – *Los sucesos de las bananeras* –, publicado unos años más tarde, intentó justificar su proceder en el Magdalena, todo apunta a que él fue una de las piezas maestras de la Masacre de las Bananeras.

Su designación fue preparada en Bogotá y Santa Marta y contó con la anuencia de la embajada de Estados Unidos. Se hizo con un propósito específico: destruir a sangre y fuego a los líderes del movimiento y reprimir las exigencias legales de los trabajadores bananeros.

Este es el sentir del escritor y periodista samario Gregorio Castañeda Aragón, quien, en 1931, viviendo en Barcelona, escribió un folleto en el que pone al descubierto, en su sentir y entender, las maquinaciones efectuadas en Santa Marta y Bogotá para aplastar la huelga de 1928.

El clima laboral, como reconocen los estudiosos de este capítulo aún abierto de la historia colombiana, se volvió mucho más tenso. La UFCO recurrió a trabajadores desafectos a la huelga y los enganchó, a través de contratistas, para que cortaran la fruta y cargaran los trenes. Los huelguistas, como respuestas, realizaron mítines permanentes, bloqueos a la vía ferroviaria y saboteos a las líneas telegráficas. Sus mujeres, como se demostró después, o ellas mismas declararon, se encargaban de picar la fruta en los ramales y estaciones de embarque. Hubo detenciones, realizadas por el propio Cortés Vargas. Todo indica que el general jugó, siguiendo instrucciones del ministro de Guerra, Ignacio Rengifo, y de algunos dirigentes bananeros, a que el clima empeorara y los obreros radicalizaran sus acciones para lograr de esta manera que Abadía Méndez decretara el Estado de Sitio, como en efecto sucedió en la tarde noche del 5 de diciembre.

En la madrugada del 6, Cortés Vargas, ya posesionado como Jefe Civil y Militar, hizo presencia en la Plaza de la Estación de Ciénaga. Marchó del cuartel a la estación al frente de unos 400 hombres. Informó a los huelguistas, a través de un subalterno, que la Zona se declaraba bajo Estado de Sitio. El subalterno ordenó a los manifestantes dispersarse en el término de cinco minutos. Los trabajadores, en lugar de dispersarse, procedieron a abuchearlo y lanzar consignas contra el imperialismo: “¡Abajo el imperialismo yanky!” y “¡Viva Colombia Libre!”. El propio Cortés, vencido el plazo estipulado de un minuto adicional, dio la orden de abrir fuego.

El episodio, recreado cinematográficamente en *Cien años de Soledad* y citado en muchos libros sobre el hecho sangriento, es bastante conocido:

José Arcadio Segundo, sudando hielo, se bajó al niño de los hombros y se lo entregó a la mujer. “Estos cabrones son capaces de disparar”, murmuró ella. José Arcadio Segundo no tuvo tiempo de hablar, porque al instante reconoció la voz ronca del coronel Gavilán haciéndoles eco con un grito a las palabras de la mujer. Embriagado por la tensión, por la maravillosa profundidad del silencio y, además, convencido de que nada haría mover a aquella muchedumbre pasmada por la fascinación de la muerte, José Arcadio Segundo se empinó por encima de las cabezas que tenía enfrente, y por primera vez levantó la voz.

— ¡Cabrones! —gritó—. Les regalamos el minuto que falta.”
(p.303)

Los nidos de ametralladoras de la novela empezaron, entonces, a escupir balas sobre la muchedumbre, propiciando una danza macabra que apenas sí les dio tiempo de tirarse al suelo.

Las cifras oficiales, reportadas al día siguiente, hablaron de 13 muertos y 19 heridos. Los médicos encargados de hacer el levantamiento de los cadáveres en Ciénaga, los doctores Manuel J. Del Castillo y Anselmo Martínez, siempre hablaron de 9 muertos. Los más enterados del hecho afirmaron que Cortés Vargas ordenó el alto al fuego apenas empezaron a disparar sus hombres. Para otros, los soldados dispararon de pie y al aire. Esto explica el número reducido de víctimas mortales en la Estación del Ferrocarril. Hubo 29 muertos más en los enfrentamientos sostenidos en Prado Sevilla entre los huelguistas comandados por Erasmo Coronel y miembros de la Policía y los celadores y gringos atrincherados en sus galineros electrificados. Riascos Labarcés aseguró, en la misma entrevista a Payares, que los muertos pudieron llegar al centenar, porque muchos delinquentes, que aprovecharon la huelga para saquear los comisariatos y las fincas, fueron abatidos en distintos puntos de la Zona. Las cifras de 1000 o 3000 muertos hacen parte de la fantasía, la desinformación y la magia de García Márquez (p.293-295). Gaitán, en opinión de Riascos Labarcés, exageró las cifras presentadas a la Cámara y utilizó la masacre, que la hubo, para ascender políticamente.

Para Riascos Labarcés, Gaitán exageró los hechos en sus intervenciones de septiembre de 1929. Nunca hubo las tales fosas comunes denunciadas. Ni en predios de La Floresta, ni de Sevillano — pertenecientes a su padre —, ni en ninguna otra parte de Ciénaga. Algún periódico de la época, adversario del Gobierno, cifró en 1000 los muertos. Hasta el embajador de Estados Unidos reportó una cifra similar. García Márquez, en la citada novela, habló de 3000 muertos, un número inverosímil, propio de su estilo hiperbólico, pero que muchos historiadores asumieron como reales. En charla sostenida con Armando Riascos y Jaime García Márquez, en El Rodadero, en los últimos años del siglo XX, García Márquez fue enfático al decirle a Riascos que *Cien años de Soledad* era una novela, no un libro de historia. “Esas fueron sus palabras... Pero como puso tres mil (muertos), todo el mundo cree que fueron tres mil” (p. 294).

REACCIONES SOBRE LA HUELGA Y LA MASACRE

Durante la huelga y la masacre el autoritarismo campeó. Los obreros y sus dirigentes fueron perseguidos. Muchos de ellos y sus simpatizantes resultaron condenados, en sumarios consejos verbales de guerra, a pagar hasta 25 años de cárcel, medidas que luego serían revocadas. Víctor Manuel Fuentes, el alcalde de Ciénaga, acusado también por Cortés Vargas de ser cómplice de los huelguistas, huyó para escapar de los consejos de guerra de 1929. Finalmente, un juzgado de Santa Marta revocó, en mayo del mismo año, la orden de captura emitida contra él. Escribió un informe al gobernador en donde relata los hechos centrales de la huelga y sus actuaciones. Su testimonio ayuda a comprender la atmósfera reinante los días previos a la huelga y los días que siguieron al sangriento episodio. Para sus críticos, sin embargo, simpatizó con la huelga por sus nexos con el comercio de Barranquilla.

¿Qué postura adoptó la élite de Santa Marta frente a la masacre? En septiembre de 1929, con motivo de los debates que Jorge Eliécer Gaitán promovió en la Cámara de Representantes, ilustres hombres de la clase dirigente del departamento reaccionaron indignados.

Gaitán acusó a los productores liberales Enrique González y César Riascos de ser responsables de la masacre. González denunció el oportunismo de Gaitán, su falta de rigor y sus ambiciones políticas. Asumió la defensa de su cuñado Riascos, que para entonces vivía en Bélgica con su familia.

Cuenta Armando Riascos que, años después, cuando hacía campaña en el Magdalena y la Zona, Gaitán le pidió a César Riascos apoyo político y dinero. "Mi papá lo ayudó económicamente (p. 295). Sus familiares e hijos le reprocharon el gesto, pero Riascos Cifuentes apoyó a Gaitán, hombre combativo como él y por quien sentía simpatía.

Enrique González, al enterarse por la prensa de las acusaciones de Gaitán, escribió sendos telegramas a Carlos Cortés Vargas. El primero, fechado el 9 de septiembre, califica de folletinesca la relación de sucesos sobre las bananeras expuesta por el político liberal. En el segundo, de la misma fecha, lamenta que hombre de la inteligencia de Gaitán haya acogido, en sus investigaciones en Ciénaga, especies calumniosas, pues todo es fantástico. En un tercer telegrama, esta vez dirigido a Presidente de la Cámara de Representantes, González Guerrero moteja las intervenciones de Gaitán de fantástica relación de sucesos de un individuo ambicioso de celebridad y aplausos baratos. El 10 de septiembre, el obispo Joaquín

García Benítez dirigió un telegrama al Secretario del Ministro de Guerra. El obispo se admira de que los hechos tan horrendos denunciados por Gaitán hayan sido cometidos sin que la ciudadanía honrada los hubiera repudiado. Un último telegrama, suscrito también en Santa Marta por varios exmandatarios departamentales, da el tono de la postura de la élite samaria frente a los hechos:

Santa Marta, septiembre 11 de 1929

Señor Ministro de Guerra, Bogotá.

Hanos extrañado concepto temerarios depresivos lanzados en Cámara de Representantes contra personajes, jefes, oficiales, tropa, con motivo de última huelga región bananera.

Mientras no demuéstrese verdad cargos por medios legales, consignamos nuestra protesta por labor denigratoria que referíamos y sin temor afirmamos que sin intervención ejército en esta región, la anarquía habría sido la inevitable consecuencia.

Firman, entre otros, Florentino Goenaga, Juan B. Cormane, Lázaro Riascos C., Joaquín Campo Serrano, todos exgobernadores del Magdalena. En el Magdalena, para ellos, solo hubo una huelga y la intervención del ejército estuvo plenamente justificada (Payares, pp. 43- 45)

UN BAILE DE CARNAVAL

Ya en febrero de 1929, menos de tres meses después – de *los hechos*, de *la huelga*, de *los sucesos*–, se organizó en Santa Marta un baile de Carnaval en homenaje al General Carlos Cortés Vargas. A este evento social asistieron Thomas Bradshaw, gerente de la UFC, y los más selectos caballeros y damas de la sociedad bananera de Santa Marta y Ciénaga.

El escritor Ramón Illán Bacca, en 1978, con motivo de los cincuenta años de la masacre, publicó el cuento “Si no fuera por la Zona Caramba...”, texto en el que recrea, en su peculiar estilo sutil y sarcástico, el baile ofrecido a Cortés Vargas. Hasta el obispo asiste – en cuerpo y alma – al evento, si hemos de creerle a la escritura puntillosa de Bacca.

Desde el canapé Germania dijo algo sobre la gente provinciana, de modales bruscos y falta de clase.

Las escaramuzas fueron interrumpidas por la llegada del obispo. Los invitados se agolparon a su alrededor para

besarle el anillo. Cuando le tocó el turno a Enrique Olmos y se inclinó, el prelado le dijo:

—Veo que la luz se está haciendo en su mente, espero que también en su corazón.

En el cuento de Bacca, Aquiles Olmos, sobrino del dueño del periódico, no oculta su sorpresa al recibir la invitación al baile. Para el joven Olmos los organizadores están locos: "¿Cómo se les ocurre hacerle un homenaje a un carnicero de éstos?". Su tío, en cambio, dueño del único periódico de oposición, le recuerda que los tiempos han cambiado, que cuando apoyaron la huelga a los comerciantes les interesaba la desaparición de los comisariatos. "Recuerda", le dirá, "que lo que nos da de vivir es el almacén, no el periódico".

El relato de Bacca saca a relucir cierta pugna al interior de la clase dominante en Santa Marta frente a la huelga y su desenlace fatal. Según la socialidad del texto —las miradas y visiones enfrentadas resulta inobjetable el real propósito de los comerciantes que apoyaron la huelga.

El interés de los comerciantes pareciera confirmar la sospecha de Riascos Labarcés y de muchos otros dirigentes. Para estos el movimiento creció tanto porque fue sostenido por el comercio mayorista de Barranquilla, enemigo declarado de los comisariatos y los vales. El comercio mayorista financió la huelga con comida, pero cuando esta se tornó violenta, puntualiza Riascos Labarcés, los comerciantes le 'cortaron el chorro' (p. 289). Según Riascos Labarcés, el comercio de Barranquilla y Ciénaga se asustó cuando grupos de huelguistas empezaron el asalto de los comisariatos. Temieron igual por la suerte de sus tiendas y depósitos en Ciénaga y la Zona.

La huelga simplemente, según la anterior postura, se les salió de las manos a los comerciantes y a los dirigentes del Partido Socialista. Los obreros carecían de formación política. Pretendían solo algunas reivindicaciones. Una parte importante de ellos ni siquiera estaba de acuerdo con la huelga. La huelga degeneró en asaltos y pillajes. Los celadores de los comisariatos reaccionaron ante los asaltos. Los cálculos finales de los dirigentes salieron mal. La UFCO no negoció. El Gobierno, en manos suyas la suerte del conflicto, resolvió a plomo, con persecuciones y juicios verbales el movimiento de 1928.

Los obreros y muchos otros hombres — asaltantes de los comisariatos, en la versión de Riascos Labarcés — pagaron con sus vidas este juego de pulsos que tuvo como escenario trágico la Plaza de la Estación de

Ciénaga, Prado Sevilla y varios pueblos de la Zona Bananera del Magdalena a lo ancho y largo de las vías del tren.

TESTIMONIOS FAMILIARES

Clinton Racines Vargas (Ciénaga, 1919 – Barranquilla, 1992) tenía nueve años al momento de la masacre. Vivía con su familia en Ciénaga, en la calle de las Carreras con calle 17, a escasos dos cuadras de la Estación del Ferrocarril y a tres del Cuartel, que operó en donde en los cuarenta fue construido el Hotel Tobiexe, hoy sede del INFOTEP. Sus hermanas menores aún viven en la misma casa de esquina. Vivió de cerca los hechos. Una década más tarde comenzó a trabajar en fincas bananeras como asistente de administrador. Llegó a ser a los pocos años *Spray Master* y chief Clark (administrador) de La Agustina, La Gabriela, Macondo, Montería, La Esperanza, La Libertad y La Paulina en los años posteriores a la Segunda Guerra Mundial. Siempre fue un liberal bien rojo de la cabeza a los pies. Vivió casi toda su vida metido en fincas de la Zona Bananera de Santa Marta, a sol, lluvia y huracanes, y más tarde, a principios de los setenta, luego del retiro de la UFCO (1965), marchó a la Zona de Urabá, donde administró la finca Cincinnati. Regresó a Ciénaga en 1974 para administrar, en los siguientes cuatro años, fincas de los Riascos Labarcés y de Manuel Vives Henríquez.

Armando Ramírez (Rio Frío 1936), a quien Clinton Racines crió, entró a trabajar en la UFCO en octubre de 1950 como aguador de La Gabriela. Fue más tarde *sopletero* (fumigador) y capataz de cuadrilla bajo el mando de Clinton Raciones, el *Spray Master*, jefe y responsable del control sanitario de la finca. En 1953-54 pasó a ser dependiente del Comisariato de Sevilla. Debía desplazarse, además, a los otros comisariatos de la Zona a realizar inventarios. Entre 1954 y 1957, ya en la División de Sanidad Vegetal, ocupó diversos cargos, entre ellos el de *time-keeper* (*planillador*) y supervisor de cargue del banano en los trenes. Los viernes, cuando llegaba el tren de pagos, debía realizar labores de coordinación y supervisión de las décadas o quincenas adeudas a los obreros y personal de la compañía. Este último año, en el tercer trimestre, salió rumbo a Venezuela, a Macuto, cerca de La Guaira, de donde regresó en diciembre, en víspera del golpe a Pérez Jiménez. Volvió a Venezuela en 1958, en marzo, para trabajar en el departamento de nómina del hospital José María Vargas de La Guaira.

Ellos, mi abuelo y mi papá, cuando tocábamos el tema de la huelga y la masacre, consideraron que la huelga fue un error y que los obreros fueron

manipulados por Mahecha y otros dirigentes sindicales. Clinton Racines murió convencido de ello. Armando Ramírez vive en Charlotte (USA), tiene 80 años y mantiene su posición. Según mi abuelo, los dirigentes corrieron a salvar el pellejo cuando supieron que Cortés Vargas les iba a echar bala. Son sus palabras. Los muertos los pusieron los obreros. En 1978, cuando se instaló en la Estación de Ciénaga, en la Plaza de los Mártires, la escultura de Rodrigo Arenas Betancur que conmemoró los 50 años de la masacre, a mi pregunta de cuántos fueron los muertos, nunca los negó, ni los redujo a 29 o a 47. Fueron muchos, afirmó. Nunca, sin embargo, aventuró un número superior a los ochenta o noventa. Hacía sus cuentas. Para él hubo masacre y persecuciones. “Los godos”, se le escapaba a ratos, “mandaban los godos”. Todo acabó a sangre y fuego, me explicó otro día, en la casa de la avenida San Cristóbal, en Ciénaga: Esa fue la orden. ¿Orden de quién o quiénes? Cortés Vargas no actuó solo. Después de ser destituido en 1929, a raíz de los hechos luctuosos del 8 de junio en Bogotá, siendo entonces Director General de la Policía Nacional, se quejó en varias oportunidades de defender él solo su intervención en la Zona durante la huelga y la masacre. Armando Ramírez, hombre de ideas ortodoxas, piensa, a la distancia del país y de los hechos, que los dirigentes de la huelga fueron demasiado alegres cuando pensaron que una disputa sindical podía transformarse en una revolución en dos o tres días.

La UFCO, sin embargo, continuó sus operaciones en la Zona, a pesar de las acusaciones de la izquierda, de las condenas de los liberales y de las exigencias de reivindicaciones de los sindicatos, que en 1934 promovieron otra huelga bananera.

Los gobiernos siguientes – Olaya Herrera, López Pumarejo – no fueron tan severos con la UFCO, como esperaron los críticos más radicales. El más dubitativo de todos fue el de Olaya. Nombró un ministro de Industrias a la medida de los intereses americanos y la empresa bostoniana. La administración de López Pumarejo, al menos, denunció las sumas de dinero que la UFCO pagó a abogados y políticos colombianos para lograr favores gubernamentales. Las investigaciones concluyeron en la fuga, vía Panamá, del gerente de entonces (Díaz Callejas, 2005), Mr. Bennet.

A Eduardo Santos le tocó, en cambio, idear un plan de obras públicas y de embellecimiento para el Magdalena, en especial Santa Marta, Ciénaga y la Zona Bananera. Pretendió de esta forma generar los puestos de trabajo que se perdieron en las fincas, en el ferrocarril y en el puerto una vez la UFCO suspendió actividades en 1942, año en que Estados Unidos entró a la Segunda Guerra Mundial.

REGRESO Y SALIDA DE LA COMPAÑÍA

La UFCO regresaría en 1947, pero solo a partir de 1952 la producción exportable comenzó su recuperación. El entorno político, económico y social cambió en pocos años. La compañía decidió concentrarse en la comercialización y la asistencia técnica y paulatinamente les cedió el protagonismo a los productores locales de Ciénaga y Santa Marta mientras, a sottovoce, preparaba el traslado – huida, en el idioma de sus críticos – hacia la futura Zona Bananera de Urabá, que ofrecía suelos más fértiles y mejores condiciones climáticas. Los productores locales, con sus recientes empresas, apenas si estaban preparados para afrontar, en un escenario político poco favorable, los cambios técnicos y económicos que el mercado de banano imponía en Ecuador y Centroamérica. Otra vez, como al principio del negocio a fines del siglo XIX, la falta de capitales y de influencia política decisiva conspiró contra los deseos de renovar el negocio y seguir por cuenta propia en un mercado mucho más sofisticado y competitivo con la entrada de un jugador fuerte como Ecuador.

Las fincas de la menguada Zona tardaron varios años en introducir variedades más productivas y resistentes a las enfermedades (*Cavendish*), en construir la infraestructura de cableado para sacar el guineo de los lotes, en diseñar y levantar empacadoras y preparar el personal operativo. Solos los medianos y grandes productores pudieron hacerlos. Los cambios fueron realizados, sin embargo, en un mercado donde los precios eran impuestos por competidores que operaban en mejores condiciones, incluso climáticas. Los huracanes, además, siguieron haciendo irrupciones en las fincas de la Zona, siempre expuestas a los caprichos de los alisios. Resulta comprensible, en este escenario, la relevancia de Urabá en variables como área sembrada, productividad y volumen exportado. Ventajas que mantiene a pesar de las catástrofes políticas y sociales vividas a partir de tres últimas décadas. A finales del siglo, todavía respondía por el 70% de la producción exportable del país, mientras que la nueva Zona Bananera de Santa Marta, extendida a La Guajira, aportaba entre el 28 y 30% de este comercio (Bonet, 2002, p.76).

LA CASA GRANDE Y LA HUELGA

Cepeda Samudio, conocedor de la huelga y sus razones más íntimas, recrea en *La casa grande* (pp. 96-97) una conversación entre dos de los organizadores del movimiento.

Uno de los agitadores, como fueron llamados los organizadores de la huelga, decide marcharse. Sabe que hay orden de acabar a tiros el paro. Su interlocutor intenta disuadirlo. Este le recuerda que ellos metieron al pueblo en el asunto y que deben mantenerse a su lado. Expresa, asimismo, su escepticismo sobre la orden de acabar a plomo la huelga. Alega que son muchos los huelguistas en la Estación y que el General no se atreverá a hacerlo. El otro, más enterado, acredita sus años de experiencias en la organización de huelgas. Dispararán. Es la razón por la que han llegado más tropas procedentes de Barranquilla. Él ya cumplió con armar la huelga para los comerciantes, que pagaron porque querían eliminar los comisariatos. Les deja a ellos, a los comerciantes, el desafío de afrontar las consecuencias. Cito las líneas finales del diálogo sostenido entre los dos anónimos personajes, breve y preciso, al más puro estilo Cepeda:

- Usted no puede irse.
- Yo terminé ya: lo demás es cosa de ellos.
- Ellos ya no cuentan; ahora tenemos que proteger al pueblo. Ellos dieron la plata porque querían acabar con los comisariatos: usted lo sabe perfectamente.
- Sí, pero no es cosa mía.
- Claro que es cosa nuestra. Nosotros metimos al pueblo en esto: A ellos solamente les interesa quitarse la competencia de los comisariatos de encima.
- De todas maneras, el pueblo va a salir ganando.
- Ganando qué: ¿muertos? A mí me trajeron para organizar una huelga, no para proteger a nadie. Como se lo digo: aquí van a echar bala y yo me voy esta noche.

Una cita literaria no tiene la fuerza de un documento histórico. Sin embargo, el asunto citado, aporta información sobre el interior del movimiento y una de las motivaciones o razones de la huelga.

Cepeda Samudio vivió su infancia en Ciénaga en los años siguientes a la huelga y masacre. Tuvo oportunidad de conocer y tratar de cerca a muchos de los implicados en el desenlace fatal de la huelga. Los cuentos, crónicas y artículos suyos de tema bananero denuncian a un crítico de los potentados y de la aristocracia bananera – “la raza donde se apoyaron los fusiles” (p.59) – con quienes mantuvo cordiales relaciones toda la vida.

El fragmento citado llama la atención sobre la influencia y real participación de los comerciantes en la huelga. Esta huelga, a diferencia de las anteriores, fue más grande que otras por el apoyo del comercio, que aprovechó el malestar de obreros, colonos y propietarios locales de

Ciénaga y Aracataca para imponer sus intereses. Igual los pequeños cultivadores hicieron causa con los obreros y de alguna manera impulsaron el movimiento en la medida en que el accionar de la UFCO bloqueaba sus intenciones de independizarse.

Armando Riascos Labarcés, amigo de infancia y de la vida de Cepeda, siempre sostuvo en medios académicos, ante la BBC de Londres y en la extensa entrevista concedida a Carlos Payares González que la huelga fue, en el fondo, “una guerra de los tenderos”. Suena prepotente, a desparpajo cienaguero, a rumor de esquina placera, pero es una línea que vale la pena examinar a fondo. El poderoso comercio de Barranquilla, dominado por alemaneses y judíos sefarditas, tenía razones de sobra para apoyar la huelga. Sus socios y agentes comerciales en Ciénaga y la Zona sufrían la competencia de los comisariatos de la UFCO y muchos estaban endeudados con ellos. La intervención del comercio local, que igual explotaba a los obreros al descontarle los vales a tasas del 30 y 40 por ciento, para nada invalida la lucha de los obreros, la justicia de sus reclamaciones, ni borra las actuaciones de la UFCO, de los grandes productores y el gobierno conservador.

El diálogo transcrito de la novela de Cepeda pone, además de subrayar la participación del comercio en el conflicto, un asterisco a la dirigencia sindical. ¿Hubo entre los dirigentes de la huelga visiones distintas sobre los reales motivos y alcances del movimiento? El instinto poético y político de Cepeda se limita a develarlo o sugerirlo en la realidad verbal de *La casa grande*. Nunca su texto, en cambio, duda sobre el poder opresor y corrupto de la compañía extranjera, ni sobre la responsabilidad que le cupo a la raza donde se apoyaron los fusiles.

El examen histórico sobre el papel de la dirigencia en la huelga revela que, al interior del Partido Socialista Revolucionario en formación, nunca hubo una postura monolítica sobre la huelga. Tomás Uribe Márquez e Ignacio Torres Giraldo, por ejemplo, guardaron distancia. Les preocupó que la falta de experiencia política de los obreros concluyera en salidas anarquistas que dieran pie a una salida militar. La huelga de Barrancabermeja de 1927 contra la Tropical Oil Company – Troco había terminado en represión y muertes. El gobierno de Abadía, por su parte, hizo aprobar para 1928 normas que facilitaban censurar y reprimir los movimientos sindicales y sociales.

El texto de Cepeda, entonces, pareciera denunciar las divisiones internas del movimiento obrero y la inmadurez política de la lucha obrera, cuya autonomía queda cuestionada por la injerencia de los intereses del comercio de Barranquilla y Ciénaga. Para Maurice Brungardt, la cobardía del líder

de la huelga, en la novela de Cepeda, "es la premonición de un futuro incompleto y frustrado para los trabajadores, por lo menos en esta etapa de su desarrollo" (1997-1998, p. 88). Los movimientos de clase y obreros carecían aún la autonomía y el poder suficientes para sobrevivir en un medio desfavorable. El gobierno, la UFCO y los productores locales influyentes se las ingeniaron para transformar la lucha justa de los obreros bananeros en una conjura anarquista contra el sistema.

UN LLAMADO A LOS ESTUDIOSOS

Mucho se sabe, especula y poetiza sobre la huelga y la masacre. Mucho se ignora o permanece oculto en espera de nuevas miradas. Hacen falta más estudios reflexivos. Armando Riascos Labarcés, en la referida entrevista, admite que no puede haber una sola postura, pero señala que es necesario estudiar la huelga con menos pasión. Cita, en apoyo de su sentir, palabras del intelectual y abogado cienaguero José Vicente Mestre sobre la ideologización sufrida por los estudios sobre la huelga:

Miré, doctor Riascos: pasarán muchas generaciones para que se pueda saber la verdad y el origen de la huelga y todo lo que pasó, porque esto está lleno de chismografías y de política elevada a historia, y mientras no haya cabezas frías y gentes estudiosas que no vea esto desde un punto de vista político, no se podrá saber exactamente qué pasó con la huelga (p. 288).

La manipulación, la desinformación y el rumor han imperado en la vida política de Santa Marta y Ciénaga. Estas estrategias de disputa política, tan vigentes hoy, fueron empleadas durante la huelga. Razón le asiste al poeta y novelista cienaguero José Manuel Crespo Labarcés cuando afirma, en la novela *Largo ha sido este día* (1987), que en Ciénaga el rumor es una ciencia exacta. Toca apartar con cuidado estas estrategias de disputa para acceder al corazón y huesos de los hechos desnudos. Más investigación de archivo y compromiso teórico en el análisis de la historia del territorio bananero, su cultura y sus conflictos puede ser una salida a los enfoques y textos partidistas predominantes.

La historia de todo territorio es un producto complejo. Es el resultado en su patrón, estructura y proceso de las formas de uso y aprovechamiento de las sociedades que lo ocuparon y ocupan (Moscarella, 2003, pp. 17-18). Una parte sustancial de la comprensión de la cultura bananera ha sido cubierta. La apertura de mente y la colaboración investigativa son

imprescindibles a la hora de seguir esclareciendo la historia bananera en la región.

Los estudios de la huelga y la masacre, además, más interesados en los análisis políticos y económicos, han soslayado y subordinado los intereses y las historias de otros grupos: los indígenas, los afros y los colonos. El papel de las mismas mujeres y sus organizaciones ha sido reducido a la lucha económica, sindical y partidista. Olvidan que unos y otras son sujetos históricamente discriminados por una cultura occidental modernista y falocentrista. Cabría esperar de las escuelas y los colegios públicos un mayor compromiso con el estudio amplio de un acontecimiento fundamental de la historia de la región y el país. Es una tarea crucial en una sociedad de memoria volátil, presa fácil de los juegos de mano de los medios y amiga de las leyendas.

LA ZONA BANANERA CASI 90 AÑOS DESPUÉS...

Los habitantes y pueblos de la Zona Bananera, casi noventa años después de la Huelga y Masacre, esperan. Muchos, silenciosos, envejecidos como sus casas de vivienda, parecieran vivir al pie de una espera inagotable, indefinida.

Los más viejos y viejas añoran a la *Mamita Yunai*. Para los más jóvenes los relatos de la Zona son motivos más bien de asombro o indiferencia. Las comodidades de los empleados de la Yunai y la fastuosa vida europea de las familias bananeras son para ellos episodios de una realidad apenas imaginable, de las que las casas de Prado Sevilla o de algunas fincas sobrevivientes constituyen vagos signos. La huelga y la masacre del 28 suscitan en ellos, por otra parte, una sencilla indolencia, rara vez los mueve a proponer una pregunta. Es posible que estén curados de violencia. La Zona, en los últimos años, ha sido escenario de masacres y crímenes selectivos. La célebre masacre de las bananeras, perdida al fondo de un siglo azaroso, resulta siendo otro espejismo más, una más de las muchas nostalgias de los mayores, motivo de pesados discursos conmemorativos. Ellos nada quieren saber de muertes y huelgas. Les importa el último gol de Cristiano Ronaldo, los celulares de última gama o la fiesta de fin de semana en alguna discoteca.

Solo unos pocos habitantes, aquí y allá, en los nuevos barrios de los pueblos bananeros, esperan reparaciones por todas las pestes vividas en un largo siglo de banano. Las manos del Estado, más concretamente de la

dirigencia política departamental, siguen ausentes en la región. Las vías, los puentes, los acueductos y alcantarillados se echan de menos en la mayoría de pueblos de la antigua zona bananera. Ausencias que en discurso silencios de los más ancianos justifica la esperanza en el regreso de la *Mamita Yunai*, que se encargaba, ella sola, de trenes, puentes, canales, caminos y teléfonos.

En Prado Sevilla, los habitantes más antiguos, exhiben a los visitantes las planillas de corte y riego de las fincas de los tiempos de la *Yunai*.

En Sevilla y Guacamayal pueden encontrarse equipos, aparatos, muebles, vajillas y lámparas de la época de UFCO. En distintos puntos de la Zona, en Prado Sevilla, en Guacamayal, en Río Frío y Aracataca se conservan las casas construidas por la empresa para sus empleados de mayor rango. Algunas en mal estado, al borde de la extinción o han sido transformadas. Los espejos, de medio cuerpo o de cuerpo entero, han perdido la capacidad de reflejar la realidad, pero los nostálgicos de toda índole prefieren buscarse aún en sus superficies ciegas a enfrentar la claridad desnuda que empieza al otro lado de una terraza o al pie de un viejo portal.

La casa de La Paulina, finca de Guacamayal administrada por mi abuelo entre 1965 y 1968, se conserva en buen estado, no así el cam-pamento de ladrillos, en parte transformado por los hijos y los nietos de quienes los recibieron del INCORA a principios de los años setenta del siglo anterior.

Las condiciones laborales mejoraron después de la Segunda Guerra Mundial. Los sindicatos pudieron operar con más libertad. Los riesgos mortales, sin embargo, siguieron rondando las vidas de los dirigentes obreros, acusados de ser enlaces o colaboradores de la guerrilla. Sucedió igual, en las siguientes tres décadas, con dirigentes cívicos o líderes sociales, muy a pesar de las denuncias y las investigaciones de las organizaciones de derechos humanos.

La Zona Bananera fue, en los últimos treinta años, debido a la presencia de la guerrilla y luego de los paramilitares, escenario de una violencia intensa y cruzada. Este fenómeno cobró cientos de vidas, destruyó case-ríos, sometió pueblos y arrojó a miles de personas a las calles de los centros urbanos regionales. Secuestros, masacres, desapariciones, des-plazamientos marcaron la vida cotidiana. La intolerancia y el exterminio siguieron siendo los mecanismos más socorridos a la hora de resolver los conflictos, viejos y nuevos.

En 1996, diez corregimientos de Ciénaga lograron la municipalización de la antigua Zona Bananera, en un momento marcado por el conflicto

y la muerte. La alcaldía del nuevo municipio, Zona Bananera, opera en Prado Sevilla, en un antiguo inmueble de la UFCO.

La Zona dejó hace tres largas décadas de ser exclusivamente bananera. Miles de palmas fueron sembradas en donde antes hubo banano. Sin desconocer los esfuerzos de las empresas y las fundaciones establecidas, estos pueblos, aguerridos y de nombres eufónicos (Rio Frío, Orihueca, Guacamayal, Guamachito, Tucurinca), continúan varados en el atraso y la orfandad. Esto se siente al visitar las plazas, recorrer los caminos destapados y adentrarse en el silencio de las fincas de banano y palma. Persisten en ellos la rabia, el pesimismo y la desolación más allá de la alegría Caribe que aflora durante fiestas y celebraciones.

Sobreviven igual, a la par de las casas – testimonios del paso de la UFCO (1900-1965) – , varias plantaciones con sus nombres originales: Piloto, La Agustina, Macondo. Subsisten, abandonadas e invadidas, las viejas estaciones o apeaderos del tren: la Estación de Aracataca y el apeadero de La Tal, a la entrada de Sevilla.

¿El río Sevilla? Sí, el río existe, corre entre piedras y arenas, aunque con menos aguas que verter en la Ciénaga Grande de Santa Marta. Las orillas del río Frío, a la altura del puente sobre la Troncal de Oriente, soportan una invasión iniciada hace treinta años. La gente sigue visitando sus aguas los fines de semana, aunque con grave riesgo para la salud. Aguas arriba, las fincas y los pueblos serranos, vierten sus aguas servidas en el río.

¿El tren? Hará más de cuarenta años que el banano se transporta al puerto de Santa Marta en camiones y furgones refrigerados. El antiguo frutero de ochenta vagones circula, pero en el poema de un poeta que en su niñez lo veía atravesar sobre el puente metálico del río Sevilla y que corría como otros a colocar en la línea las carrumbas para que les afilara los bordes (Noriega, 2016, p. 30).

Es otro tren al que los niños colocan ahora las carrumbas. Ahora solo operan los trenes de 150 vagones y seis locomotoras que transportan carbón entre La Jagua de Ibirico (Cesar) y el Puerto de la Drummond, en la antigua bahía de Santa Cruz de Papare (Ciénaga, Magdalena).

Existen unas pocas procesadoras y refinadoras de aceite en Aracataca, Zona Bananera y Ciénaga. Las montañas, en el interior del antiguo Valle Tairona, conservan sus azules y verdes a pesar de la tala, la quema y las muertes de medio siglo de cultivos ilícitos.

Todavía la Zona Bananera ofrece el milagro de su exuberante naturaleza en un campano o una ceiba.

En una rama desnuda, contra el cielo crudo y azul de la Sierra Nevada, una guacamaya despliega el abanico de colores de sus alas. Basta bajar con cuidado para hacer una secuencia de emotivas fotos de la mano de una buena Nikon. Las guacamayas, aunque ariscas y ruidosas, son sensibles a las luces del espectáculo. Tal vez, en su mundo inabordable, sean rutilantes modelos cuyas horas de pasarela superaron hace tiempo la barrera de los diez mil dólares.

Santa Marta, diciembre 15-31 de 2016

BIBLIOGRAFÍA

A. Correa, Ismael (1996) *Anotaciones para una historia de Ciénaga*. Medellín, Editorial Lealon.

Bacca Linares, Ramón (2012) "Si no fuera por la Zona ¡Caramba...!" En: *Gato suelto y feliz y otros cuentos*. Editorial Universidad de Caldas.

Bacca Linares, Ramón (2014). *Entre lo barraco y lo chévere*. Santa Marta, Colección Dorada de Autores del Magdalena.

Bonet, Jaime (2002). "Las exportaciones colombianas de banano, 1950-2000". En: *Experiencias exportadoras del Caribe Colombiano*. Cartagena, Banco de la República, pp. 72-101.

Botero, Fernando y Guzmán Álvaro (1977). "El Enclave agrícola en la Zona Bananera". En: *Cuadernos Colombianos*. Medellín, La Carreta Editores, pp. 311-389.

Bucheli, Marcelo (2013). *Después de la hojarasca. La United Fruit Company en Colombia, 1899-2000*. Bogotá, Ediciones Uniandes – Banco de la República.

Bermúdez, Venancio (2012). *Migrantes y blacamanes en la Zona Bananera del Magdalena*. Bogotá, Colección Dorada de Autores del Magdalena, Gobernación de Magdalena.

Brugnadt, Maurice (1997-98). "Mitos históricos y literarios. *La casa grande*". En: *Revista Huellas*. Nos. 51,52, 53. Barranquilla, Universidad del Norte.

Candelier, Henri (1994). *Riohacha y los indios guajiros*. Bogotá, ECOE Ediciones.

Castañeda Aragón, Gregorio. (1931). *Papeles de la Huelga del Magdalena en 1928*. Barcelona, Tipografía Imperio.

Cepeda Samudio, Álvaro (1974). *La casa grande*. Barcelona. Plaza y Janés.

Díaz-Callejas, Apolinar (2005). "Las relaciones de Colombia con Estados Unidos en la República Liberal". En: *Revista Credencial Historia*. Bogotá.

Deas, Michael (1989). "La influencia inglesa –y otras influencias en Colombia (1880-1930)" En: *Nueva Historia de Colombia*. T.III. Bogotá, Editorial Planeta, pp. 161-182.

Del Corral, Manuel (1992). *Rasgos históricos de Santa Marta*. Santa Marta, Academia de Historia del Magdalena.

Elías Caro, Jorge (2010). "El puerto de Santa Marta: determinantes de crecimiento y desarrollo de una ciudad caribeña (1810-1860)". En: *Ciudades portuarias en la Gran Cuenca del Caribe. Una visión histórica*. Barranquilla, Ediciones Uninorte-Fondo Editorial Universidad del Magdalena, pp. 329-354.

Fonnegra, Gabriel (1980). *Bananeras, testimonio vivo de una epopeya*. Bogotá, Ediciones Tercer Mundo.

García Márquez, Gabriel. (2011). *La hojarasca*. Bogotá, Grupo Editorial Norma.

García Márquez, Gabriel. (2012). *Cien años de soledad*. Bogotá, Grupo Editorial Norma.

Henríquez Torres, Guillermo (2006). *El misterio de los Buendía. El verdadero trasfondo histórico de Cien años de soledad*. Bogotá, Editorial Nueva América

Henríquez Torres, Guillermo (2016). *Ciénaga en las claves de Cien años de soledad*. Ciénaga. Edición de autor.

Herrera Soto, R. y Romero Castañeda, R. (1979). *La Zona Bananera de Santa Marta: Historia y léxico*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo.

LeGrand, Catherine. (1983) "Campesinos y asalariados en la Zona Bananera de Santa Marta 1900-1935". En: *Anuario colombiano de Historia Social y de la Cultura*. No 11. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, pp. 235-250.

LeGrand, Catherine. (1989). "El conflicto de las bananeras". En: *Nueva Historia de Colombia*. T.III. Bogotá, Editorial Planeta, pp. 183-218.

Luna Cárdenas, Alberto. (1960). *Un año y otros días con el general Benjamín Herrera en la zona bananera de Aracataca*. Medellín, Editorial Bedout.

Meisel, Adolfo (2004). *Ciénaga después del banano*. Cuadernos de Economía Regional. No 50. Cartagena, Banco de la República.

Moscarella, Javier (2003). *Educación profunda. Pensamiento y acción ambiental*. Ciénaga, Alcaldía Municipal de Ciénaga.

Noriega, Teobaldo (2016). *Humana impermanencia*. Ottawa, Lugar Común Editorial.

Ospino, Álvaro (2014). *El Teatro Santa Marta. Ícono Cultural de Santa Marta*. Santa Marta, Colección Dorada de Autores del Magdalena, Gobernación de Magdalena.

Ospino, Álvaro (2016). *Santa Marta. Urbanismo y Arquitectura. 1525-1975*. Bucaramanga, Bastianos Editores.

Payares González, Carlos (2008). *Memoria de una epopeya. 80 años de la huelga y masacre de las bananeras del Magdalena*. Ciénaga, Alcaldía Municipal de Ciénaga.

Payares González, Carlos. (2016). *Una conspiración criminal. Masacre de los trabajadores en la Zona Bananera del Magdalena*. Santa Marta, Litoguía.

Peña A., Pedro (1913). *Del Ávila a Monserrate, Por el Magdalena arriba*. Bogotá, Editorial Arboleda y Valencia.

Reclus, Elisus (1992). *Viaje a la Sierra Nevada de Santa Marta*. Bogotá. Banco República.

Viloria, Joaquín (2014). *Empresarios del Caribe colombiano: Historia económica y empresarial del Magdalena Grande y el Bajo Magdalena 1870-1930*. Bogotá, Banco de la República.

CIENAGA: EN EL CENTRO DEL CÍRCULO DEL COCODRILO

JAVIER MOSCARELLA¹

¹ Congreso Nacional de Colombia. Correo: javiermoscarella@gmail.com

ISBN: 978-65-86901-55-9

226

INTRODUÇÃO²

Un día brillante y tranquilo de abril, al comienzo de la década del 80, me encontraba navegando en el caño Clarín, al norte del Valle de Cienaguas (Ciénaga Grande de Santa Marta) con la guía de don Luis, un sabio de la región. De pronto, la calma del manglar saltó en pedazos por culpa de una tormenta eléctrica. El viejo, imperturbable, miró el recién oscurecido cielo y como si me estuviera entregando un secreto milenarrio susurró: *cuando truena es porque están pariendo las caimanas en la ciénaga*.

Este ha sido uno de los momentos más reveladores de mi vida.

Allí estaba, en una canoa en medio del espejo de agua de uno de los humedales más grandes del planeta, acompañado de un descendiente de una cultura milenaria, que de una manera tan natural como la respiración, acababa de enlazar el macrocosmos con el microcosmos. Imaginé que muchos otros estaban asistiendo en el trópico y en ese mismo instante al rito de la reproducción de estos reptiles, y que ese no era sino un episodio más de una cadena de acontecimientos estelares que sucedía en forma ininterrumpida desde hace varios millones de años.

"Como es arriba, es abajo" enseñan las más antiguas filosofías y gracias a intuiciones como ésta surgieron los mitos y la poesía. O quizás sea mejor decir: la capacidad de realizar este tipo de asociaciones constituye la sustancia que caracteriza el pensamiento de nuestra especie. Comprendí así que en esa asociación cósmica me aguardaba un mundo extraordinariamente complejo que me atraía poderosamente. Se abrió un círculo mágico a mi alrededor que me perseguiría de manera implacable desde entonces.

Era el círculo del cocodrilo.

Círculo que día a día se fue haciendo real y crecía con nuevas evidencias en la medida en que me sumergía en los secretos del Valle de Cienaguas. Aún más: siguiendo el vuelo de la inmensa mariposa azul que este valle dibuja en el mapa del Caribe colombiano, me remonté a otros escenarios de la cintura húmeda del planeta en los cuales advertí la presencia dominante del cocodrilo con su familia extensa: el gavial, el alligator y el caimán.

2 Resumen del libro El Círculo del Cocodrilo de Javier Moscarella (2009)

En una espiral de cerca de 200 millones de años, esta admirable criatura atravesó las duras pruebas de los cataclismos prehistóricos cuando la tierra se paría así misma a cada instante, desarrollando formas de adaptación y de perpetuación de la vida que merecen nuestro respeto y de cuya historia deberíamos aprender para que nuestra especie pueda atravesar las trampas de la razón, cada vez más amenazantes.

El encuentro de las dos especies produjo dos efectos opuestos: uno indeseado, que pone en riesgo la existencia de los cocodrilos; el otro, es el de la convivencia aparejada de rituales. Para desentrañar este encuentro emprendimos el recorrido por territorios imaginarios y reales del Viejo y el Nuevo Mundo lo cual nos permitió contemplar cómo, la vida, siempre en expansión, permitió que el reptil poblara los humedales y la especie humana, en una mezcla de admiración y temor, lo convirtió en mito, leyenda, fiesta, danza, canto, poema, cuento, arte y, como tributo supremo, lo inscribió en las cartas estelares.

Un secreto deseo de comprender las diversas alianzas y sus rupturas entre ambas especies, terminó por convertirse en un voluminoso expediente de nunca acabar. Allí aparecían revueltas, descripciones fisiológicas del reptil con relatos en papiros egipcios, petroglifos africanos, estatuillas de oro precolombinas, tratados de astronomía, especulaciones de aprendices de astrólogos, sentencias de renombrados profesores de las ciencias humanas, poemas, narraciones, pinturas y esculturas modernas, testimonios de las comunidades con las que he convivido y comentarios de mis amigos.

Fue necesario hacer un alto y organizar una obra más breve y pensada con un propósito: aportar a la educación profunda en el trópico, es decir, ayudar a construir formas de pensamiento adaptativo para nuestra especie y todas las demás que nos acompañan en este errabundo planeta. Ahora que los efectos del cambio global son inocultables para todas las sociedades, la conservación del cocodrilo y su hábitat, los humedales, es un ejercicio planetario que nos mostraría caminos alternativos a los del progreso material que estamos pagando con un costo tan alto en contra de la Vida y la Felicidad, los dos bienes supremos de la humanidad. Estamos convencidos de esta fórmula redentora: frente al cambio climático, cambio cultural.

El resultado fue una obra que bautizamos "El Círculo del Cocodrilo", que aspira a ser una crónica abreviada del tránsito del cocodrilo y sus parientes, por esta dolorosa cadena evolutiva, donde llegó a constituirse, para quien esto escribe, en una de las especies más emblemáticas del trópico desde

el punto de vista ecológico y simbólico. Durante la elaboración de la obra me alentó la idea de que este tipo de empresas cuenta con una tradición milenaria como lo atestiguan estos hechos:

“La revista de medicina veterinaria más antigua que se conoce es egipcia y está fechada en el año 2600 a.C. Pero el más claro cambio en los valores culturales del hombre es su nueva visión de animales y plantas, considerados además de como alimento o medio de transporte, seres únicos y bellos. Los faraones del antiguo Egipto y demás soberanos de la época, entre ellos el rey Salomón, poseían extraordinarias colecciones de animales. Un diccionario acadio – sumerio del año 2000 a.C. y la biblioteca asiria del rey Assurbanipal recogen los nombres de más de cien animales.” Me temo que al doblar cada página los mundos imaginarios y reales aquí descritos van desapareciendo con la velocidad del progreso material, pero me anima pensar que en cada lector quedará sembrada la semilla del cambio cultural, de encontrar la nueva estrategia adaptativa que requiere con urgencia la humanidad.

El centro afectivo del círculo del cocodrilo está en el Valle de Cienaguas (cuyo epicentro es la ciudad de Ciénaga): el rito milenario, la fiesta, los versos y la música asociados al caimán develan una profunda red de símbolos, formas de organización social y aprovechamiento del sistema natural que invitan a pensar en una posible y esperanzadora renovación de esta alianza entre ambas especies. Esto nos lleva a proponer un símbolo planetario: restituir al cocodrilo (y sus parientes) la constelación que le perteneció en otras épocas. Ello tendría un solo propósito: proteger esta especie y a la vida en general, para lo cual se requiere, cada día, dosis más altas de compromiso y acción de cada uno de nosotros.

EL SEÑOR DEL HUMEDAL

En el trópico uno de los ecosistemas que favorece la biodiversidad es el de los humedales. Estos constituyen una extraordinaria reserva de vida para el planeta, por lo cual se viene trabajando intensamente en su protección, entre otros mecanismos con la Convención sobre los Humedales RAMSAR (en la cual Colombia inscribió la Ciénaga Grande de Santa Marta).

En este tipo de ecosistemas surgió y se perpetuó el cocodrilo. Existe consenso entre los estudiosos que la historia de este reptil se remonta a más de 200 millones de años, siendo algunos de los más destacados antecedentes el **Protosuchus** o primer cocodrilo, el **Orthosuchus** o cocodrilo ave, el **Gonipholis**, el **Benissartia**, y el **Deinosuchus** o cocodrilo terrible.

En esta galería de antiguas criaturas, se destaca el ***Sarcosuchus imperator***, que vivió hace aproximadamente 110 millones de años, en el actual desierto del Ténéré, Níger.

Cada día aparecen reveladoras evidencias de los antepasados del cocodrilo en América y sus conexiones con el Viejo Mundo. Fósiles que datan de ochenta millones de años que tenían su hábitat en la Patagonia demuestran el parentesco de cocodrilos prehistóricos de Argentina, Brasil, África, Madagascar y Mongolia.

Estos hallazgos permitieron afinar la parentela del cocodrilo que comprende tres familias: **crocodylidae** (cocodrilos), **alligatoridae** (caimanes y aligatores) y **gavialidae** (gaviales). Estas especies se encuentran distribuidas en la zona ecuatorial del planeta, lo cual convierte al cocodrilo en el “señor de los humedales”. En 91 países comparte el territorio con cerca de cinco mil millones de seres humanos.

En nuestra obra hicimos énfasis, entre otras, en las siguientes relaciones: Egipto y el Cocodrilo del Nilo *Crocodylus niloticus*; la India y el Gavial del Ganges *Gavialis gangeticus*; el sudeste asiático y norte de Australia y el Cocodrilo poroso *Crocodylus porosus*; los Estados Unidos (la Florida) y el Aligador de América *Alligator mississippiensis*; y centro y sur América y el Caimán de aguja *Crocodylus acutus*. A continuación presentamos una síntesis de algunas de estas relaciones ecológicas y culturales, que demuestran que la presencia mítica del cocodrilo está aún vigente después de varios miles años de la historia de la humanidad.

EL COCODRILO EN EL IMAGINARIO DEL VIEJO MUNDO

A partir del II Milenio a. C. se produce la hegemonía del dios babilónico Marduk frente a los dioses mesopotámicos Anu, Enlil y Ea que habían tiranizado los cielos. En el poema El Enuma Elis (que refiere lo que sucede en el mundo superior), se aprecia esta transición al “nuevo orden” encarnado por Marduk, en el cual vence el caos originado por Tiamat:

“(…) Después de dar muerte a Tiamat, el señor, su banda quedó destrozada, su tropa desbaratada. Marduk se entregó a las grandes obras de babilonia”.

Con el correr del tiempo Marduk fue sustituido por Assur cuando Babilonia cayó en manos de Asiria. Su persistencia es sin embargo de gran significado en la cultura judeo – cristiana de occidente por cuanto estos mitos confluyeron en la tradición hebrea al integrarse en el primero de los

libros del Pentateuco, el Génesis. Satz³ considera con la notable experta en zoología fantástica, Wakeman, que los mitos de la creación plantean una separación entre un estado superior y uno inferior en el universo lo cual hace posible la vida para la sociedad antigua. Para el caso del Génesis bíblico, entre las aguas superiores y las inferiores, se crea un abismo, y desde esa profundidad del caos, representada por una criatura que puede ser un dragón o un cocodrilo, Dios crea el orden, el mundo habitable. Dicho dragón en antiguo hebreo es Tannim, lo cual alude a los cocodrilos “escamosos dioses fluviales cuya mortal mordedura exigía la lanza humana por ese principio geométrico que busca vencer lo amenazante y lo amorfo, antropomorfizarlo todo”. Constatamos en el Génesis: “Dijo Dios: Produzca la tierra animales vivientes de diferentes especies, bestias, reptiles y animales salvajes. Y así fue. E hizo Dios las distintas clases de animales salvajes, de bestias y de reptiles. Y vio Dios que esto era bueno”⁴. De acuerdo con esta tradición el cocodrilo fue creado en este notable grupo de especies terrestres.

Lucrecio⁵, desde el siglo I a.C. había observado que “El Nilo, el río que baña todo el Egipto, es el único del mundo que en verano crece e inunda los campos”, por lo cual, podemos afirmar que gracias a ello, su agua milagrosa evita que se forme un desierto desde el Mar Rojo hasta el Océano Atlántico, posibilitando la vida y facilitando la comunicación y la hibridación cultural de numerosos pueblos. Ello permite comprender por qué tanto las poblaciones allí asentadas como las que emigraban de las tierras áridas que encontraron refugio en sus orillas vivificantes, lo consideraron divino. A él y a sus criaturas, como el cocodrilo. De hecho, está documentado que durante el periodo de Nagada I (primera mitad del milenio IV a.C.) la confederación de tribus que surgió en el Alto Egipto, cuyo centro comercial era la ciudad de Ombos, erigió como principal divinidad al cocodrilo (Figura 1)

3 SATZ, Mario. Arca de roca. Ensayos para una sensibilidad ecológica. Barcelona, Kairós, 1992. pp. 122 y 131

4 Sagrada Biblia. Génesis, 1 – 24. C.D. Stampley Enterprises, Inc. Et. Al., 1991, pp.39 - 40

5 LUCRECIO. De la naturaleza. Barcelona, Opera Mundi. Círculo de Lectores, 1998. P. 270

Figura 1: Cocodrilos del milenario Egipto⁶



Esta mezcla de culturas y profundas asociaciones con el agua originaron sistemas adaptativos muy complejos en donde los símbolos tienen un rol fundamental, para garantizar los sucesivos proyectos de vida que iban pasando de generación en generación. Esta riqueza simbólica quizás sea el motivo por el cual la nación egipcia desde sus orígenes ejerce una atracción especial en la humanidad. Heródoto (siglo V a.C.) dejó extraordinarios testimonios acerca de la relación de la cultura egipcia con estos animales: "Los cocodrilos son para algunos egipcios sagrados y divinos. Las gentes que moran en el país de Tebas o alrededor de la laguna Meris, se obstinan en mirar en ellos una raza de animales sacros, y en ambos países escogen uno comúnmente, al cual van criando y amansando de modo que se deje manosear, y al cual adornan con pendientes en las orejas, parte de oro y parte de piedras preciosas y artificiales, y con ajorcas en las piernas delanteras. Se le señala su ración de carne de los sacrificios. Regalado portentosamente cuando vivo, a su muerte se lo entierra bien adobado en sepultura sagrada (...)"

Los egipcios convirtieron al cocodrilo en el dios Sobek el cual surgió de las aguas del caos durante la creación del mundo. En sus contradictorias versiones es uno de los dioses más antiguos y su culto se mantuvo hasta tiempos romanos. Veamos en primer lugar su aspecto negativo. Asociado a Seth, causaba muerte y destrucción. Se cuenta que después de que Seth asesinó a su hermano Osiris, se ocultó en el cuerpo del cocodrilo. Más adelante, cuando Isis había recuperado el cuerpo de Osiris, Seth lo descubrió y lo descuartizó en catorce pedazos, que arrojó a varios sitios. En algunas

6 Lyon, Museo Guimet, longitud: 20 cm. En: SCHULZ, Regine y SEIDEL, Mathias. Edit. Egipto. El mundo de los faraones. Könemann, 2004

versiones se acusa al cocodrilo de haber devorado el falo del amado rey. Isis su esposa lo busca y condena al cocodrilo por su mala acción.

En una versión recogida por Frazer⁷, "Isis, después, embarcada en una chalupa hecha de papiros, buscó por todos lados los pedazos en la laguna. Esta es la razón por la que, cuando las gentes navegan en chalupas de papiros, no temen a los cocodrilos, pues éstos respetan a la diosa. Y, además, también lo es de haber tantas tumbas de Osiris en Egipto, pues ella iba sepultando los trozos en los mismos sitios donde los encontraba". En otros relatos Horus, somete al cocodrilo y en algunas variantes llega incluso a causarle la muerte (figura 2)

Figura 2: Horus sobre los cocodrilos⁸



En su aspecto benefactor Sobek se asocia con Ra, el divino sol, símbolo supremo del renacimiento y dador de vida, siendo una de sus formas de encarnación terrestre. Se le consideró también hijo de Neith, la diosa más anciana. Sobek es así el dios fertilizador, dios protector del río Nilo y compañero de viaje al más allá. Gracias a estas filiaciones se le representa con un tocado decorado por un disco solar, sosteniendo en su mano derecha un símbolo de eternidad y en la izquierda un bastón de sabiduría y poder. En sucesivas cortes faraónicas se va consolidando esta deidad religiosa fundamental para el manejo de la cuenca del río Nilo, proyecto de vida central de Egipto (figura 3).

7 FRAZER, James George. La rama dorada. Magia y religión. México, FCE, 2003, p. 421

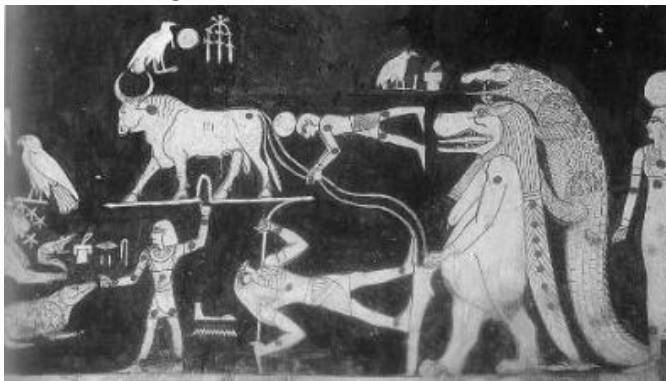
8 Cortesía : Musée du Louvre. Département des Antiquités égyptiennes

Figura 3: Sobek hombre cocodrilo⁹



Los egipcios, grandes estudiosos de los astros, elevaron el cocodrilo a la categoría de **"Señor de los cielos"**, tal como se aprecia en los registros astronómicos de las tumbas de Senmut, visir de la reina Hatshepsut, y del techo estelar de la Sala de Oro del hipogeo de Seti I°. En este último, en la bóveda celeste, de una factura absolutamente mística y de contrastes sobrecogedores, aparece representado el cocodrilo asumiendo la forma del mítico cocodrilo Serisa (figura 4)

Figura 4: El Señor de Los Cielos¹⁰



En el santuario de El Fayum (antigua Cocodrilópolis) se hizo famoso un enorme cocodrilo al que llamaban Petesuchos ("El que pertenece a Suchos" nombre éste que en griego equivalía a Sobek) y al que adornaban

⁹ Cortesía : Musée du Louvre. Département des Antiquités égyptiennes

¹⁰ SCHULZ, Regine y SEIDEL, Mathias. Op. cit. p.223

con brazaletes y collares de oro. Varios faraones adoptaron su nombre dado que Sobek también representaba la fuerza de los gobernantes lo cual era una estrategia político – religiosa muy efectiva: si Sobek está con el faraón, este controla al Nilo, y como ya está dicho, este control era la clave de la vida para los egipcios. Cerca de Cocodrilópolis estaba la población de Kom Ombo donde se pueden apreciar las ruinas del templo levantado en honor a Sobek (figura 5)

Figura 5: Templo de Kom Ombo¹¹



Naguib Mahfuz¹², el escritor nacido a orillas del Nilo y premio Nobel de literatura en 1988, retoma las visiones estelares de la religión egipcia en una novela, en la cual el protagonista, Omar Al Hamzawi, un prestigioso y rico abogado se hastía de la vida e inicia un viaje interior para reencontrar el sentido de su existencia. En un momento crucial de la trama leemos estas líneas que nos permiten recrear el mundo antiguo de los egipcios en donde los designios de los astros parecen tener las respuestas para nuestras dudas, y donde la imagen del reptil parece que emergiera de la bóveda de la tumba de Senmut: “Me pasé toda la noche en el jardín, solo en la oscuridad, bajo las relucientes estrellas. Les pregunté que cuándo se realizaría mi deseo. Grité hasta que los átomos del ciprés vibraron. Y censuré a todo y a la nada. Miré a una estrella y le dije: -Quiero ver. Y murmuró: -Entonces mira. Miré y sólo vi el vacío. Pero ésta no es la visión que anhelo. -Mira- murmuró. De la oscuridad surgió un hombre desnudo, de apariencia salvaje: con el pelo hasta los hombros y en la mano derecha un bastón de

11 Cortesía: Gobierno de Egipto

12 MAHFUZ, Naguib. El mendigo. Madrid, Martínez Roca, 2004. p.200

pedra, presto para el combate. De repente saltó sobre él un animal desconocido, parecido a un cocodrilo pero erguido sobre cuatro patas y con cabeza de toro. Libraron un sangriento combate; finalmente la bestia cayó. El hombre regresó tambaleándose, con la cara y el cuerpo ensangrentados; sin embargo, a pesar del dolor sonreía. Pero ésta no es la clase de visión que anhelo, y tú lo sabes”.

En otras regiones del continente africano, con tanto abuelo como Egipto y ricamente dotadas de gracia y esplendor, se percibe la presencia mítica del cocodrilo. Los etíopes, guardianes del Nilo Azul, uno de los afluentes del Nilo, albergan contradictorios sentimientos frente al río: “Aman al Nilo y lo odian, lo veneran y lo temen, lo ensalzan como a un santo y lo desprecian como al peor de los pecadores (...). El río está infestado de cocodrilos, hipopótamos y mosquitos (...) sus aguas albergan espíritus poderosos, algunos parecidos a diablos malignos (...) Para defenderse de estas asechanzas hay que elevar una plegaria al Nilo Azul”¹³.

En el Africa septentrional encontramos la nación Iku que habita en Kachia, Estado de Kaduna, el cual en la lengua autóctona significa “el lugar del cocodrilo” gracias a la presencia de esta criatura en los numerosos ríos que atraviesan el territorio. En el sitio de Fezzan en Libia, en el corazón del desierto del Sahara existen evidencias de grabados en piedra que datan de 9.000 años aproximadamente con formas de animales, entre las que se destaca una de un cocodrilo de tamaño natural (figura 6)

Figura 6: Cocodrilitico¹⁴

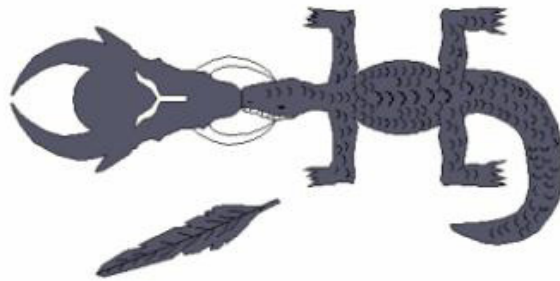


13 MORELL, Virginia. El Nilo Azul. Aguas sagradas de Etiopía. En: rev. Nacional Geographic. vol VII, No.6, dic. 2000, pp. 7 - 9

14 COULSON, David. El arte antiguo del Sahara. Rev. National Geographic. No.4, jun 1999. p.110

Al oeste de África florecieron las naciones Dogon, Senufo, Baoulé y Ashanti, entre otras. Todas ellas presentan una rica tradición oral y mítica asociada al cocodrilo. En el sistema espiritual Senufo se destaca el principio de incertidumbre el cual se representa con una máscara que tiene mandíbulas de cocodrilo, colmillos de jabalí y cuernos de antílope con lo cual refleja la condición caótica del universo que hizo dudar al creador sobre las criaturas que debía crear (figura 7)

Figura 7: Cocodrilo y jabalí¹⁵



De acuerdo con Frazer¹⁶: "Los indígenas de Madagascar no matan nunca un cocodrilo, 'salvo como represalia por alguno de sus amigos destrozados por un cocodrilo. Creen que la inconsiderada muerte de uno de esos reptiles será seguida por la pérdida de vidas humanas, conforme al principio de la *Lex Talionis*'. La gente que vive en las cercanías del lago Itasy en Madagascar, dirige una proclama anual a los cocodrilos, advirtiéndoles que vengarán la muerte de sus amigos matando en cambio el mismo número de cocodrilos, y aconsejando a todos los cocodrilos prevenidos que se mantengan alejados, pues no desean luchar con ellos, sino solamente con aquellos de sus parientes perversos que han arrebatado vidas humanas"

15 El tema de la máscara mixta de jabalí y cocodrilo pude apreciarlo en el Musée de l'Homme en la colección acerca del pueblo Baoulé hallada en Costa de Marfil en 1936 y de la cual hice un dibujo a mano, que fue recreado para esta publicación por mi hijo Javier Moscarella Zúñiga

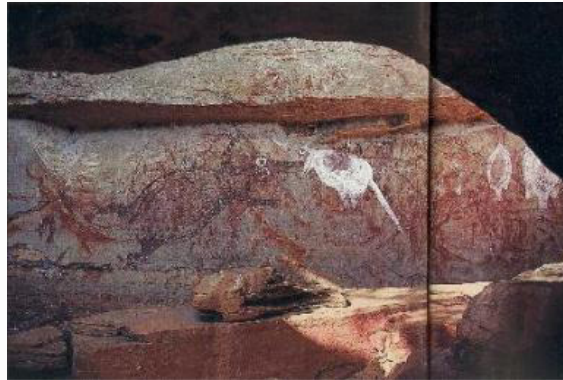
16 FRAZER, op. cit. pp. 586 - 587

En un relato de Arlt¹⁷, salta por todos lados la magia del trópico y su rudeza, a propósito de una aventura en la isla de Madagascar donde se persigue una orquídea negra: "Finalmente, una semana después, guiados por el tuerto Agib, salimos de Tananarivo en dirección al Norte. Dos malgaches, de pelo tan rizado que le formaba en torno de la cabeza una corona de flecos de alfombra, nos acompañaban como cargueros. Cantaban una canción tristísima, y aunque el sol se extendía sobre los próximos mambúes, aquella caravana de espectros negruzcos me sobrecogió, y la consideré de mal augurio para nuestra aventura (...) Al día siguiente ya cruzamos un bosque de ébanos; luego descendimos a un valle y al cruzar un río cenagoso un cocodrilo, que tenía la misma cabeza conformada que una corneta, atrapó por una pantorrilla a un carguero y se lo llevó aguas adentro, y pudimos ver cuando otro cocodrilo, precipitándose sobre él, le llevó un brazo. El agua se tiñó de rojo, y nosotros nos alejamos consternados (...) Al día siguiente alcanzaríamos el paraje donde florecía la orquídea negra".

Entre las aborígenes australianos el sistema de creencias está sociado a los sueños. Una de sus principales leyendas se refiere a Ginga, el cocodrilo salado del estuario, de la cual presentamos la siguiente versión: al comienzo de la creación, Ginga también era un hombre. Un día él estaba durmiendo, cuando sintió un calor intenso debido a un fuego que se había encendido cerca de su cueva. Accidentalmente, su espinazo fue alcanzado por las llamas. El se arrojó al agua, pero el fuego al entrar en contacto con el agua le formó ampollas e hinchazones en la espalda. Así se transformó en un cocodrilo. Su roto y andrajoso espinazo de Ginga se puede ver asomado por las cuevas y los nidos que hace a orillas del río. El gigante cocodrilo, Ginga, ayudó a embellecer el territorio de los Kadaku. El trazó un camino en la roca por donde corre el Río Alligator del Este. Después que finalizó su creación el no desapareció. Se subió en una montaña de roca, en la cual se quedó mostrando su destrozada espalda, lugar conocido como Djirringbal. Desde allí se destaca el largo hocico que Ginga esgrime y que empleó hábilmente para transformar el paisaje. Ese ancho hocico es el que distingue al gran cocodrilo salado del cocodrilo de agua dulce (figura 8)

17 ARLT, Robert. El cazador de orquídeas, se.

Figura 8: Ginga el Gigante Cocodrilo¹⁸



En Papúa Nueva Guinea vive una nación a orillas del río Sepik, adoradora de los cocodrilos a los que llaman “devoradores de hombres”. Para conjurar el espíritu de estas bestias, adelantan un complejo ritual que consiste en sacarse incisiones en el cuerpo para simular la piel del cocodrilo, ceremonia de iniciación presidida por el chamán. En el curso medio del referido río Sepik se encuentran unas construcciones llamadas “tambaran” o casa ceremonial de los hombres, en donde se da el encuentro de los iniciados y los espíritus.

Indonesia, acaballada entre las intensas migraciones de Oceanía y Asia, profesa cultos milenarios relacionados con el cocodrilo. En una de las regiones de este archipiélago, Borneo (hoy Kalimantan), se veneraba al cocodrilo, excepto cuando este animal devora a un niño. En este caso, los parientes de la víctima se encargaban de matar a varios cocodrilos hasta que se encontraba el cuerpo del niño dentro del vientre del culpable, cumplido lo cual, los parientes del niño sacrificaban un gato a los reptiles sobrevivientes para demostrar su arrepentimiento por haber matado a los otros cocodrilos inocentes. Por su parte, la isla Timor Leste tiene como símbolo a Lafaek, el abuelo cocodrilo, animal sagrado desde tiempos inmemoriales.

La relación entre el agua, la religión y el cocodrilo es muy fuerte en la India. El Ganges es el río sagrado por excelencia de los hindúes y Ganga, su diosa madre. Recordemos que a orillas de este río está Benares, la población escogida por Buda para entregar la Ley, base de sus enseñanzas. A Ganga se le representa sosteniendo un cántaro de donde brota agua del río

18 Foto de Belinda Wright. En: BREEDEN, Stanley. The first australians. Rev. National Geographic. vol 173, No.2, feb 1988, p.286

Ganges y parada en un cocodrilo (makara) simbolizando así la fertilidad y la purificación; una conocida escultura evidencia, de un lado la sacralización de la naturaleza y del otro, un elaborado estilo donde predomina la sensualidad y la religiosidad. Octavio Paz¹⁹, sobrecogido por este espíritu místico, en una peregrinación al templo de Hanumán, nos refiere al contemplar las magníficas figuras, la siguiente visión entre erótica, mágica y poética: "Vio a muchas mujeres tendidas sobre esteras, en variados trajes y atavíos, el pelo adornado con flores; dormían bajo la influencia del vino, después de haber pasado la mitad de la noche en juegos. (...) Aquellas mujeres eran ríos: sus muslos, las riberas; las ondulaciones del pubis y del vientre, los rizos del agua bajo el viento; sus grupas y senos, las colinas y eminencias que el curso rodea y ciñe; los lotos, sus caras; los cocodrilos, sus deseos; sus cuerpos sinuosos el cauce de la corriente...". Quizás a Paz, heredero de los caimanes Aztecas, algo muy antiguo se removió en sus genes, al contemplar, los cocodrilos o makaras de estos vastos y milenarios territorios donde cada objeto está tocado por la divinidad (figura 9)

Figura 9: Makara Divino²⁰



Otra de las culturas complejas, diversas y profundamente imbricadas con la naturaleza fueron las que se escenificaron en China. Allí el cocodrilo apareció en los sistemas simbólicos asumiendo su naturaleza devoradora en cuanto Alligator o la compleja forma del dragón, el cual constituye uno de los aspectos más emblemáticos de la cultura de esta gran nación y otras del lejano oriente, llegando incluso a fascinar a la Europa medieval.

19 PAZ, Octavio. El mono gramático. Barcelona, Seix Barral, 1974. pp. 57 - 58

20 Cortesía del Museo de la India de Calcuta

Dentro de la tradición de la llamada prosa clásica del periodo T'ang se destaca la pluma de Han Yü²¹ (siglos VIII y IX) quien nos legó un escrito donde revela humor e ironía: "Han Yü, prefecto de Chao – cheu, envía un funcionario con un borrego y un puerco, para que los lance al fondo del río Wou, a manera de ofrenda a los cocodrilos, y les declara lo siguiente: "Cuando en los tiempos antiguos los soberanos fundaron el Imperio chino, abrieron pasajes a través de las montañas y por encima de las corrientes de agua. Instalaron redes y trampas para exterminar a las fieras, a los reptiles y a todos los animales nocivos que causaban las desgracias del pueblo. Por este medio los expulsaron de China. Vino el tiempo en que la virtud de los soberanos comenzó a declinar (...) Ahora, una nueva dinastía se ha establecido (...) Los cocodrilos no pueden permanecer en este territorio confiado al prefecto. El Hijo del Cielo le ha dado la orden de velar sobre este territorio y de administrar su población. Pero los cocodrilos, con ojos vigilantes, no quieren quedarse quietos en el fondo de su río; fortalecidos en su retiro, se comen a los hombres, a los animales domésticos (...). Entran así en conflicto con el prefecto, luchando por ver cuál será el más fuerte y se impondrá al otro. Yo, prefecto, por muy débil y sin fuerzas que esté, no puedo consentir en someterme ante los cocodrilos tragándome mi vergüenza, sin atreverlos a mirarlos en mi espanto (...) en estas circunstancias, me veo obligado a resolver la cuestión con los cocodrilos. Si los cocodrilos tienen una inteligencia, que escuchen lo que les voy a decir: el gran mar se encuentra al sur de Chao – cheu. (...) Propongo a los cocodrilos un acuerdo: les doy tres días para que lleven su malvada casta al Sur, hacia el mar, a fin de huir del funcionario enviado por el emperador. Si tres días son insuficientes, esperaré cinco días. Si cinco días son insuficientes, esperaré siete días. Si dentro de siete días no han partido, es que definitivamente no consienten en irse, no reconocen la autoridad del prefecto y no quieren escuchar y seguir sus órdenes. O bien, esto significa que son estúpidos, sin ninguna inteligencia: por más que el prefecto les hable no pueden escucharle ni comprenderle. Ahora bien, los que desprecian a los funcionarios enviados por el Hijo del Cielo, no obedecen sus órdenes, rehúsan partir para abandonar los terrenos que él administra, así como aquellos que son estúpidos, sin ninguna inteligencia y nocivos al pueblo y a los seres vivos, deben ser ejecutados. En este caso, voy a escoger entre los funcionarios y el pueblo unos arqueros hábiles, y les daré arcos poderosos y flechas

21 Han Yü. Exhortación a los cocodrilos. En: PAZ, Octavio. Versiones y diversiones. Barcelona, Círculo de Lectores y Galaxia Gutenberg, 2000. pp 523 - 526

envenenadas, para que se hagan cargo del conflicto con los cocodrilos. Os aseguro que no se detendrán antes de haber exterminado a los cocodrilos hasta el último; y entonces será demasiado tarde para quejarse". Es sin duda una excelente sátira sobre el mal gobierno.

En el trasfondo de la cosmología china, encontramos una abundante presencia del agua, con sus respectivas criaturas, pero también con el reto de que la creciente población y sus dirigentes, elaboren pautas sociales y tecnológicas adaptativas. En esta perspectiva, los mitos, como hemos reiterado, cumplen una función de cohesión social fundamental. La imbricación del agua y la cultura se aprecia al analizar los componentes míticos en la provincia de Jiangsu, una de las más importantes de China que tiene como capital a Nanjing, una hermosa ciudad situada en el delta del río Yang - tsé - kiang poseedora de los lagos naturales Xuanwu y Mochou. El primero, es el parque más grande de Nanking y debe su nombre a una leyenda, que data de la dinastía Song de hace más de 1500 años, según la cual un emperador vio un dragón negro en el lago. Por esa razón, se bautizó al lago como Xuan que en chino significa color negro. El supuesto dragón fue posiblemente algún cocodrilo del río Yang - tsé - kiang. Es fácilmente comprensible que en un mundo predominantemente húmedo, se asocien aspectos ecológicos y simbólicos como en este caso el del cocodrilo y el dragón.

La dominación que ejerció Europa sobre el resto del mundo significó también una atracción irresistible de aquella por sus culturas, mitos y formas de vida. De conquistadora, por influencia de los símbolos, devino conquistada. El cocodrilo es una de las evidencias. Aunque allí no encontró los humedales y manglares del trópico para sobrevivir, se las arregló para instalarse por el resto de los tiempos en el imaginario europeo. Una ruta de llegada del cocodrilo fue Egipto – Roma – Hispania – Nimes (Francia) y que nos legó esta última población de carácter multicultural en donde descubrimos una veneración milenaria por el reptil. Alrededor del año 50 a.C. Nemausus (expresión latina que equivale a "Desde el Nilo") se convierte en colonia romana. Los principales pobladores eran soldados legionarios veteranos de las campañas de César en el país de las pirámides y que devinieron cultivadores. Para conmemorar la victoria obtenida en la batalla de Actium en Egipto en el año 31 a. de C., bajo el mando del emperador, los legionarios acuñaron una moneda en la naciente colonia que tiene de un lado las imágenes de César y su esposa Agrippa y en el otro, a un cocodrilo atado a una palma, representando así la dominación romana sobre los faraones, adoradores del cocodrilo. Pasado el tiempo, la población

aprovechó una visita del rey Francisco I y le solicitó autorización para convertir en su escudo oficial al cocodrilo atado a la palmera de la legendaria moneda. La misma fue concedida oficialmente por el rey en 1536 (figura 10)

FIGURA 10: COCODRILLO EMPERADOR



La literatura es una buena coartada para propiciar un escenario donde el cocodrilo y su parentela se quedaron viviendo eternamente en Europa, como lo prueba la saga de las fábulas. Recordamos a este efecto, la clásica de "La zorra y el cocodrilo" donde Esopo, seguramente inspirado en los relatos de los viajeros griegos a Egipto nos cuenta que: "Discutían un día la zorra y el cocodrilo sobre la nobleza de sus antepasados. Por largo rato habló el cocodrilo acerca de la alcurnia de sus ancestros, y terminó por decir que sus padres habían llegado a ser los guardianes del gimnasio. - No es necesario que me lo digas - replicó la zorra -; las cualidades de tu piel demuestran muy bien que desde hace muchos años te dedicas a los ejercicios de gimnasia. Recuerda siempre que lo que bien se ve, no se puede ocultar con la mentira".

Shakespeare, que encarna ese espíritu que surgió de Europa después del contacto con el resto del mundo se asomó con respeto y asombro a esas oleadas de mitos, personajes y crónicas que traían los viajeros. Su obra está atravesada de voces y presencias de muchos de los rincones del planeta que subió con maestría a los escenarios del Imperio inglés. En "Antonio y Cleopatra"²² hallamos varios elementos claves del Egipto faraónico, entre ellos el cocodrilo:

²² SHAKESPEARE, William. Antonio y Cleopatra. En: Obras completas. Madrid, Aguilar, 1951. pp. 1804 - 5

“Toque de trompetas. Entran César, Antonio, Lépido, Pompeyo, Agripa, Mecenas, Enobarbo, Menas y otros capitanes. ANTONIO.- He aquí como proceden, señor. Miden las crecidas del Nilo por ciertas escalas sobre las Pirámides; según la ola es alta, baja o media, saben lo que va a venir: la miseria o la abundancia. Cuando más sube el Nilo más grandes son sus promesas. Cuando el reflujo, el sembrador echa su grano en el limo y el fango y poco después viene la siega.

LÉPIDO.- Tenéis extrañas serpientes en aquel país.

ANTONIO.- Sí, Lépido.

LÉPIDO.- Ved, vuestra serpiente de Egipto se engendra del barro por la acción del sol. Lo mismo vuestros cocodrilos.

ANTONIO.- Efectivamente.

POMPEYO.- Sentémonos..., y venga vino. ¡A la salud de Lépido!

(..)

LÉPIDO.- ¿Qué especie de ser es vuestro cocodrilo?

ANTONIO.- Tiene exactamente la forma que tiene, señor; es tan ancho como su anchura; tan alto como su altura lo permite, y se mueve por sus propios órganos. Vive de lo que le nutre, y cuando los elementos que le componen se disuelven, transmigra.

LÉPIDO.- ¿De qué color es?

ANTONIO.- De su propio color.

LÉPIDO.- ¡Es una serpiente extraña!

ANTONIO.- Sí, y sus lágrimas son húmedas.

CÉSAR. – ¿Le satisfará esta descripción?

ANTONIO.- Sí, con el brindis que le dedica Pompeyo, o será un verdadero Epicuro”.

Vastos son los territorios conquistados por este imaginario cocodrilo. Miguel de Cervantes Saavedra, el fundador de la novela moderna, y al que no le eran ajenos los símbolos del mundo antiguo, coloca al cocodrilo en el escenario de una burla que le preparan los Duques a Don Quijote, en la segunda parte de su inmortal obra “El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha”. En efecto, entre los capítulos XXXIX a XLI, se urde esta trama en boca de una de las protagonistas, la Trifaldi, que intenta conmovier a Don Quijote aprovechándose de su candor y su locura para que se enfrente al gigante Malambruno y emprenda la liberación del encantamiento de los desposados convertidos, uno, en cocodrilo y la otra, en simia, y a todas las

mujeres en barbudas vergonzantes, para lo cual debe emplear al caballo Clavileño que vuela por los aires.

Samaniego, adaptó al castellano la riqueza literaria del género de la fábula, inmortalizando al cocodrilo:

“Bebiendo un perro en el Nilo,
al mismo tiempo corría.
‘¡Bebe quieto!’, le decía
un taimado cocodrilo.

Díjole el Perro, prudente:
‘Dañoso es beber y andar;
pero, ¿es sano el aguardar
a que me claves el diente?’

¡Oh; qué docto perro viejo!
Yo venero su sentir
en esto de no seguir
del enemigo el consejo”
(“El perro y el cocodrilo”)

La apelación a Egipto fue frecuente en la literatura española. El dramaturgo Félix Lope de Vega hizo de esta cultura un tema recurrente en sus obras:

“Y como el fiero armado cocodrilo se arroja de la margen Egypciana al pez, o barca del fecundo Nilo, al apuntar la candida mañana: entre las ondas por el mismo estilo comen y beben sangre humana haciendo que la mar su freno exceda como tan llena de los cuerpos queda” (“La Circe”, 1779)

En la poesía recordamos al gitano universal Federico García Lorca que dejó fluir su alegría mediterránea para salir al encuentro de las culturas del viejo y nuevo mundos:

“Fuego para la carne sensible que se quema.
Níquel para el sollozo que busca a Dios volando.
Las nubes proyectaban sombras de cocodrilo
sobre un cielo incoloro batido por motores.
(“Demonio”)
“En la agostada senda

he visto al buen lagarto
(gota de cocodrilo)
meditando"
("Canción oriental")

"Cuando llegue la luna llena
iré a Santiago de Cuba,
¡Arpa de troncos vivos, caimán, flor de tabaco!
Iré a Santiago"
("Son de negros en Cuba")

Varios escritores franceses se inspiraron en el mundo antiguo, quizás haciendo eco al asedio cultural que se ejerció sobre estas grandes naciones. Recordemos a Balzac²³ en una de sus incursiones literarias por Egipto ("Escenas de la vida militar"): "Mirando, ya el espacio negruzco, ya el espacio azul, el soldado pensó en la Francia. Recordó con delicia las calles de París (...) Ciertos recuerdos le habían traído a la mente las fieras del desierto (...) A mitad de la noche un ruido extraño le despertó. Incorporóse y el profundo silencio le permitió distinguir el alternado acento de una respiración, cuya salvaje energía no podía pertenecer a criatura humana (...) Un terror profundo, aumentado por la obscuridad, el silencio y los fantasmas de la imaginación le heló el corazón, y sus cabellos se erizaron cuando a fuerza de abrir los ojos percibió en la sombra dos pupilas amarillentas y luminosas (...) ¿Era un león, un tigre o un cocodrilo?". Dejemos al lector con la duda...

La presencia de los alemanes en Colombia es de vieja data. En el siglo XIX, Alexander von Humboldt, figura de máxima inspiración para los ambientalistas de todos los tiempos, estuvo recorriendo sus maravillosos paisajes, entre otros, el río Magdalena, el cual origina en su desembocadura en el Mar Caribe, a la Ciénaga Grande de Santa Marta. A su inquieto espíritu no le fue ajena la extraordinaria anatomía del caimán y así lo consignó en su minucioso diario de viaje. Su compatriota Hermann von Lingg (1820-1905) nos legó este poema:

23 DE BALZAC, Honoré. Una pasión en el desierto. En: Grandes cuentistas. W. M. Jackson, Buenos Aires, 1960. pp.64 - 66

"En la ciénaga sagrada de Singapur,
se esconde un viejo cocodrilo,
de muy hosca naturaleza,
que devora los tallos del loto.
Es muy viejo y casi ciego,
y cuando hace frío durante la noche,
gime como un niño pequeño,
pero cuando el día es hermoso, ríe"
("El cocodrilo")

Dos poetas ingleses hallaron inspiración en el reptil. El primero es Thomas Lovell Beddoes (1803 - 1849):

"Con esfuerzo percibo en medio de coronas de lirios del Nilo,
en el atardecer, al dragón del río en toda su magnitud,
la cota de acero marrón de sus miembros esmaltados,
con almandinas púrpuras y un destello de perlas:
la cabeza semejante a la de un joven durmiente,
con los ojos adornados como pequeñas yemas de huevo;
con el inofensivo hocico a veces ríe, bosteza o atrapa
en pleno vuelo a las felices moscas"
("Un cocodrilo")

El otro poeta inglés es A. E. Housman (1859 - 1936):

"A veces siento aversión por su sonrisa,
no puedo amar el cocodrilo.
Su conducta no se parece a mí
lo reconozco con sinceridad.
("El cocodrilo o la decencia pública")

Ahora unamos las orillas del Atlántico con el feliz encuentro entre los parientes de ambos mundos, gracias al salto triple que dieron el caimán americano a Egipto, el cocodrilo del antiguo Egipto a la imaginación de Lewis Carroll y el de éste a la literatura infantil del siglo XIX: "El charco de lágrimas: Su decepción fue tan grande (porque no pudo salir al jardín), que Alicia se deshizo en lágrimas (...) en el suelo se formó un charco, como de quince centímetros de profundidad. ¡Qué extraordinaria asociación entre esta metáfora y el hábitat del humedal propio del cocodrilo! Así mismo hacemos coincidir un final, del cuento precedente, con lágrimas – las tan celebradas lágrimas de cocodrilo- con un comienzo de otra historia, también con lágrimas...Nota de J.M.). ¡Dios del cielo! Qué cosas más extrañas me han sucedido hoy. Tal vez me haya transformado en otra persona

durante la noche. Pensemos: ¿sería yo la misma cuando me levante esta mañana? Puede que sí, puede que no. Viéndolo bien, creo que me sentí un poco raro esta mañana... Pero, si no soy Alicia ¿quién soy? (...) Para más seguridad voy a repasar todo lo que sé (...) Veamos la geografía (...) Repasaré la lección de los ríos: En el Mississippi, las gallinas hacen pipí, el Támesis no tiene meses y el Ganges lleva un ángel...". Carroll ha preparado el escenario: ahora está dispuesto el hábitat del personaje para que entre en escena: "¡Dios mío! Estoy confundiéndolo todo. ¡Empiezo a creer que anoche me transformé en la tonta de Mabel! (...) Para convencerme de que no soy Mabel, recitaré una poesía:

Un bello día de primavera,
el viejo príncipe de los caimanes,
desafiando las rachas de viento,
salió a ver a su pariente.
Este era un cocodrilo,
que vivía en el Nilo,
y como era tan inútil,
se quejaba sin cesar:
¡Diablos, qué calor – decía –
el sol me va a resquebrajar!

Al decir la última palabra, Alicia comenzó a llorar de nuevo: ¡Me equivoqué! ¡Estoy segura de que no son esas las palabras! Claro que sí, soy Mabel, ya no soy Alicia" Y aquí se repite el intercambio de identidades tan propia de los mitos antiguos.

El cocodrilo lo encontramos en Europa en todas las formas posibles de la imagen. Es sin duda, un imaginario infinito en el que encontramos los nombres de pintores como Dupérac Etienne, Eugène Delacroix, Honoré Daumier, Paul Meyerheim y M. C. Escher. En el campo de la escultura el cocodrilo ha cautivado la atención de notables creadores como puede apreciarse en la obra conocida como "El río Nilo", que se encuentra en el Palacio del Vaticano en el Braccio Nuovo del Museo Chiaramonti, la alegoría del río es un viejo y enorme anciano que representa a un dios protector de los egipcios y en cuyo cuerpo recostado juegan 16 niños. En una mano tiene el cuerno de la abundancia y en la otra, espigas de trigo. Debajo del cuerpo salen dos animales: una mangosta y un cocodrilo (figura 11)

Figura 11: El Cocodrilo llega al Vaticano



En la Plaza Navona en Roma se encuentra la hermosa Fontana dei Fiumi (Fuente de los cuatro ríos), obra realizada por el maestro del estilo barroco italiano Gian Lorenzo Bernini entre 1648-1651. La obra representa las cuatro grandes culturas y la Naturaleza del mundo entonces conocido: de una roca brotan los ríos más representativos de los continentes: el Danubio de Europa, el Nilo de África, el Ganges de Asia y el Río de la Plata de América. Del conjunto sobresale un antiguo obelisco egipcio que remata una paloma, símbolo del Espíritu Santo. Las culturas se personifican con sendos gigantes acompañados de especies de animales y plantas que identifican cada uno de los continentes y que para el artista resultaban emblemáticas, así: Europa con un caballo, África con un león, Asia con una palmera y América con un yacaré (caimán). En Venecia encontramos una de las esculturas que nos parece más significativas, en relación con el encuentro de los mundos: se trata del remate de la Columna de San Teodoro que representa a este santo sobre un cocodrilo (figura 12)

Figura 12: San Teodoro y El Cocodrilo



En París “la Ciudad Luz” el cocodrilo también ocupó un lugar destacado en la escultura. Mencionamos, en primer lugar, a Antoine-Louis Barye, cuyas esculturas las encontramos a la entrada del hermoso Museo de Orsay en París. Este francés (1796 – 1875) consagró en el bronce las escenas de animales logrando un realismo extraordinario en la escultura donde un tigre devora un gavial de la India. Con un tema similar descubrimos en el Jardín de las Tullerías la escultura en bronce de Auguste Cain, elaborada en 1873 (figura 13)

FIGURA 13: COCODRILO DEVORADO



Antoine-Louis Barye

Auguste Cain

EL COCODRILO EN LOS MITOS DEL NUEVO MUNDO

Se han consumado los grandes descubrimientos de África, Asia, Oceanía, Australia, China, y de la joya de la corona, América. Los mitos y los miedos que traía la Europa decadente, victimizada por las pestes, las guerras, los odios feudales, las disputas a muerte del reino de Dios, las coronas tambaleantes, las mentes afiebradas por el oro y el hambre, todo ello, se fundió con esas otras visiones del mundo natural y sobrenatural que constituían los mundos recién descubiertos. En esa historia de aguas revueltas emerge el mítico caimán de América.

Los pueblos mesoamericanos compartieron una visión colectiva de su universo sagrado que imaginaban creado por Quetzalcóatl y Tezcatlipoca, hijos de dioses que moraban en el Omeyocan, el más alto nivel del cielo. Siguiendo los dictados divinos, tomaron el cuerpo del Cipactli, bestia ancestral de aspecto espinoso que semeja el cocodrilo, caimán o lagarto y que caminaba sobre las aguas universales, al que dividieron en dos partes: con

una crearon el plano celeste habitado por las deidades astrales, y con la otra, la Tierra y el Inframundo. Uno de los productos simbólicos más destacados de la nación Azteca es el calendario astronómico, en el cual, todos los años y todas las veintenas empiezan por el signo Cipactli o cocodrilo (día primero).

El mito de Cipactli dominó la escena religiosa en Centroamérica pasando de la Nación Azteca a la Náhuatl: "Sabido es que el caimán o *crocodilus lucias* es el verdadero cipactli de los nahuas y que entre ellos era un emblema del dios sol, si bien es cierto que no es exclusivo, sino que a veces es símbolo de la tierra. Bajo este símbolo aparece ese animal con mucha frecuencia en sus pinturas y en sus códices. Es muy curioso preguntar por qué tenían los indios como emblema del sol a un caimán o lagarto. La explicación nos la da Mons, Plancarte, Prehistoria de Méx., pág. 834: "Era el sol, dice, de anfibia naturaleza, porque si nacía en las alturas de las montañas, se ocultaba en las aguas del Oeste, y si se levantaba en el mar, se ponía en las alturas"²⁴.

En la tradición oral encontramos evidencias de la supervivencia mítica del caimán, como en el cuento del pueblo mixe de Oaxaca (México)²⁵, donde todos los personajes resultan engañados: "Este cuento habla de un hombre muy pobre que tenía su familia con dos hijos (...) Pescaba en un solo río, pero una vez cuando volvió a ese río ya se había secado y en el cauce se encontraba un cocodrilo a punto de morir por la falta de agua; el pescador al verlo en ese estado se compadeció tanto por aquel animal que se ofreció para ayudarlo o llevarlo hasta el otro río (...) Cuando llegaron al otro río el cocodrilo se metió al agua, pero cuando estuvo recuperando sus fuerzas le dijo al hombre que le había ayudado: -Tengo mucha hambre y necesito comer, así es que te voy a comer". Luego viene una serie de episodios en los cuales el hombre invocó a su favor el juicio de otros animales: el caballo y el buey, que consideraron malos a los hombres y por lo tanto condenaban al pobre hombre, y el del hábil zorro, que los consideraba buenos porque lo surtían de pollos, y logró concertar con el cocodrilo que liberara al hombre para que este pagara su libertad con pollos. En el camino, el zorro convence al hombre para que no le cumpla la palabra al

24 Colegio Centroamérica en Granada. Revista mensual Centroamérica núm 15, año II, nov 1924

25 HERNANDEZ, Marcelo. El pescador y el cocodrilo: cuento mixe de Oaxaca. En: Indigenismo pueblo y cultura. Jas Reuter compil. Cuadernos No.5, Consejo Nacional Técnico de la Educación, México, 1983. pp. 233 - 241

cocodrilo y le de a él todos los pollos. Cuando llegan a la caza del hombre este comenta la situación a la familia, pero sus hijos toman otra decisión: "-Papá, ya agarramos los pollos, ahí los metimos dentro del costal, ya los puedes llevar para que coma el zorro. El pescador sin saber nada se lo llevó al zorro (...) Cuando al zorro le dio hambre, empezó a abrir el costal, pero cuando lo abrió saltaron dos perros y se echaron tras el zorro correteándolo. El zorro había sido engañado, el pescador también y el cocodrilo".

El Pueblo Maya, en el contexto geográfico que floreció compartió su historia con la del cocodrilo, el cual se encontraba en los ríos y lagunas de la región, siendo objeto de representaciones en glifos y relieves de varios templos. La ciudad prehispánica de Lamanai, en Belice, pudo ser un centro ceremonial dedicado al saurio, dado que su nombre significa "cocodrilo sumergido". Los mitos de la creación nos muestran "la imagen simbólica del nivel terrestre: un cocodrilo o lagarto que flotaba sobre el agua y sobre cuyo dorso crecía la vegetación. Los mayas yucatecos lo llamaban Itzam Cab Ain, "Dragón-tierra-cocodrilo". El inframundo era el vientre de ese monstruo, por lo que además de ser el sitio de la muerte, contenía semillas de nueva vida"²⁶.

En los Libros de Chilam Balam²⁷ escritos en la lengua yucateca encontramos un nuevo testimonio del ascenso del cocodrilo a las esferas celestes: El Año tun 2 Ix, trae presagios de espanto: "Será el tiempo en que se corte el linaje de los descendientes falsos cuando se yerga sobre la tierra, se yerga sobre el país llano, Buluc Ch'abtan, Once Ayunador, el hijo de Ah Uuceb, El site montañas. A las orillas del mar tendrá abiertas sus fauces el terrible Ayín, Cocodrilo". Los augurios no ceden en desdichas: "El decimocuarto año tun 13 Muluc, Inundación (...) En este 5 Ahau Katún estará presente el enorme Ayín, cocodrilo; entonces será cuando se asiente la presencia de Ho Habnal Tok, Cinco pedernales afilados, en el katún". Otro de los documentos notables del Pueblo Maya es el Popol Vuh, que recoge tradiciones de la literatura maya de Guatemala, entre las que se destacan La creación del Mundo y La leyenda de los dos gemelos, según la cual estos, llamados Hunahpú y Xbalanqué, destruyen a Vucub – Caquix y a sus dos hijos por arrogantes. Uno de los vástagos es precisamente, el cocodrilo Zipacná.

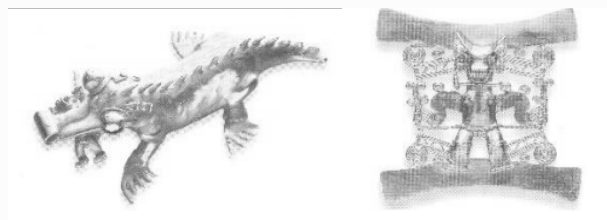
26 Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. La religión vínculo del hombre con los dioses. 2003.

27 Rueda Profética de los años de un katún 5 ahau. Versión castellana de Alfredo Barrera. En: SODI, Demetrio. La literatura de los mayas. México, Joaquín Mortiz, 1964. pp.32 -52

A Vargas y Arias²⁸ debemos uno de los más completos estudios sobre la presencia del cocodrilo en el imaginario mesoamericano: “El cocodrilo juega un papel relevante en los aspectos de la ideología mesoamericana. Se le asocia fundamentalmente con la fertilidad, pues de él dependía que las lluvias llegaran a tiempo y la fertilidad de las tierras. Era ese posiblemente el gran poder del cocodrilo. La fertilidad es nacimiento, es vida; es lo que los cocodrilos hacen. Una de las tareas de los cocodrilos con la naturaleza es buscar vida, ellos buscan agua, elemento fundamental para la fertilidad de la tierra, y como elemento terrestre pueden obtenerla en las mismas aguadas, y como elemento celeste con las lluvias, de esta manera el cocodrilo es terrestre, celeste y del inframundo”

Nicaragua, Costa Rica y Panamá conforman una macrocultura donde es fácil encontrar una raíz lingüística y mitológica común, en donde el cocodrilo – caimán sigue siendo un símbolo predominante. Un caso es la asociación entre naturaleza (animismo religioso), chamanismo y objetos de oro como se aprecia en una figura encontrada en Costa Rica de un caimán que sostiene (devora) con sus mandíbulas a un hombre. En dos depósitos arqueológicos de este país la imagen del caimán es dominante, junto con otras de felinos y serpientes (figura 14)

Figura 14: Caiman y Chaman en Costa Rica



Las influencias de mesoamérica se extendieron hasta los pueblos que habitaron el actual territorio de Colombia como las áreas orfebres conocidas como Quimbaya, en el valle medio del río Cauca, Sinú (o Zenú), en las llanuras del Caribe, Tairona en la Sierra Nevada de Santa Marta, y Muisca en las altiplanicies de la Cordillera Oriental. El caimán, por supuesto, brillaría con todo su esplendor en estos pueblos. En el caso del Pueblo Zenú se reconoce que ocupó extensas zonas fluviales y de humedales donde crearon un sistema hidráulico que les permitió generar una exitosa estrategia

28 VARGAS, Ernesto y ARIAS, Teri. El cocodrilo y el cosmos: Itzamkanac, el lugar de la casa del lagarto

adaptativa. Su arte de la orfebrería ha sido altamente valorado. Una de las piezas favoritas del autor de estas líneas es un colgante que muestra un águila y un caimán (figura 15)

Figura 15: Sir Cocodrilo²⁹



En otros pueblos de América rastreamos la mítica presencia del caimán: la orfebrería quimbaya (Colombia); la Nación Taina en la Ciénaga de Zapata (Cuba); los pueblos indígenas Sanema – Yanoama, que habitan un territorio comprendido entre el sur del estado Bolívar de Venezuela y el norte amazónico del Brasil; el Pueblo Macusi, que habita territorios de Guayana, Venezuela y Brasil, del cual Galeano³⁰, retoma una narración de Lévi - Strauss y recrea una hermosa leyenda: “El sol de los macusi estaba preocupado. Cada vez había menos peces en sus estanques. Encargó la vigilancia al caimán. Los estanques se vaciaron. El caimán guardián y ladrón, inventó una buena historia de asaltantes invisibles, pero el sol no la creyó. Empuñó el machete y le dejó el cuerpo todo cruzado de tajos. Para calmarle las furias, el caimán le ofreció a su hermosa hija en matrimonio. -La espero- dijo el sol. Como el caimán no tenía ninguna hija, esculpió una mujer en el tronco de un ciruelo silvestre. -Aquí está- anunció, y se metió en el agua, mirando de reojo como mira todavía. Fue el pájaro carpintero quien le salvó la vida. Antes de que el sol llegara, el pájaro carpintero picoteó a la muchacha de madera por debajo del vientre. Así ella, que estaba incompleta, fue abierta para que el sol entrara”

29 BONILLA, María Elvira. Oro colombiano en manos extranjeras. En: Boletín Cultural y Bibliográfico. Banco de la República. Bogotá, Vol. XXII, No.3, 1989. p.59

30 GALEANO, Eduardo. Memoria del fuego, Tomo I. Los nacimientos, México, Siglo XXI, 1982, pp. 26-27, con base en Lévi - Strauss, Claude. De la miel a las cenizas.(Mitológicas, II) México, FCE, 1978

En esta revisión a lomo de caimán, de nuestros grandes mitos americanos, visitamos en el sur del continente, al Pueblo Indígena Toba (provincia argentina del Chaco) en el cual se percibe la permanencia de las “ánimas” de algunas especies, entre ellas el cocodrilo o caimán y su relación con el chamanismo. Acerca de Paraguay, Frazer³¹ refiere cómo los Abipones dan especial importancia a la relación de las palabras con la muerte, por lo cual desechaban aquellas que recordaban a los muertos o a los animales que encarnaban una de sus almas: “En los siete años que estuvo entre estos indios Dobrizhoffer, la palabra “jaguar” fue cambiada tres veces y las de “caimán”, “espina” y “matanza del ganado” pasaron por esas vicisitudes aunque en menor escala. Como resultado de este hábito, los vocabularios de los misioneros estaban plagados de tachaduras, teniendo que eliminar de continuo las palabras antiguas como obsoletas y colocar las nuevas en su lugar”

La expansión colonial de los siglos XV y XVI tuvo en África uno de sus principales objetivos. De allí llegaron a América barcos cargados de esclavos sometidos a los más crueles sacrificios. Fue intensa la hibridación de sus culturas con las de los nuevos desposeídos de los pueblos indígenas de América. Entre los valiosos elementos de sus culturas que sobrevivieron está su tradición oral, como el siguiente fragmento de un poema africano:

“Cuando intentan atrapar a un camaleón
bajo una estera,
el camaleón toma el color de la estera
y se confunde con ella.
Cuando intentan atrapar a un cocodrilo
en el lecho del río,
el cocodrilo toma el color del agua
y se confunde con la corriente.
Cuando intente atraparme el Hechicero,
¡que pueda yo cobrar la agilidad del viento
y escapar de un soplo!”
 (“Sortilegio Yoruba contra el enemigo”³²)

31 FRAZER, James George. op. cit. p. 302

32 GALEANO, Eduardo. Memoria del fuego, Tomo I. op. Cit. Pp. 293 – 294 basado en: Martínez, Rogelio (Selección). Poesía anónima africana. Madrid, Miguel Castellote, sf.

En una memorable ocasión reunimos en los patios de la Universidad de Ciénaga (INFOTEP) a los maestros Manuel Zapata Olivella, escritor y recio defensor de la cultura afrocolombiana, y Carlín, tamborero sin par del barrio París de Ciénaga. Juntos nos dieron un concierto improvisado de varias horas donde se invocaron las divinidades africanas, sus mezclas con los símbolos cristianos, sus formas mestizas, en donde brotó el toque del caimán de Ciénaga. En esa fecha inolvidable conocimos un prelude de la obra inmortal de Zapata Olivella³³:

"Muntu que olvidáis / rememora aquellos tiempos / cuando los Orichas no nacidos / muertos vivían entre sus hijos / y sin palabras iluminaron las imágenes / inventan caminos a los ríos / y mañanas a los vientos. En la primera hora... / viejo el instante / el fuego que arde / en cenizas convertido – / el Padre Olofi con agua, tierra y sol / tibios aún por el calor de sus manos / a los mortales trazó su destino / sus pasiones / sus dudas / el irrompible nudo con los muertos (...) Para establecer el equilibrio y la justicia / la pródiga tierra entre todos repartió / sin olvidar las plantas y animales / A los hombres hace percederos / y a los difuntos, amos de la vida, / por siempre los declaró inmortales (...) Aquí os nombraré / donde nacieron nuestros hijos / donde reposan vuestros huesos / en el terrible momento / en la hora de la partida / arrojados por Changó / a los mares y tierras desconocidas (...) Guardaré el ritmo – agua que diste a la voz / el tono a la lluvia que cae / el brillo a las estrellas que mojan nuestros ojos. / Mi palabra será canto encendido / fuego que crepita / melodía que despierte vuestro oído. Estos olores de tierra húmeda / mar / ríos / ciénagas / saltos / olores de surcos, nubes, selvas y cocodrilos / olores son de tierra fecundada / por las aguas de la madre Yemayá / después de parir a los Orichas / sus catorce hijos / en un solo y tormentoso parto" (figura 16)

33 ZAPATA OLIVELLA, Manuel. Changó el Gran Putas. Bogotá, Nuevas Ediciones, 1992. Pp.64 - 69

Figura 16: Divinidad Yoruba³⁴



A la profesora Nina S. de Friedemann debemos un conjunto de estudios muy cercanos a la realidad cultural, social y ambiental de los pueblos afrocolombianos. En uno de sus textos que más disfrutamos (que tuvimos la oportunidad de acompañar en su presentación en la ciudad de Cali donde nos deleitamos con la mágica palabra de los juglares del Pacífico, entre las cuales se destaca la de Alfredo Vanín) justamente se rinde un homenaje a estos cultores de la literatura oral. Dice la autora³⁵: "Allí, el agua es parte del paisaje y del alma de su gente, tanto como de su poesía y sus fábulas repletas de humedad, de barcos, canoas e increíbles navíos. Como el del decimero Bartolomé Cortés que según él venía bogando desde Limones en el río Guapi con un guía bastante singular:

¡Me embarqué a navegar
en una concha é cangrejo
y sólo embarqué a un caimán
pa que me mostrara el estero
y arrimé a Buenaventura
en esa concha é cangrejo!"

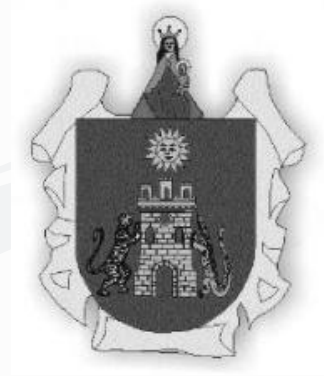
El Chocó con este entorno acuático, tan consustancial a nuestro trópico, es en todo el planeta una de las dos ecorregiones con mayor biodiversidad. Lugar ideal para que la cultura negra cultivara la poesía acuática e incorporara en ella la fauna asociada al agua, como el caimán. Aunque sus habitantes pudieran vivir en condiciones dignas, desde hace mucho tiempo

34 Cortesía del Museo del Quai Branly, Paris.

35 DE FRIEDEMANN, Nina S. Criele criele son. Del Pacífico negro. Bogotá, Planeta, 1989. pp. 160 - 161

la ecorregión es la de mayor índice de pobreza en Colombia, debido entre otros factores a la explotación voraz a que se ha sometido a la naturaleza y las comunidades. Por estas razones es explicable que allí se escenifiquen agudos conflictos sociales que el escritor colombiano Javier Echeverri³⁶ capitalizó en una novela donde el personaje Juan Caimán encarna las luchas de las comunidades por encontrar un mejor destino sobre la tierra. El departamento del Chocó en su escudo destacó al caimán (figura 17)

Figura 17: Caimán Heráldico



EL ALLIGATOR: GUARDIÁN DE LA FLORIDA

En el territorio subtropical de los Everglades (la Florida, Estados Unidos), sentimos los mismos espíritus que nos habían acompañado en el Valle de Cienaguas (Ciénaga Grande de Santa Marta). Espíritus encarnados en aves, peces, moluscos, y especialmente en el cocodrilo (alligator). Un recorrido desde el aire por este territorio nos permite reconocer los hitos paisajísticos del mismo: hacia el este, el Océano Atlántico, en el meridiano, el lago Okeechobee, desde donde se desprende un inmenso río de lento caminar hacia la Ciénaga Big Cypress y cuyas aguas finalmente descansan en la costa oeste (Golfo de México); una vasta red de esteros, caños y ríos, entre los que se destaca el Río Kissimmee, sustentando un tapiz de bosques y matorrales. Es un paisaje similar al de nuestro mítico Valle de Cienaguas: agua, hierba y sedimentos por todas partes, y en el corazón, un gran espejo de agua, el lago Okeecho-bee, de cuyos latidos dependen

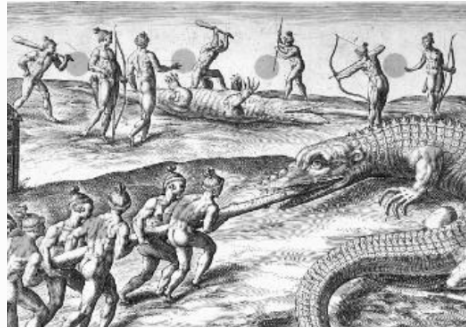
36 ECHEVERRI, Javier. El camino del caimán. Bogotá, COLCULTURA, 1996.

los flujos de corrientes de agua y vida. Esto explica por qué el territorio era llamado por sus primitivos pobladores “Pahayokey” que significa “aguas cubiertas de hierbas” y luego, por los colonizadores ingleses como “everglades” (espacios luminosos).

A pesar de una historia ambiental signada por serios conflictos que llegaron a poner en peligro las culturas aborígenes y la supervivencia del ecosistema, cuando recorremos el territorio a pie o en canoa casi llegamos a olvidar que nos encontramos ante otro paraíso perdido y comprobamos que aún conserva rasgos excepcionales de su antiguo esplendor. Es importante recordar que junto con los indígenas Seminole y Miccosukee, que adelantaron luchas permanentes por su derecho a la autonomía cultural, al territorio y a su conservación, surgieron en el siglo XX líderes creativos y altruistas como Ernest F. Coe y Marjory Stoneman Douglas que coadyuvaron en el propósito de lograr la condición de Parque Nacional de una gran porción del territorio (declaratoria lograda en diciembre de 1947 con base en un acto legislativo del Congreso de 1934 estableciendo un área de 566,788 ha, la cual fue aumentada a 609,681 ha en 1989). La UNESCO declaró al territorio Reserva del Hombre y la Biosfera en 1976 (incluido el Dry Tortugas National Park para un área de 585,867 ha) y Patrimonio Natural y Cultural de la Humanidad en 1979 (592,920 ha); y, finalmente, la Convención Ramsar lo inscribió en 1987 como Sitio de Humedales de Importancia Internacional (566,788 ha).

En este entorno encontramos dos especies de cocodrilo que son el centro de atracción de los Everglades: el American alligator *Alligator mississippiensis* (pariente del que habita en la China) y el American crocodile *Crocodylus acutus* (que es la misma especie que que ejerció su dominio en la Ciénaga Grande de Santa Marta hasta hace unas pocas décadas). Debido a la importancia ecológica del alligator y como un mecanismo de preservación, el Servicio Nacional de Parques de los Estados Unidos lo declaró **“El Guardián de los Everglades”**. El alligator aparece en todos los momentos de la historia de la Florida. Un famoso grabado de Jacques Le Moyne que realizó con base en los dibujos elaborados en su visita en 1562 a la Florida muestra a los Timucua cazando una especie imaginaria de alligator monstruoso (figura 18)

Figura 18: Un Mítico Alligator³⁷



La nación Seminole defendió su territorio dando lugar a conflictos de grandes repercusiones que costaron mucho dinero y vidas a los Estados Unidos y que en la historiografía se identifican como las "Guerras Seminole" (entre 1814 y 1858). Por su valor y astucia se destacaron los líderes Arpeika, Osceola, Micanopy, Jumper, Wild Cat, Billy Bowlegs y el Jefe Alligator. Acerca de estos dos últimos es importante mencionar cómo su nombre lo asociaron a la resistencia y la astucia del cocodrilo por lo cual las generaciones actuales los recuerdan como símbolos de su derecho al territorio. En homenaje a su resistencia los Seminole se llaman así mismos **"invencibles"** (unconquered) concepto que abarca su capacidad de adaptabilidad cultural y su historia aguerrida de lucha por el territorio. El Jefe Alligator (Halpatter Tustenuggee) nació en 1795 y murió en 1850. Integró el Clan tribal Alligator. En su honor se bautizó al Lago Alligator, el más grande humedal de Columbia County (figura 19)

FIGURA 19: JEFE ALLIGATOR³⁸



37 Plate XXVI. Publicado originalmente por Stefan Lorant en *The New World*, 1564. Reproducido por University of South Florida en Special Collections Department. Digitalización de USF Libraries Digitization Center

38 Cortesía: Smithsonian Institute en Washington, D.C.

En la década de 1920 la Florida sufre una avalancha con la recién creada industria del turismo que la convertirá en sitio favorito por su clima cálido. Los Seminole aprovecharon esta oportunidad para mejorar su estrategia de vida y lo lograron parcialmente con el aprovechamiento del alligator haciendo trucos, hazañas y luchas que los hicieron famosos (alligator wrestling). Finalmente en 1957 fue establecida formalmente la Tribu Indígena Seminole en la Florida y en 1961, la Tribu Miccosukee, pariente de la primera y de menor tamaño. Hoy se estima una población de 2.700 indígenas viviendo en la Florida (2.200 Seminoles y 500 Miccosukees). Mantienen su organización por el sistema de clanes. Aunque el Clan Alligator se fusionó con otro aún se recuerda la canción que identificaba a dicho clan, según pudimos comprobarlo en una videocinta conservada en el Florida Museum of Natural History. La canción es interpretada por la anciana Seminole Suzie Jim Billie acompañada por dos nietos (figura 20).

FIGURA 20: EL CLAN ALLIGATOR³⁹



En la época de paz surgen otros líderes que juegan un papel muy importante en la definición de la nueva estrategia adaptativa aprovechando su fortaleza cultural y las características del entorno de los Everglades. Uno de estos es Billy Bowlegs III, quien mantuvo vivas las danzas rituales de los Seminole, entre las cuales se destacaba la dedicada al alligator: "La coreografía era excepcionalmente diferente a todas las demás. La canción se interpretaba durante la danza con un sentido que yo desconocía" escribió

³⁹ Fotos tomadas por Diego Quintero en el Florida Museum of Natural History y en el Museo Ah - Tha - Thi - Ki (Archivo J.M.)

de Vane⁴⁰. Al presentar esta danza en mayo de 1954 en el Festival Folcórico de la Florida en White Springs (en nuestra colección particular conservamos una copia de la canción que acompaña la danza) Billy Bowlegs III hizo muy famosa esta tradición que permanecía casi secreta y en la cual se cubría con la piel de un enorme reptil, ejecutaba finos movimientos que semejaban los del animal a la vez que emitía el característico cloqueo y gruñido nasal del alligator. Aunque Billy Bowlegs III no fue un jefe guerrero, es sin duda uno de los héroes más queridos por su pueblo gracias a su amor por las tradiciones y la cultura que preservó durante su larga vida que se apagó en 1965, a la edad de 103 años (figura 21)

Figura 21: Billy Bowlegs III y la danza del Alligator⁴¹



Un continuador de estas tradiciones culturales es Chief Jim Billie quien participó en el año 2005 -cincuenta años después que lo hiciera su abuelo, Billy Bowlegs III - en el Florida Folk Festival de White Springs, Florida, con la canción "Big Alligator" y otras de raigambre folclórica. Es sin duda una de las figuras más notables de la cultura Seminole reconocido como compositor e intérprete de los álbumes: "Alligator Tales" (los cuentos del alligator) y "Seminole Fire" (fuego Seminole).

Es interesante anotar como estas expresiones de la cultura indígena han tomado vitalidad en los Estados Unidos como sucedió en el marco del festival celebrado en Salamanca, New York, en octubre de 1975. En ese extraordinario escenario se presentó la "Danza del Alligator" por los indígenas Seneca miembros de la nación Iroqui, localizada en New York en la

40 BOTHWELL, Dick. The great outdoors book of alligators and other Crocodilia. St. Petersburg, Florida, Great Outdoors Publishing Company, sf., p.49

41 Cortesía: Florida State Park

Reserva en Ontario. A Heth⁴², debemos la descripción de dicha danza: “Las parejas de hombres y mujeres se toman de las manos en una doble fila moviéndose en semicírculo en contra de las manecillas del reloj y siguiendo a los cantantes quienes están sentados en unos bancos frente a todos. Los hombres danzan dentro del círculo, las mujeres fuera del mismo. Al estribillo: “Yo yo, hi ha...” los hombres cantan a sus parejas alrededor del lugar y todos se van acoplando formando un círculo más pequeño. Los instrumentos utilizados son: el tambor de agua, matracas hechas de cachos de res y cascabeles colocados en las piernas de los bailarines. El tambor es un pedazo de madera en forma de cilindro lleno de agua y cubierto con un parche de cuero en la cabeza asegurado con un aro metálico y forrado con telas de brillantes colores. Los palillos para tocar el tambor son piezas de madera tallada. El líder de los cantantes toca el tambor y los demás cantantes se turnan para tocar las matracas. El estilo vocal es en parte solista y responsorial. El líder inicia, los coros repiten la primera frase, y luego hacen un sonido nasal que a veces es como un fino latido hasta que vuelve a sonar el estribillo: “Yo yo, hi ha...”. Los cambios de ritmo y figuras en la danza se van dando según el líder va pronunciando una parte del estribillo: “Yo yo” y el coro va respondiendo “hi ha” con un tono más bajo. En total son cinco variaciones en el conjunto de intervenciones. En determinados momentos la danza retoma las figuras iniciales e incorpora nuevas hasta dar fin con la quinta de las formas del canto. La medida que predomina es el dúo entre el tambor y las voces. Las matracas lo que hacen es darle más énfasis al golpe del tambor”

Cerramos este aparte retornando a la sabiduría de los pueblos ancestrales. Una vieja profecía del KOGI pre-colombino suramericano y del HOPI norteamericano dice así: “Cuando el águila del Norte se reúna con el Cóndor del Sur, será hora de que todas las tribus del arco iris del mundo se reúnan y traigan paz sobre este mundo”⁴³. Este amplio círculo que abarcó la cintura húmeda del planeta está próximo a cerrarse. Para ello sólo falta ajustar el broche de oro. Pasamos así de las tierras de los Everglades, las ciénagas de los Seminole a las del Valle de Cienaguas (Ciénaga Grande de Santa Marta). Allí encontraremos el preciado motivo...que cierra el círculo,

42 En: Charlotte Heth “Songs of Earth, Water, Fire and Sky music of: “San Juan Pueblo, Seneca, Northern Arapaho, Northern Plains, Creek, Yurok, Navajo, Cherokee y Southern Plains” Recorded Anthology of American Music, Inc, New York, 1976. Versión de J.M.

43 Louis E. Mejia En: El Misterio del Círculo de Miami y la Conexión Maya. www.tribalink.org

un círculo como el mar Caribe, que atravesamos para llegar a la costa norte de Colombia.

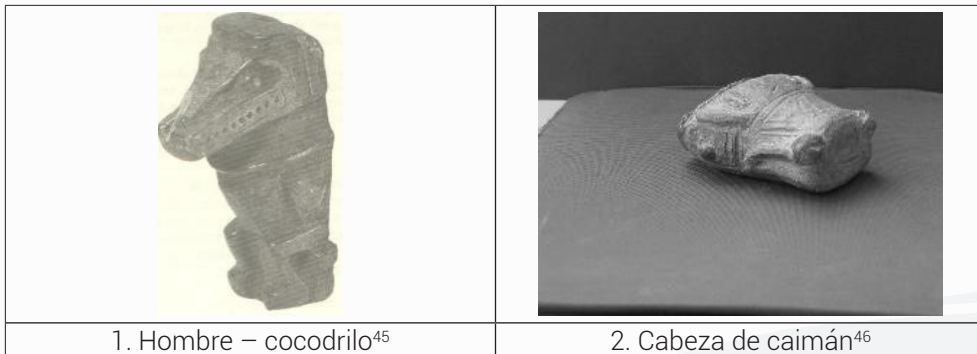
EL MAGDALENA: PATRIA DE LOS HUMEDALES

El caimán fue hasta comienzos del siglo XX, señor del Río Grande de la Magdalena y de las innumerables ciénagas del plano inundable que forma cuando atraviesa el departamento que lleva su nombre antes de entregar su vida en el mar Caribe. Por esta razón al caimán lo encontramos en los ritos de los pueblos indígenas del Magdalena, en el imaginario de los conquistadores y colonizadores españoles y de los pueblos surgidos del mestizaje que se fraguó durante los tres largos siglos que duró el dominio español.

El pueblo Tairona desapareció en el Siglo XVI al oponer resistencia feroz al conquistador español. Un legado importante fue su aprovechamiento adaptativo de un ecosistema considerado hoy Patrimonio de la Humanidad: la Sierra Nevada de Santa Marta. Los Tairona estaban emparentados con la cultura macrochibcha de Centroamérica. Legast⁴⁴ analizó la orfebrería de este admirable pueblo concluyendo: "El ser humano está relacionado con el animal de dos formas, cuando la figura humana se confunde con la del animal para formar una figura mixta y cuando está asociado con el animal pero sin mezclarse. En el primer caso las relaciones son: Hombre-murciélago, Hombre-murciélago con serpientes, Hombre-murciélago con aves, Hombre-murciélago con serpientes y aves, Hombre-felino, Hombre-cocodrilo, Hombre-ave, Hombre-ave con mamífero y reptil. Y en el segundo caso, el ser humano puede estar asociado con ave o con mamífero-ave". Presentamos un maravilloso mosaico que demuestra la importancia que concedió el pueblo Tairona al caimán, quizás en homenaje a los frutos que recibía de la naturaleza en la zona baja (desembocaduras de los ríos, la costa marítima y la Ciénaga Grande) (figura 22)

44 LEGAST, Anne. El animal en el mundo mítico Tairona. Bogotá, Banco de la República, 1987 y SAENZ, Juanita (Reseñista). El animal en el mundo mítico Tairona escrito por Anne Legast. Boletín del Museo del Oro No.20. ene – abr, 1988

Figura 22: Caiman Tairona⁴⁵⁴⁶



El pueblo Ette Ennaka (Chimila) es uno de los pocos que sobrevivió al asedio de la conquista y colonia española y al sucesivo despojo a que los sometió la sociedad occidental. Al parecer también descende de la familia Macro – Chibcha. Ocupó los vastos territorios del Magdalena comprendidos al sur y oeste de Santa Marta, al sur del Valle de Cienaguas hasta la subregión de El Banco. En casi todas las crónicas de la conquista y la colonia, se menciona a este Pueblo como uno de los más belicosos, dado que dieron al invasor español una guerra sin pausa aún a riesgo de su existencia. Hoy este gran pueblo Chimila, está arrinconado en un resguardo situado en la localidad de San Ángel con una población estimada de 900 personas, donde sobrevive asediado por la enfermedad, el hambre, la violencia y la destrucción de su entorno natural.

En un relato recuperado por Reichel - Dolmatoff⁴⁷ se aprecia la admiración del pueblo Chimila por el caimán, un animal del cual aprendieron estrategias para sobrevivir (para nosotros constituye una dramática metáfora de la situación que hoy enfrenta tanto este valeroso pueblo como el mítico caimán): "Un día, por la mañana, dijo un hombre: Me soñé con caimán! ¿Cómo te soñaste con caimán?, dijeron los otros. Me soñé que yo andaba en la playa y me encontré un huevo grande de caimán. Me lo comí. Ahora tengo miedo que el caimán me va a comer a mí! Tú eres muy bobo! Dijo su hermano; el caimán es gente como nosotros y no te va a comer. (Lo convence de ir al río a pescar).Entonces salió un caimán grande y cogió al

45 LEGAST, Anne. op. cit. p.100

46 Colección de Javier Moscarella, foto de Edgar Fuentes

47 REICHEL – DOLMATOFF, Gerardo. Mitos y cuentos de los indios Chimila. En: Boletín de Arqueología, 1, Bogotá, fe. 1945. pp. 14 -16

hombre que había soñado así y se lo tragó (...) (Para liberarse) cogió su flecha y chuzó al caimán por la barriga por dentro (...); al caimán le dio muchos y así abrió la boca. El hombre le puso la flecha trancándole la jeta para que no la pudiera cerrar y salió corriendo". A partir de este episodio se vuelve un gran cazador y pescador. Cuando sus compañeros le preguntan: Cómo haces para conseguir tanta comida? El cazador contesta: Lo aprendí del caimán". Según Reichel – Dolmatoff⁴⁸, esta es "una clásica iniciación chamánica, durante la cual el hombre queda esqueletado y renace luego, ahora en una relación muy íntima con los animales. (...)"

Esta leyenda junto con las demás referidas a animales y ambientes acuáticos subrayan la íntima adaptación del pueblo Chimila a ese entorno fluvial del centro y sur del Magdalena. Guillermo Henríquez estudió varias fuentes de cronistas y considera que la leyenda del caimán de Ciénaga "se remonta a los tiempos anteriores a la llegada de los españoles, en la cual se le rendía culto al caimán, animal totémico de los chimilas, entregándole una niña en sacrificio, y que sería retomada siglos después, por los mestizos del Pueblo Viejo de la Ciénaga, para convertirla en danza de carnaval"⁴⁹. Un estudioso del pueblo Chimila, Edgar Rey⁵⁰, reitera este argumento en varios artículos concluyendo que existe una relación muy estrecha entre la referida leyenda del sueño del caimán y las leyendas del hombre – caimán de Plato y del caimán que devoró a una niña en la Ciénaga Grande (municipios de Pueblo Viejo y Ciénaga) (figura 23)

Figura 23: Arte y Leyenda Chimila⁵¹



48 REICHEL – DOLMATOFF, Gerardo. ORFEBRERÍA Y CHAMANISMO. Un estudio iconográfico del Museo del Oro. En: www.banrep.gov.co

49 HENRIQUEZ, Guillermo. Cienagua: la música del otro Valle (Zona Bananera del Magdalena Siglos XVIII, XIX y XX). En: Boletín Cultural y Bibliográfico, Banco de la República, Núm. 53, 2003

50 REY, Edgar. Nación Chimila: localización, ambiente natural y cultura. En: Rev. Encuentro Bolivariano, Universidad Simón Bolívar, año 3, No.4, oct – dic. 2001. p.45

51 Cortesía de Guillermo Henríquez

El caimán causó estragos a los conquistadores españoles. Así quedó su recuerdo en las crónicas de los primeros visitantes en el siglo XVI. Fray Pedro Aguado, miembro de la expedición de Jiménez de Quesada entre 1560 y 1575, dejó este testimonio: "(...) la creciente del río no sólo causaba estos trabajos, sino también muy nocibles daños; porque como por las ciénagas que se podían vadear entrasen algunos caimanes, que, como he dicho, son pescados de a diez, doce, quince, veinte y más pies de largo, de hechura de lagartos y de ferocidad de carniceras y caribes fieras, eran de ellos con gran ímpetu arrebatados algunos soldados al pasar de algunas ciénagas y ríos y sumergidos debajo del agua sin poder ser remediados ni socorridos, y ansí recibían muy miserables y crudelísimas muertes"⁵²

Las notas que dejó, otro conquistador de almas, Fray Pedro Simón⁵³, permite explicar el miedo que generaba en los pobladores ribereños la presencia del caimán: "Estálo tanto el caimán en los puestos del río, que cada hora suceden mil desgracias con los que con descuido llegan a coger agua y otros menesteres. Pues suele llevarse enteras las indias y negras, que cogiéndolas en una banda del río las lleva a la otra y se engulle una persona, aunque a pedazos, de una vez". Esto sin duda está en la base de mitos y leyendas a lo largo del río Magdalena como se verá más adelante.

Sin duda, de las legiones de evangelizadores que llegaron a América, el más destacado es el poeta Juan de Castellanos. La valoración más exacta de su trabajo se debe al poeta William Ospina⁵⁴ quien consagró un devoto estudio de la crónica en verso que nos legó el español. Allí vemos al reptil asomarse por los interminables versos:

"Hay también por aquestos despoblados
Y campos tan inmensos y vacíos (...)
Inmensa cantidad de cocodrilos,
A quien todos acá llaman caimanes:
Cuya ferocidad y bravos filos
Son causa de grandísimos desmanes,
Pues suelen devorar estas serpientes
Crecidísimo número de gentes" (p.84)

52 AGUADO, Pedro. Conquista del Nuevo Reino de Granada. Buenos Aires, Jackson, 1960. p.309

53 SIMON, Pedro. Noticias historiales. Tomo IV. Bogotá, Banco Popular, 1981

54 OSPINA, William. Las auroras de sangre. Bogotá, Norma, 1999. Ospina aclara que las citas de la obra de Juan de Castellanos titulada "Elegías de varones ilustres de Indias" corresponden a la edición realizada por la Biblioteca de la Presidencia de la República, Bogotá, ABC, 1955. En este ensayo las citas aparecen con las páginas del libro de Ospina.

Por la mente de Castellanos desfilan ríos más grandes que los más grandes ríos del Viejo Mundo, bestias más feroces que las más feroces bestias imaginarias del infierno medieval, lenguas que al solo nombrar un objeto pareciera que acabara de ser creado por los dioses. Era, el paraíso perdido. Sólo la poesía podía salvarlo del olvido. Como aquellos reinos sigilosos con los que Ospina bautizó esta maravillosa oda al señor de las aguas, los sueños, los mitos y la poesía, que Castellanos dibujó con una gracia propia de las grandes tragedias:

"Entre tanto que allí se detenían
E guías de la tierra se tomaban,
Muchos indios amigos que traían
En aquel amplio río se bañaban;
Pero cuantos entraban no salían,
Antes la mayor parte se quedaban,
Con ser excelentes nadadores
Siempre desaparecían los mejores" (p.156)

¿Cómo no darle la palabra a Ospina que con emoción realiza una puesta en escena con la estrofa siguiente de Castellanos? Escuchemos este diálogo de poetas separados por cinco siglos y unidos por el amor al trópico: "Enseguida don Juan nos mostrará un triple talento muy suyo. El talento de un narrador hábil en mantener la expectativa:

Hallábase la gente descontenta,
Ansí soldados como capitanes,
Y a ningún español se representa
La causa ni razón destos desmanes

"El talento literario de describir con poquísimas palabras a un ser desconocido, mediante la eficaz combinación de elementos reales y míticos:

Hasta que ya cayeron en la cuenta
De voraces lagartos o caimanes,
Fiero dragón y acuática serpiente

"Aún más poético es el talento de captar la principal característica del animal, el sigilo con que se acerca a la víctima de modo que sólo se lo advierte cuando es tarde:

Fiero dragón y acuática serpiente
Que hasta hacer presa no se siente" (pp. 156 – 157)

Esta podría ser la anticipación de una leyenda representada, bailada y cantada en verso por los pescadores del Valle de Cienaguas con la que cerraremos este ensayo.

Una obra que leo y releo con especial deleite es la que nos legó el maestro Aníbal Noguera Mendoza⁵⁵ en la cual compiló algunos de los más sentidos testimonios sobre el majestuoso Río Grande de la Magdalena. Así describe el compilador el sufrimiento de los conquistadores, en el siglo XVI: "Al hambre y al cansancio hay que agregarle los murciélagos, las niguas, los mosquitos, los jejenes y, sobre todo, el terror de los caimanes, que son una página aparte" (T I, p.26). A esta saga, agrega una serie de testimonios: López: "Este río es grande y muy ancho. Hay mucho pescado, muchos manatí, (...) dantas que son como becerros (...) Hay lagartos, caimanes que no perdonan cosa viva que en el agua hallan" (T I, p.51); Fray Juan de Santa Gertrudis: "El otro día partimos y estando para embarcarnos nos dijo un indio: Padres, anoche vi que algunos vinieron a estas canoas a lavarse. No lo vuelvan a hacer, porque estos años pasados un mozo saltó una noche a una canoa a tomar un puro de agua, y un caimán de un bocado lo sacó de la canoa, se lo llevó y se lo comió" (T I, p.108); Don José Celestino Mutis, uno de los más iluminados visitantes del Río Grande de la Magdalena: "Como no es novedad especial encontrar a cada paso un crecido número de caimanes, se hace fastidioso repetir esta noticia; y sólo merecerá alguna cabida en mi diario cuando el crecido número, o alguna otra circunstancia, haga recomendable la noticia. En efecto; tal fue el crecido número de ello, que esta misma tarde observamos en un playón que pasaban de cincuenta" (T I, p.119).

Uno de los precursores del ensayo naturalista en la naciente cultura híbrida americana, es el sacerdote José Nicolás de la Rosa⁵⁶, a quien debemos unas exhaustivas relaciones de la flora y fauna de la Gobernación de Santa Marta, entre las cuales no faltó nuestro personaje: "Babilla es un animal cuadrúpedo de agua, que habita tanto en la salada como en la dulce, y así las hay en nuestros ríos y lagunas (...) Caimanes no tienen guarismo los que nadan en el Río Grande y en todos los demás ríos, lagunas y ciénagas, ya sean de agua dulce o salada (...) es también animal cuadrúpedo, como la babilla, pero con deformidad mayor, pues es capaz de tragarse un hombre

55 NOGUERA MENDOZA, Anibal. Crónica grande del río de la Magdalena. Bogotá, Sol y Luna, 1980 (2 tomos)

56 DE LA ROSA, José Nicolás. Floresta de la Santa Iglesia Catedral de la Ciudad y Provincia de Santa Marta. Bogotá, Biblioteca Banco Popular, Vol. 74, 1975. pp.366 - 367

si no tuviese una compuerta en la fauce, que le estrecha aquel paso (...)" Y lo que sigue es de un valor extraordinario por cuanto demuestra cuan rápido avanzaba en el siglo XVIII la mezcla de las culturas a través de sus poros siempre abiertos: "(...) Especialísima virtud tienen sus colmillos contra todo veneno, tan experimentada ya en este tiempo, que rara persona, aún las de distinción, no trae algún juguete consigo, hecho de colmillo de caimán, como anillo, pajarito, aspa o cruz, y muchos el colmillo en bruto colgado del cuello, de suerte que toque la carne. Otros, de gusto más exquisito, y gastadores de tabaco de humo, traen un yesquero labrado en un colmillo y guarnecido de plata, de que puede muy bien inferirse el tamaño del animal. Su nervio es efficacísimo remedio contra el ahogo, contra el pasmo y otros achaques agudos". Este es sin duda un párrafo revelador acerca de los nuevos mitos que protagonizó el caimán en el alma mestiza de América.

Es precisamente en este contexto ambiental dominado por las aguas del río Grande de la Magdalena, con el cruce de imaginaciones de tres mundos, donde la cultura adaptativa tiene una relación directa con la oferta natural fluvial, caracterizada por nuestro profesor Orlando Fals Borda como "cultura anfibia"⁵⁷, y donde el mito del cocodrilo (ya analizado en el Viejo y Nuevo mundos) resurge bajo la forma de la leyenda del hombre – caimán. La población de Plato (Magdalena) cuyas tierras bajas están dominadas por el río y por el complejo de ciénagas Zárate – Malibú, que son de una belleza extraordinaria, será el epicentro de este nuevo personaje.

La leyenda del hombre-caimán alcanzó popularidad cuando se divulgaron en los periódicos de Barranquilla varias crónicas escritas por el periodista momposino, descendiente de inmigrantes italianos, Virgilio Di Filippo, donde da cuenta de un relato básico según el cual un hombre llamado Saúl Montenegro gustaba de espiar a las mujeres cuando lavaban en el río (recordemos la crónica citada de Humboldt) y terminada la faena se bañaban en paños menores. Montenegro quería acercarse más para apreciarlas mejor y consiguió que un brujo de La Guajira le preparara un brebaje mágico que le permitía convertirse en caimán con solo rociarse todo el cuerpo y así lograba su lascivo propósito. Para recuperar la forma humana, el brujo le había preparado una contra que revertía el proceso. En la primera ocasión que ensayó su truco se presentó la tragedia. Le pidió a un amigo que lo acompañara. Este no creía mucho el cuento y cuando Saúl emergió del agua convertido en caimán se llevó tal susto que se le cayó la botella de

57 FALS BORDA, Orlando. Mompox y Loba. Historia Doble de la Costa. Bogotá, Carlos Valencia ed., 1988

la contra y al romperse salpicó la cabeza de su amigo con lo cual éste solo logró recuperar la forma humana de esta parte del cuerpo. El amigo despa- vorido huyó y lo abandonó a su suerte. Sumido en la desesperación Saúl, convertido ahora en hombre caimán, no tuvo el cuidado de esconderse y fue avistado por las mujeres que se horrorizaron y dieron aviso a sus maridos con grandes gritos como si se tratara de un demonio. Perseguido por éstos no tuvo más remedio que lanzarse a las aguas del río Magdalena donde dicen quienes lo han visto vive con una tristeza infinita. Su anciana madre, al notar su prolongada ausencia, supuso que el hombre – caimán se trataba de su hijo, y hasta el último día de su existencia, iba todos los días para dejarle en la orilla, pedazos de queso, bollo, y ron (figura 24).

Figura 24: Un hombre se volvió caiman



Fue tal el alboroto que armaron los medios de comunicación con el relato, que don Ramón Vinyes⁵⁸, el famoso sabio catalán de Cien años de soledad, le dedicó una crónica en el diario El Heraldo de Barranquilla, donde justifica la necesaria creación de estos mitos en todo momento y lugar: “He oído comentar con indignación el éxito obtenido por el cuento del hombre – caimán. –‘Nuestros tiempos no deben creer en patrañas’ – hubo quien exclamara. A mí el éxito no me ha extrañado. (...) Cuando la fantasía se mezcla con la realidad adquiere un vigor extraordinario (...) La maravilla del hombre – caimán deriva su éxito de la proximidad a nosotros de lo extraordinario. ¿Cuántas metamorfosis de hombres y mujeres en laurel, estrella, pato, dragón, alimaña, repollo, y mil maravillas más, andan por el mundo? Ovidio ha escrito un libro de gran poesía con las metamorfosis de dioses y

58 VINYES, Ramón. El Hombre caimán. En: Selección de textos. T.I. Bogotá, COLCULTURA, 1980. pp.285 - 286

hombres: 'Las Metamorfosis'. Piero Pomponazzi, que contó como vividas muchas de aquellas transformaciones, en un libro de magia, obtuvo con ellas un éxito inmediato mucho más agudo que el que ha obtenido, con 379 años de existencia, su tratado sobre la inmortalidad del alma: *De immortalitate animae*. ¿Qué quiere decir eso? Que la realidad para que vibre, ha de imitar la fantasía, como aseguró Oscar Wilde. Bendita fantasía con vibraciones, tan eficaces en nuestro desmantelado mundo grisáceo”.

El relato toma en 1940 la forma de una canción compuesta y difundida en la radio por José María Peñaranda a la que tituló “Se va el caimán”⁵⁹. Aunque no tuvo mucho eco, cinco años después fue realizada otra versión por la venezolana Rosita Perón con gran éxito, lo cual motivó a Peñaranda a grabarla nuevamente con los arreglos musicales del gran compositor colombiano Pacho Galán, lo cual terminó de consagrar este relato – canción a nivel nacional e internacional:

“Voy a empezar mi relato
con alegría y con afán.
En la población de Plato
se volvió un hombre caimán.
Se va el caimán, se va el caimán,
se va para Barranquilla”

Esta recreación de una saga universal que ya evidenciamos atrás, puede atribuirse a una expresión de la cultura adaptativa y que en las sociedades ancestrales fue recurrente: “Para dar entidad y corporeidad a los conceptos religiosos y a las fuerzas sobrenaturales se recurrió en Tumaco, como en muchos otros pueblos del mundo, a la creación y ejecución de figuras que muestran, combinadas, formas humanas, vegetales y animales. Tomando su propio cuerpo como un elemento simbólico y añadiéndole rasgos de los otros seres de la naturaleza, el hombre crea unos seres fantásticos, fruto de su imaginación puesta al servicio de la necesidad de conjurar temores y propiciar venturas. Nacen entonces personajes tan sugestivos como los hombres-saurios, el oso humanizado, y los hombres-jaguares, síntesis de la relación hombre-animal, que fue cotidiana y sentida en las sociedades

59 Ver: WADE, Peter. Música, raza y nación. Música tropical en Colombia. Vicepresidencia de la República. Bogotá, Quebecor World, 2002, p.119. No obstante existe una polémica por la autoría e la canción y la versión original de la letra

íntimamente ligadas a la naturaleza”⁶⁰. Este es el caso de las comunidades ligadas desde hace milenios de años a la que hemos llamado la Patria de los Humedales: el río Grande de la Magdalena. En abundancia se dan los elementos que facilitan este tipo de combinaciones antro-pozoomorfas y que de alguna manera intentan perpetuar la relación de la sociedad con su entorno natural.

Con el desarrollo industrial de Barranquilla y el decaimiento de los puertos fluviales sobre el río Magdalena, en la segunda mitad del siglo XIX se dio un proceso migratorio muy fuerte hacia aquella ciudad. Los antiguos ribeños se llevaron consigo sus manifestaciones culturales y allí, en el mortero de las culturas híbridas depositaron su contribución tal como lo demuestra el estudioso del Carnaval costeño Edgar Rey: “Los que migraron a la ciudad de Barranquilla fueron unos de sus iniciadores (del carnaval) de esa ciudad, hermana menor de Santa Marta y Cartagena pero capital del Caribe colombiano

La Danza del Hombre – Caimán, de Plato y otras expresiones del folclor coreográfico, la subregión ribereña (la) aporta a fiestas tan importantes como el carnaval de Barranquilla y a la Nación en su conjunto”⁶¹. Este autor agrega: “Paralelo a este desarrollo, la ciudad (de Barranquilla) concentra una cantidad de manifestaciones culturales traídas por sus recién llegados; sobre todo habitantes ribereños (momposinos) y samarios, luego ciénagueros y riohacheros y mucho más tarde cartageneros. Al respecto afirma el presbítero Pedro María Revollo: *el carnaval lo trajeron a Barranquilla los samarios, que inmigraron en gran número desde mediados del siglo XIX y los momposinos, en cuyas ciudades se celebraba de tiempo inmemorial (...)*”⁶². En la actualidad siguen siendo estos aportes del río Magdalena y la Ciénaga Grande algunos de los más apreciados por las comunidades urbanas de Barranquilla, como se pudo constatar con la extraordinaria acogida que se brindó entre los años 2000 - 2004 a la comparsa bautizada por su creadora, la bailarina y coreógrafa Rosalía Polo “El Rey del río”, que no es otro que un caimán gigantesco (figura 25)

60 CHAVES, Alvaro. Alfareros de su imagen y semejanza. En: rev. Lámpara, No. 104, vol. XXV, 1987. p.40.

61 REY, Edgar. El hombre y su río. Bucaramanga, Armonía, 2002. Pp. 246 y 260

62 REY, Edgar. Joselito Carnaval. Análisis del carnaval de Barranquilla. Bogotá, Plaza y Janés, 2004. Pp. 41-42

Figura 25: El Rey del Río⁶³



Este personaje acostumbrado a navegar por la circunferencia terrestre, metiéndose en cuanto ritual o fiesta encuentra a su paso, no desaprovecha esta oportunidad para ganarse un papel protagónico en la literatura y el arte, ahora interpretando al hombre – caimán de Plato. Varios autores que sucumbieron al hechizo son David Sánchez Juliao⁶⁴, Jean Pierre Londoño⁶⁵, William Hernández⁶⁶, José Luis Díaz Granados⁶⁷ y Julio Olaciregui⁶⁸. Pintores como Carmen Gil Molina Angel Almendrales y Alejandro Obregón también se dejaron hechizar por el caimán del Magdalena (figura 26)

63 Foto El Heraldo Revista Gente. Edición Impresa #329. 26 ene. 2002

64 SÁNCHEZ JULIAO, David. Danza de redención. Bogotá, Grijalbo, 1998

65 LONDOÑO, Jean Pierre. La leyenda del hombre caimán. Medellín, Autores Antioqueños, vol 72, L.Vieco, 1992

66 HERNANDEZ, William. La leyenda del hombre caimán. Santa Marta, Gutenberg, 1997. p.17

67 DIAZ GRANADOS, José Luis. Cuentos y leyendas de Colombia. Bogotá, Norma, 1999. P.49

68 OLACIREGUI, Julio. Museo de Estética Virtual, Universidad del Norte, Barranquilla, Colombia. 2003

Figura 26: Obregon - Caiman⁶⁹



Pasemos ahora a la otra orilla del río Grande de la Magdalena, la que ocupa el viejo departamento de Bolívar. Territorio que también forma parte de esta gran cuenca del bajo Magdalena, y cuyas comunidades han convivido durante varios milenios de años con la fuerza de sus desbordamientos, sus sequías, su rebelde tarulla que parece atrapar todo en sus redes infinitas y ,claro, conocen de cerca al señor de las aguas: el caimán. Es en suma, una larga convivencia que le ha enseñado a las comunidades ancestrales la más importante de todas las lecciones de su proceso adaptativo: “El río todo lo da y todo lo quita”⁷⁰. En ese entorno acuático brota con la fuerza de los grandes mitos la fiesta del caimán, mezcla de crueldad y diversión: “Gozan los aborígenes de estas tierras con una ceremonia extraña (...) Se trata de las fiestas del caimán. (...) Son en Semana Santa. Primero reducen una docena de caimanes desde el domingo de Pascua y los encierran en un corral a cada uno. En el centro de los corrales hay otro, donde encierran una hembra. Los machos apenas la huelen, se vuelven verdaderas fieras y dan coletazos a sus cárceles que parece que ya las tumban, pero ni las mueven (...) El domingo de resurrección los animales están locos de verdad. No están agotados porque son fieras muy poderosas, pero están listos para pelear. Entonces los sacan a una plaza que han hecho de vara en tierra. Todo el pueblo se reúne a mirar. Sueltan los animales untados de la baba de la hembra y comienzan a matarse entre

69 Pintura de Alejandro Obregón titulada “El hombre – caimán” sobre el telón de boca del teatro Amira de la Rosa (Barranquilla). Foto de Fernando Mercado. En: Revista Huellas (portada). Universidad del Norte, No.17, agosto 1986, Barranquilla

70 MOLANO, Alfredo y RAMIREZ, María. La tierra del caimán. Gobernación de Bolívar. Cartagena, Caligut, 2000. p.21

sí. Siempre queda uno muerto y hay caimanes tan fuertes que aprenden tanto en la pelea que, amarrados y alzados, los llevan de pueblo en pueblo a pelear (...). El domingo por la noche sueltan los caimanes que no son los mejores (...) los barnizan con brea y les prenden candela (los animales corren buscando el río) Dicen que fue invento de un cura para representar la huída del demonio cuando el señor triunfa"⁷¹

Volvamos a la orilla del departamento del Magdalena, donde el gran río se acerca al final de su recorrido para rendirse, agotado, después de llevar en sus entrañas nuestro personaje. El mar Caribe le da su última morada. Es el sitio donde se cierra este círculo.

LA LEYENDA DEL CAIMÁN DEL VALLE DE CIENAGUAS

"Les da por aposento sus entrañas"
Juan de Castellanos⁷²

El río Grande de la Magdalena desemboca en el Mar Caribe. En su delta final contribuye a formar una de las ciénagas más grandes del planeta. Mariposa azul que cierra el círculo. Ajustamos el broche de oro de este largo cinturón que rodea el planeta. Es el Valle de Cienaguas. Territorio donde el caimán levantó su reino. Uno de los últimos de su especie, llamado por los pescadores Atlante, salía a las cinco de la tarde a la playa de Los pájaros a contemplar la puesta de sol y en ese maravillosos contraste que se formaba con las fuentes de luz roja que caían del cielo y las aguas negruzcas y agitadas de la Ciénaga, se veía la silueta de la enorme bestia de 7 metros, semiarguida, con el trozo de un arpón sobresaliendo de su armadura de soldado medieval, como prueba irrefutable de su invencibilidad. Muchas décadas después sólo queda este intenso recuerdo. Y junto a él, la nostalgia y la alegría de una leyenda que lucha por vivir y que es más fuerte que Atlante, el mítico caimán de la Ciénaga. Que tiene el cuero más duro que el acero. Que mantiene sus ojos mirando sigilosamente para no dejar escapar la vida. Que se yergue en el atardecer para que se vea su majestuosidad. Es el pueblo del Valle de Cienaguas.

El mismo al que Simón González⁷³ le cantara:

71 Ibid. Pp. 36 - 37

72 DE CASTELLANOS, Juan. Elegías de varones ilustres de Indias. Biblioteca de la Presidencia de la República, Bogotá, ABC, 1955. En: OSPINA, William. Las auroras de sangre. Bogotá, Norma, 1999.p.158.

73 En: Rafael Caneva, La literatura y el Mar. Ciénaga, Mediodía, 1986

“Y veo la bella Ciénaga en cien aguas
¡qué lágrima amorosa de la Ciudad Perdida !”

Escuchemos su leyenda, en la que se perpetúa. Recorramos su territorio, heredero del río Grande de la Magdalena, donde se forma un inmenso Valle al que también confluyen las aguas que bajan de la Sierra Nevada y las que aporta la incesante marea del Mar Caribe: forman así el Valle de Ciénaguas. Comprendamos las claves de su cultura que diseñaron una estrategia adaptativa a ese entorno acuático. Para no perdernos en este inmenso mapa de complejos recodos, canales profundos, selvas de manglares, pueblos que navegan en el agua como arcas de Noés bíblicos, pidamos a la historia y la geografía sus soportes. Y luego, cuando comprendamos la naturaleza compleja de este vasto territorio, pasemos a las arenas movedizas de la leyenda.

Descubrimiento del Valle de Ciénaguas: Hagamos un reconocimiento de este punto donde se cierra el círculo. Es sin duda el complejo lagunar más grande de Colombia y una reserva para la vida en el planeta, ocupando un área de 4280 kms² de los cuales 730 corresponden al espejo de agua. Por obra y gracia de la caprichosa voluntad del Río Grande de la Magdalena, está situado al norte del Departamento colombiano que lleva su nombre; esta condición de estuario origina un laberinto de caños y ciénagas que los cronistas de Indias y los asombrados viajeros europeos más recientes se preocuparon por describir con más asombro que precisión geográfica.

A continuación ofrecemos varios ejemplos de esta mirada europea acerca de la ecoregión, comenzando con el relato del refinado diplomático francés Le Moyne,⁷⁴ acerca del recorrido que hizo por el caño Clarín al norte de la Ciénaga Grande y en donde habría de descubrir al personaje de esta historia: “En cuanto nuestros bogas empezaron a empujar hacia adelante la embarcación, navegamos durante varias horas por una especie de canal atravesado por la naturaleza, unas veces en línea recta, otras serpenteando a través de las cañas y bajo la espesa bóveda que formaba el follaje de los mangles de troncos muy irregulares que se alzan sobre innumerables raíces (...) Las aguas limosas y corrompidas que hendíamos con dificultad desaparecían en algunos sitios bajo enormes capas de hojas y de nenúfares (...) Una gran cantidad de animales vivía en esa extraña y salvaje soledad que atravesábamos (...) ora los horribles caimanes que aparecían

74 LE MOYNE, Augusto. “Un penoso viaje”. Recuerdos de un diplomático francés. En: Anibal Noguera. Op. Cit. T I, p. 319

echados en las orillas con las bocas abiertas o que se movían en el cieno semejando troncos de árboles”.

El segundo testimonio corresponde a Fidalgo⁷⁵, quien en su famosa expedición por el Caribe colombiano, descubrió el mundo de cien – aguas y de mil – caimanes de la Ciénaga Grande: “Sus aguas en la mayor parte son dulces como congregadas por desagüe del río Magdalena que por varios caños se las suministra, así bien que otros ríos que en ella descargan siendo los más conocidos Río Frío, Sevilla, Aracataca, Tucurínca y San Sebastián, y a más muchos arroyos que así mismo las vierten en ella introduciéndose por último el agua salada en las mareas crecientes (...) en la isla de Pestagua patentan muchos miles de cabezas de ganado (en la creciente del río Magdalena) pasan el ganado embalsado a la isla Salamanca (...) en el paso y repaso del ganado suelen experimentarse pérdidas de consideración, ya por las reses que devoran multitud de caimanes que a tan buen convite se juntan”

En seguida el viajero Gosselman⁷⁶ no oculta su alegría por librarse de los invisibles habitantes del trópico: “Primero se llegaba a un lugar llamado la Ciénaga Grande de Santa Marta (...) el archipiélago en su conjunto y el Caño Sucio, en especial eran famosos por sus mosquitos. Estaba feliz con la lluvia y el viento, que duraron toda la noche; con gusto me mojé, pasé frío y todo lo demás, pero así me salvaba de sentir, escuchar y ver a esos atormentadores insectos. Avanzando avistamos la Ciénaga Redonda, verdadero círculo que se unía al Magdalena por un canal menor que era el Clarino”

El filósofo utopista Eliseo Reclus⁷⁷ en 1855 se internó en el laberinto del Valle de Ciénaguas donde recordó los fantasmas de la conquista española, muchos de los cuales pagaron su osadía con su vida al ser devorados por los cocodrilos: “Al día siguiente, atravesamos nuevas ciénagas y canales tortuosos, poco más o menos semejantes á los que habíamos recorrido el anterior, pero de un aspecto más grandioso, gracias á la magnífica vegetación que sombrea las orillas. Las raíces de los mangles, estribadas unas sobre otras, se reunían á cinco ó seis metros de la superficie del agua y formaban así gigantescas trípodas, sobre las cuales se levantaban los

75 FIDALGO, Joaquín Francisco. Notas de la Expedición Hidalgo. (1790 – 1805). Gobernación de Bolívar, Bogotá, Valencia ed., 1999. pp. 32 - 34

76 GOSELMAN, Carl August. Viaje por Colombia 1825 – 1826. Bogotá, Banco de la República, 1981. p.67

77 RECLUS, Eliseo. Viaje a la Sierra Nevada de Santa Marta. COLCULTURA, Bogotá, 1992

troncos lisos como los mástiles de una nave. A través de la confusión de estas innumerables raíces, se presentan otros árboles que crecen en un terreno menos esponjoso que el de las riberas. Esta es la inmensa y terrible selva que llena una gran parte de la hoya del Magdalena, y se prolonga sin interrupción á más de cien leguas al sur, hasta el pie de las alturas de Ocaña. Esta selva fue cruzada en todos sentidos por los conquistadores españoles. ¡Y cuántos de entre ellos fueron devorados por los cocodrilos y los jaguares!, ¡cuántos ahogados en los pantanos!, ¡cuántos muertos por la fiebre, más terrible que las emponzoñadas flechas de los indios Cocinas!"

Los ríos que descienden de la Sierra Nevada y nutren este Valle dan vida también a la Zona Bananera, fértil región de frutos naturales e imaginarios. Al norte de la Ciénaga Grande se ha formado una delgada y frágil barra de arena por donde el Mar Caribe, furtivo amante, aporta sal a las aguas dulces de la ciénaga, dándole ese carácter único y complejo de ecosistema salobre. Este Valle fue el mismo al que el presbítero del siglo XIX, José María Revollo⁷⁸, consideró más fértil que los del Cauca y el Sinú. García Márquez⁷⁹ rindió este homenaje a la ecología de la Ciénaga: "Hacia el mediodía pasaron frente a la Ciénaga Grande, una vasta extensión de aguas turbias donde todos los pájaros del cielo se disputaban un cardumen de mojarras doradas. En la ardiente llanura de salitre entre la ciénaga y el mar, donde la luz era más transparente y el aire más puro, estaban las aldeas de los pescadores con sus artes tendidas a secar en los patios, y más allá la misteriosa población de la Ciénaga, cuyos fantasmas diurnos habían hecho dudar de su ciencia a los discípulos de Humboldt. Al otro lado de la Ciénaga Grande se alzaba la corona de hielos eternos de la Sierra Nevada". Hoy Humboldt y el padre Revollo se entristecerían al ver el deterioro de estas cuencas que nutren a la Ciénaga.

El poblamiento del Valle de Cienaguas: Según los estudios de Angulo Valdés⁸⁰ la evidencia más antigua de poblamiento data del año 362, "siendo el sitio Los Jagüeyes uno de los primeros asentamientos humanos fechados, el cual formaba parte de un gigantesco conchero de unos 12 kilómetros de longitud". El análisis del material arqueológico demuestra la dependencia casi total de la oferta acuática: moluscos, peces, caimanes y babillas, entre otros. Al parecer, estos primeros pobladores procedían de

78 REVOLLO, Pedro María. Memorias. Ciénaga, Mediodía, sf. P.3

79 GARCIA MARQUEZ, Gabriel. El general en su laberinto. Bogotá, Oveja Negra, 1989.

80 ANGULO VALDES, Carlos. Arqueología de la Ciénaga Grande de Santa Marta. Banco de la República, 1978. p.164 -169

las proximidades de la Nación Tairona y tenían una cultura agrícola que muy pronto abandonaron debido a las características del nuevo paisaje encontrado. Crearon así una nueva estrategia adaptativa (cultura anfibia). Los fragmentos de cerámica encontrados demuestran de un lado, la elaboración de vasijas con figuras zoomorfas (algunas recuerdan el caimán) y, del otro lado, un intenso intercambio con los pueblos del bajo Magdalena y con la Nación Tairona (donde el reptil también recibió un tratamiento especial en sus figuras, quizás como fruto de esta hibridación tan propia de las culturas vecinas). El poblamiento se extendió a todo el Valle de Cienaguas en los siguientes siglos: en el extremo oriental de la Isla de Salamanca aparecen Palmira (año 527) y Tasajeras (año 977); en la región meridional y centro oriental de la Ciénaga Grande surgen Mina de Oro (año 487) y Loma de López (año 1032); en Pajalar se ubicó Cecilio (año 1017). En otras investigaciones adelantadas por Murdy⁸¹ acerca del sitio Cangarú, situado en la Isla de Salamanca, al norte de la Ciénaga Grande, se constató la dependencia de estos pobladores de la oferta de moluscos marinos contabilizando 17 especies, dieta que complementaban con el consumo de caimanes, tortugas y peces, entre otros. Al parecer este también fue un punto de tránsito entre culturas del bajo Magdalena y la Nación Tairona.

Estos testimonios arqueológicos refuerzan la opinión de que en el territorio que hoy ocupan los municipios de Ciénaga y Pueblo Viejo, se convirtió en una despensa para las comunidades indígenas circunvecinas (papel que seguirá desempeñando durante la Colonia y aún hasta nuestros días y que originó una explotación desenfrenada que la hizo colapsar al introducirse estrategias no adaptativas como el mercado y el precio a los recursos naturales). Don Juan de Castellanos en su ya mencionada Elegía, se refirió a esta ecorregión así:

“Y ansí con muchos dellos Palomino
hizo para la Ciénaga camino
cuyos términos son al medio día
la Costa abajo acia Cartagena
recodo de crecida pesquería
cerca del río de la Magdalena
y de tan valor la granjería
que al morador le da la bolsa llena,
y al compás que la Ciénaga rodea

81 MURDY, Carson. Cangarú: una economía marítima pehistórica en la Isla de Salamanca (Departamento del Magdalena). Informes Antropológicos, No. 2, ICAN, Bogotá, 1986.

contiene mucha gente de pelea”⁸²

Restrepo⁸³, asegura que hacia 1530, “a orillas de la Ciénaga está asentado un pueblo (a unas nueve leguas de Santa Marta), centro de comercio de pescado y sal, que sus habitantes negocian con los indios que vienen de la sierra, trayéndoles en cambio oro y mantas” (estrategia del trueque tan adaptativa por cuanto se adquiere solo lo que se necesita).

Pérdida de la estrategia adaptativa: Las diversas comunidades allí asentadas son un ejemplo vivo del proceso de hibridación cultural o mestizaje que se escenificó en la región Caribe colombiana desde el Siglo XVI. En el área se encuentran poblaciones de alto valor histórico y cultural, tales como: el Centro Histórico de Ciénaga, declarado Patrimonio Arquitectónico de la Nación ; los pueblos palafíticos de Trojas de Cataca (Pueblo Viejo) y El Morro y Buenavista (Sitio Nuevo) habitados por comunidades pesqueras tradicionales y las comunidades campesinas de la Zona Bananera, región donde ha florecido una rica tradición histórica y cultural, convertida por García Márquez en el mito universal de Macondo (en la inmortal novela se lee: “Al sur estaban los pantanos, cubiertos de una eterna nata vegetal, y el vasto universo de la ciénaga grande, que según testimonio de los gitanos carecía de límites”⁸⁴) y tratada con estilos innovadores de alto valor artístico en el teatro por Guillermo Henríquez⁸⁵ y en la narrativa por Clinton Ramírez⁸⁶.

En el Valle de Cienaguas se pueden identificar varios matices culturales debido a la forma en que los pobladores han asumido sus relaciones parentales y sociales, y especialmente, a la interacción con un sistema natural tan frágil y diverso. Resultado de esto son las microculturas o diversas estrategias adaptativas que con el correr del tiempo abandonaron la adaptación propiamente anfibia e incorporaron otras visiones que tienen, entre ellas, contradicciones por la manera de percibir las ventajas y limitaciones del cuerpo lagunar y del entorno terrestre, lo cual ha dificultado, en conjunto, la elaboración de un proyecto de vida social y ambiental compartido.

82 Citado por Rafael Caneva et. al.: Presencia de un pueblo. Ciénaga, Mediodía, 1981.p. 27

83 RESTREPO, Ernesto. Historia de la Provincia de Santa Marta. Bogotá, COLCULTURA, 1975. pp. 65 - 66

84 GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel Cien años de soledad. Op.cit. p.16

85 Ver El cuadrado de astromelias, Marta Cibalina y Sin brujas ni espantos, entre otras

86 Ver la novela Las manchas del jaguar y los libros de cuentos: La mujer de la mecedora de mimbre y Estación de paso.

Angulo⁸⁷ nos recuerda que “desde el siglo XVII, fray Pedro Simón señalaba no sólo la abundancia de peces, tortugas caimanes, manatíes, etc., sino, además la forma inmoderada como se explotaba esta riqueza”

Esta ausencia de una estrategia ambiental compartida, unida a equivocadas decisiones del Estado, como la construcción de la carretera Ciénaga - Barranquilla, ha originado severos desequilibrios ecológicos, tales como: pérdida del 65% del bosque de manglar, disminución de considerables volúmenes de especies de fauna y desgaste de los suelos y acuíferos. En 1994 y 1995 hubo dos eventos de mortandades de peces de grandes proporciones. Así mismo en los años 1998 – 2000 las poblaciones pesqueras y campesinas fueron víctimas de masacres en medio de las disputas territoriales que se daban en la ecorregión entre grupos alzados en armas. La pobreza extrema, la declinación de la oferta natural, la violencia y el desplazamiento forzado parecían un anticipo del Apocalipsis.

De otro lado, el Valle de Ciénaguas comprende 12 municipios del departamento del Magdalena, entre los cuales sobresale la ciudad de Ciénaga (refundada en 1750). Reclus⁸⁸ hizo esta bella postal de la ciudad: “Esta población, que común y abreviadamente se llama la Ciénaga, está situada en un llano liso como la superficie de un lago, al pie de las montañas de la Sierra, verdes en sus bases, azules en las cimas, y cortadas por valles umbrosos”. La infraestructura urbana de estas localidades es muy deficiente especialmente para atender los servicios públicos, la educación y la salud que demanda una población aproximada de 277.793 habitantes, de los cuales, unos 25.000 viven directamente de la pesca. Las condiciones de vida se han deteriorado en forma progresiva, alcanzando niveles alarmantes en los últimos 40 años al mismo ritmo de declive de la base natural. Otros grupos se dedican a la pequeña agricultura al borde de los caños y a labores en las haciendas ganaderas y las fincas bananeras y palmeras, actividades éstas amenazadas por las oscilaciones del mercado internacional y por la inseguridad que azota al país.

En la búsqueda de alternativas a la problemática social y ambiental anotada varias entidades, gremios, organizaciones de la comunidad y personas vienen luchando desde hace dos décadas por crear conciencia local, regional, nacional e internacional sobre estos valores naturales y culturales. A los reconocimientos de varios de sus sitios como Areas Protegidas de la

87 ANGULO VALDES, Carlos. La Ciénaga Grande. En: FEN Colombia (compil). Caribe Colombia. Bogotá, OP Gráficas, 1990 P.178

88 RECLUS, Eliseo. Op. Cit.

Nación, Patrimonio Cultural de la Nación y Humedal Internacional RAMSAR se unió la UNESCO en noviembre de 2000 declarando a esta ecorregión como **Reserva del Hombre y la Biosfera**, lo cual le da una responsabilidad planetaria en la nueva sociedad ambiental que regirá el presente milenio. Estos esfuerzos han dado lugar a una especie de pacto social el cual se expresa en el documento **Agenda Común de la Ciénaga Grande** cuyo fin es reencontrar el centro de gravedad de la ecorregión para la convivencia de la sociedad y la naturaleza. Para ello se enfoca la cultura como estrategia adaptativa y se adelanta un proceso de educación profunda que ayuda a modelar la cultura teniendo en cuenta la situación actual y futura de la ecorregión⁸⁹.

Las acciones emprendidas conducen al rediseño de las relaciones entre las comunidades, el aparato escolar, las políticas de poblamiento, las iniciativas de producción, la disminución de las desigualdades, el aumento de las oportunidades, el trámite de los conflictos, la consolidación y legitimación de las entidades y la creación de una nueva cosmología que, de un lado, se nutra de lo más positivo de la cultura ancestral (uno de estos elementos es la leyenda del caimán) y de otro, incorpore los nuevos contenidos del ambientalismo que propugna por "efectuar el doble pilotaje del planeta : obedecer a la vida, guiar la vida"⁹⁰.

En esta perspectiva de la educación profunda, debemos comprender las manifestaciones simbólicas de la cultura. En ésta se conjugan todos los elementos de la vida social, la tecnología, los conocimientos y los símbolos para el diseño y aplicación de una estrategia colectiva de adaptación al entorno. De ese modo, el mito, la leyenda, la religión, las creencias y la ritualidad de las fiestas, forman parte de la estrategia adaptativa que está implícita en las diferentes culturas, en relación con los territorios que ocupan y/o usufructúan.

En el caso de la Leyenda del caimán de Ciénaga, proponemos la siguiente lectura a partir de la historia básica de la leyenda y su expresión a través de la fiesta, la danza, la música y la poesía. Comencemos por el principio, esto es, reconocer que en el Valle de Cienaguas, de todas las

89 El autor de este ensayo coadyuvó en estos esfuerzos. Ver: Pro – Ciénaga, Plan de Manejo Ambiental, 1995; Javier Moscarella y Carlos Pinilla: La Revolución Azul, una salida cultural para la Ciénaga Grande, Uni-Norte, 2000; Javier Moscarella: Una propuesta de gestión ambiental adaptativa para el Magdalena. Santa Marta, Litoguía, 2003.

90 MORIN, Edgar. Los siete saberes necesarios para la educación del futuro. París, UNESCO, 1999. P.59

leyendas populares la que mejor conserva su dinamismo es la del caimán – con su pareja inseparable, la fiesta - constituyéndose en el emblema cultural de la ecorregión.

La leyenda del caimán tiene un origen compartido por los actuales municipios de Pueblo Viejo y Ciénaga en los que se celebra por igual el día 20 de enero, día de San Sebastián, desde el Siglo XIX. En esta fecha se recrea un trágico acontecimiento según el cual un caimán devoró a la niña Tomasita Bojato mientras su madre lavaba ropa en un caño (en la versión pueblviejera) o hacía compras en el mercado de Cachimbero (en la versión cienaguera). Destaquemos que aquí se dan cita tres ingredientes que ya hemos venido observando en los mitos que se han creado alrededor del cocodrilo: el agua, la mujer y la acción devoradora del animal. Más tarde retomaremos estos aspectos. Por ahora repasemos las dos versiones de la trama básica de la leyenda.

Acerca de la tradición pueblviejera Carlos Domínguez⁹¹ afirma: “La danza aparece en Pueblo Viejo con los versos del señor Lisandro Marriaga, un viejo decimero, pescador y trovador legendario. Escribió el 10 de febrero de 1864:

“Vengo a explicarles lo cierto
Que el caimán aterroriza (bis)
Y a las gentes les tiraba
En las orillas del puerto”

Rafael Dávila⁹² corrobora esta afirmación: “En el caño de Loro (Pueblo Viejo) tenía su hábitat un hermoso caimán. Resulta que por casualidad un 20 de enero, día de San Sebastián, una joven madre de apellido Bojato o Badillo se fue a lavar al caño, en compañía de sus dos hijas: una como de diez años de edad y otra quien apenas gateaba (...) terminada la faena al regresar y no ver a su pequeñita pregunta a la mayor:

“-Hijita ¿dónde está tu hermana
que ya vengo de lavá'
y traigo los pechos llenos
para darle de mamá'.
-El caimán se la llevó”

91 DOMINGUEZ, Carlos. El caimán pueblviejero. En: Boletín Investigación en Marcha. INFOTEP. Año 6, No. 17, Junio 1990. p.25

92 DAVILA, Rafael. La verdadera historia del caimán. En: El Informador, Santa Marta, febrero 22 de 1989. p. 5

La versión cienaguera invoca estos versos:

"Hoy día de San Sebastián
cumpleaños de Tomasita
este maldito caimán
se ha comido a mijitica

Manita linda, 'onde está tu hermana?
-El caimán se la comió"

Según Darío Torregroza⁹³, el baile que está aparejado con esta leyenda "es de típica tristeza originado en la primera noche de velorio de Tomasita, la hija del pescador Miguel Bojato. La tambora con su golpe de dos por tres va llevando la batuta. El cañamillo, las gaitas, los tamboritos, la guacharaca, las maracas, el rascador le siguen en armonía y todos se pasean bailando ante un armazón de cañas guaduas que hacen de caimán verdadero" (figura 27)

Figura 27: El Baile del Caimán⁹⁴



El poeta popular José López imagina varias escenas cotidianas de la versión cienaguera de la leyenda:

93 Ver: Jaime Torregroza. Realidad vital de la Zona Bananera del Magdalena. Ciénaga, Mediodía, 1960.

94 Pintura titulada "Fiestas del caimán" de Alvaro G. Abello (artista de Ciénaga Magdalena) (Foto archivo J.M.)

"Moraban en Cachimbero
en una humilde chocita
Bojato y Carmela Urieles
los padres de Tomasita.

En la dichosa casita
del terruño cienaguero
con fecha 20 de enero
fue que nació Tomasita.

CORO
Ay Carmela, hija,
cuida la niña
que el hogar nos alegró!

Su padre lo más contento
con el retoño venido
reunido con sus amigos
le hacía fiesta al nacimiento

Con el correr de los años
en la misma casuchita
la llegada Tomasita
fue aumentando de tamaño.

CORO
Ay Carmela, hija,
cuida la niña
que el hogar nos alegró!

Pero en una se acercó
Tomasita a la laguna
y con tan mala fortuna
que en el agua se cayó.

CORO
Ay Carmela, hija,
llora la niña
que en el agua se cayó.

Sus padres muy alarmados
la noticia la corrieron
pescadores la buscaron
pero no la consiguieron.

Al buscarlo y no se halló
de tántos que la buscaron
sus padres se imaginaron
que el caimán se la comió.

CORO
Ay Carmela, hija,
llora la niña
que el caimán se la comió.

Cuando su padre contó
allí se hallaba Juanita
hermana de Tomasita
de padre, de madre no.

CORO
Ay Juanita linda
llora a tu hermana
que el caimán se la comió.

Juanita se sorprendió
cuando su padre contaba
llorando le preguntaba
¿papito se la comió?

En medio de la añoranza
tambora y tambor sonó
con aire y sabor a danza
el caimán así nació

CORO
Ay aquí señores
tienen la historia
del caimán cómo nació!"

Los versos sobre la leyenda ponen de presente cómo los elementos simbólicos de la cultura hacen parte de la imperiosa necesidad que tienen los pueblos por descifrar las claves del entorno natural y lograr resolver el cotidiano desafío de la supervivencia. Para dar una visión comprehensiva de la leyenda del caimán proponemos examinar los siguientes elementos a la luz del enfoque de la cultura como estrategia adaptativa. Comencemos por presentar dos grandes grupos de elementos simbólicos o variantes de la leyenda:

-Grupo 1: La devoración o variante negativa: Según la cual el caimán se asimila a eventos que nos producen temor, tales como la devoración de una persona (en la mayoría de los casos se trata de niñas) o la presencia de un enemigo al que debemos desaparecer para no ser exterminados. Darle este carácter nos permite crear una defensa según el principio de que "la mejor defensa es el ataque" y así como justificamos desaparecer el caimán que puede acarreararnos un mal (la pérdida de la vida o de la libertad) por extensión podemos negar al otro (visualizado como enemigo). En este momento debemos pedir al atento lector que haga con nosotros una asociación de los siguientes hechos presentados en capítulos precedentes:

A. La descripción de la animalística y simbolismo en la cultura indígena de la Nación Macro – chibcha de Costa Rica permite afirmar que "las figuras de animales que sostienen en su boca partes humanas representan acciones de protección, agresión, ferocidad, castigo y muerte, las cuales refieren simbólicamente a los poderes del chamán como ente fiscalizador y ejecutor de sanciones sociales"⁹⁵, lo cual podría darnos una idea de la poderosa corriente de energía social que se canaliza en la leyenda del caimán de Ciénaga, donde la figura antropomorfa del hombre que se sumerge en el caimán, queda dotado de poderes "chamanísticos" para imponer un nuevo orden: puede ser la ejemplarización para que se eduque a los niños en la convivencia con un animal que predominaba en la ecorregión acuática y que constituía una potencial amenaza, o para ejercer una crítica por la mala situación social o simplemente para erradicar el tedio y anunciar que ese "chamán" traía un poderoso aliado, capaz de exterminar la rutina, devorarla, instaurar lo maravilloso, y dar comienzo a la fiestas de carnaval

95 FERNANDEZ, Patricia. Símbolos de prestigio y expresiones de rango en la Costa Rica prehispánica. En: Banco Central de Costa Rica BCCR, Museo Nacional de Costa Rica y Museo del Oro de Colombia. Oro y Jade. Emblemas de poder en Costa Rica. Panamericana Formas e Impresos, sf. P.56

(el 20 de enero día de San Sebastián es en muchas partes del mundo el punto de partida de estas fiestas)

B. En la Nación Chimila invocamos una leyenda según la cual un caimán se tragó un hombre y este en su vientre luchó para liberarse, lo cual consigue hiriendo con su flecha al opresor. A partir de este episodio se vuelve un gran cazador y pescador, lo cual él lo atribuye frente a sus compañeros de la tribu, sencillamentea un hecho revelador: “Lo aprendí del caimán”. Según Reichel – Dolmatoff⁹⁶, esta es “una clásica iniciación chamánica, durante la cual el hombre queda esqueletado y renace luego, ahora en una relación muy íntima con los animales. (...)”. Aquí tenemos que se juntan dos categorías muerte y vida, la primera representada por la devoración de Tomasita, pero al revivir el episodio, se trastoca en vida, el lección aprendida y/o en fiesta. Sabemos más de la muerte y por lo tanto podemos vivir mejor. Recordemos el mito de Jonás, tragado por una ballena y muchos héroes antiguos, para los cuales el ser tragado se convierte en castigo y luego en premio, representado en mayor sabiduría, o en otras palabras, en mejor estrategia de adaptación para la comunidad a la que pertenece.

C. El mismo Reichel – Dolmatoff⁹⁷ acerca de la relación entre orfebrería y chamanismo nos comunica que “(una de las piezas analizadas) es más explícita. Muestra un caimán que se ha tragado a una persona cuya cara mira por el hueco en la barriga del reptil. Es una típica imagen chamánica el hombre tragado por un monstruo acuático (ballena, serpiente, caimán, etc.) y que sale (renace) vivo de sus entrañas, en un estado de purificación y sabiduría”. En las fiestas precarnestoléndicas, como la del caimán de Ciénaga, y la que le sigue: la de carnaval, la purificación es un elemento esencial: es pecar y arrepentirse, es trastocar el orden con la fiesta, la danza, la música y el verso irreverente, es transformarse los hombres en mujeres, perder la cabeza, ceder a los requerimientos del amor carnal, y después volver al orden. En ese ir y venir está, la verdadera sabiduría.

En conclusión, en los tres hechos aquí presentados queda clara la función devoradora del caimán, por lo cual la variante negativa y su simbolismo, no implica textualmente desaparecer al contrario, sino ser devorado (en un estado impuro o de ignorancia) para seguir viviendo (en cuanto grupo social)

96 REICHEL – DOLMATOFF, Gerardo. ORFEBRERÍA Y CHAMANISMO. Un estudio iconográfico del Museo del Oro. Op. Cit.

97 Ibid.

-Grupo 2: La fiesta o la variante positiva: En esta interpretación asumo la existencia del caimán, me reconcilio con su presencia, reconozco su fortaleza, y al ritualizarlo, lo subyugo, lo convierto en parte de mi cotidianidad y por lo tanto disminuyo su poder de causarme daño. Al contrario, logro que me produzca placer, por lo cual lo convierto en fiesta, danza, música y baile. Esta es la otredad, el reconocimiento del otro, que es al tiempo el reconocimiento mío por parte del otro.

A continuación proponemos ensayar otros grupos de elaboraciones más complejas. Al presentar los mitos del cocodrilo y el caimán en el Viejo y Nuevo mundos, respectivamente, invocamos una interpretación según la cual aquellos cumplen una función organizadora que le permite a la humanidad situarse en un nicho entre el caos original y el nuevo orden, con lo cual garantiza su existencia. Aunque una leyenda, como la que aquí investigamos no tiene ese alcance de mito original que intente comprender la creación de un mundo y su organización, si podemos examinar algunos rasgos parecidos. El valle de Cienaguas según vimos es una inmensidad de agua donde los primeros pobladores desde hace 16 siglos, aproximadamente, han tenido un largo trato con esta criatura que infunde respeto, miedo y admiración. La historia nos ha permitido referenciar motivos suficientes de desaparición de nichos y adultos como para que no se tomara en serio su presencia. De ahí a ritualizarlo no hay si no un paso: se comienza por crear un episodio típico (el caimán que cae sorpresivamente aprovechando un descuido), esto es, la aparición de una situación caótica; que se agudiza porque luego viene un estado de guerra entre esos dos mundos (el animal y el humano) para intentar recuperar la persona atacada que en la leyenda siempre muere (se suma una nueva situación según la muerte o el caos se impone sobre el orden o sea la vida); para recuperar un lugar en el mundo, restablecer el equilibrio, la leyenda nos indica que la guerra no es el camino, sino la reconciliación de los elementos, por ello la historia trágica adquiere forma de comedia, se transmuta en fiesta con toda la parafernalia que ella implica. Aún más, en la coreografía, se impone dos filas de danzantes (una de hombres disfrazados de mujeres, en la versión más tradicional o simplemente de mujeres en la moderna) y otra de hombres, y en el centro, un caimán de caña y papel que tiene metido en el cuerpo, formando así una cruz, a un danzante que acciona su cuerpo y su boca con la que emblemáticamente devora a la niña que está acompañada por su madre.

Es decir: el hombre y la bestia se reconcilian, se sitúan en el centro, simulan en la comedia lo que antes fue tragedia, y así las cosas vuelven al orden original. Si se quiere emparentar con los mitos antiguos la leyenda

del caimán cienaguero, podríamos decir que el Tannim (de la antigua Mesopotamia) es sometido por el héroe (Marduk) y el hombre recupera el paraíso perdido (la fiesta). Repitamos las palabras de Satz⁹⁸ para explicar esta búsqueda del orden, que pasaría a nosotros vía el Génesis de los hebreos: “escamosos dioses fluviales cuya mortal mordedura exigía la lanza humana por ese principio geométrico que busca vencer lo amenazante y lo amorfo, antropomorfizarlo todo”. La escena del hombre metido en el cuerpo del caimán, no es sino la repetición de este principio de antropomorfización.

De acuerdo con Mircea Eliade⁹⁹, el mito rompe el tiempo e inscribe al ser y su mundo en un tiempo sagrado: “Un ritual cualquiera (...) se desarrolla no sólo en un espacio consagrado (...) sino además en un ‘tiempo sagrado’, ‘en aquel tiempo’ (in illo tempore, ab origine), es decir, cuando el ritual fue llevado a cabo por vez primera por un dios, un antepasado o un héroe”. En la leyenda del caimán de Ciénaga hay un espacio consagrado (El caño Loro en el caso de Pueblo Viejo o el Barrio Cachimbero en el Puerto Las Mercedes en el caso de Ciénaga). Es un topos imaginario que los historiadores tratan de ubicar de manera física pero siempre tendrá más fuerza en el territorio de la imaginación. También existe un tiempo sagrado dado que el rito se repite cíclicamente el día 20 de enero, día de San Sebastián, personaje de la tradición judeo – cristiana de profundas connotaciones mágico – religiosas en el sincretismo que surgió con ocasión de la mezcla triétnica de la Conquista. Así bajo la protección de San Sebastián, se garantiza la recuperación del orden perdido. Este mártir de la iglesia católica, cuya horrible muerte aseteado por su antiguo protector al enterarse de sus favores a los cristianos perseguidos del siglo III, es uno de los predilectos en las celebraciones rituales del mundo hispanoparlante, debido a su ganada fama de intermediario entre los desprotegidos y los pobres frente a los poderosos, sin pensar en los riesgos. Esto por supuesto conviene en el propósito de ganar un nicho según hemos visto es uno de los propósitos de la leyenda o de lograr una mejor cohesión entre los miembros de la comunidad, unidos por un santo que hace las veces de puente entre los diferentes grupos sociales.

98 SATZ, Mario. Arca de roca. Ensayos para una sensibilidad ecológica. Barcelona, Kairós, 1992. pp. y 131

99 ELIADE, Mircea. El mito del eterno retorno. Arquetipos y repetición. Alianza, Madrid, 1998.

Esto nos conduce al tema del eterno retorno, y según Eliade¹⁰⁰ “la formulación en términos modernos de un mito delata, por lo menos, el deseo de hallar un sentido y una justificación a los acontecimientos históricos”. Esto para una sociedad que ha vivido en su ecoregión durante casi dos milenios, en un paisaje dominado por el agua, existe una necesidad profunda de expresar en un mito, una parte sustancial del proyecto de vida que le permitió en un momento sobrevivir en determinadas condiciones y en el marco de acontecimientos históricos específicos. Mundo este que ha ido perdiendo en por lo menos tres grandes acontecimientos históricos: 1. La conquista iniciada en forma violenta en 1530 por parte de los españoles; 2. El sometimiento a los criollos en la Colonia que incluso intentaron despojar a los indígenas de los ejidos en 1757 y del monopolio de la sal marina a partir de 1820; y, 3. El deterioro acelerado de la Ciénaga Grande desde mediados del Siglo XX y que ya comentamos. La repetición del mito, permite la recordación de la arcadia perdida, un sentimiento muy fuerte que aún hoy subsiste y que al autor de estas líneas lo estremeció profundamente cuando los pobladores más viejos, en medio de las horripilantes mortandades de peces de los años 1994 – 95 se expresaban de la Ciénaga como si fuera casi mágica la posibilidad de volver a restituirla como fue en otros tiempos donde los peces prácticamente hundían las canoas con su peso.

La leyenda del caimán y su expresión en la fiesta es entonces una oportunidad de convocar a las comunidades a seguir atentos a la evolución de la Ciénaga, a seguir vinculados a su cultura y su ecosistema que significa la vida misma y de las generaciones futuras, es en suma garantizar que la alianza se perpetúe, que los miembros de la comunidad se mantengan cohesionados alrededor de un animal mitológico y ya casi totalmente extinguido. Es darse una renovada oportunidad para que tenga lugar un nuevo pacto social. Por ello, si rastreamos los versos que acompañan la danza encontraremos la necesidad de expresar las preocupaciones más grandes que atormentan a estos milenarios pobladores de la ecorregión. Estos aspectos nos proponemos analizarlos con más detalle a continuación.

Recordemos que en la variante negativa se inscribe el símbolo de la devoración, esto es, el temor a ser atacados por el otro, representado en el caimán. Tal como hemos planteado, esta leyenda hace parte de los símbolos culturales en otros países según nos ha relatado el periodista

100 Ibid.

cienaguero Carlos Herrera¹⁰¹: “Existen tres versiones folclóricas de la danza del caimán en América Latina. En todas ellas aparece el animal que atrapa a una niña y es cazado por llaneros en la versión dominicana, por cazadores con perros en la versión venezolana y en la versión colombiana, por los pescadores que hacen uso de un chuzo”.

En Venezuela se han encontrado¹⁰² cerca de cien narraciones para niños que adaptaron versiones europeas de los cuentos de hadas. Un muy socorrido recurso fue cambiar el famoso lobo que se come a caperucita por un caimán, animal que abunda en los llanos venezolanos. En la cultura Zenú (ya comentada) existen también rasgos de este caimán devorador, según la recreación narrativa de Otálvaro¹⁰³: “La cacica Totó mandó mensajeros a todas las poblaciones del Zenú, anunciando un festival funerario en Finzenú, en honor a Tozí su hijo, quien había muerto el día anterior. El príncipe Tozí jugaba a la orilla de la ciénaga con las piernas bajo el agua, cuando un enorme caimán lo atrapó y en momentos en que se disponía a devorarlo, apareció Chuchurubí un guerrero – cazador de la tribu que alcanzó a ver aquella terrible escena y corrió a ayudar al niño y le enterró su lanza al animal en un ojo lo que hizo que la fiera soltara al príncipe, luego en sus brazos lo llevó medio muerto a la aldea pero el niño murió a causa de las profundas heridas” . Estos símbolos de la devoración donde los niños son víctimas de los caimanes también tienen su versión en Europa, tal como aparece en las narraciones un tanto excéntricas de Roald Dahl¹⁰⁴.

En los siguientes versos de uno de los más tradicionales juglares de la ecoregión, Pedro Mendoza Guardiola, se ponen de manifiesto estos símbolos de la devoración de la leyenda del caimán de Ciénaga:

“Este maldito caimán
es un caimán muy sensato,
y por eso se comió
a Tomasita Bojato”

El juglar Endaldo Cantillo rodea la escena de dramatismo:

“Quién me la puede salvar

101 HERRERA, Carlos. El baile del caimán en Venezuela, Santo Domingo y Colombia. En: Boletín Investigación en Marcha. INFOTEP, año 6 No. 17, junio 1990. p.30

102 VILLAFÑE, Javier. Los cuentos que me contaron. Caracas, Alfadil, 1982.

103 OTALVARO, Rubén Darío. En el país de los Zenúes. Bogotá, Magisterio, 1994. Pp.37-38

104 DAHL, Roald. L' enorme crocodile. Galimard, 2001

son lamentos que desgrana
esa madre llena de canas
no terminó de lavar.
Cuando la pudo alcanzar
con tristeza ella se fija.
Alguien dijo no te aflijas
en ese horrible descuadre
una madre siempre es madre
lloró mucho por su hija”

Una estrategia adaptativa incluye elementos de formación de valores y actitudes. Podríamos decir que es la transmisión de los códigos culturales más arraigados vía la pedagogía tradicional del hogar, de las generaciones y de la calle. Como es usual en esta forma de pedagogía, se enseña a los niños con base en la experiencia, en el ejemplo, en el temor y en el castigo (pocas veces en el descubrimiento, la exploración, la comprensión y la recompensa). Son tal vez estos los rezagos más fuertes de nuestra tradición judeo – cristiana, que se resumen en la expresión popular: la letra con sangre entra.

La creación de criaturas imaginarias relacionadas con el agua es casi consustancial a los pueblos que habitan tanto en la cintura húmeda del planeta como en otras regiones donde predominan lagos y ríos. Galeano¹⁰⁵ nos recuerda por ejemplo que “en los pantanos y los ríos, moran los duendes robaniños”. Por ello no es de extrañar que en un entorno acuático los pueblos que comenzaron a establecerse dentro y en la periferia de las ciénagas y ríos del complejo Valle de Cienaguas, se crearan todo tipo de reglas que previnieran el peligro permanente sobre los niños de una naturaleza en buena parte en estado salvaje, y donde el señor de las aguas trataba de sobrevivir en un entorno cada día más amenazante debido al crecimiento del hábitat humano, a la presión indiscriminada sobre la oferta ambiental y a la especial saña con que se perseguía su piel y su carne. En las crónicas sobre el río Magdalena dimos cuenta de los innumerables testimonios sobre los ataques de los caimanes a las personas.

En dos ilustraciones de pintores franceses se recoge una escena típica de ataque de los caimanes a jóvenes mujeres: “A orillas del Magdalena”¹⁰⁶

105 GALEANO, Eduardo. Memoria del fuego. I. Los Nacimientos. Op. Cit. P.299

106 D'ORBIGNY, M.Alcide. Voyage pittoresque dans les deux ameriques, París, 1836. En: Boletín Cultural y Bibliográfico. Banco de la República, Colombia. Investigación Gráfica: Patricia

(1836) se titula esta extraordinaria ilustración de M. Alcide D' Orbigny que muestra uno de los episodios típicos entre el señor de las aguas, el caimán, y la especie humana que habita sus márgenes y constituye un antecedente de la historia básica de la leyenda de Ciénaga según la cual a Tomasita, el caimán se la llevó. En la imagen se aprecia a un caimán que atrapa a una niña mientras alarmados sus padres gritan desde su humilde choza y dos pescadores se dirigen a auxiliar la víctima; 2. En un boceto de Eugène Delacroix¹⁰⁷ conocido como "Mujer mordida por un cocodrilo" se percibe el dolor de la víctima. La semejanza de ambos diseños es muy llamativa (figura 28)

Figura 28: El Caiman se la llevó



En Ciénaga existen testimonios de ataques especialmente sobre los niños y aún de adultos como uno muy recordado por la tradición oral y que casi le cuesta la vida a Manuel Julián de Mier, miembro de la tradicional familia propietaria de la hacienda Papare, donde se fundó uno de los dominios más importantes de la Colonia con Cédula Real incluida. El episodio con sus fuentes incluidas lo narra así el escritor e historiador cienaguero Ismael A. Correa¹⁰⁸: "El negro Lince, que relataba la vida de la antigua finca de 'Papare', fue el que salvó al viejo Manuel Julián de Mier de que un maldito caimán lo devorara a orillas del río Toribio. Entre los versos que rememoran este episodio y que por cierto solía cantar Catalina Crespo en danzas de 'El

Londoño. Vol XXXIX, Núm 60, 2002.p.75

107 Cortesía : Musée du Louvre, Département des Arts graphiques

108 CORREA DIAZ GRANADOS, Ismael A. Música y bailes populares de Ciénaga Magdalena. Medellín, Lealon, 1993. pp.57 - 58

Caimán' en el 'Barrio de París' (noreste de la población y frente a las orillas del mar), por tradición oral se conocen:

"En la hacienda de 'Papare'
con gritos, sentimiento y afán
un esclavo salvó al amo
de que lo atrapara un caimán.

Fue a orillas del Río Toribio
que el negro Lince venció
al maldito y artero animal
que a don Manuel asustó"

El poeta popular Mendoza Guardiola recrea este episodio trágico:

"Este maldito anfibio
un esclavo lo venció,
porque en el río Toribio
a su amito se comió.

Este maldito caimán
es más vil que la malaria,
y por eso sin afán
se comió a Manuel Calabria"

Es sin duda una extraordinaria crónica donde se conjugan además de los elementos simbólicos varios de carácter histórico: Papare fue una hacienda con una estrecha relación con la importación de esclavos y uso de su mano de obra en la explotación, entre otros productos de la caña. Esta presencia de los hijos del continente africano dejó un importante legado cultural en el Valle de Ciénaguas que fue articulándose con los aportes blancos europeos e indígenas, y cuyas aguas revueltas, fueron a desembocar en la leyenda del caimán, según la siguiente hipótesis trazada por el ya citado Ismael A. Correa¹⁰⁹: "La Jorikamba es un aire musical de mucho regocijo y brillo. De acuerdo con datos suministrados por el maestro Paz Barros¹¹⁰ la

109 CORREA DIAZ GRANADOS, Ismael A. Música y bailes populares de Ciénaga Magdalena. Op. Cit. P.

110 Ver: HENRIQUEZ, Guillermo. Ciénagua: la música del otro Valle (Zona Bananera del Magdalena Siglos XVIII, XIX y XX). En: Boletín Cultural y Bibliográfico, Banco de la República, Núm. 53, 2003

melodía vino a Ciénaga procedente de la región de Papare. En 1870, Eulalio Meléndez¹¹¹ hizo formidables adaptaciones que llevó al pentagrama musical como el caso de 'El Caimán', 'La Maestranza', etc., de inconfundibles ritmos (...) Así mismo (Darío Torregroza Pérez) afirma que el afamado negro Pedro Lince, marido de Catalina Crespo, la reina de la jorikamba, decía que la mayoría de los trabajadores, nietos de los esclavos de Papare, una vez terminadas sus labores, al caer las últimas horas de la tarde, llegaban al campamento de la 'Estancia', muy alegres y alzando los garabatos comenzaban a cantar y bailar, gritando: ¡Jorikamba! Que era la mecha que prendía la danza negra, con caracterizados movimientos de caderas y rítmicas mudanzas de pies y manos, haciendo morisquetas y brinquitos de un lado a otro. Con el correr de los años este baile se tomó o se mezcló con modalidades de danza y cumbia. Con razón se ha dicho que la cumbia y la música de 'El caimán' cienaguero, es una conjunción de jorikamba y cumbia (joricumbia). La partitura fue rescatada por el investigador Ismael Correa Diaz Granados en un documento de puño y letra del maestro Andrés Paz Barros, quien a su vez salvó del olvido la memoria de Eulalio Meléndez creador de la música del caimán a fines del siglo XIX (figura 29)

Figura 29: Música del Caimán



En el convulsionado escenario político de la naciente república colombiana del Siglo XIX, este personaje fue adoptado como emblema de las luchas partidistas. El Padre Revollo¹¹² nos ha descrito cómo Ciénaga se convirtió en una ciudad invivible de la cual tuvo que huir con toda su familia

¹¹¹ Ibid.

¹¹² REVOLLO, Pedro María. Memorias. Ciénaga, Mediodía, sf. P.10

(un antecedente de la actual situación de conflicto que vive la región y el país). Escuchemos su relato: "Presencí en este mismo año (1872), por primera vez, un acontecimiento político, luctuoso y sangriento. Ocurrieron unas elecciones públicas de orden político, que eran en aquella época acontecimientos turbulentos, belicosos. Estaba dividido el partido liberal gobernante en dos facciones; los radicales, que eran furibundos y tenían por jefe al general Francisco de Labarcés, y los futuros independientes, que estaban en formación, y cuyo jefe era el general Joaquín Riascos. En el pueblo aquello tenía aspectos de facciones, llamadas popularmente EL CAIMAN Y LA TORTUGA, o los de CHICO, o CHIQUISTAS, los primeros, por alusión al nombre del general Labarcés y los RIASQUISTAS los segundos (...) Sucedió en aquellas elecciones la rotura violenta de unas urnas de donde se originó una reyerta, vinieron a las manos los contendores y hubo sangre y muertes (...) La vida en la Ciénaga era azarosa, invivible".

Esta forma de intolerancia política nos ofrece otros ángulos para la comprensión de la leyenda del caimán y que de alguna manera están inscritos en algunas vertientes de las guerras intestinas que se libraron en América. Por ejemplo en Cuba se cantaba un son llamado del caimán "que entrañaba un símbolo claro y preciso, ya que este animal representaba al soldado español y al cantarse entre los cubanos (...) se alertaba sobre la cercana presencia de tropas enemigas"¹¹³. En esta misma dirección interpretativa se inscribe la fábula del venezolano Francisco Valbuena¹¹⁴ quien parodia la gesta de Bolívar, inventando un héroe que libera a su pueblo que ha sido tragado por un caimán (el soberano): "Tomé la espada, hice algunos ensayos y cuando me pareció conveniente me precipité denodadamente sobre aquel animalón".

Son sin duda formas negativas que asume el animal en uno de los dos aspectos que ya hemos señalado de su impronta sobre la humanidad: el miedo. Por ello, identificarlo con el opresor o el enemigo, facilita ejercer sobre él su negación y aún su exterminio. Quizás, sublimando esta variante para conjurarla, dada la capacidad que tiene el arte de exorcizarnos de lo negativo, estas escenas han sido recreadas por dos pintores cienagueros: el primero, el primitivista Pedro Mendoza Oliveros en una obra que reposa en mi colección particular y que se inspiró en la escena descrita por el

113 MUGUERCIA. Citado por Adolfo Gonzáles. Una primera noticia sobre los elementos de protesta social en la música afrocubana. En. ICFES. Serie memoria de eventos científicos. Num. 44, 1987.

114 VALBUENA, Francisco. En el reino del caimán. Caracas, Centauro. 1990. p.59

Padre Revollo acerca de las luchas de las facciones de Los Caimanes y Las Tortugas (figura 30).

Figura 30: El Caiman vs. La Tortuga¹¹⁵



El segundo, es el extraordinario pintor y escultor Jaime A-Correa que realizó el monumento que aparece en la plazoleta del Miramar en Ciénaga donde se celebra el concurso anual de la Fiesta del Caimán y a la cual tituló "La venganza de Tomasita" y donde la niña que ha sido victimizada en la leyenda, como la rueda profética del Chilam Balam, escapa por una única ocasión a la fatalidad y clava una lanza al caimán (figura 31)

Figura 31: La Venganza de Tomasita¹¹⁶



115 Pintura de Pedro Mendoza Oliveros (cienaguero) que representa los enfrentamientos políticos en la Ciénaga del siglo XIX (colección de J.M.)

116 Escultura de Jaime A – Correa (cienaguero), situada en el camellón de la ciudad de Ciénaga (Foto J.M.)

Quizás en este propósito de agregarle imaginación a la leyenda y de buscar motivos para perpetuar la fiesta, un relato de Payares¹¹⁷ nos ha parecido muy atractivo. "En un día cualquiera del fondo de las oscuras aguas lagunares emergieron todos los caimanes. Hacían un ruido tan aterrador que los peces decidieron refugiarse en las aguas del mar caribe. Los animales se habían sublevado al saber que la vengativa por causa de uno de sus semejantes, no llegaría nunca a su fin. Parecido a las ballenas y delfines se comunicaban entre sí, para intentar evadir la decidida cacería. Nunca aceptaron los saurios ser desaparecidos de las aguas de la Ciénaga Grande para quedar convertidos tan solo en parte agresiva de una leyenda".

Frente a la visión donde el caimán encarna la guerra, la opresión, la desaparición del otro, también aparece, la del reclamo de la paz. Este es un aspecto de mucho relieve en Colombia, donde las guerras civiles, abiertas y veladas han dominado la escena pública durante varios siglos. La Fiesta se constituye así en una oportunidad para exorcizar el conflicto, tal como nos revela el poeta popular Endaldo Cantillo:

"De rodilla hay que pedir
que ya todo se eche atrás
el caimán pide la paz
pa' que podamos vivir"
(El caimán de la paz)

El caimán es también la ocasión para demostrar inconformidad ante el orden que lastima la libertad, las oportunidades, según canta el poeta Mendoza Guardiola:

"Este maldito caimán
abandonó su pantano,
y trae la boca abierta
para comerse al tirano"

La gracia, la picardía, la alegría son las armas que tenemos los habitantes del trópico para burlarnos de la muerte. Por eso el caimán se convierte en un símbolo de múltiples facetas, al pasar de la tragedia de la leyenda (la devoración) a la comedia, encarnada en la representación, la danza, la música y los versos, según enseña el maestro Mendoza Guardiola:

"Este maldito caimán
es un caimán cumbiambero,

117 PAYARES, Carlos. La leyenda del caimán cienaguero. Ciénaga, 2003. p. 20

por eso con alegría
llega al pueblo cienaguero.
Este maldito caimán
se hospedará en un hotel
para comerse una vaca
en el vientre de un pastel"

Octavio Paz¹¹⁸ afirma con razón que "La sociedad comulga consigo misma en la Fiesta. Todos sus miembros vuelven a la confusión y libertad originales. La estructura social se deshace y se crean nuevas formas de relación, reglas inesperadas, jerarquías caprichosas (...) Las fronteras entre espectadores y actores, entre oficinantes y asistentes, se borran. Todos forman parte de la Fiesta, todos se disuelven en su torbellino. Cualquiera que sea su índole, su carácter, su significado, la Fiesta es participación". Y esto lo podemos demostrar en la celebración de la fiesta del caimán: las comparsas se toman la ciudad desde el 18 de enero, van barrio por barrio, casa por casa, cantan versos improvisados alusivos a los habitantes de la vivienda visitada a cambio de monedas o tragos de ron; si es una danza tradicional con sólo hombres (algunos de los cuales están disfrazados de mujeres) crearán situaciones divertidas de equívocos con el señor de la casa (cualquiera que sea su condición social): en la fiesta todo está permitido; a los políticos y funcionarios públicos les tocará sentir la urticaria de los versos de reproche por la mala situación económica de la gente, como los siguientes versos que datan de 1965¹¹⁹:

"Este maldito caimán
Le teme a la vida cara
Porque así se ve obligado
A estar muy mal de cuchara"

A todos los que asisten a las representaciones de las danzas, que son multitudinarias, los embriaga un delirio donde se disuelve el yo y se confunde en el nosotros. Bajtin en una renombrada obra sobre la naturaleza de la fiesta ha concluido su reflexión con las siguientes palabras, aplicables a

118 PAZ, Octavio. El laberinto de la soledad. México, Fondo de Cultura Económica, 1987. pp. 46 - 47

119 Citado por MOSCARELLA, Javier. Aspectos sociohistóricos de la fiesta del caimán. Ciénaga, 1989. inédito.

la Fiesta del caimán cienaguero: "En ella el pueblo siempre tiene la última palabra"¹²⁰

Otra leyenda del Valle de Cienaguas, el cantor Guillermo Buitrago, grabó unos versos del caimán con el título "Día de San Sebastián" en los cuales le agrega la gracia de su inconfundible voz y su guitarra a la leyenda. Dicen así:

"Uepa, te coge la vaca!

Hoy día de San Sebastián
cumple años Tomasita,
este maldito caimán
se ha tragado a mijita.

Ay, manito lindo,
¿dónde está tu hermana?
El caimán se la llevó!

Eh, que te coge el toro!
Los cachitos son de oro.

Eh, que te coge la vaca!
Los cachitos son de plata.

Ay, manito lindo,
¿dónde está tu hermana?

El caimán se la llevó!"

Es el caimán que vuelve fiesta la tragedia y goce el sufrimiento, que se rebela contra lo establecido en la vida cotidiana, en la vida pública, y como en el carnaval, trastoca los valores, confunde los sexos, deja que la libido se escape, como en el apareamiento de los caimanes, incita a la capacidad de seducción a que se salga del cauce. Es otra forma de devorarnos con el deseo, con el juego de roles de los sexos, por ello, en la fiesta nos liberamos del yugo del machismo que fue impuesto por la cultura dominante española (heredera de la cultura patriarcal europea) y dejamos fluir el indígena tairona, chimila, en el negro, que creen en el matriarcado, en los dioses bisexuados, en el ying y el yang, dirían los orientalistas, en la equidad de género (usando palabras modernas). Por ello es frecuente que en la danza del caimán los hombres se disfracen de mujeres, bailen y actúen,

120 BAJTIN, Mijail. La cultura popular en la edad media y en el renacimiento. Madrid, Alianza, 1989

como parejas femeninas de los otros danzarines masculinos con gran regocijo de los espectadores (figura 32)

Figura 32: Cronica de Lo Real Maravilloso



Es una fiesta vigorosa dotada de las fuerzas aportadas por el mundo europeo, africano e indígena, donde el ser humano licúa las esencias de la vida natural y animal, llena de sensualidad en la música y la danza, dejando fluir la inspiración en los versos improvisados, poniendo el estatus quo contra la pared, es en suma lo real - maravilloso que es tan propio de nosotros los habitantes del Nuevo Mundo y que Alejo Carpentier¹²¹ sintetiza en forma luminosa: "¿Pero qué es la historia de América toda sino una crónica de lo real-maravilloso?"

CIENAGA: EN EL CENTRO DEL CÍRCULO DEL COCODRILO

En el Valle de Cienaguas lo real maravilloso sucede a cada instante. En el 2000 la Escuela Currucuchú se llevó el máximo honor en la Fiesta del Caimán de Ciénaga, evento que concluyó en la plazoleta Miramar cerca de la madrugada coincidiendo con un espectáculo celestial sin par y que el juglar aprovechó para cantarle lo cual desencadenó una euforia inolvidable en las miles de personas que estábamos a la orilla del mar Caribe presenciando las danzas rituales de caimán. Así cantó Edgar Orellano:

“Que feliz me siento
aquí en el Miramar
y que orgullo tan grande

¹²¹ CARPENTIER, Alejo. El reino de este mundo. 1949

mirar el bello eclipse lunar”

Es en suma, la conciencia del ser trascendente, la victoria de la estrategia adaptativa, encarnada en un caimán que tiene una gran capacidad de resistencia ante la sequía, el hambre y el acoso inclemente de la más intolante de todas las especies, la humana. En fin, en ese ser mitológico que puede atravesar el tiempo, vencer la muerte, el olvido, están puestas las esperanzas de este habitante del entorno acuático que aspira a trascender la historia, por lo cual como lo consagró el poeta Pedro Mendoza Guardiola:

“Este maldito caimán
baila con mucho empeño,
y por eso ese animal
es un orgullo costeño.

Este maldito caimán
está cubierto de gloria,
porque el pueblo cienaguero
lo ha convertido en historia”

En Ciénaga se cierra el círculo del largo recorrido que hicimos por las culturas de la cintura húmeda del planeta, rastreando las huellas del cocodrilo en el alma de muchos pueblos. Es hora de los balances espirituales. Para ello me refugio en mi hamaca, casi en sueños, susurro un viejo poema que escribí bajo el frondoso árbol de mango en el patio de la casa de los mayores:

“Aprende el movimiento del universo: la brisa con sus leves
manos te mece, las constelaciones giran encima de tu
cuerpo, la tierra se desliza en silencio como una caimana
preñada debajo de tu sueño, las criaturas del aire imitan a
la Alta Señora de la Levedad: todo se mueve al ritmo de tu
corazón”

(“Instrucciones para vivir en una hamaca”)

La memoria es asaltada por los episodios ocurridos durante este recorrido de varias décadas en pos del mítico cocodrilo. Por alguna causa indescifrable recuerdo que G. Scholem, el cabalista, sugiere que el dragón es una evocación hebraica antigua del cocodrilo, personaje de una misteriosa constelación. W. D. Sill, zoólogo, considera el cocodrilo uno de los sobrevivientes más antiguos del planeta, con una edad de más de 200 millones de años por lo cual merece ser venerado en todo tiempo y lugar. En la cintura húmeda de la tierra, la zona intertropical o ecuatorial, es sin duda

el gran señor de las aguas. El Valle de Cienaguas, uno de los puntos más notables de estas geografías, ha sido el hábitat predilecto de varias especies de cocodrilos, entre los cuales sobreviven en el recuerdo el caimán aguja y la babilla.

En mi mente y mi corazón hay una certeza: en el alma del pueblo cienaguero se unen los dos puntos invisibles del mencionado círculo del caimán. Si el profesor C. Angulo acertó en sus cálculos, en nuestra ecorregión –considerada hoy Reserva de la Biosfera y Humedal de Importancia Internacional RAMSAR – llevamos 1.640 años compartiendo este hábitat con el caimán y aprendiendo de él para adaptarnos al territorio. En gratitud – y también por respeto o miedo, cuyas mezclas son el origen de todos los mitos - lo erigimos en nuestro tótem. Lo mismo ha sucedido en otras sociedades de los trópicos tal como ya lo describimos.

En cada uno de estos vastos territorios las diferentes estrategias adaptativas creadas por las culturas milenarias han derivado del cocodrilo actitudes decisivas para su supervivencia y convivencia: la capacidad de resistencia ante las adversidades naturales, la astucia para obtener el alimento, la ferocidad para defender el territorio, el ejercicio de la reproducción, y hasta cierta capacidad de dejar vivir, que tanto caracteriza a los habitantes del trópico.

Esta etología del caimán se desliza por la sangre de nuestro pueblo cienaguero, sobreviviendo a la hibridación o mestizaje que se inició cruelmente con la llegada de los españoles y que no cesa, tal vez por encontrarnos en un cruce de caminos del planeta. De la vida cotidiana ha pasado a la leyenda, la danza, la música, la representación teatral, la pintura, la poesía oral y escrita y a la narrativa. Por supuesto también ha sido motivo de intensa reflexión naturalista, histórica y sociológica. Recordemos que Humboldt había descubierto en la respiración de nuestros caimanes las profundas diferencias entre el viejo y el nuevo mundo.

Queremos creer que con esta maravillosa tradición del Valle de Cienaguas por fin el círculo del caimán se cierra en nuestro corazón.

Ahora es la hora de la acción. Proponemos a las comunidades, las autoridades, los estudiosos y la Universidad de Ciénaga (INFOTEP), crear el **Museo del Caimán**. Haremos notar así que una forma simbólica de reconocimiento que Colombia y el mundo le deben a este reptil y al pueblo de Ciénaga que a través de esta tradición le ha dado sentido y cimientos a su conformación, sería que la UNESCO declarara la Leyenda del Caimán de Ciénaga, **PATRIMONIO CULTURAL IN-MATERIAL DE LA HUMANIDAD**, con lo cual se incitaría a pensar con una visión de un largo ahora a las

próximas 500 generaciones, sobre la necesidad de dar una nueva oportunidad de supervivencia a estas especies de reptiles y a las culturas milenarias que le son consustanciales.

Mientras se materializa la idea en la espesa manigua institucional propongo otra de fibra espiritual que podemos experimentar con solo asomarnos a la ventana esta noche y dirigir la vista hacia el firmamento: restituirle al caimán la constelación que una vez le otorgaron los egipcios y que falsos astrólogos greco - babilónicos desterraron de su cerrado zodíaco.

Es hora de retornar al firmamento. Dibujemos en los cielos **LA CONSTELACIÓN DEL CAIMÁN**. Para ello basta con tomar un grupo de estrellas que se levantan al fondo del Templete, en el Parque del Centenario, cuando suenan los primeros compases de las danzas que vienen a celebrar el día 20 de enero nuestro ritual totémico.

Así Ciénaga se sitúa por todos los siglos venideros en el centro del círculo del cocodrilo (figura 33)

Figura 33: Cienaga: en el centro del círculo del CoCodrilo¹²²



122 Fotocomposición de Samuel Tcherassi